

SÉRIE ESTADO DO CONHECIMENTO Nº 7

Juventude e Escolarização (1980-1998)

Realização:

Comitê dos Produtores da Informação Educacional (Comped)
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)

Coordenação:

Marília Pontes Sposito

Livre-docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP)

Brasília-DF
MEC/Inep/Comped
2002

COORDENAÇÃO-GERAL DE LINHA EDITORIAL E PUBLICAÇÕES

Antonio Danilo Morais Barbosa

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL

Rosa dos Anjos Oliveira

COORDENAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO VISUAL

F. Secchin

EDITOR

Jair Santana Moraes

REVISÃO

Antonio Bezerra Filho

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Maria Ângela Torres Costa e Silva

PROJETO GRÁFICO E CAPA

F. Secchin

ARTE-FINAL

Raphael C. Freitas

TIRAGEM

2.000 exemplares

EDITORIA

INEP/MEC – Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo I, 4º Andar, Sala 418

CEP 70047-900 – Brasília-DF – Brasil

Fones: (61)224-7092

(61)410-8438

Fax: (61)224-4167

E-mail: editoria@inep.gov.br

DISTRIBUIÇÃO

CIBEC/INEP – Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Térreo

CEP 70047-900 – Brasília-DF – Brasil

Fones: (61)224-9052

(61)323-3500

Fax: (61)223-5137

E-mail: cibec@inep.gov.br

<http://www.inep.gov.br>

A exatidão das informações e os conceitos e opiniões emitidos são de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Juventude e escolarização (1980-1998) / Coordenação: Marília Pontes Sposito. – Brasília: MEC/Inep/
Comped, 2002.

221 p. : il. (Série Estado do Conhecimento, INSS 1676-0565, n. 7)

1. Educação de jovens e adultos. 2. Produção técnico-científica. I. Sposito, Marília Pontes. II. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. III. Comitê dos Produtores da Informação Educacional. IV. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. V. Série.

CDU 374

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO CONHECIMENTO SOBRE JUVENTUDE NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	7
Marília Pontes Sposito	
Trilhas abertas para a análise	19
Referências bibliográficas	23
Anexo – Orientadores das dissertações e teses levantadas	26
ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DE ADOLESCENTES E JOVENS	35
Maria Cecília Cortez C. Souza	
Considerações iniciais	35
Análise dos subtemas	41
Sexualidade e relação de gênero	41
Drogas	44
Orientação escolar	45
Valores	49
Identidade	52
Família	53
Conceituação	54
Considerações finais	55
Referências bibliográficas	58
JUVENTUDE E ESCOLA	67
Juarez Dayrell	
Análise dos subtemas	69
Sucesso e fracasso escolares	69
Significados atribuídos pelos alunos à escola e seus processos	73
O aluno e as práticas escolares	76
Programas e propostas educativas sob a ótica dos alunos	79
Outros	80
Os sujeitos não revelados: o aluno, um jovem desconhecido	81
Referências bibliográficas	86
JOVENS, MUNDO DO TRABALHO E ESCOLA	95
Maria Carla Corrochano, Marilena Nakano	
Análise dos subtemas	100
Jovens e cursos noturnos	100

Jovens, trabalho e profissionalização	108
Escolha profissional	112
Significados do trabalho e da escola para os jovens	113
Mundo do trabalho e os jovens	116
Considerações finais	119
Referências bibliográficas	122
JOVENS UNIVERSITÁRIOS	135
Paulo Cesar Rodrigues Carrano	
Análise dos subtemas	136
Os efeitos da expansão	137
Opiniões, interesses e experiências	143
Escolha profissional do estudante universitário	147
Considerações finais	149
Referências bibliográficas	150
ADOLESCENTES EM PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL	157
Ana Paula de Oliveira Corti	
Análise dos subtemas	162
Projetos não-estatais de atendimento	162
Projetos de atendimento mantidos pelo Poder Público	167
Relação com a escola e trabalho	169
Perfil e sociabilidade	172
Personalidade e comportamento	174
Algumas considerações finais	176
Referências bibliográficas	179
JOVENS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	185
Paulo Cesar Rodrigues Carrano	
Análise dos subtemas	186
Participação política do jovem estudante	186
Socialização política e cidadania	194
Observações finais	197
Referências bibliográficas	198
A PESQUISA SOBRE JUVENTUDE E OS TEMAS EMERGENTES	203
Ana Paula de Oliveira Corti, Marília Pontes Sposito	
Análise dos temas	205
Mídia e Juventude	205
Jovens e Violência	208
Grupos Juvenis	212
Jovens e Adolescentes Negros	214
Outros	215
Considerações finais	216
Referências bibliográficas	217

Apresentação

Este trabalho exprime os resultados do primeiro balanço sobre o tema Juventude no interior da área da Educação, realizado por um grupo de pesquisadores de várias instituições. Esse grupo tem partilhado seus esforços com uma outra equipe, coordenada por Sérgio Haddad, que levanta o Estado do Conhecimento sobre a Educação de Jovens e Adultos. As fontes privilegiadas nesse momento foram as dissertações e teses apresentadas e defendidas nos programas de pós-graduação em Educação, compreendendo um período de 18 anos (1980-1998). Os recortes inicialmente selecionados advinham exclusivamente da Sociologia, mas, tendo em vista o próprio perfil da produção discente na área, foi preciso incorporar os estudos que se apoiaram também na Psicologia, responsável por grande parte da produção.¹

Trata-se, assim, de resultados de pesquisa que ainda demandam novos empreendimentos, sobretudo tendo em vista a necessidade de incorporação de novas fontes. No entanto, é preciso ressaltar que o universo delimitado foi percorrido de maneira exaustiva, tomando-se como ponto de partida os catálogos de teses em Educação e o CD-ROM da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), que reúne as referências bibliográficas sobre a produção discente da área no período de 1980 a 1998.²

O início da constituição desse acervo ocorre em 1995, sendo intensificado em 1997, resultando um Banco de Dados que contempla atualmente 387 registros somente na área de Educação e Juventude, disponibilizados pela Internet na *home page* de Ação Educativa (<http://www.acaoeducativa.org>).

Graças ao apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o grupo de pesquisa também realizou levantamento da produção discente em Ciências Sociais cobrindo os programas de pós-graduação do eixo Rio–São Paulo, além dos vinculados a outras três universidades: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Atualmente, em nova fase desse empreendimento, também apoiada pelo CNPq, procura-se realizar o balanço da produção sobre Juventude nos periódicos nacionais mais relevantes, atingindo, além da área da Educação, o campo das Ciências Sociais e da Psicologia. Certamente, em um período relativamente breve será possível contar com novas e diversificadas fontes que permitirão um tratamento mais abrangente do estado do conhecimento sobre o tema iniciado com o estudo que ora apresentamos.

¹ Não foram classificados os estudos que trataram de componentes específicos do processo de ensino e aprendizagem – os de natureza estritamente pedagógica – e que visavam a uma percepção de questões relacionadas ao modo como ocorre a absorção de conceitos, conteúdos e novas metodologias de ensino. Não constam também do levantamento as dissertações e teses que examinaram populações portadoras de algum tipo de deficiência.

² TESES em Educação. Brasília: Inep; São Paulo: ANPEd, 1985-1994. 1 disco compacto: digital.
ANPEd 99: teses, dissertações e artigos de periódicos. 3. ed. São Paulo: ANPEd: Ação Educativa, 1999. 1 disco compacto: digital.
CD-ROM ANPEd. São Paulo: ANPEd; Brasília: Inep: Ação Educativa, 1998. 1 disco compacto: digital.

A conclusão dessa base de dados e a produção deste estado do conhecimento foram asseguradas pela participação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que ofereceu as condições para que o produto final viesse a público.

Os trabalhos foram selecionados e indexados em uma base de dados mediante a utilização do *software* Microsis, sob a orientação e supervisão do Serviço de Informação e Documentação (SID) de Ação Educativa. Após a recuperação do exemplar original, a dissertação ou tese foi submetida a uma análise mediante utilização de planilha (modelo anexo ao trabalho) que permite identificar suas principais características. Um conjunto de descritores foi consolidado em um tesouro específico da área de Juventude, desenvolvido pelo SID, tendo sido também elaborado um novo resumo para cada documento. Não obstante os esforços empreendidos pela equipe, não foi possível obter a cópia de todas as teses e dissertações, sendo recuperados 319 trabalhos, perfazendo um índice de 17% de perdas, aproximadamente. Para a realização deste estado do conhecimento, foi possível analisar, de modo completo, 296 exemplares, pois alguns volumes foram enviados após a conclusão da redação dos textos.

Os trabalhos aqui reunidos exprimem um esforço coletivo de classificação, descrição e análise desse amplo conjunto que constitui a produção discente sobre Juventude em Educação. O texto inicial – “Considerações em torno do Conhecimento sobre Juventude na Área da Educação” – apresenta os dados gerais do levantamento e os traços mais marcantes que constituem esta produção. Os outros sete que o sucedem examinam de modo mais aprofundado as questões inicialmente apresentadas e tentam identificar os principais eixos articuladores da produção, suas orientações, avanços e eventuais lacunas. Esse conjunto se inicia com um texto voltado para a análise da produção que dialogou mais proximamente com a Psicologia da Educação – “Aspectos psicossociais de adolescentes e jovens” –, representando um eixo importante da pesquisa discente no período estudado. A seguir, um bloco de três textos – “Juventude e escola”, “Jovens, mundo do trabalho e escola” e “Jovens universitários” – examina as relações que os jovens mantêm com os processos formais do ensino, isto é, a escola de educação básica ou superior, sendo que um deles investiga essa relação incorporando a dimensão do mundo do trabalho. Os estudos voltados para o exame dos que vivem em condições extremas de pobreza e processos de exclusão estão reunidos no texto “Adolescentes em processo de exclusão social”. Um dos temas clássicos dos estudos sociológicos sobre Juventude, voltado para os processos de mobilização e ação política dos jovens, é analisado no texto “Jovens e participação política”. Concluindo, o último texto – “A pesquisa sobre juventude e os temas emergentes” – examina os eixos de investigação ainda pouco presentes nos estudos de Juventude, mas que já indicam direções importantes para o desenvolvimento da pesquisa, como é o caso de *Mídia e Juventude*, *Jovens e Violência*, *Grupos Juvenis*, e, finalmente, *Jovens e Adolescentes Negros*, que trata de questões relativas a etnia e raça.

O resultado final de um trabalho desenvolvido durante os últimos cinco anos é certamente produto da participação de muitos bolsistas e técnicos que viabilizaram essa empreitada. Por isto, sou particularmente grata ao SID de Ação Educativa, sobretudo na figura competente e segura de Miro Nalles. Agradeço também à equipe de trabalho – constituída por Ana Paula de Oliveira Corti, Juarez Dayrell, Maria Carla Corrochano, Maria Cecilia Cortez C. Souza, Marilena Nakano e Paulo Cesar Rodrigues Carrano – que se aventurou a enfrentar o considerável volume de dissertações e teses para estabelecer um quadro ordenado da produção discente, compartilhando as reflexões em todo esse percurso.

Marília Pontes Sposito
Coordenadora

Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação*

Marilia Pontes Sposito**

A produção de conhecimento na área de Educação, sobretudo aquela derivada dos programas de pós-graduação, demanda a intensificação de estudos que permitam aferir sua trajetória, realizar avaliações críticas e propor novas possibilidades de investigação. Além dos trabalhos dedicados a uma avaliação global da pesquisa na área (Gatti, 1983; Warde, 1993), temas já consolidados vêm sendo, há alguns anos, objeto de investigação, estabelecendo os principais contornos da pesquisa e, ao mesmo tempo, oferecendo profícuas orientações para o desenvolvimento de novos estudos, como é o caso dos balanços sobre Alfabetização, Educação de Jovens e Adultos, Formação de Professores, Trabalho e Educação, entre outros.

Produzir um estado do conhecimento sobre o tema da Juventude na área da Educação constitui, de certa forma, um desafio. Trata-se de um objeto de estudo ainda pouco consolidado na pesquisa, não obstante a sua importância política e social. Sendo várias as fontes possíveis, tornou-se necessário estabelecer alguns recortes que permitissem a realização de um primeiro diagnóstico capaz de oferecer um conteúdo relevante e estimular novos estudos. Optou-se, assim, por traçar um balanço exaustivo da produção discente da Pós-Graduação em Educação de 1980 a 1998.¹ Trata-se de um período importante, pois marcou profundas inflexões na produção acadêmica, derivadas do intenso crescimento dos cursos de pós-graduação na área da Educação e da consolidação de algumas instituições e grupos de pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação e à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Inicialmente, torna-se necessário considerar que os problemas da análise da produção de conhecimento sobre Juventude abarcam um elenco significativo de questões que incidem, principalmente, sobre o próprio tema eleito para investigação e sua eventual presença nos estudos que constituem o campo da pesquisa educacional.

Para Mauger (1994, p. 6), o trabalho “aparentemente inocente, técnico, de constituição e de apresentação de uma bibliografia, de recenseamento de unidades de pesquisa, de pesquisadores e de trabalhos em curso, coloca um primeiro problema clássico: o da delimitação do domínio dos objetos”. Buscando oferecer um quadro amplo do estado das investigações sobre os jovens na França, esse pesquisador evidencia as dificuldades presentes nesse intento, pois a primeira questão que se apresenta é a da própria definição da categoria Juventude, considerada “epistemologicamente imprecisa”.

Poderíamos concluir que, aparentemente, os pesquisadores interessados em estudar e realizar balanços sobre o tema Juventude estariam diante de uma situação paradoxal de difícil resolução.

* Uma primeira versão, a partir de dados preliminares da pesquisa, foi publicada na *Revista Brasileira de Educação* (Sposito, 1997).

** Livre-docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

¹ A formação do banco de teses e dissertações foi possível mediante o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O grupo de pesquisa também realizou levantamento da produção discente em Ciências Sociais cobrindo os programas de pós-graduação do eixo Rio-São Paulo, além dos vinculados à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e à Universidade de Santa Catarina (UFSC). Um balanço preliminar dessa produção encontra-se em Haddad e Sposito (1999).

De um lado, qualquer investigação em torno da produção de conhecimento exigiria, como pressuposto, a eleição de uma definição, ainda que provisória, do objeto de estudo, de modo a orientar os critérios de seleção. De outra parte, como afirma Mauger, para formular essa categorização inicial, as dificuldades não são desprezíveis, pois seria quase impossível recorrer a um uso do tema Juventude que se impusesse de modo igual a todos os pesquisadores. Assim, se para ordenar fosse preciso recorrer a critérios comumente utilizados e se, de fato, é problemática a adoção desse mínimo já estabelecido, estaríamos diante de um impasse de difícil resolução.

Uma das formas de resolução desse impasse, para tornar exequível o empreendimento investigativo, reside em reconhecer que a própria definição do tema Juventude encerra um problema sociológico passível de investigação, na medida em que os critérios que a constituem enquanto sujeitos são históricos e culturais. A juventude é uma condição social e, ao mesmo tempo, um tipo de representação (Peralva, 1997). Assim sendo, os estudos podem ser também investigados a partir do modo peculiar como construíram seu arcabouço teórico sobre a condição juvenil.

Pais (1990, p. 140), ao examinar um conjunto expressivo de autores que se dedicaram ao tema da Juventude na Sociologia, realiza um esforço de sistematização, configurando, ao menos, dois grandes blocos que indicam a construção social do campo de estudos: o primeiro compreenderia os trabalhos que consideram a juventude como um conjunto social derivado de uma determinada fase de vida, com ênfase nos aspectos geracionais; para outros, a temática estaria subsumida no interior de outras dimensões da vida social, definida a partir de universos mais amplos e diversificados, sobretudo aqueles derivados das diferentes situações de classe.

Certa polaridade se estabelece, assim, em torno desses estudos, pois a partir da metade dos anos 60 ocorre um debate no interior da Sociologia: trata-se de saber se a juventude “existe” como grupo social relativamente homogêneo, ou se ela é “apenas uma palavra” (Bourdieu, 1980). Para uns, especialmente para Morin (1986), a juventude existiria como um grupo de idade identificado aos modelos culturais das sociedades de massas; para outros, como Chamboredon (1985), a juventude como categoria estaria dissolvida em uma inerente diversidade recoberta pelas múltiplas classes sociais.

Propondo um outro olhar sobre essa aparente dicotomia, Dubet (1996) observa que, para se estabelecer um tratamento analítico sobre a noção de juventude, é preciso reconhecer, preliminarmente, que a moderna condição do jovem encerra uma tensão intrínseca. Para este autor, a experiência desse momento de vida é construída em torno da formação moderna de um mundo juvenil relativamente autônomo e, ao mesmo tempo, como momento de distribuição dos indivíduos na estrutura social.

É evidente, como afirma Attias-Donfut (1996), que as divisões sociais acabam por se impor, sem diluí-las, às divisões de idade, existindo mesmo o risco de manipulação das categorias de idade. Para essa autora, a realidade efervescente e essencialmente mutante dos jovens não poderia ser reduzida a uma dimensão unidirecional; ela não será enfrentada a não ser que se conjuguem várias perspectivas para revelar suas diversas facetas e levar em conta sua complexidade. Segundo Attias-Donfut, três eixos possibilitariam uma aproximação multidirecional da juventude: 1) o período da juventude no quadro da organização de conjunto das etapas de vida; 2) a inscrição dos jovens na filiação e nas relações de gerações implicando o reconhecimento da distribuição social; 3) a formação de “agregados sociais” na origem dos movimentos sociais ou formas específicas de ações e expressões, suscetíveis de exercer uma influência nas sociedades.

Embora ocorra um reconhecimento tácito na maior parte das análises em torno da condição de *transitoriedade* como elemento importante para a definição do jovem – da heteronomia da criança para a autonomia do adulto –, o modo como se dá essa passagem, sua duração e características têm variado nos processos concretos e nas formas de abordagem dos estudos que tradicionalmente se dedicam ao tema.² No entanto, a idéia da transição tem sido também objeto de críticas que incidem, ao menos, sob dois aspectos tidos como relevantes. O primeiro diz respeito a uma caracterização da transição como indeterminação – jovens não são mais crianças e também não são adultos,

² As formulações de Mannheim (1968 e 1982) constituem contribuições fundamentais sobre o tema da juventude a partir da idéia de transição.

vivendo uma espécie de hiato, na acepção de Salem –, sendo definidos pelo que não seriam; assim, este momento cada vez mais alongado no percurso de vida continuaria, paradoxalmente, sofrendo um conjunto grande de atribuições que o desqualificam exatamente porque se trata apenas de uma passagem. O segundo aspecto incide sobre uma necessária subordinação dessa fase à vida adulta, referência normativa caracterizada pela estabilidade em contraste com a juventude, período da instabilidade e das crises. Como afirmam Melucci (1992) e Vianna (1997), este modo de ver a juventude como mera transição decorre de uma compreensão da ordem social adulta como estática e rígida em posição à pretensa “instabilidade” juvenil, fato que não se sustenta hoje, pois parte significativa do que denominamos condições contemporâneas da vida se inscrevem na insegurança, na turbulência e na transitoriedade.

É preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido considerada como fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais”, mas o modo de apreensão de tais problemas também muda. No trabalho *De quoi parle-t-on quand on parle du ‘problème de la jeunesse’?*, Bourdieu (1986) examina as ambigüidades presentes nessa expressão. Pais (1990) também alerta para as diferenças existentes entre a definição da juventude enquanto problema social e a definição da juventude enquanto problema para análise sociológica. Os estudos de feição psicológico tendem a privilegiar os aspectos negativos da adolescência, sua instabilidade, irreverência, insegurança e revolta. A Sociologia ora investe nos atributos positivos dos segmentos juvenis, responsáveis pela mudança social, ora acentua a dimensão negativa dos “problemas sociais” e do desvio.

Assim, se nos anos 60 a juventude era tida como um “problema” (já que podia ser definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações) essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais, a partir da década de 70 os “problemas” de emprego e de entrada na vida ativa tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude, quase a transformando em categoria econômica (Pais, 1990; Abramo, 1997).

Do mesmo modo, Jankowski (1992), ao realizar balanço sobre estudos de gangues nos Estados Unidos da América – tema que participa do foco de interesses da sociologia norte-americana desde o início dos anos 20, com a Escola de Chicago –, verifica que houve um arrefecimento desses estudos nos anos 60. Nesse momento, a atenção dos pesquisadores voltava-se para os movimentos de contracultura e para as manifestações estudantis que atingiam a sociedade norte-americana. A partir da década de 80, as pesquisas sobre gangues ocupam novamente o interesse dos estudiosos, não só em virtude do decréscimo da visibilidade das manifestações anteriores, como em decorrência da escalada de violência juvenil que atingiu o país.

Poderíamos considerar como hipótese que, na pesquisa em Educação, ênfases temáticas e categorias de análise não se desvem das influências das conjunturas históricas e dos processos sociais em que se movem, tornando-se mais ou menos permeáveis a essas situações. Parte importante do seu modo de construção se desvela nessa interação. Mas outro elemento a ser considerado é a dinâmica do próprio campo de conhecimento, caracterizado pela adoção de matrizes disciplinares que, segundo Oliveira (1988, p. 15), “articularam de modo sistemático um conjunto de paradigmas, a condição de coexistirem no tempo, mantendo-se todos e cada um ativos e relativamente eficientes”.³

Em vista disso, cabe realizar, no âmbito do exame da produção de conhecimento, a análise de como um determinado campo de estudos também vem constituindo teoricamente o tema Juventude como objeto de investigação, seus modos de aproximação do fenômeno em questão, seus recortes principais e, se possível, suas relações com os processos históricos que permitiram a visibilidade desse segmento na sociedade brasileira nos últimos anos.

³ Por essas razões, Oliveira considera que, no âmbito da Antropologia Social – por extensão, creio ser pertinente sua análise para o campo da Educação –, matriz disciplinar e paradigma não seriam considerados sinônimos. Assim, “à diferença das Ciências Naturais, que os registram em sucessão – num processo contínuo de substituição –, na Antropologia Social os vemos em plena simultaneidade, sem que o novo paradigma elimine o anterior pela via das ‘revoluções científicas’”. Discorda, assim, de Kuhn (1975), pois nesse campo pode ocorrer a convivência, muitas vezes em um mesmo país ou em uma mesma instituição, de várias matrizes. As idéias de Roberto Cardoso de Oliveira foram citadas por Maria Arminda Arruda (1995, p. 123), em seu artigo sobre Florestan Fernandes e a Escola Paulista de Sociologia. Meu contato posterior com as formulações de Oliveira decorre, assim, da leitura do estudo de Arruda.

A adoção desse escopo não isenta o pesquisador da necessidade de utilização de critérios explícitos de classificação, mas essa exigência deve contemplar a idéia de um certo grau de flexibilidade, para possibilitar, inclusive, o exame de estudos que realizaram aproximações indiretas sobre a temática.

A fixação de alguns critérios relativos à faixa etária constituiu o procedimento inicial e útil para a seleção dos trabalhos, pois compreende uma primeira delimitação como ponto de partida. Mas, mesmo neste caso – a delimitação da faixa etária –, foi preciso considerar as condições sociais em que se opera o desenvolvimento dos ciclos de vida em sociedades como a brasileira.⁴ Integramos no amplo conjunto denominado juventude os segmentos etários que vão de 15 a 24 anos, seguindo as orientações de trabalhos na área demográfica (Brasil, CNPD, 1998). É preciso considerar os estritos limites em que essa delimitação opera e seu caráter preliminar, pois há enormes diferenças de tratamento dos dados, inclusive sob o ponto de vista sociodemográfico. Sob o ângulo restrito das estatísticas, os estudos tendem, em alguns países europeus, a alongar os limites superiores da faixa etária, mediante a incorporação da população com a idade de 29 anos (Bauby e Gerber, 1996). Esse alongamento tem sido tratado como um desafio para a investigação, revelador de uma nova fase – a pós-adolescência – que estaria configurando um período de latência ou de moratória social, pois o jovem, ao concluir sua escolaridade, não consegue se inserir nas atividades profissionais do mercado de trabalho formal (Chamboredon, 1985; Muxel, 1994). Mas, para o conjunto da sociedade brasileira, a tendência maior é a de antecipação do início da vida juvenil para antes dos 15 anos, uma vez que certas características de autonomia e inserção em atividades no mundo do trabalho – típicas do momento definido como de transição da situação de dependência da criança para a autonomia completa do adulto – tornam-se o horizonte imediato para grande parcela dos setores empobrecidos.

De qualquer modo, a delimitação da faixa etária para o levantamento das dissertações e teses não consistiu em mera atribuição burocrática, mas resultou de cuidadoso critério de definição da pertinência ou não do estudo em questão, possibilitando, em alguns casos, a incorporação de pesquisas de faixas etárias um pouco anteriores ou superiores ao universo 15-24 anos.

As questões acima enunciadas são, visivelmente, expressão de processos históricos peculiares que resultaram, nos últimos anos, na superação do “modelo de instalação” na passagem para a vida adulta (Galland, 1991). Para Galland, a entrada na vida adulta significa ultrapassar três etapas importantes, delimitadas pela partida da família de origem, pela entrada na vida profissional e pela formação de um casal. Segundo este autor, os segmentos operários eram caracterizados, no início do século, pela instantaneidade da passagem da infância à vida adulta e pela concordância necessária dessas três etapas. Em oposição, o modelo burguês delineava-se pela idéia do “diletantismo”, que possibilitava adiar o momento e as etapas definitivas de entrada na vida adulta, sem renunciar, no entanto, a conhecer certas formas de independência.

As transformações observadas nos sistemas escolares ao longo do século 20, que definiram um alongamento da permanência no interior da escola para novos segmentos sociais, e as condições diferenciais de acesso ao mundo do trabalho – sem significar a formação de uma nova unidade conjugal ou o abandono da casa paterna –, exigiram novas modalidades de compreensão para essa passagem, sobretudo nas sociedades urbanizadas, tanto centrais como periféricas. Chamboredon (1985) propõe, assim, a multiplicidade e a desconexão das diferentes etapas de entrada na vida adulta. Em decorrência, tanto a *descristalização*, significando dissociação no exercício de algumas funções adultas, como a *latência*, que separa a posse de alguns atributos do seu imediato exercício, seriam elementos importantes para o estudo dos jovens nos dias atuais. O primeiro caso – o da descristalização – oferece como exemplo o exercício das atividades adultas da sexualidade já na puberdade, dissociado das funções reprodutivas e familiares; o segundo caso – o da latência – seria ilustrado pela situação de

⁴ De acordo com Chamboredon (1985), o conceito de ciclo de vida, útil para fins descritivos, pode ser enganador se sugere a determinação natural dessas etapas e o caráter universal, homogêneo e estável de seu conteúdo.

posse de habilitação profissional oferecida pelo sistema escolar sem o imediato ingresso no mercado de trabalho, situação típica de países como a França (Chamboredon, 1985, p. 21). Considerando as relações presentes nos modos de reprodução das diversas classes sociais, torna-se também um desafio conceber a multiplicidade e a desconexão das diferentes etapas dessa passagem para a vida adulta, incorporando as situações peculiares da vida urbana e rural e as inevitáveis dimensões de gênero, tão pouco consideradas nos estudos sobre Juventude.⁵

Nessa mesma direção, Attias-Donfut (1996) afirma que a entrada na vida adulta se faz cada vez de modo progressivo, segundo etapas variáveis e “desreguladas” ou “desnormalizadas”. Estaríamos, portanto, diante da “desinstitucionalização” do ciclo de vida ternário centrado sobre o trabalho e da “descronologização” do percurso das idades, que participam, assim, na reconstrução dos grupos sociais, com a entrada dos velhos jovens e a saída dos jovens velhos no mercado de trabalho (Kohli, apud Attias-Donfut, 1996).

As observações anteriores incidem sobre o fato irrecusável do *alongamento da transição* como produto da modernidade, que exige, cada vez mais, considerar a juventude como um momento do percurso de vida capaz de reter sua peculiar forma de vivê-lo e menos como mera etapa preparatória para a vida adulta. No entanto, como afirma Chamboredon (1985), não se trata de uma simples extensão da duração dessa fase, mas de um processo de reestruturação e recomposição dos atributos sociais da juventude e das formas de inserção da maturidade nas sociedades modernas.

Além do critério etário e dos cuidados teórico-metodológicos de sua adoção, foi preciso recorrer a outros procedimentos que permitiram incorporar os *usos associados, ainda que indiretamente, à noção de juventude*.⁶ Esses procedimentos foram essenciais, pois, como se trata de um campo de pesquisas ainda em constituição, a própria categoria jovem enquanto momento do percurso de vida pouco aparece na maioria das teses e dissertações selecionadas. Tratando-se de pesquisas realizadas na área da educação, observa-se que o modo mais freqüente de identificação dos sujeitos foi a partir da condição de aluno ou de estudante, mas também foi recorrente à designação estudante-trabalhador, indicando outras dimensões presentes na experiência juvenil brasileira. Parte significativa da produção discente recorreu ao descritor adolescente, aproximando-se das orientações calcadas na Psicologia da Educação.

Por essas razões, embora a ênfase do estado do conhecimento seja o tema Juventude tal como vem sendo trabalhado pela Sociologia, tornou-se inevitável a incorporação dos estudos que examinaram os adolescentes a partir do olhar da Psicologia, disciplina responsável pelas orientações teóricas de parte significativa da produção discente.⁷

De posse desses critérios iniciais, foi preciso percorrer a vasta produção do período (1980-1998) sintetizada nos resumos publicados pelo CD-ROM da ANPEd, compreendendo 1.167 teses e 7.500 dissertações, perfazendo um total de 8.667 trabalhos.⁸ Desse conjunto, foram identificadas 332 dissertações e 55 teses (Tabelas 1, 2 e 3), correspondendo a 4,4% da produção total em Educação.⁹

Embora a presença dos estudos sobre Juventude seja reduzida no interior da produção discente global na área da Educação, observa-se sensível crescimento, pois cerca de metade da

⁵ A essas situações poderiam ser acrescentados os temas relativos às etnias.

⁶ Esse uso é também reconhecido por Mauger (1994).

⁷ Não foram classificados os estudos que trataram de componentes específicos do processo de ensino e aprendizagem – os de natureza estritamente pedagógica – que visavam a uma percepção de questões relacionadas ao modo como ocorre a absorção de conceitos, conteúdos e novas metodologias de ensino. Não constam também do levantamento as dissertações e teses que examinaram populações portadoras de algum tipo de deficiência. Sobre a forte presença dos temas psicológicos na pesquisa em educação, consultar Warde (1993).

⁸ Duas observações devem ser feitas diante de possíveis falhas no levantamento. A primeira reside na sistemática de documentação, pois nem sempre os programas de pós-graduação conseguem enviar todos os resumos dos trabalhos defendidos, não importando, aqui, os motivos que dificultam essa tarefa. Assim, o próprio CD-ROM da ANPEd pode conter algumas omissões, fato que foi comprovado no desenvolvimento do levantamento. A segunda incide sobre a fonte inicial, que é o resumo produzido pelo autor do trabalho. Há disparidades visíveis na qualidade dos resumos, que provocam, em algumas ocasiões, sérias dificuldades de compreensão da natureza da pesquisa, seu objeto e formas de investigação.

⁹ Embora tenha sido possível levantar os resumos de trabalhos do ano de 1980 mediante listagens oferecidas pela ANPEd, os dados globais da produção não integram esse ano, porque o CD-ROM que reuniu as informações contidas em todos os cadernos oferece informações apenas a partir do ano de 1981.

produção está concentrada nos últimos quatro anos (1995-1998), subperíodo em que, de modo relativo, o tema ganha maior participação na área como um todo.¹⁰

Tabela 1 – Participação da produção acadêmica em Juventude sobre o total nacional (1980-1998)*

ANOS	PRODUÇÃO TOTAL EM EDUCAÇÃO			PRODUÇÃO EM JUVENTUDE			
	DISSER- TAÇÕES	TESES	TOTAL	DISSER- TAÇÕES	TESES	TOTAL	(%)
1980**	-	-	-	9	0	9	-
1981	150	4	154	16	0	16	10,4
1982	161	4	165	7	1	8	4,8
1983	227	11	238	4	0	4	1,7
1984	318	17	335	18	0	18	5,4
1985	205	22	227	16	3	19	8,4
1986	211	16	227	9	1	10	4,4
1987	244	26	270	12	0	12	4,4
1988	340	35	375	8	1	9	2,4
1989	383	58	441	17	7	24	5,4
1990	419	41	460	11	4	15	3,3
1991	404	47	451	14	1	15	3,3
1992	537	87	624	11	5	16	2,6
1993	526	88	614	15	1	16	2,6
1994	612	86	698	13	1	14	2,0
1995	695	107	802	42	6	48	6,0
1996	693	142	835	39	8	47	5,6
1997	685	206	891	34	10	44	5,0
1998	690	170	860	37	6	43	5,0
TOTAL	7.500	1.167	8.667	332	55	387	4,4

* Os dados relativos à produção nacional foram obtidos no CD-ROM da ANPEd, 3ª edição.

** O ano de 1980 não consta do CD-ROM da ANPEd.

Apesar de ser significativo, mesmo em termos relativos, o incremento da produção discente em Juventude, é preciso considerar que, nesse mesmo subperíodo, se observa também um crescimento expressivo no número total de teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação. Por essa razão, é ainda prematura qualquer suposição em torno de um maior interesse sobre esse campo de investigações no interior da área da Educação, embora seja possível inferir que, a partir de meados da década de 90, tenha havido um crescimento que se estabiliza em torno de 5,5 % da produção nacional.

¹⁰ A frequência maior no primeiro período (1980-1985) decorre da forte presença dos estudos de inspiração psicológica.

Tabela 2 – Distribuição da produção discente em Juventude, por data de defesa

ANOS	DISSERTAÇÕES		TESES		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1980	9	2,7	0	0,0	9	2,3
1981	16	4,8	0	0,0	16	4,1
1982	7	2,1	1	1,8	8	2,1
1983	4	1,2	0	0,0	4	1,1
1984	18	5,7	0	0,0	18	4,6
1985	16	4,8	3	5,6	19	4,9
1986	9	2,7	1	1,8	10	2,7
1987	12	3,7	0	0,0	12	3,1
1988	8	2,4	1	1,8	9	2,3
1989	17	4,8	7	12,7	24	6,2
1990	11	3,6	4	7,3	15	3,8
1991	14	4,2	1	1,8	15	3,9
1992	11	3,0	5	9,1	16	4,1
1993	15	4,5	1	1,8	16	4,1
1994	13	3,9	1	1,8	14	3,6
1995	42	12,7	6	10,9	48	12,4
1996	39	11,7	8	14,5	47	12,1
1997	34	10,3	10	18,2	44	11,4
1998	37	11,2	6	10,9	43	11,1
TOTAL	332	100	55	100	387	100

Tabela 3 – Distribuição da produção discente em Juventude, por subperíodo

SUBPERÍODOS	DISSERTAÇÕES	TESES	TOTAL	%
1980-1984 (5 anos)	54	1	55	14,2
1985-1989 (5 anos)	62	12	74	19,1
1990-1994 (5 anos)	64	12	76	19,6
1995-1998 (4 anos)	152	30	182	47,0
TOTAL	332	55	387	100

Algumas instituições se destacam na pesquisa em torno do tema Juventude, como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). No entanto, um olhar cauteloso sobre os dados é necessário, pois se trata de um grupo antigo com programas de pós-graduação, fato que, inevitavelmente, colabora para os maiores índices na produção discente (Tabela 4). Em decorrência do próprio movimento de expansão da pós-graduação, observa-se, também, que a maior parte da produção (84%) se localiza na Região Sudeste (Tabela 5).

Tabela 4 – Distribuição da produção acadêmica discente em Juventude, por instituição

INSTITUIÇÕES	DISSER- TAÇÕES	TESES	TOTAL	%
PUC-SP	40	10	50	12,9
UFRGS	29	8	37	9,6
Unicamp	22	11	33	8,5
USP	20	11	31	8,0
UFRJ	25	4	29	7,5
PUC-RS	25	1	26	6,7
PUC-RJ	11	4	15	3,9
UFF	14	0	14	3,6
Iesae/FGV	14	0	14	3,6
UFBA	14	0	14	3,6
UFMG	11	2	13	3,3
UFSCar	12	1	13	3,3
UFPB	11	0	11	2,8
Uerj	10	0	10	2,6
Unimep	9	0	9	2,3
Unesp-Marília	5	3	8	2,1
UFPR	7	0	7	1,8
UFGO	7	0	7	1,8
UFCE	6	0	6	1,5
UFMT	6	0	6	1,5
PUC-Camp	6	0	6	1,5
Ufes	4	0	4	1,0
UFMS	4	0	4	1,0
UnB	4	0	4	1,0
UFU	3	0	3	0,8
UFRN	3	0	3	0,8
UFPI	2	0	2	0,5
UFPE	2	0	2	0,5
UFPA	2	0	2	0,5
UFSC	2	0	2	0,5
UCP	1	0	1	0,2
Sem identificação	1	0	1	0,2
TOTAL	332	55	387	100

Tabela 5 – Distribuição da produção discente sobre Juventude, por região e unidade federada

REGIÕES/UF	DISSER- TAÇÕES	TESES	TOTAL	%
Centro-Oeste	21	0	21	5,4
Distrito Federal	4	0	4	1,0
Goiás	7	0	7	1,8
Mato Grosso	6	0	6	1,5
Mato Grosso do Sul	4	0	4	1,0
Nordeste	38	0	38	9,8
Bahia	14	0	14	3,6
Ceará	6	0	6	1,5
Paraíba	11	0	11	2,8
Piauí	2	0	2	0,5
Pernambuco	2	0	2	0,5
Rio Grande do Norte	3	0	3	0,8
Norte	2	0	2	0,5
Pará	2	0	2	0,5
Sudeste	207	46	253	65,4
Espírito Santo	4	0	4	1,0
Minas Gerais	14	2	16	4,1
Rio de Janeiro	75	8	83	21,4
São Paulo	114	36	150	38,7
Sul	64	9	73	18,6
Paraná	7	0	7	1,8
Rio Grande do Sul	54	9	63	16,3
Santa Catarina	2	0	2	0,5
Sem identificação	1	0	1	0,2
TOTAL	332	55	387	100

A dispersão do número de orientadores¹¹ é significativa: para um total de 387 trabalhos, foram identificados 252 professores nessa condição. Apenas alguns professores apresentaram maior concentração de dissertações e teses orientadas¹² (Gráfico 1). No entanto há que se reconhecer o fato de que vários pesquisadores ingressaram há pouco tempo como orientadores da pós-graduação em Educação, implicando uma frequência baixa de teses orientadas na temática. Assim, o número de trabalhos por orientador não pode significar, isoladamente, ausência de interesse no tema, mas é inegável que revela, ao menos, uma grande dispersão sob o ponto de vista da área como um todo.

¹¹ A listagem completa dos orientadores encontra-se anexa, no final do presente texto.

¹² Augusto Triviños, Mirian Sirley Comiotto e Juan José Mosquera orientaram sete trabalhos cada um, Maria Laura Barbosa Franca, seis, José Carmelo Braz de Carvalho e Tania Dauster, cinco cada um.

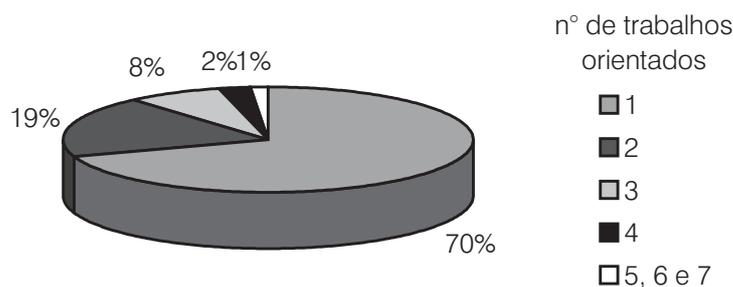


Gráfico 1 – Distribuição dos orientadores conforme o número de trabalhos orientados

O agrupamento das teses e dissertações levantadas foi realizado a partir dos seus recortes temáticos, sendo privilegiado o que o autor considerou como objetivo principal do texto. Cientes da inevitável arbitrariedade das decisões de cunho metodológico, apontamos, sempre que possível, as eventuais superposições temáticas, de modo a indicar ao leitor caminhos alternativos de acesso aos estudos. Embora as ênfases estivessem centradas na Sociologia e na Psicologia da Educação, foi possível perceber, como um traço da produção sobre Juventude, certa fluidez ou ambigüidade diante de suas matrizes disciplinares.¹³ Muitos trabalhos, embora pretendessem adotar uma perspectiva eminentemente sociológica, recorreram, de fato, a um conjunto de formulações filosófico-políticas – ou mesmo pedagógicas – que acompanharam o debate na área da Educação em determinadas conjunturas políticas. Mesmo no âmbito da Psicologia da Educação, o campo disciplinar foi definido de forma ambígua, embora seja importante apontar que foi a partir dessa disciplina que se constituiu a investigação em Educação, resultando uma forte presença dos estudos sobre Juventude no início da década de 80. A crítica ao “psicologismo” estabelecida no final dos anos 70, pelo seu caráter redutor da realidade do sujeito ou da instituição escolar, implicou, para muitos pesquisadores, a exigência de ampliação de seus referenciais, de modo a legitimar o seu próprio interesse disciplinar. De certo modo, ocorre como efeito contrário um “sociologismo” estreito ou, ao menos, uma imbricação nem sempre bem articulada entre a teoria psicológica e uma adesão a pressupostos filosófico-pedagógicos capazes de fazer a crítica da escola e da sociedade.¹⁴

Considerando-se apenas o tema principal, foi possível classificar o conjunto da produção discente em dez eixos capazes de aglutinar os interesses da pesquisa sobre Juventude nos últimos 18 anos (Tabela 6).

Tabela 6 – Distribuição da produção em Juventude, por temas

(continua)

TEMAS	DISSER- TAÇÕES	TESES	TOTAL	%
Jovens, Mundo do Trabalho e Escola	73	7	80	20,67
Aspectos Psicossociais de Adolescentes e Jovens	67	9	76	19,63
Adolescentes em Processo de Exclusão Social	57	7	64	16,53
Jovens Universitários	40	14	54	13,95
Juventude e Escola	45	5	50	12,91
Jovens e Participação Política	15	8	23	5,94
Mídia e Juventude	11	2	13	3,35

¹³ Este é um traço que marca também outros campos de investigação na área da Educação.

¹⁴ A análise das principais referências teóricas evidencia uma recorrência de autores, tanto presentes nos trabalhos de cunho sociológico como de cunho psicológico, tornando difícil estabelecer muitas vezes a filiação disciplinar do estudo.

(conclusão)

TEMAS	DISSERTAÇÕES	TESES	TOTAL	%
Jovens e Violência	8	3	11	2,84
Grupos Juvenis	9	0	9	2,32
Jovens e Adolescentes Negros	4	0	4	1,03
Outros*	3	0	3	0,77
TOTAL	332	55	387	100

* O tema Outros inclui uma dissertação sobre Educação Ambiental e dois trabalhos sobre Práticas Esportivas.

As relações entre trabalho e educação (ensino fundamental e médio), no âmbito da faixa etária, ocuparam 20,6% dos temas, incluindo a pesquisa sobre os estudantes trabalhadores e os cursos noturnos,¹⁵ sendo este o assunto com maior número de dissertações e teses no interior dos estudos sobre Juventude.

Um foco de estudo bastante importante durante todo o período examinado – *Aspectos Psicossociais de Adolescentes e Jovens* – consiste no exame de comportamentos envolvendo valores, julgamento moral, capacidade crítica, representações, sexualidade, drogas, relações familiares, gênero e identidade, integrando 19,6% da produção total.

As relações dos jovens com a escolaridade são tratadas em três momentos: o primeiro, *Juventude e Escola*, examina tanto o nível de ensino fundamental como o do médio, sob a perspectiva do aluno; o segundo prolonga-se no exame da tríade *Jovens, Mundo do Trabalho e Escola*, quando é enfatizada a experiência do aluno da educação básica que trabalha – nesse caso, os cursos noturnos, a profissionalização, a escolha profissional e os significados do trabalho tornam-se o eixo privilegiado de interesse; o terceiro momento, *Jovens Universitários*, reúne a produção que estudou os alunos do ensino superior no Brasil e encerra o conjunto de pesquisas que privilegiaram as relações dos jovens com a instituição escolar. É possível, pois, perceber a força expressiva dessas temáticas, uma vez que as relações dos jovens com as formas institucionais do processo educativo – ensino fundamental, ensino médio e educação superior – significaram 47,5% dos assuntos tratados nas dissertações e teses.

Nesse conjunto, constituído pelos três temas, podem ser observadas, ainda, algumas diferenças importantes. A pesquisa sobre os alunos do nível superior ocupou menor atenção e apresenta índices declinantes na produção discente, que privilegiou, sobretudo, a educação básica (ensino fundamental e ensino médio): *Jovens, Mundo do Trabalho e Escola* e *Juventude e Escola*.¹⁶

De modo surpreendente, o tema *Adolescentes em Processo de Exclusão Social*, recente na pesquisa educacional, cobriu 16,5% da produção discente sobre Juventude, ultrapassando assuntos tradicionais, como a relação dos jovens com a escola ou com o próprio ensino superior. O foco privilegiado de interesse incidiu sobre os programas – estatais e civis – destinados ao atendimento dessa população, o perfil e sociabilidade desses grupos.

Os estudos sobre a participação política do jovem – sobretudo aquela derivada da participação estudantil –, abarcados pelo tema *Jovens e Participação Política*, embora ocupem o interesse de alguns pesquisadores no final dos anos 60, configurando uma importante produção das Ciências Sociais no Brasil, têm fraca presença nos estudos educacionais sobre Juventude (5,9%).

Há, finalmente, um conjunto de temas considerados emergentes (compreendendo 8,5% do total da produção) que alargam o espectro de investigações e revelam, ao mesmo tempo, eixos ainda pouco explorados: *Mídia e Juventude*, *Grupos Juvenis* e *Jovens e Violência*. No entanto, surpreende a minguada

¹⁵ Ver também "Problemática 1 – o aluno trabalhador e o ensino noturno", item que integra o subtema Os Efeitos da Expansão, do tema *Jovens Universitários* (p.137 deste trabalho).

¹⁶ A produção sobre os jovens no ensino superior dedicou-se ao estudo do destino ocupacional e expectativas profissionais dos alunos, buscando traçar seu perfil. Como exemplo, citaríamos estudos que trataram de carreiras como enfermagem, medicina, etc.

participação da temática racial ou étnica¹⁷ (crucial para uma compreensão mais densa da sociedade brasileira e das desigualdades educacionais) nas pesquisas sobre os jovens e adolescentes, perfazendo 1% do total da produção sobre Juventude e somando apenas quatro trabalhos. Os estudos sobre juventude e gênero estão escassamente disseminados em alguns dos subtemas, evidenciando, ainda, sua fraca presença na pesquisa discente.

O exame da produção compreendendo a sua evolução temática nos últimos anos revela importantes inflexões na área dos estudos sobre Juventude (Tabela 7). Há temas mais fortemente presentes na década de 80 que perdem, de modo gradativo, espaço no interior do campo. Este é o caso do estudo dos *Aspectos Psicossociais de Adolescentes e Jovens*, que chegou a ter uma presença de 35% no primeiro quinquênio e cai para apenas 17% nos últimos quatro anos. Na mesma direção, observa-se o decréscimo de interesses em torno dos jovens alunos do ensino superior e da escola fundamental e média. A tríade *Jovens, Mundo do Trabalho e Escola* passa a ocupar um espaço forte no início da década de 90, apresentando forte declínio no último subperíodo. Por sua vez, é visível que o tema *Adolescentes em Processo de Exclusão Social* se configura como interesse mais forte somente a partir de 1995, quando passa a ocupar quase 25% do total da produção sobre Juventude. Os temas *Jovens e Participação Política*, *Mídia e Juventude* e *Jovens e Violência* mostram presença estável nos últimos anos; no entanto, os estudos abrangidos pelos temas *Grupos Juvenis* e *Jovens e Adolescentes Negros* se configuram como de interesses bem recentes, pois os trabalhos foram concluídos somente a partir de meados da década de 90.

Tabela 7 – Distribuição da produção sobre Juventude, por subperíodo

TEMAS	SUBPERÍODOS				TOTAL (%)
	1980-1984 (%)	1985-1989 (%)	1990-1994 (%)	1995-1998 (%)	
Jovens, Mundo do Trabalho e Escola	21,4	19,3	36,9	14,3	20,6
Aspectos Psicossociais de Adolescentes e Jovens	35,7	21,9	11,9	17,0	19,6
Adolescentes em Processo de Exclusão Social	10,7	8,2	9,2	24,8	16,5
Jovens Universitários	16,1	17,8	15,8	11,0	13,9
Juventude e Escola	12,5	16,4	13,1	11,6	12,9
Jovens e Participação Política	0,0	6,8	5,3	7,7	5,9
Mídia e Juventude	1,8	4,1	2,6	3,8	3,3
Jovens e Violência	1,8	1,4	3,9	3,3	2,8
Grupos Juvenis	0,0	1,4	1,3	3,8	2,3
Jovens e Adolescentes Negros	0,0	0,0	0,0	2,2	1,0
Outros	0,0	2,7	0,0	0,5	0,7
TOTAL	100	100	100	100	100

¹⁷ Alguns dos estudos sobre grupos juvenis enfatizaram também a questão do negro, especialmente aqueles que estudaram alguns dos estilos musicais que aglutinam a presença juvenil.

TRILHAS ABERTAS PARA A ANÁLISE

Várias interrogações se impõem ao investigador após o exame desses dados resultantes do levantamento empreendido sobre a produção discente na pós-graduação em Educação de 1980 a 1998.

A pequena participação do que amplamente poderíamos designar como o campo dos estudos sobre Juventude na área da Educação decorre das características da própria produção, marcada pela dispersão e variação temática, de acordo com as análises responsáveis pela avaliação acadêmica da área (Gatti, 1983; Warde, 1993). Assim,

a dispersão e a variação temática continuam a ser características predominantes sobre a unidade e a continuidade. Não se trata de diversidade, traço positivo a ser conquistado e preservado, mas de: a) fragmentação dos temas numa multiplicidade de subtemas ou assuntos; b) pulverização dos campos temáticos; e c) descontinuidade no trato dos assuntos (Warde, 1993, p. 69).

Mas a investigação realizada por Warde (1993, p. 57) aponta, também, a preferência por temas pedagógicos, apresentando um índice rápido de crescimento na época (1982-1991), principalmente os trabalhos sobre o ensino de disciplinas ou áreas de estudo, compreendendo gama variável de aspectos, tais como metodologias, técnicas de ensino, didáticas, planejamento, entre outros.

A ênfase nas pesquisas de natureza estritamente pedagógica, de acordo com Warde, parece decorrer da entrada na pós-graduação, nos anos 80, de um número não desprezível de professores e técnicos de ensino ligados, por formação e atuação, à educação básica e, em menor quantidade, ao ensino superior. Ao que tudo indica, interessados em compreender a escola, esses pesquisadores voltaram-se, sobretudo, para a investigação de aspectos pedagógicos, revelando forte interesse no processo de aprendizagem, mas com escassa ênfase no movimento de se buscar conhecer o aluno em sua condição complexa, no nosso caso adolescentes ou jovens, como sujeitos aos quais se destina a atividade educativa da escola.

Tal fato parece auxiliar, também, na explicação do isolamento da área em relação às demais ciências humanas, estabelecendo apenas em alguns temas e por parte de alguns pesquisadores “um diálogo diferenciado com outras áreas de investigação social” (Warde, 1993, p. 69).

Essas questões iniciais já permitem uma indagação importante. No campo de estudos sobre jovens, consolidado nesse conjunto de dissertações e teses cujos dados foram apresentados, percebe-se a sua fraca participação se considerarmos a totalidade da produção da área nos últimos 18 anos. Mas, nas teses e dissertações reunidas, estaria ocorrendo esse diálogo apontado por Warde, mediante a constituição de uma área de estudos sobre jovens, ainda que incipiente, no interior da pesquisa em Educação? Ou, reduzindo as expectativas e propondo a questão de forma mais modesta, poderíamos admitir a hipótese de que no interior dos estudos sobre a Educação, estaria sendo contemplada, ainda que em caráter incipiente, uma forma de aproximação inspirada nas disciplinas compreendidas pelas Ciências Sociais para a análise do sujeito ao qual se destina o processo educativo, particularmente na faixa etária que abrange os segmentos juvenis? Apesar de seu decréscimo na década de 90, seriam ainda os estudos de cunho psicológico o campo privilegiado de interlocução com outras áreas de investigação científica, no caso a Psicologia?

Trata-se de abrir algumas hipóteses em torno de uma produção muito desigual quanto à sua qualidade. Há problemas na elaboração das dissertações e teses que reproduzem algumas limitações já verificadas em outros eixos do conhecimento na área da Educação: formulação teórica frágil, em geral inspirada em fontes secundárias e não nos próprios autores já considerados clássicos na respectiva área de estudos; escasso diálogo com o corpo teórico da disciplina de origem – Sociologia e Psicologia; dissociação entre o enunciado teórico e a parte empírica; e, finalmente, trabalhos conduzidos de forma apressada sob o ponto de vista empírico, muitas vezes distantes de qualquer rigor nas estratégias de investigação.

A produção discente sobre Juventude é, também, fortemente influenciada pela centralidade da escola, provocando uma forte adesão ao estudo do jovem a partir de sua condição de aluno. Como afirma Dubet, essa ênfase na condição de estudante ou de aluno é até compreensível e faz com que os estudos sobre Juventude, sobretudo os de cunho sociológico, se desloquem, necessariamente, para uma análise ou sociologia da escola. “Isso não significa que os jovens não sejam mais definidos por suas origens sociais, mas que a posição no sistema escolar torna-se um dos fatores essenciais da organização das experiências juvenis” (Dubet, 1996, p. 28).

Mas um dos limites dessa produção discente sobre o aluno ou o estudante residiria na inexistência de nexos empíricos e teóricos capazes de absorver outras dimensões da experiência socializadora e da sociabilidade do educando que afetariam os patamares em que se dá a sua vida escolar. As pesquisas estariam, assim, privilegiando, no estudo do sujeito, apenas a sua condição mais visível de aluno, desfigurada do seu modo efetivo de existência.

Quando a relação do aluno com a instituição escolar foi proposta como objeto de pesquisa, quase sempre foi evidenciada a idéia do fracasso escolar como eixo forte de interesse por parte dos alunos da pós-graduação. Os fatores econômicos constituíram, inicialmente, a variável capaz de explicar todas as situações de desajuste da escola que culminavam com a exclusão escolar – da escola e na escola, na acepção de Ferrari (1999). Com o decorrer dos anos, as dimensões propriamente escolares desse processo começam a aparecer, assumindo os estudos, muitas vezes, um tom de denúncia. No entanto, essa atribuição de razões para o insucesso na escola acaba por assumir caráter extremamente reiterativo. Apesar de Zaia Brandão (1983) ter apontado a exaustão do tema do fracasso escolar como objeto de pesquisa, houve ainda, tanto nos anos 80 como na década de 90, um conjunto de estudos que, sistematicamente, repetiu conclusões já observadas em trabalhos anteriores.

Verifica-se um importante ponto de inflexão nesse universo de dissertações e teses na adoção da categoria *Estudante-Trabalhador* no âmbito das investigações que também procuraram entender a escola noturna e as relações entre educação e trabalho.¹⁸ Ou seja, para grande parte da população escolar, a categoria aluno não possibilitaria uma aproximação mais global de suas práticas escolares, interesses e modos de sociabilidade. Por essas razões, a pesquisa voltou-se para o exame dessas formas híbridas que caracterizariam a experiência educativa da maioria da população de origem trabalhadora da sociedade brasileira que está no ensino fundamental e médio, tanto em sua modalidade regular como supletiva. Focalizando a precariedade e a inadequação da escola, há um conjunto de teses que tratam da experiência dos alunos trabalhadores, evidenciando a distância da escola em relação ao mundo do trabalho. Mas esse reconhecimento, ao se tornar reiterado em todo o período, provoca, também, certo esgotamento na pesquisa, que acaba por repetir conclusões de estudos anteriores, sem apontar, de fato, um conhecimento novo. Mesmo assim, é preciso reconhecer que, ao traçar um quadro extremamente repetitivo das condições escolares e de sua distância do mundo dos alunos trabalhadores, a pesquisa discente retrata, na verdade, a inércia do sistema escolar público no Brasil, que não consegue enfrentar essa realidade de modo satisfatório. Mas é evidente que experiências de políticas públicas recentes, sobretudo no âmbito municipal, poderiam estar apontando outros caminhos, demandando, assim, um novo conjunto de investigações.

De qualquer modo, fica nítido o fato de que a compreensão da vida escolar está exigindo, também, novos aportes da pesquisa, uma vez que, além da sua frágil capacidade de transmissão de conhecimentos e valores considerados legítimos pela sociedade, estaria ocorrendo, no seu interior, a emergência de formas de sociabilidade juvenil não contempladas nas investigações (Dubet, 1991; Dubet, Martuccelli, 1996). Ao que tudo indica, estaria ocorrendo um padrão de esgotamento das análises sobre a escola no Brasil que privilegiariam apenas a experiência pedagógica e os mecanismos presentes na distribuição do conhecimento escolar, sem levar em conta outras dimensões e práticas

¹⁸ O primeiro trabalho localizado data de 1981. Embora ele não utilize a expressão “estudante-trabalhador”, trata do estudante que trabalha, como forma de aproximação do sujeito, tentando apreender as especificidades da escola noturna. A dissertação foi posteriormente publicada em livro, sob o título *Ensino noturno: realidade e ilusão* (Carvalho, 1984).

sociais em que está mergulhado o sujeito, aspectos cruciais a apontar os limites da ação socializadora dessa instituição.¹⁹

Se essa suposição é correta, as investigações mais recentes recorrem a novas abordagens, incluindo aquelas que dizem respeito às formas associativas e de expressão cultural dos segmentos juvenis, na medida em que se acentua a crise da escola e sua capacidade de intervenção socializadora sobre a população em idade escolar.

A evidência mais nítida dessa inflexão reside no acentuado crescimento da produção discente em torno do tema *Adolescentes em Processo de Exclusão Social*. A conjuntura pós-Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em 1990, estimulou a investigação em torno das condições e modos de vida de adolescentes que moram nas ruas, nela exercem ocupações ou estão sob o abrigo das instituições públicas ou da sociedade civil. A expressão “processo de exclusão social” reúne, de forma ampla, um leque de situações e sujeitos designados de modo bastante impreciso pelos pesquisadores. Ora são menores carentes, trabalhadores de rua, meninos de rua, crianças excluídas, etc. Como um campo novo de interesse da pesquisa discente, torna-se necessário, preliminarmente, que a própria área reconsidere o uso indiscriminado da palavra “exclusão”, que passa a cobrir uma gama tão variada de situações, tornando pobre o seu uso. Ao ignorar os fenômenos da nova desigualdade e da inserção precária, como afirma Martins (1997), retira-se da noção o seu caráter processual e se estabelece, na prática, uma atribuição estática da condição do sujeito.

Do ponto de vista da luta política, a adoção uniforme de designações como meninos e meninas de rua, por exemplo, para cobrir a ampla faixa atingida pela proteção da legislação, revelou, em algumas situações, sua eficácia em introduzir nova esfera de legitimidade: a idéia de sujeitos de direitos em populações alvo do estigma diante de sua condição de “menores”. Mesmo assim, como alerta Rosemberg (1993), tais designações, na maioria das vezes, têm agravado certos estereótipos, ao invés de enfraquecê-los. Mas essa prática, sob o ponto de vista da produção do conhecimento, é expressão de um grau acentuado de indefinição teórico-metodológica e de tratamento uniforme de situações psicossociais extremamente diversas. Essa imprecisão dificultou até a identificação dos sujeitos escolhidos para a investigação, pois adolescentes e crianças foram tratados como categorias dissolvidas, sobretudo, em uma idéia abstrata de infância.²⁰ Por outro lado, não foi localizada nenhuma dissertação ou tese que examine a problemática de jovens em processo de exclusão na faixa etária que ultrapassa a maioridade legal, caracterizando, na área, uma produção de certo modo aprisionada pelos limites jurídicos fixados pela legislação em torno da maioridade.

Um traço marcante na produção discente sobre Juventude, tal como se observa na pesquisa educacional como um todo, decorre de sua feição propositiva. Em 1955, ao realizar um balanço das tendências predominantes no pensamento sociológico sobre a Educação, Antonio Candido identificava três grandes orientações: uma primeira – filosófico-sociológica – qualificada por suas preocupações em definir o caráter social do processo educativo, estabelecendo as articulações gerais entre o funcionamento da sociedade e a educação; a segunda – pedagógico-sociológica – buscava os elementos teóricos que pudessem ser traduzidos na possibilidade do bom funcionamento da escola, mas se transformava em componente da Pedagogia e da Administração Escolar; e, finalmente, um ramo em vias de constituição – a Sociologia da Educação –, que tentava, ao mesmo tempo, afastar-se do caráter especulativo da primeira tendência e do imediatismo presente na segunda orientação (Candido, 1973).

Ao que tudo indica, a produção discente na área de Juventude – inspirada tanto na Psicologia como na Sociologia da Educação – reiterou a vertente pedagógico-sociológica ou, ampliando o uso da expressão de Candido, pedagógico-psicológica, não pelo caráter imediatista das análises que visavam à superação dos problemas enfrentados pelos jovens e adolescentes na sociedade brasileira, mas

¹⁹ A tese de doutorado de Guimarães (1995), que privilegiou, no estudo da escola pública da cidade do Rio de Janeiro, as suas relações com as galerias de jovens e o narcotráfico, traduz essas tentativas de novos aportes.

²⁰ É muito comum localizar trabalhos que pretendem avaliar experiências e projetos sem ao menos distinguir os sujeitos e sua peculiar inserção no percurso de vida. Por outro lado, a idéia de infância resgatou, de forma bastante positiva, a importância do direito a uma existência digna nesse momento do percurso vital.

por uma vocação voltada para a afirmação de princípios sobre a educação que defendiam a necessidade do seu componente crítico e, muitas vezes, revolucionário.

Percebe-se, sobretudo nos anos 90, alguma mudança em direção a um maior rigor analítico e certa moderação no discurso político-propositivo em grande parte da produção discente mais recente. Contudo, em temas ainda pouco investigados – como a questão da adolescência em processo de exclusão – permeados pela conjuntura política, o tom militante e engajado ainda prevalece na maioria dos estudos. É preciso ressaltar que a indignação e o compromisso ético-político não são, *a priori*, orientações negativas da pesquisa. Critica-se aqui um conjunto de perspectivas que fazem do envolvimento com o próprio objeto fator de empobrecimento do rigor intelectual e da perspectiva crítica inerente ao pensamento teórico.

Outra tônica bastante freqüente na produção discente, sobretudo a partir da década de 90, incidiu sobre a dominância quase absoluta dos estudos de natureza qualitativa.²¹ A área, como um todo, fez a crítica à orientação positivista presente em um amplo conjunto de investigações de feição quantitativa, trilhou outros caminhos, abrindo veredas nos estudos qualitativos, sobretudo a partir dos anos 90, recorrendo à Antropologia ao se inspirar na vertente etnográfica.

Em alguns casos, foi sensível o avanço na compreensão densa de fenômenos que exigiram estudos em profundidade de práticas e orientação, como é o caso de algumas pesquisas sobre a escola. Mas, também, observou-se um duplo empobrecimento: de um lado, a adoção apressada de recursos metodológicos nascidos em outras disciplinas banalizou a própria pesquisa de feição qualitativa, cujos resultados, muitas vezes, foram pobres sob o ponto de vista da produção de conhecimento novo; de outro, desprezou a enorme contribuição que os estudos de natureza estatística podem oferecer ao investigarem grandes grupos. Poderíamos, de certo modo, afirmar que a ausência dos grandes diagnósticos e quadros oferecidos pelos estudos quantitativos resultou em sérios limites para as abordagens qualitativas que não conseguiram formular novos problemas e hipóteses para a pesquisa. Trata-se da repetição, sob o ponto de vista metodológico, de uma dicotomia estabelecida entre as abordagens micro e macrosociais, como afirma Zaia Brandão (2000), que tem atravessado a produção de conhecimento na área da Educação.

Finalmente, resta apontar que o conjunto da produção discente sobre o jovem procurou, em geral, estabelecer uma compreensão de sua condição a partir, sobretudo, de opiniões emitidas por esse sujeito nas situações que marcavam sua experiência, principalmente no que diz respeito à escola, tendo sido essa instituição o ponto de partida da maioria das pesquisas. Mas uma área de estudos sobre Juventude que privilegie os jovens na condição de sujeitos é mais do que o levantamento de suas opiniões. Assim, apesar do volume significativo de teses e dissertações, pode-se afirmar que ainda há um desconhecimento sobre a condição juvenil na sociedade brasileira, marcada por recortes intensos nas desigualdades sociais, culturais e étnicas que oferecem para pesquisa a realidade plural da juventude.

Resta o consolo da experiência de outros países, como a França. Não obstante o maior desenvolvimento dos estudos sobre Juventude, Mauger (1994) ainda aponta em seu balanço que a Sociologia da Juventude enquanto domínio de pesquisa sociológica naquele país, revestido de forte audiência política e de intenso teor profético, ainda padecia de fraca legitimidade científica e pouca consistência teórica no início dos anos 90. Propunha esse autor a seguinte questão: é necessário ajudá-la a ser ou a desaparecer?

Para nós, essa indagação se apresenta de forma mais aguda, pois só recentemente o tema Juventude tem aparecido no debate público e político, recoberto pelos processos de exclusão social que atingem crianças e adolescentes nas denominadas “situações de risco”. A ampla faixa que completa 18 anos só se constitui interesse em razão dos índices de violência e homicídio associados a esse segmento. Até recentemente, a fraca visibilidade da questão na esfera pública brasileira aliava-se à fraca penetração no âmbito da pesquisa educacional, demandando inúmeros esforços de adensamento teórico.

²¹ Cerca de 50% dos trabalhos consultados declararam realizar estudos de caso, além de um número razoável apoiar-se em outras estratégias de natureza qualitativa, como a pesquisa-ação, a pesquisa participante, a etnografia, entre outras.

Hoje, a sociedade brasileira, de certa forma, volta sua atenção para o tema Juventude, sobretudo pelo reconhecimento da ausência de políticas públicas voltadas para esse segmento populacional, tendo o interesse por esse tema se intensificado nos últimos anos. Os trabalhos mais recentes na área da Educação, a partir de meados dos anos 90, tendem a se perfilar mais fortemente no campo da Sociologia, permanecendo um conjunto importante de pesquisas de inspiração psicológica sobre adolescência. Os focos temáticos relacionados à Juventude – o mundo do trabalho, mídia, etnia, grupos juvenis, participação política e violência – têm concentrado, nos últimos anos, perspectivas de estudo bastante promissoras. Os dois eixos teóricos estruturantes da produção discente sobre Juventude – a Sociologia e a Psicologia – parecem acenar com novas possibilidades e certamente seriam enriquecidos se houvesse uma abertura para a perspectiva da História, ainda ausente nesse tipo de investigação.²² Talvez estejam sendo criadas as condições para um diálogo mais fecundo e promissor com os demais campos disciplinares externos à área da Educação, mas próximos pela afinidade temática, de modo a se constituir uma área sólida de investigação em torno dos estudos sobre Juventude no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Lais; LEÓN, Francisco; RIVEROS, Luis. *Las reformas sociales en acción: empleo*. Santiago: Organización de las Naciones Unidas, 1997.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a 'escola paulista'. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Idesp/Fapesp, 1995. v. 2.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine. Jeunesse et conjugaison des temps. *Sociologie et Sociétés*, Montreal, v. 28, n. 1, 1996.
- BAUBY, P.; GERBER, T. *Singulière jeunesse plurielle*. Paris: Publisud, 1996.
- BRANDÃO, Zaia. *A escola em questão: evasão e repetência no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- _____. *Para além das ortodoxias: o dialético micro/macro na Sociologia da Educação*. [S. l.: s. n.], 2000. Trabalho apresentado na XXIII Reunião Anual da ANPEd, versão em CD-ROM, 2000.
- BRASIL. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento Humano – CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, 1998. 2 v.
- BOURDIEU, P. De quoi parle-ton quand on parle du "problème de la jeunesse"? In: PROUST, François (Org.). *Les jeunes et les autres: contributions des sciences de l'homme à la question des jeunes*. Vauresson: CRIV, 1986.
- _____. *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1980. cap.: La jeunesse n'est qu'un mot.
- CANDIDO, Antonio. Tendências no desenvolvimento da Sociologia da Educação. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. *Educação e sociedade*. São Paulo: Ed. Nacional, 1973.
- CARVALHO, Célia Pezzolo de. *Ensino noturno: realidade e ilusão*. São Paulo: Cortez, 1984.

²² São pouquíssimos os estudos que buscaram uma perspectiva histórica, inserindo-se, entre eles, os que investigaram o movimento estudantil nas décadas de 60 e 70. Embora seja corrente o fato de a juventude ser tida como uma invenção da modernidade, estudos de feito histórico como aqueles desenvolvidos por Levi e Schmitt (1996) certamente enriqueceriam nossa compreensão sobre os modos como foi sendo construída socialmente a passagem da infância para a idade adulta na sociedade brasileira e suas principais representações.

- CHAMBOREDON, J. C. Adolescence et post-adolescence: la "juvénisation". In: ALLÉON, Anne-Marie; MORVAN, Odile; LEBOVICI, Serge. *Adolescence terminée, adolescence interminable*. Paris: PUF, 1985.
- DUBET, F. Des jeunesses et des sociologies: le cas français. *Sociologie et Sociétés*, Montreal, v. 28, n. 1, 1996.
- _____. *Les lycéens*. Paris: Seuil, 1991.
- DUBET, F.; MARTUCCELLI, D. *À l'école: sociologie de l'expérience scolaire*. Paris: Seuil, 1996.
- FERRARI, Alceu. Diagnóstico da escolarização no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 12, set./dez. 1999.
- GALLAND, Oliveira. *Sociologie de la jeunesse: la entrée dans la vie*. Paris: Armando Colin, 1991.
- GATTI, Bernardete. Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil, 1978/1981. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 44, p. 317, fev. 1983.
- GUIMARÃES, Eloísa. *Escolas, galeras e narcotráfico*. Rio de Janeiro, 1995. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- HADDAD, Sérgio; SPOSITO, Marília P. *Juventude e educação: uma análise da produção de conhecimento*. São Paulo: Fapesp, 1999. Relatório científico final.
- JANKOWSKI, B. *Les gangs aux États-Unis: bilan de recherches*. [S. l.], 1992. Mimeografado.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LEVI, G.; SCHMITT, J. C. *História dos jovens*. São Paulo: Ed. das Letras, 1996. 2 v.
- MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: *Sociologia da juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v. 1
- _____. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. *Mannheim*. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção grandes cientistas sociais).
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MAUGER, Gérard. *Les jeunes en France: état des recherches*. Paris: La Documentation Française, 1994.
- MELUCCI, Alberto. *Il gioco dell'io*. Milão: Saggi/Feltrinelli, 1992.
- MORIN, E. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo, necrose*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- MUXEL, Anne. La formation des choix politiques dans les temps de la jeunesse: filiation et expérimentation. In: CHEVALIER, Jean (Org.). *L'identité politique*. Paris: PUF, 1994.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Sobre o pensamento sociológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.
- PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, Lisboa, v. 25, n. 105/106, 1990.

- PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, 1997.
- ROSEMBERG, Fúlvia. O discurso sobre criança de rua na década de 80. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 87, nov. 1993.
- SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em Educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, 1997.
- VIANNA, H. (Org.). *Galerias cariocas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. cap.: Introdução.
- WARDE, Mirian Jorge. A produção discente dos programas de pós-graduação em educação no Brasil (1982-1991): avaliação & perspectivas. In: *AVALIAÇÃO e perspectiva na área de educação*. Brasília: ANPEd: CNPq, 1993.

Orientadores das dissertações e teses levantadas

(continua)

NOMES	Nº DE DISSERTAÇÕES/TESES
COMIOTTO, Mirian Sirley	7
MOSQUERA, Juan Jose Mourino	7
TRIVIÑOS, Augusto	7
FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa	6
CARVALHO, Jose Carmelo Braz de	5
DAUSTER, Tania	5
BIAGGIO, Angela Maria Brasil	4
FINI, Maria Inês	4
FONTANELLA, Francisco Cock	4
MAHONEY, Abigail Alvarenga	4
PAVÃO, Zelia Milleo	4
SANDOVAL, Salvador Antonio Meireles	4
ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino	3
ALONSO, Myrtes	3
CAMARGO, Ana Maria Faccioli de	3
ENRICONE, Delcia	3
GATTI, Bernardete Angelina	3
KHOURI, Ivonne	3
LOFFREDI, Lais Esteves	3
MALUF, Maria Regina	3
MARTINS, Joel	3
MATA, Speranza Franca da	3

(continuação)

NOMES	Nº DE DISSERTAÇÕES/ TESES
MOLINA, Olga	3
NERI, Anita Liberalesso	3
PAIXÃO, Lyra	3
PICANÇO, Iracy Silva	3
SCHEEFFER, Ruth Nobre	3
SOARES, Magda Becker	3
VERHINE, Robert Evan	3
FIRME, Thereza Penna	3
SISTO, Fermino Fernandes	3
ANDREOLA, Balduino Antonio	2
AROUCA, Lucila Schwantes	2
ARROYO, Miguel Gonzalez	2
BAUMEL, Roseli Cecilia Rocha Carvalho	2
BAZILIO, Luiz Cavalieri	2
BERNARDES, Nara Maria Guazzelli	2
BURNHAM, Teresinha Froes	2
CALADO, Alder Julio Pereira	2
CAMPOS, Angela Valadares Dutra de Souza	2
CARELLI, Antonio	2
CARIOLA, Teresa Correa	2
CASTRO, Marta Luz Sisson de	2
COVRE, Maria de Lourdes Manzini	2
FARIAS, Sergio Coelho Borges	2
FERNANDES, Lucia Monteiro	2
FERREIRA, Nilda Teves	2
FERRETI, Celso João	2
FISCHER, Nilton Bueno	2
FLACH, José Arvedo	2
FRIGOTTO, Gaudêncio	2
GARCIA, Pedro Benjamim	2
GERMANO, José Willington	2
GIOVANETTI, Maria Amelia Gomes de Castro	2
GOLDBERG, Maria Amelia Azevedo	2
GOMES, Heloisa Szymanski Ribeiro	2
LINHARES, Celia Frazão Soares	2

(continuação)

NOMES	Nº DE DISSERTAÇÕES/ TESES
LOBO, Yolanda Lima	2
LUCE, Maria Beatriz Moreira	2
MOKREJS, Elisabete	2
MOULIN, Nelly de Mendonça	2
MOYSES, Lucia Maria Moraes	2
NOGUEIRA, Maria Alice	2
NOSELLA, Paolo	2
RESENDE, Anita Cristina Azevedo	2
ROAZZI, Antonio	2
RONCA, Antonio Carlos Caruso	2
SAVIANI, Dermeval	2
SILVA JUNIOR, Celestino Alves da	2
SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e	2
SOLARI, Carmen Lins Baia de	2
SOUZA, Yolanda de Castro e	2
SPOSITO, Marília Pontes	2
TANUS, Maria Ignez Jofre	2
TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez	2
TIJIBOY, Juan Antonio	2
VIEIRA, Evaldo Amaro	2
ALMEIDA, Laurinda Ramalho de	2
ALMEIDA, Maria Angela Vinagre de	1
ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de	1
ALMEIDA, Zilah Xavier de	1
ALVAREZ ARAGON, Virgilio	1
ALVES, Gilberto Luiz	1
ALVES, Kleide Marcia Barbosa	1
ANDRÉ, Marli E. D. A. de	1
ARAGÃO, Rosalia Maria Ribeiro de	1
ASSIS-PETERSON, Ana Antonia de	1
ASSMANN, Hugo	1
AVELAR, Lucia Mercedes de	1
AVILA, Vicente Fideles de	1
AZEVEDO, Janete Maria Lins de	1
BAETA, Anna Maria Bianchini	1

(continuação)

NOMES	Nº DE DISSERTAÇÕES/ TESES
BALZAN, Newton Cesar	1
BARBOSA, Ivone Garcia	1
BARRIGUELLI, Jose Claudio	1
BARUFI, Luadir	1
BASTOS, Ana Cecilia Bittencourt	1
BASTOS, Jesus de Alvarenga	1
BECKER, Fernando	1
BEIDER, Malca Dvoira	1
BELLONI, Maria Luiza	1
BONAMIGO, Euza Maria Rezende	1
BRUM, Eron	1
BRUNO, Lucia Emilia Nuevo Barreto	1
BURNHAM, Terezinha Froes	1
CALADO, Alder Julio Ferreira	1
CALAZANS, Maria Julieta Costa	1
CAMPOS, Joaquim Pedro de Souza	1
CAMPOS, Maria Machado Malta	1
CANEDO, Leticia Bicalho	1
CARVALHO, Edgard de Assis	1
CASTRO, Amelia Domingues	1
CASTRO, Ramon Pena	1
CESAR, Constança Marcondes	1
COSTA, Liana Fortunato	1
COSTA, Ramonaval Augusto Costa	1
COX, Maria Ines Pagliarini	1
CRAIDY, Carmem Maria	1
CRESCO, Ataliba Vianna	1
CUNHA, Luiz Antonio	1
D'ANTOLA, Arlette Rosa Magdalena	1
DALLAGO, Maria Lucia Lopes	1
DAMASCENO, Maria Nobre	1
DESSEN, Maria Auxiliadora da Silva	1
DIAS, José Augusto	1
DOMINGUES, Maria Herminia Marques da Silva	1
DOXSEY, Jaime Roy	1

(continuação)

NOMES	Nº DE DISSERTAÇÕES/ TESES
D'EL-REY, Denise Cesar Homem	1
EIZIRIK, Marisa Faermann	1
EKSTERMAN, Abram	1
ELLIOT, Ligia Gomes	1
ERN, Edel	1
ESPOSITO, Vitoria Helena Cunha	1
FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de	1
FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque	1
FÁVERO, Osmar	1
FERREIRA, Adir Luiz	1
FERREIRA, Julio Romero	1
FLEURY, Educardo	1
FOLBERG, Maria Nestrovsky	1
FONSECA, João Pedro da	1
FRANCO, Maria Estela Dal Pai	1
GADOTTI, Moacir	1
GARCIA, Acacia Maria Costa	1
GEBARA, Ademir	1
GOLDENBERG, Sergio	1
GOMES, Candido A.	1
GOMES, Carlos Minayo	1
GOMES, Jerusa Vieira	1
GOMES, Romeu	1
GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira	1
GONÇALVES, Obed	1
GRINSPUN, Mirian Paura Zippin	1
GUEDES, Maria do Carmo	1
HAMBURGER, Ernst Wolfgang	1
HOLMESLAND, Icara da Silva	1
IRELAND, Timothy Denis	1
IRELAND, Vera Esther Jandir da Costa	1
JACOBI, Pedro Roberto	1
JARRY, Roberto	1
KONDER, Leandro	1
KOSMINSKY, Ethel Volfzon	1

(continuação)

NOMES	Nº DE DISSERTAÇÕES/ TESES
KRAWCZYK, Nora Ruth	1
KUENZER, Acacia Zeneida	1
LEAL, Maria Cristina	1
LIBANEO, Jose Carlos	1
LINS, Daniel Soares	1
LOFFREDI, Olga Nietta	1
LOURO, Guacira Lopes	1
LUCAS, Liney Orlandina	1
LUCK, Heloisa	1
LUCKESI, Cipriano Carlos	1
MACEDO, Elizabeth Fernandes de	1
MADEIRA, Margot Campos	1
MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho	1
MAIMONI, Eulalia Henrique	1
MALUFE, José Roberto	1
MARIN, Alda Junqueira	1
MARQUES, Juray C.	1
MARSON, Fernando	1
MARTELLI, Anita Favaro	1
MARTINS, Elza Rodrigues	1
MATTAR, Maria Olga	1
MATTIAZZI, Benjamin	1
MAZZOTTI, Alda Judith Alves	1
MIRANDA, Ana Elisabeth Bastos de	1
MIRANDA, Glaura Vasques de	1
MORAES, Carmen Sylvia Vidigal de	
MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa	1
MOROZ, Melania	1
MOURA, Irineu	1
NALE, Nivaldo	1
NESTROVSKY, Maria	1
NOVASKI, Augusto J. C.	1
NUNES, Leila Regina de Paula	1
OLIVEIRA, Fernando Antonio Leite de	1
OLIVEIRA, José Severino N. de	1

(continuação)

NOMES	Nº DE DISSERTAÇÕES/ TESES
OLIVEN, Arabela C.	1
PAIVA, Edil Vasconcellos de	1
PAIVA, José Maria de	1
PAIXÃO, Lea Pinheiro	1
PASSOS, Elizete Silva	1
PERALVA, Angelina Teixeira	1
PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar	1
PIMENTA, Selma Garrido	1
PINTO, Celi Regina Jardim	1
PIOZZI, Patrizia	1
IVATTO, Pergentino Stefano	1
PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza	1
PONDE, Gloria Maria Fialho	1
PRADO, Fernando Dagnoni	1
PUCCI, Bruno	1
RANGEL, Mary	1
RASCHE, Vania	1
REZENDE, Antonio Paulo de Moraes	1
RIBEIRO, José Ribamar	1
ROCHA, Anna Bernardes da Silveira	1
ROSA, Jorge La	1
SÁ, Lais Maria Borges de Mourão	1
SAMPAIO, Roosevelt Pinto	1
SANCHEZ MARTIN, Sebastián	1
SANT'ANNA, Catarina	1
SERPA, Luiz Felipe Perre	1
SEVERINO, Antonio Joaquim	1
SILVA, Esperdito Pedro da	1
SILVA, Ezequiel Theodoro da	1
SILVA, Heloisa Maria Cardoso da	1
SILVA, Jair Militão da	1
SILVA, Maria de Lourdes Ramos da	1
SILVA, Rinalva Cassiano	1
SILVA, Tomaz Tadeu da	1
SOUSA, Clarilza Prado de	1

(conclusão)	
NOMES	Nº DE DISSERTAÇÕES/ TESES
SOUZA, Maria Cecilia Cortez Christiano de	1
STOBAUS, Claus Dieter	1
TAPIA, Luis Ernesto Rodrigues	1
TCHAIKOVSKY, Fany Malin	1
TEIXEIRA, Elza Vieira de Souza	1
TESSER, Ozir	1
TORRES, Artemis Augusta Mota	1
TOSCHI, Eny	1
TOURINHO, Emanuel Zagorry	1
TREIN, Eunice Schilling	1
VALENTE, Ana Lucia Eduardo Farah	1
VALLA, Victor Vincent	1
VALLADARES, Licia do Prado	1
VARGAS, Nazira Abib	1
VEIT, Laetus Mario	1
VIEIRA, Paulo Reis	1
VITAL BRAZIL, Circe Navarro	1
WARDE, Mirian Jorge	1
WEBER, Silke	1
ZUBEN, Newton Aquiles Von	1

Total de orientadores: 252

Total de dissertações e teses: 387

Aspectos psicossociais de adolescentes e jovens

Maria Cecília Cortez C. Souza*

As dissertações e teses que investigaram o tema *Aspectos Psicossociais de Adolescentes e Jovens*, apoiadas, em grande parte, em recorte disciplinar no âmbito da Psicologia, configuram um conjunto aparentemente heterogêneo e, sem dúvida, numeroso de pesquisas: 76 trabalhos, ou 19,6% do total produzido no período abarcado pelo levantamento deste estado do conhecimento.

Um exame atento dos conteúdos dessa produção discente, no entanto, revela uma unidade que ultrapassa o mero recorte disciplinar e que se desvela à medida de sua leitura, assinalando certos subtemas que se afiguram como recorrentes. Este texto pretende examiná-los em seu conjunto, procurando aferir alguns sentidos dessa produção. Para tanto, far-se-á uma breve introdução, com algumas pontuações que, sem pretensão de exaustividade, assinalam certos dados que permitem contextualizá-la. Em seguida, serão comentados os dados quantitativos gerais, passando-se a analisar esses trabalhos em subconjuntos temáticos, empiricamente aferidos. Depois, destacando-se alguns pontos da leitura do conjunto dessa produção, serão salientados impasses e, principalmente, denotados os ganhos ao longo desses 18 anos de trajetória de pesquisa discente na pós-graduação em Educação. Finalmente, serão delineadas algumas perspectivas abertas por esses trabalhos para futuras investigações, para que a crítica que esse campo de pesquisa produziu acerca de si mesmo seja socializada, e que cada pesquisador, como diz Warde (1990), não necessite tomar o seu próprio trabalho como ponto de partida, contribuindo para que os demais pesquisadores possam usufruir, interligando-se a uma rede do conhecimento produzido pelos seus pares.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em primeiro lugar, cumpre assinalar que a quantidade de estudos recolhidos nesse campo temático (67 dissertações e 9 teses)¹ era um dado esperado, já que suas preocupações resultam de uma abordagem ancorada na Psicologia, que sempre ocupou, como ocupa nesse período de 1980-1998, um lugar tradicionalmente importante no campo de investigação acadêmica discente sobre Educação.

Sabe-se que a escolarização, na sua forma moderna, foi marcada – ao longo de sua história e, principalmente, aqui no Brasil – por contínuos esforços no sentido de torná-la, como campo de ciência aplicada, uma prática que deve ser racionalizada a partir da teoria e da crítica científicas. E, também, que a Psicologia assumiu, desde o início da escolarização, esse papel de ciência mais próxima, a que deveria trazer a luz da razão às práticas educativas (Carvalho, 1989). Sob o prisma da investigação científica, foi basicamente através do filtro da Psicologia que a Educação foi primeiramente olhada.

* Livre-docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

¹ Desse conjunto de trabalhos, deixou-se de ter acesso a 24 exemplares completos.

Alguns dados históricos se colocaram desde a origem do campo de estudo que se chamou de Psicologia Educacional, marcando seu desenvolvimento posterior – por exemplo, o fato de que o discurso psicológico concorreu para a profissionalização dos educadores, contribuindo, mais que qualquer outro, na definição de um campo específico de trabalho, a Educação, ligado a uma área determinada de conhecimento, a Pedagogia. Ao lado disso, porém, desde sua constituição, o discurso psicológico favoreceu também o deslocamento, para segundo plano, de uma discussão política que se esboçava em torno do problema educacional, difícil e decisiva num país de passado escravista recente. A Psicologia contribuiu para que o campo educacional assumisse, a partir da República, certa configuração técnica baseada na neutralidade de uma ciência ou de um conjunto de ciências. Assim, o ideário republicano depositou, em relação à Psicologia, alto grau de expectativas, colocando-a como empreendimento científico capaz de equacionar e solucionar problemas do ensino, democratizando o acesso à escola e maximizando sua eficácia. Acreditava-se, sobretudo, que o conhecimento científico de fatos psicológicos como a aprendizagem poderia revelar, por inferência, a forma mais adequada de ensinar e, também, que o uso de testes psicológicos proporcionaria forma objetiva de avaliação, diagnóstico e prognóstico da direção a ser assumida pela Educação.

Ora, um montante de expectativas de tal ordem em relação a uma ciência nascente estava fadado a decepcionar, ainda mais pelo fato de que os primeiros intelectuais que apregoavam as vantagens presumíveis de uma educação baseada na Psicologia ocupavam postos proeminentes no interior da burocracia do ensino e, não raro, eram agentes importantes na condução de inovações e reformas educacionais. Assim, raras foram as reformas do ensino, principalmente a partir dos anos 20, que não trouxessem atreladas a si formulações baseadas em princípios derivados da Psicologia. Desta forma, a proximidade da Psicologia com políticas educacionais do Estado e, mais ainda, com pretensões de transformar práticas escolares cotidianas, com suas demandas, injunções e urgências concretas, impediu o distanciamento necessário para o exame relativamente isento das relações passíveis de serem estabelecidas entre a Psicologia e a Educação brasileiras. Por uma questão de estilo, de luta por territórios, por se localizar marginalmente no campo da produção do conhecimento psicológico, a repercussão das polêmicas travadas entre escolas de Psicologia caracterizou-se, nos meios educacionais, pelo acirramento dos confrontos, pela radicalização das rupturas, por tentativas de zerar o passado, pela ausência de nuances de adesões e exclusões. Por seu turno, ao serem instrumentalizados para legitimar reformas e movimentos na política educacional, os textos de Psicologia, quando dirigidos aos professores, mantinham um tom propositivo, prescritivo – quando não, condenatório –, como atos e autos de fé em teorias, em métodos de investigação e aplicação, em concepções sobre conhecimento e aprendizagem, em teorias sobre a natureza da criança e do adolescente.

Dessa forma, o recorte disciplinar contido nessas teses e dissertações foi atravessado, ao longo de sua história, por confrontos múltiplos, críticas de várias naturezas e derivadas de diversos tipos de interesses, lutas de territórios que mantêm vigência no período coberto por essas pesquisas, entre outras, a que aponta para uma proverbial má-formação dos pesquisadores (Fávero, 1993). Aqui também a tradição histórica é remota. Mais antiga, quanto à sua implantação no Brasil, que a própria Psicologia (como ciência ou área de formação profissional), a Psicologia Educacional foi inicialmente conhecida pelos educadores através de obras específicas, escritas pelos primeiros psicólogos, destinadas deliberadamente a professores (Margotto, 2000). São exemplos: *A escola sob medida*, de Claparède (1959), *Educação intelectual, moral e física*, de Spencer (1888), *Palestras pedagógicas*, de William James (1917), e *Vida e educação*, de Dewey (1952). Esses psicólogos inauguraram uma tradição que se manteria por muito tempo, em relação a Piaget, Freud, Vygotsky e outros autores. Essas primeiras obras continham, em geral, um resumo da teoria psicológica do autor, seguido de grandes doses de determinações e prescrições pedagógicas. No espaço do currículo dos cursos de formação de educadores, em que a Psicologia concorria com outras disciplinas, escolhia-se para exame obras que, embora mais afeitas à Pedagogia, tinham, porém, menor densidade teórica.

A partir da década de 50, passou-se a utilizar também compêndios que, na tradição médica herdada pela Psicologia, visavam substituir as obras originais. Consistiam em sumários de

pesquisas esparsas, realizadas em outras realidades e culturas, que propunham uma ampla e genérica descrição de uma ou mais concepções do desenvolvimento psíquico, para, daí, extrair implicações pedagógicas imediatas. A partir dessa característica assumida desde o início pela Psicologia Educacional aqui no Brasil, inscreveu-se na própria formação dos educadores a sina, sempre apontada pelos psicólogos, de dominar parcialmente as regras do uso da linguagem de referência de seu próprio ofício. Daí a grande atração das pesquisas pela área, procurando aprofundá-la e conhecê-la por dentro e, talvez, também alguns dos seus vieses. Essa crítica está subjacente a muitos trabalhos aqui examinados: de um lado, as teses e dissertações procuram contornar a idéia de um conhecimento parcial do referencial teórico, expondo as idéias de um autor de forma muito mais ampla do que o problema examinado poderia ensejar; por outro lado, essa crítica sobre a má-qualidade proporcionou, por reação, um conjunto de pesquisas com manifesta – e, algumas vezes, exagerada – preocupação metodológica, no sentido de atingir um ideal de cientificidade, baseado na adoção canônica de um autor de referência, na descrição dos termos técnicos, na preocupação pelo rigor ou pela sofisticação da coleta e tratamento dos dados.

Outra crítica subentendida a esse conjunto de pesquisas procede do campo da Filosofia e da política educacional. Trata-se daquilo que, a partir da década de 70, se passou a chamar reducionismo psicológico ou estilo psicologizante de se pensar a Educação. Consistia em apontar o viés de alijar da análise a faceta cultural, social e política do empreendimento educativo, assimilando, por exemplo, a problemática geral do ensino ao pólo psíquico da aprendizagem ou reduzindo o propósito ético e político da Educação a uma suposta adequação a um desenvolvimento psíquico que coloca a intervenção escolar em suspenso. Expunha-se, então, o empobrecimento resultante de se pensar a Educação como campo de comprovação ou de aplicação, mecânica e pontual, de uma determinada psicologia (Warde, 1995, p. 59). Essa crítica adquiriu contornos precisos a partir dos fins dos anos 70, limite inferior da periodização aqui examinada. Especialmente através da repercussão da obra de Saviani (1985b),² denunciou-se a Psicologia Educacional como venda que insensibilizou os educadores em relação aos reais problemas que a educação brasileira atravessava durante o período da ditadura militar. Com o retrocesso do debate político sobre a educação popular dos anos 60, o período da ditadura militar foi visto, nessa época, como um amplo movimento de psicologização do campo educacional, marcado pela influência de teóricos aparentemente díspares, como Carl R. Rogers e B. F. Skinner. Dominou, como “psicologia oficial” dos governos militares, um intenso processo de tecnologização do ensino através da Psicologia Educacional, procurando inculcar, mediante programas de modelagem de comportamento, do microensino, a idéia de que a Educação seria um campo de análise experimental do comportamento similar às ciências naturais. A engenharia comportamental tornou-se hegemônica durante a ditadura, com diferentes nuances, conforme se constata em Keller, Mager e Bloom (Yamamoto, 1996, p. 106).

Assim, quando começa a se esboçar, no campo educativo, a contestação ao regime militar, um dos primeiros alvos da crítica é o psicologismo, calcanhar-de-aquiles da política educacional dos governos militares. Dessa forma, num movimento defensivo, um conjunto significativo das dissertações e teses aqui examinadas se vê na contingência de explicitar um credo político contrário à ditadura e ao reducionismo psicologizante e tentar, com maior ou menor êxito, legitimar seu referencial numa psicologia capaz de ser crítica e compatível com a realização, na escola e através da escola, de um projeto revolucionário que parecia distante no horizonte social (Yamamoto, 1996, p. 106).

Essa questão é especialmente pertinente no que tange à produção psicopedagógica relativa à juventude e adolescência abrangida nesse conjunto de pesquisas. Como sabemos, historicamente, uma inflexão importante na produção da forma escolar contemporânea foi a preponderância que a idéia de “desenvolvimento” assumiu aos poucos no discurso pedagógico. A partir do preceito escolanovista sobre a centralidade do aluno no processo educativo, houve ampla difusão da idéia de que a natureza da criança e do adolescente deveria ser respeitada pela escola. Também se tornou

² Há outros autores utilizados como referências: Libâneo (1986), Ribeiro (1987), Warde (1984), Gadotti (1982), Freire (1978 e 1979), Patto (1984 e 1990).

hegemônico o princípio de que um processo de desenvolvimento estaria subjacente à intervenção escolar, obrigando os educadores a buscar no conhecimento científico a idéia da criança e do adolescente para além da figura do aluno.

A partir da Escola Nova, a visão tradicional da criança e do adolescente como seres incompletos, devendo ser educados, foi substituída pela imagem da infância e da adolescência como tendo atributos próprios, necessidades e expressões peculiares que a escola deve acompanhar e não submeter a uma espécie de ortopedia, porque elas são providas de uma natureza que a escola deve desenvolver. Esse modelo educativo centralizado sobre a infância e sobre a adolescência produziu, como se sabe, diversos movimentos pedagógicos, transformações nas técnicas de trabalho, que pouco a pouco as colocaram, pelo menos idealmente, no centro do palco educativo. O que nos interessa pontuar aqui também é o processo pelo qual, a partir dos anos 50, através de iniciativas como a de Lourenço Filho, os antigos vigilantes e inspetores escolares foram substituídos por técnicos e orientadores que se identificaram basicamente com os valores e direitos da criança e do jovem. Profissões como as de orientadores educacionais, supervisores pedagógicos, coordenadores pedagógicos, psicólogos escolares, apesar das pendências entre si, reforçaram, todas, o papel cada vez maior concedido na escola aos especialistas da infância e da adolescência. Por sua vez, a formação de professores nos cursos de magistério e licenciatura, depois nos cursos de pós-graduação, multiplicou a sensibilidade para concepções psicológicas da criança e do adolescente, cujas necessidades, direitos e expressões se tornaram a dimensão essencial dos projetos escolares. É desses agentes e dessa configuração da cultura escolar que procedem, em sua maioria, os estudos contemplados nesse recorte. Colocando-se como contrária ao dirigismo imposto pela ditadura militar, por ser crítica do caráter disciplinador da escola, essa tradição, procedente da Escola Nova, serviu de esteio para grande parte das pesquisas levadas a cabo por esses investigadores, tornando-se uma característica distintiva do conjunto de pesquisas abrangidas no eixo temático *Aspectos Psicossociais de Adolescentes e Jovens*.

O modelo escolar acima referido permitiu que as expressões de uma cultura infantil, do adolescente ou do jovem encontrassem lugar, pelo menos na teoria, na escola, sem que ela conseguisse integrar, contudo, de forma consistente, esse direito de expressão nas suas finalidades pedagógicas. Ao lado de um ideário pedagógico que deu ampla legitimidade à expressão da criança e do jovem, criou-se uma demanda de conhecimento psicológico sobre essa criança e esse adolescente. Ora, se por uma espécie de naturalização da criança, uma produção psicológica de diferentes aportes foi produzida, divulgada e, de alguma maneira, integrada à cultura escolar, de forma menos confortável, a Psicologia Educacional lidou com a categoria adolescente, como é mais comum referir-se aos jovens nesse conjunto de trabalhos. A própria conceituação do termo “adolescência”, no enquadramento das teorias do desenvolvimento, colocava problemas teóricos difíceis de equacionar. Por exemplo, sua delimitação cronológica: se um processo visível de mudanças corporais internas e externas, assinaladas pela puberdade, poderia caracterizar o início da adolescência (e, de algum modo, legitimar sua universalidade), seu término desembocava inevitavelmente num processo social – o que mergulhava a adolescência, em termos gerais, num certo paradoxo teórico, tanto para os autores que conferiam maior peso aos processos biológicos quanto para aqueles que acentuavam os processos sociais. Como expressou Ruffino (1993, p. 33), “como um fenômeno, suposto genuinamente orgânico, seria passível de ser concluído por um processo apenas social? Ou, como um processo visto como definitivamente social poderia ter sido posto em movimento por um evento tão-somente orgânico?”

Ao lado dos problemas internos a essa conceituação, uma bibliografia de cunho sociológico ampliou para a categoria classe social a antiga crítica que Margareth Mead (1928) fizera à caracterização de adolescência de Stanley Hall (1904). Colocou em xeque a psicologia que falava do adolescente com matizes essencialistas, como se generalizasse dados a partir de uma perspectiva burguesa ou pequeno-burguesa e julgasse universal um privilégio de classe. Enquanto os jovens das camadas populares eram obrigados pela necessidade a se inserirem precocemente no mercado de trabalho, a se tornarem arrimos de família, a juventude burguesa e das classes médias via-se premiada com esse

tempo de incertezas, de conflitos e de estados d'alma que a Psicologia designava como típicos dessa idade da vida. Ironicamente, porém, ao longo do tempo abarcado por essas pesquisas, a própria extensão da escolaridade, ao lado da produção da cultura de massas, ampliou a adolescência para outros grupos sociais, acrescentando, inflitando e singularizando tensões agrupadas sob a terminologia genérica de crise psíquica da adolescência.

Essas prescrições, tradições de estudos, demandas, dificuldades e contingências rapidamente assinaladas acima, confluindo para o objetivo de conhecer psicologicamente o adolescente e o jovem, conformam estruturalmente a maior parte dos trabalhos aqui apresentados. Em geral, a sua formatação obedece a caracterização positivista do fazer científico. Os trabalhos são estruturados em uma parte inicial, em que se diz estar propondo o enfoque teórico e metodológico, e uma parte subsequente, em que se operacionalizam o problema, a descrição dos dados empíricos e o cotejamento final dos resultados com as hipóteses do ponto de partida. Ora, o que se percebe na realidade, a partir da leitura de muitas dessas pesquisas, é que esse enfoque teórico consiste num enorme esforço de dar sentido a informações fragmentadas, de contornar lacunas e evitar paradoxos, lutando contra a ausência de bibliografia específica, suposta no limite social do conceito, sobre as adolescências e juventudes brasileiras; ou então, que o enfoque teórico significa uma ampla releitura de determinado autor ou teoria do desenvolvimento, muito maior do que aquela requisitada pelo problema enfocado, denotando o esforço do pesquisador de dominar a conceituação para poder traduzi-la em ferramenta intelectual.

Nessas duas formas, entretanto, a dificuldade de atingir o objetivo do conhecimento de quem é esse adolescente por trás do aluno também denota a dificuldade de apreender, numa categorização geral, esse sujeito fugidio, que muda de geração em geração, de grupo social para grupo social, desvincilhando-se do lugar institucional de onde provém a perspectiva e a formação do pesquisador e que limita e confere identidade a esse campo de estudo. Colocando-se como educadores identificados com as demandas, valores e direitos dos adolescentes, mas percebendo-os a partir da perspectiva da instituição escolar, suas pesquisas, algumas vezes, evitam fazer certas perguntas: estaria a escolarização, suposta ou verdadeiramente, ausente de determinada descrição teórica do desenvolvimento psíquico? Como atingir, que perguntas seriam cruciais, a partir de que enquadramento teórico, como fazer para desenhar o perfil do jovem ou do adolescente envolvido pela pesquisa – supondo que a instituição escolar seja relativamente alheia ou externa a seu processo de subjetivação – para poder descortinar o jovem para além do aluno? Como, enfim, colocar simultaneamente a instituição e o aluno a distância e manter o enfoque disciplinar proposto, para distinguir no adolescente ou no jovem algo mais que o informante da pesquisa, identificando, sem maiores problemas, o sujeito do enunciado com o sujeito da enunciação?

De certa forma, a Tabela 1, a seguir, dá conta de explicitar essa problemática, revelando um certo declínio, a partir do início dos anos 90, da participação das teses que se valeram dos referenciais da Psicologia na produção acadêmica sobre adolescência e juventude na área de Educação.

Tabela 1 – Distribuição do tema Aspectos Psicossociais de Adolescentes e Jovens, em relação à produção total em Juventude, de acordo com o subperíodo

SUBPERÍODOS	PRODUÇÃO TOTAL	ASPECTOS PSICOSSOCIAIS	%
1980-1984	56	20	35,7
1985-1989	73	16	21,9
1990-1994	76	9	11,8
1995-1998	182	31	17,0
TOTAL	387	76	19,6

Assim, embora a produção seja grande, ainda que sub-representada comparativamente (76 pesquisas cadastradas), percebe-se que a participação dos aspectos psicossociais no cômputo geral de estudos acerca do jovem sofre, em termos relativos, certa quebra e certo declínio na metade do período estudado (11,8%) e que, mesmo sendo significativa a sua revitalização no último quadriênio (17%), a produção não retorna aos níveis dos dois primeiros subperíodos.

Outros indícios podem apontar para uma certa dificuldade de investigar a temática dos adolescentes e jovens no âmbito da perspectiva da Psicologia. Das 76 teses e dissertações, apenas uma autora apresenta, nesse conjunto, simultaneamente, uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado. A dispersão das teses e dissertações pelos orientadores também é significativa, assinalando, algumas vezes, a ausência de uma orientação decidida das linhas de pesquisa de Psicologia sobre determinadas problemáticas relacionadas a adolescentes e jovens contempladas nesse recorte. Dos orientadores arrolados, 16 orientaram mais de uma tese sobre o tema.³ Os programas de pós-graduação que mantiveram uma linha de pesquisa em Psicologia Educacional apresentam uma produção mais intensa no estudo dos aspectos psicossociais de jovens e adolescentes, como os da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), responsáveis por um terço das pesquisas, e os da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com cerca de 25% da produção.

O conjunto de 67 dissertações e 9 teses aqui considerado examina, de diferentes maneiras e a partir de diferentes pontos de vista, temáticas da juventude e adolescência ligadas a referenciais teóricos da Psicologia. Este conjunto altamente variado de problemas e formas de aproximação dos sujeitos foi dividido aqui a partir de temáticas empiricamente verificadas nos objetivos principais explicitados nas pesquisas, de forma inevitavelmente artificial, mas útil para fins de análise, em subtemas constituídos de acordo com a Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Distribuição da produção discente sobre Aspectos Psicossociais de Adolescentes e Jovens, por subtema e nível de pesquisa

SUBTEMAS	MESTRADO	DOCTORADO	TOTAL	%
Sexualidade e Relação de Gênero	18	2	20	26,3
Família	5	1	6	7,9
Orientação Escolar	22	3	25	34,2
Identidade	4	-	4	5,2
Conceituação	4	0	4	4,0
Drogas	4	2	6	7,9
Valores	10	1	11	14,5
TOTAL	67	9	76	100

Mediante a leitura da incidência desses temas por subperíodo (Tabela 3), pode-se ter uma percepção das tendências de evolução da produção contemplada nesse recorte.

³ Destacam-se, neste sentido, Mirian Comiotto, que orientou quatro trabalhos desse conjunto no período, Ana Maria Camargo, Angela Biaggio, Lyra Paixão, José Arvedo Flach, com três trabalhos cada, e Delcia Enricone, Laurinda Almeida, M. Laura Puglisi Franco, Maria Amélia Goldberg, Joel Martins, Lais Loffredi, Ruth Scheffer, Magda Becker Soares, Juan Mosquera, Maria Amélia Domingues de Castro e Augusto Trivãos, que orientaram, no período abrangido por essa pesquisa e sobre esse enquadramento temático, dois trabalhos cada um.

Tabela 3 – Distribuição da produção discente sobre Aspectos Psicossociais de Adolescentes e Jovens, por subtema e período

SUBTEMAS	SUBPERÍODOS								TOTAL
	1980-1984		1985-1989		1990-1994		1995-1998		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Sex. e Rel. de Gênero	1	5,0	2	12,5	1	11,1	16	51,6	20
Orientação Escolar	13	65,0	6	37,6	0	0,0	6	19,3	25
Drogas	0	0,0	1	6,2	1	11,1	4	12,9	6
Valores	2	10,0	6	37,5	3	33,4	0	0,0	11
Identidade	1	5,0	1	6,2	1	11,1	1	3,2	4
Família	3	15,0	0	0,0	1	11,1	2	6,5	6
Conceituação	0	0,0	0	0,0	2	22,2	2	6,5	4
TOTAL	20	100	16	100	9	100	31	100	76

Ao lado do declínio da produção discente no subperíodo 1990-1994, percebemos então que a tendência de recuperação do vigor das pesquisas verificado nos anos de 1995 a 1998 foi devido ao aumento de pesquisas relativas a novas temáticas que emergiram nesse recorte, como sexualidade e drogas. Temáticas clássicas ligadas à orientação escolar sofreram um brusco declínio no início dos anos 90, e temáticas ligadas aos valores quase desapareceram no final dessa última década. Note-se, também, a pouca afluência geral de estudos relacionados à família e a pequena incidência de trabalhos que procuram conceituar juventude/adolescência nesse recorte disciplinar, apesar da importância da família nessa idade da vida e das dificuldades teóricas acima apontadas. Essa lacuna é observada também nos estudos de feição sociológico ou antropológico sobre Juventude.

ANÁLISE DOS SUBTEMAS

Sexualidade e Relação de Gênero

O subtema Sexualidade e Relação de Gênero abrange um conjunto significativo de pesquisas (18 dissertações e 2 teses) dirigidas principalmente à educação/orientação sexual, relacionando-a a representações de gênero e, mais recentemente, a estudos destinados a responder aos desafios propostos pelas questões que dizem respeito à AIDS e à gravidez e maternidade precoces. Quase todas estas pesquisas estão relacionadas, de alguma forma, à intervenção escolar como medida de prevenção de problemas, mediante a orientação e a educação sexual. Esses estudos, no início, configuravam uma visão otimista em relação à sexualidade do jovem e às possibilidades abertas por uma nova percepção educacional do corpo, da sexualidade e do relacionamento entre os sexos, ecos dos anos 60 e das conquistas do movimento feminista. Ao avançar pelo período, os trabalhos se multiplicam e adquirem um tom sombrio – trata-se de alertas feitos à escola em relação ao risco da AIDS, à exposição a doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez precoce de jovens.

Um grupo muito expressivo das teses e dissertações está voltado a ouvir os jovens a respeito da sexualidade e das relações de gênero. O estudo de Péricles de Souza, de 1983, por exemplo, dedica-se a caracterizar, ouvir e analisar a percepção de jovens do sexo masculino, de Olinda e Recife, a respeito de sua experiência sexual e suas representações de mulher. Recolhendo um material extremamente rico, sob a forma de depoimentos a respeito das experiências sexuais masculinas da

geração dos 80, o autor conclui mostrando a representação sexista e coisificadora da feminilidade desses jovens. Verifica que esse estereótipo é aprendido na relação entre os pares, principalmente numa aprendizagem informal, designada como procedente da “rua”, em contraposição à escola e à família. Numa linha oposta, após 12 anos, o estudo de Elizeu Souza (1995), através de observação, entrevistas e questionários distribuídos entre estudantes baianos, mostra o papel exercido pelas instituições (escola, família, igrejas) no sentido de dissociar, no jovem, a sexualidade da vivência do prazer.

Mas esses estudos, muitas vezes, ao ouvir os jovens, desmentiram certas concepções preestabelecidas, entre as quais uma possível influência repressiva e disciplinadora da escola. Assim, o estudo de Flores (1985), realizado numa amostra representativa de jovens de San José, na Costa Rica, mostra que nem o interesse nem a percepção do sexo oposto são significativamente diferentes quando o jovem é educado em escolas mistas ou em escolas segregadas. Nessa linha de idéias, Brugalli, em pesquisa-ação de 1995, destaca o componente de agressividade que subjaz nas representações dos jovens a respeito da sexualidade e da aprendizagem de concepções sobre o sexo. Mais recentemente, Andrade (1997) realizou um amplo inventário sobre a experiência sexual de alunos da 8ª série de escola municipal do interior fluminense. O limite dessa posição de ouvir os jovens a respeito da sexualidade é demonstrado no estudo de Fernandes, de 1996, que, ao investigar o comportamento de alunos e alunas nas aulas de Educação Física, mostrou a existência de uma distância que vai do que os jovens dizem até o comportamento observado pela pesquisadora durante as aulas.

Voltado para a educação sexual numa forma mais distanciada, o estudo de Albuquerque (1991) analisa, através de levantamento bibliográfico, diferentes concepções do que sejam a orientação e educação sexual dirigida aos jovens e o papel assumido pela escola segundo essas concepções. Já o trabalho de Silva (1995) tem como referência básica uma experiência realizada em escolas municipais da cidade de Campinas (SP) enfocando um processo de formação vivido por professores e alunos. A intervenção ocorreu em 1992, concluindo que a orientação sexual pode consistir em espaço possível de aprendizagem em diversas áreas, deixando de ser tema considerado proibido ou tratado somente no conteúdo de ciências biológicas.

Abraçando decididamente a idéia de que a escola deve ter papel transformador na problemática das relações de gênero, o estudo de Correia, de 1997, procura investigar o significado assumido da virgindade feminina entre estudantes do então ensino de 2º grau, em João Pessoa, Paraíba, mostrando que, embora se observe uma abertura na revisão da hierarquia e do poder entre os sexos, a exigência compulsória da virgindade feminina anterior ao casamento não se encontra, de fato, superada.

Denotando inflexão importante nos estudos sobre o tema, a tese de doutorado de Afonso (1997) procura equacionar mais estreitamente a questão da sexualidade e a questão de gênero, tanto empírica como teoricamente, de forma distanciada de uma aplicabilidade imediata. Realizando um *survey* com 387 estudantes de ambos os sexos, complementando com entrevistas abertas, a tese conclui que as representações modernizantes/igualitárias estão majoritariamente presentes em jovens mulheres de nível social e grau de escolaridade altos, enquanto as representações tradicionais/hierárquicas estão mais presentes entre jovens do sexo masculino de classe e escolarização baixas. Aprofundando a questão, Afonso conclui que a polêmica sobre sexualidade e adolescência não pode se resumir à compreensão de uma crise psíquica, pois a própria formação de identidade do jovem implica seu envolvimento subjetivo com questões que a sociedade coloca para si própria. Através de contradições e projetos, a atual geração de adolescentes vem sendo desafiada e dar respostas a questões formuladas pela sociedade e pela história, ainda não respondidas, relativas à vida reprodutiva e às relações e identidade de gênero.

Outra inflexão importante nessa temática está representada num bloco significativo de quatro dissertações e teses, aparecidas entre 1995 e 1998, dirigidas a enfrentar o desafio que a AIDS colocou para a educação sexual. Ouvindo os adolescentes sobre os riscos a que estão expostos, os trabalhos constataam quão superficial é a informação que os adolescentes detêm e adquirem através dos meios de comunicação social, o pouco que essa informação modifica o comportamento sexual de risco e o grande despreparo dos professores e orientadores para fazer frente a esse problema. Esses

trabalhos abrangem pesquisas quantitativas, pesquisas qualitativas e estudos de caso, mas não diferem essencialmente nas suas conclusões. A dissertação de Fruet (1995), por exemplo, denota que a elaboração subjetiva dos jovens acerca das informações sobre o comportamento de risco é mínima, mostrando que repetem as informações e, no entanto, não se protegem, mormente quando a relação sexual tem um significado amoroso.

Ponto importante para a reflexão sobre as repercussões da AIDS, a tese de Martinez (1997) relaciona a prevenção da AIDS com a subjetividade do jovem. Realizando entrevistas abertas e fechadas com professores e alunos adolescentes, a tese se orienta para uma leitura psicanalítica da questão da sexualidade dos jovens e adultos, principalmente dos fantasmas envolvidos na prevenção e nas políticas educacionais sobre o tema, da perspectiva de uma geração que nasceu e viveu sob o bombardeio da propaganda sobre AIDS. Na tentativa de fazer efetiva uma orientação sexual ligada à prevenção da AIDS, a dissertação de Carvalho (1997) procura retirar, da experiência de jovens portadores do vírus HIV, informações que possam orientar os jovens estudantes não-portadores. O trabalho de Pinheiro (1998) complementa essa tendência com uma pesquisa em que mostra que a prevenção da AIDS necessita ser direcionada diferentemente segundo o gênero, dada a resistência, constatada em rapazes, quanto ao uso de preservativos.

Uma outra vertente expressiva de teses e dissertações, no âmbito da educação/orientação sexual, se propõe discutir a gravidez e maternidade adolescentes. A princípio, a experiência de jovens mães é tomada como referência para a adoção de políticas de contracepção expressamente dirigidas a adolescentes e jovens universitárias. Assim ocorre com o trabalho de Zacariotti (1998), que procura retirar subsídios para políticas educacionais preventivas da maternidade precoce, mostrando a correlação positiva existente entre nível de escolaridade e o uso de métodos contraceptivos, além da rejeição aos valores conservadores em relação à vida sexual. Outros trabalhos insistem sobre a necessidade de enfrentar o problema não partindo do ponto de vista de representações que a família e a escola fazem a respeito, mas tomando por base representações que a própria adolescente constrói acerca de sua gravidez e maternidade. O tom alarmista é, assim, matizado por trabalhos como a dissertação de Targino (1995), em que a autora mostra como os estudos que examinam a gravidez na adolescência partem de uma visão que o adulto formula sobre o problema e não a partir da perspectiva da adolescente. De um outro ponto de vista, a dissertação de Andriola (1998) procura investigar concretamente as repercussões da gravidez e da maternidade não planejadas sobre histórias de vida, ouvindo o depoimento de jovens universitárias. A dissertação de Luz (1995) leva mais longe essa questão. Analisando o problema do ponto de vista histórico, a autora procura desconstruir a perspectiva institucionalizada e quantitativa com que a literatura brasileira de cunho médico-psicológico percebeu a questão da maternidade adolescente. Coletando histórias de vida de mulheres que viveram no campo nas décadas de 20 e 30, mostra a naturalidade com que mocinhas casavam e tinham cedo seu primeiro filho.

Não há lei universal para esse fenômeno. Ser mãe é possibilidade inerente às mulheres... O que mais a sociedade tem para oferecer a estas jovens? Não pode haver sedução maior do que a existência do momento, a possibilidade divina de enfrentar o limite, gerando nova vida, postergando a morte (Luz, 1995, p. 234-235).

Conclui argumentando que, do ponto de vista histórico e social, a maternidade se caracteriza pela diversidade própria de cada tempo e lugar.

Dessa forma, a gravidez adolescente deixa de ser vista, nessa produção, como um desastre imediato: o apoio moral e financeiro, o meio social, a idade relativa ao começo ou ao fim da adolescência, as aspirações escolares e profissionais afetam essa experiência, podendo levar a adolescente à autonomia ou, ao contrário, à acentuação da dependência. Há, contudo, uma ponderação, quando a gravidez adolescente assume contornos de problema social: a gravidez faz incidir sobre a jovem mãe, seu filho e sobre sua família imediata os efeitos perversos da exclusão social, aumentando os custos sociais e os efeitos psicológicos de uma situação precária de existência. Assim, tomando já a mãe adolescente como

dado de realidade, o trabalho de Menezes (1998) procura examinar como a gestante adolescente reage perante sua gravidez em relação a mudanças do corpo, hábitos alimentares e auto-estima. Nesse mesmo sentido, o estudo de Freire (1989) já havia mostrado a dificuldade existente, em certos casos, de interação entre a mãe adolescente e o seu bebê e a necessidade correlata de treinamento e atendimento específico para essa jovem mãe.

Excetuando-se os que se colocam de forma mais distanciada, há nesses trabalhos todos uma certa urgência de enfrentamento do problema. Certamente, o sucesso ou fracasso das políticas de responsabilização dos jovens em relação a sua sexualidade e das políticas de responsabilização da sociedade quanto ao desenvolvimento individual e social de sua juventude levantam questões sensíveis sobre a transmissão intergeracional de comportamentos, patentes no caso de jovens em situação de dificuldade. Há nessas pesquisas uma chamada à responsabilidade da escola, contudo outras instituições não são também convocadas. Acentua-se, algumas vezes, a necessidade de introdução, na escola, de novos técnicos e de novas propostas de intervenção. Por outro lado, observa-se uma lacuna flagrante quanto ao fato de as teses e dissertações abordarem, todas, o modelo heterossexual dominante, omitindo problemáticas ligadas ao jovem homossexual, bem como aos riscos e constrangimentos a que ele se encontra exposto dentro e fora da escola.

Drogas

As teses e dissertações incluídas no subtema Drogas percorrem caminho semelhante. De início, há uma certa tentativa de desmitificar o problema; no entanto, multiplicando-se no final do período, um tom sombrio e fortemente dramático passa a tingir esses estudos.

Importante ponto de partida para a reflexão sobre o tema no período, a tese de Ronca (1985), essencialmente, critica certa literatura médica, produzida com ares de cientificidade, procedente, em sua maior parte, dos Estados Unidos, sobre o uso nocivo da maconha. Ela analisa como esses textos, principalmente os de divulgação, são distorcidos, no sentido de acentuar o caráter da *Cannabis* como droga causadora de dependência e de estigmatizar seu usuário, traçando-lhe um perfil negativo como drogadicto.* A literatura examinada pelo autor considera a dependência da maconha fato tangível e mensurável, estabelecendo um perfil classificatório do seu usuário, desdobrando-se finalmente em posições taxativas. O autor, analisando entrevistas com usuários e selecionando 27 depoimentos, mostra que, ao contrário do que afirma essa literatura, o jovem usuário não possui perfil definido, não demonstra desinteresse e não é alienado do ambiente e do mundo.

Oito anos separam o trabalho de Ronca do trabalho de Costa (1993), em que o tom é diametralmente oposto. Costa autora procura analisar o universo simbólico dos jovens usuários de álcool e maconha, alunos de um colégio particular do Rio de Janeiro, mas, desta vez, para denunciar a distância existente entre a representação do que sejam essas drogas entre seus usuários e a representação construída pela escola, através de professores. Com o objetivo explícito de tornar adequada uma política de prevenção à drogadição, a autora ressalta a influência dos pares, os melhores amigos, na introdução do jovem no universo da maconha e do álcool. A defesa dos jovens de seu uso em suas manifestações de sociabilidade, como algo que diz respeito exclusivamente a sua vida pessoal, é percebida como obstáculo a ser enfrentado. A autora assume explicitamente uma posição afirmativa no que diz respeito às políticas de prevenção ao uso de drogas, destacando o papel da escola e da família, formulado de um ponto de vista ideal. No mesmo sentido, a pesquisa de Myriam Lima (1996), analisando o uso de drogas entre os adolescentes estudantes de 5ª a 8ª série de uma cidade do interior do Rio de Janeiro, aponta para a necessidade de melhor conhecimento sobre as representações já estabelecidas entre os jovens para a formulação de políticas preventivas. Também decididamente mergulhada no interesse de elaboração de uma prática pedagógica preventiva, a pesquisa de Schmitt (1998) analisa a vivência e representações sobre sua própria identidade, sobre a sociabilidade entre pares, família e

* Da expressão inglesa *drug addict*: dependente de drogas, toxicômano. (N. do E.)

escola, de sete jovens toxicômanos, com o objetivo de, por contraste, retirar conclusões para uma política de prevenção. Na mesma linha de estudos, o trabalho de Boa Sorte (1998) tenta analisar a incidência do alcoolismo entre os jovens, procurando pesquisar as representações que adolescentes da 5ª a 8ª série do ensino fundamental, de um bairro de classe média de Salvador, constroem a respeito do consumo de cerveja. Mostra que o consumo de cerveja está associado a situações de integração social, como afirmação de uma identidade adulta, e de que os jovens percebem o alcoolismo como algo motivado por questões internas do sujeito e não por fatores sociais.

Os trabalhos sobre drogas na adolescência espelham o itinerário estabelecido pelas pesquisas sobre a juventude no geral. A princípio, no eco da geração de 1968, são críticas à literatura de propaganda, mostrando como o uso de drogas estava associado a um comportamento rebelde dos jovens. Depois, reforçam as percepções dessa literatura de prevenção sobre os jovens usuários, mormente quando o uso de drogas generalizou-se – atingindo a juventude das classes populares –, a drogadição tornou-se endêmica e o tráfico de drogas, associado ao tráfico de armas, transformou-se em um grande negócio. Essas últimas pesquisas têm o mérito de ouvir os jovens e mostrar o enorme disparate entre suas representações e as representações elaboradas por políticas educativas de prevenção; no entanto, não objetivam e nem colocam a distância essas mesmas políticas, a não ser na inadequação de seus meios para atingir seu público-alvo, e, correlativamente, não colocam a distância o tráfico de drogas legais e ilegais nem questionam a razão do sucesso desse mercado ao atingir jovens clientes. Por outro lado, tratam as representações elaboradas pelos jovens como representações naturais, sem questioná-las profundamente. Embora façam advertências a futuros pesquisadores para que ampliem o leque teórico e metodológico de análise do problema, essas pesquisas, premidas pela urgência de uma intervenção escolar, passam rapidamente, algumas vezes, de constatações a recomendações políticas e pedagógicas.

Nesse sentido, a tese de doutoramento de Soares (1997) representa um ponto importante de inflexão recente desses trabalhos. Analisando o projeto de prevenção “Escola e Vida”, implementado no ensino público de São Paulo entre 1991 e 1994, aponta para a sua simplicidade, a diversidade e complexidade dos processos de socialização dos adolescentes e das relações que estes estabelecem com as drogas. A autora, nas considerações teóricas de seu trabalho, propõe que a política sobre drogas deve separar e levar em conta duas abordagens fundamentais: uma que se aproxima do problema da relação dos indivíduos com as drogas a partir das interações sociais que acontecem no âmbito microssocial; e outra que coloca em evidência o peso dos fatores econômicos ou macrossociais na determinação de uma relação prejudicial dos indivíduos com as drogas. A análise da autora é essencialmente crítica ao tom moralista com que se revestiram as pesquisas sobre o tema, distanciando-se igualmente do otimismo ingênuo da literatura contestatória dos anos 60. Propõe uma reorientação da percepção do jovem usuário de drogas ilegais, retirando tanto o moralismo das campanhas antidrogas como uma certa infantilização e vitimização de seus usuários, dessa vez apresentando o adolescente e o jovem como sujeitos capazes de decisão e de uso responsável.

Orientação Escolar

Nesse conjunto de teses é abordada a questão escolar, mas, diferentemente do tema *Juventude e Escola*, a escola comparece, dessa vez, em segundo plano, sendo privilegiado o adolescente tornado público-alvo de serviços escolares não diretamente ligados à função do ensino. Trata-se, como assinalamos, de tentar percebê-lo como centro do empreendimento educacional, colocando a instituição escolar em segundo plano. Nesse subtema comparecem problemas que foram, de forma típica, acolhidos por orientadores educacionais, supervisores pedagógicos e outros técnicos que, ocupando na escola o lugar de educadores, se colocavam como relativamente distanciados da docência. Emergem assim, nesse conjunto, assuntos que constituíram preocupações desses profissionais.

No início do período pesquisado, prepondera nitidamente a questão da escolha vocacional, enfocada sob diversos ângulos e correlacionando a maturidade da escolha com vários fatores: influência

dos pais, rendimento escolar, estudo da própria influência de uma intervenção visando à orientação vocacional, autoconceito, a própria trajetória escolar, etc.

Esse grupo de teses e dissertações relacionadas à orientação vocacional, concatenado em suas hipóteses, em grande parte homogêneo quanto às referências bibliográficas e estilo de pesquisa, foi atuante até 1985. A partir de então desapareceu, ganhando terreno os trabalhos que enfocam outros aspectos da escolarização sob a perspectiva do adolescente: a questão do autoconceito – considerado na época peça-chave para o sucesso escolar do jovem –, a repercussão do fracasso escolar sobre seu autoconceito, sua satisfação ou insatisfação em face dos resultados escolares, o sentido de vida construído pelo jovem, seu discurso, a percepção de si mesmo, o papel do lazer, sua desatenção, liderança, medos e ansiedades.

A PROBLEMÁTICA VOCACIONAL

Os trabalhos relacionados com o tema da orientação vocacional inspiram-se quase todos em uma psicologia educacional norte-americana, optando por estudos quantitativos em que se examinam correlações entre variáveis, dominando a variável “maturidade vocacional” relacionada com outras, do tipo inteligência, localização no percurso de escolaridade, influência familiar, sucesso escolar, etc. Utilizando-se muitas vezes de instrumentos múltiplos de pesquisa (questionários fechados e entrevistas associados a testes e escalas), as investigações são conduzidas com alto grau de refinamento metodológico e de apuro no tratamento estatístico dos dados. Mas, às vezes, esse refinamento no uso de instrumentos não é acompanhado por um grau suficiente de criticidade em relação a eles e aos referenciais teóricos, integrando, por vezes, jovens e adolescentes numa amostra homogeneizada na categoria genérica de alunos, sem distinguí-los; há uma certa dificuldade de examinar a questão vocacional, tal como formulam, com a problemática dos jovens de classes populares.

Nem sempre as hipóteses que servem como ponto de partida são verificadas, e esse caráter negativo, sem dúvida, constitui um avanço para estudos sobre o tema. Assim, o trabalho de Gehrke (1980), depois de examinar uma amostra de 294 sujeitos, num universo de 1.002 jovens, a metade da qual submetida a serviço de orientação vocacional, acaba por concluir pela inexistência de correlação positiva entre os serviços de orientação vocacional e a maturidade vocacional desses sujeitos, medida por uma escala do tipo Likert.

Nesse mesmo sentido, o estudo de Heloisa Oliveira, também de 1980, conclui por uma baixa correlação entre o nível de maturidade vocacional e o nível intelectual de 401 sujeitos, coletados através de instrumento destinado a aferir a maturidade vocacional, elaborado por Super e Forrest, e o teste de matrizes progressivas de Raven para medir a inteligência. Na mesma linha, Sampaio, em estudo de 1980, analisando os resultados de uma amostra de 401 sujeitos, alunos da 2ª série do 2º grau, conclui por uma modesta correlação entre o nível de maturidade vocacional e o desempenho escolar. Também a pesquisa de Wender (1982) conclui pela não-interferência do tipo de escola e da idade cronológica sobre a escolha vocacional. A autora observa que existe uma sincronicidade entre atitudes de maturidade vocacional e série escolar, isto é, que à medida que progridem nos estudos, os alunos adquirem capacidade de fazer opções vocacionais.

Ao contrário, no estudo realizado por Vilar em 1981, verificou-se uma significativa correlação entre a escolha profissional e a interferência dos pais, principalmente no aspecto atitudinal do processo decisório, produzido pela situação socioeconômica da família, chamando a atenção da autora a inadequação da categoria “vocação” quando relacionada às camadas de baixa renda. Usando um referencial teórico baseado sobretudo na teoria desenvolvimentista de Erikson, e procurando enquadrar o problema vocacional numa perspectiva social ampla, a pesquisa de Bonilauri (1985) chega a conclusões semelhantes. A família mostrou exercer profunda influência na definição do papel social a ser pretensamente desempenhado pelo aluno através da escolha profissional. O adolescente reproduz, segundo a autora, ideais parentais, tomando-os como referencial para atitudes decisórias, sejam estas de aceitação ou de negação imediata da premissa familiar. A autora identificou a relevância da

meritocracia escolar na formação da identidade psicossocial dos adolescentes alunos do 2º grau por ela examinados; a construção das representações sobre sucesso/fracasso escolar se constitui mecanismo de homogeneização das percepções de si mesmos, criando a situação ideal para que diferenças sejam anuladas em nome da garantia que as transcende: o ideal de mobilidade social.

Distinguindo-se da série de estudos sobre escolha vocacional, o trabalho de Marluce Freire (1984) procura construir uma estratégia de ação baseada num referencial teórico-desenvolvimentista para conduzir a melhoria da maturidade vocacional baseada no desenvolvimento do autoconceito. A pesquisa tem caráter eminentemente prático, ou seja, desenvolve-se no sentido da prescrição de uma pedagogia específica visando o amadurecimento vocacional do aluno.

OUTROS PROBLEMAS

Um bloco de sete trabalhos, dentro desse subtema, com referenciais teóricos e metodológicos extremamente diversos, procura analisar aspectos pontuais do desempenho escolar dos adolescentes. Assim, o trabalho de Sidu (1981), usando referenciais teóricos da psicologia educacional norte-americana, procura investigar a relação entre estilos cognitivos, preferências cognitivas, quociente de inteligência e rendimento escolar. Denotando estar preocupada com os problemas políticos que envolvem o jovem da geração dos anos 80, a dissertação de Santos (1983), investiga o baixo espírito crítico dos alunos que cursavam a 3ª série do então ensino de 2º grau, o que, segundo a autora, parece estar relacionado com a religião, a repetência e o tempo de exposição à televisão.

O trabalho de Lummerz (1985), analisa a presença de relação entre o motivo de realização (auto-exigência dos estudantes), o nível de satisfação familiar e repetências anteriores no rendimento escolar de alunos da 1ª série do ensino médio, concluindo pela presença de uma pré-indexação das ambições escolares nos alunos procedentes de famílias de baixa renda.

O trabalho de Araújo (1996), tendo como base o referencial de Vygotsky, Leontiev e Wallon, procura examinar o papel do jogo na socialização, dentro da cultura popular, entre adolescentes da classe trabalhadora; recomenda ele o uso do jogo como forma de tornar a escola significativa para esses jovens. Especificamente voltada para o estudo de problemas dos jovens de um determinado bairro de Porto Alegre, a dissertação de (1981), analisa os resultados da aplicação de um instrumento (Lista de Problemas Pessoais) criado por Mooney sobre uma amostra de 386 estudantes (154 homens e 232 mulheres) da 2ª série do então 2º grau, das escolas do bairro. A tese de doutoramento de Strongoli (1989), por sua vez, tem por objeto a análise de estruturas de superfície e das estruturas profundas do discurso do adolescente, utilizando um texto escrito por um jovem, mediante a psicanálise e a análise do discurso.

O sentido que a vida assume para o jovem e a influência exercida pela escola na sua consideração, recusa ou elaboração aparecem como conceito-chave num bloco de três trabalhos. O mais importante deles, a tese de Paschoal (1985), utilizando um referencial fenomenológico-hermenêutico, analisa o discurso adolescente a respeito do significado que atribui ao mundo, a si próprio e às instituições. Considera, nas suas conclusões, o enorme descompasso existente entre a educação formal que os jovens recebem e os pensamentos, sentimentos e aspirações realmente elaborados e assumidos por eles. Através de análise de um material extremamente rico, a autora conclui não pela recomendação de que a escola deve adaptar-se a essas aspirações e sentidos, mas que ela deve levar esse discurso jovem em consideração, se quiser que a tarefa educativa recupere seu sentido.

A questão do significado atribuído pelo jovem a si mesmo e ao mundo é examinada também pela dissertação de Macedo (1998), em que a autora analisa os efeitos de um curso acerca de juventude e adolescência, por ela ministrado, sobre seus alunos – jovens ingressantes de um curso universitário de Psicologia, com idades entre 17 e 23 anos. Da mesma forma, Beyer, em dissertação de 1988, procura analisar os efeitos de uma intervenção, baseada na logoterapia de Viktor Frankl, na busca do sentido da vida feita por jovens e adolescentes de uma escola pública de Porto Alegre.

Um outro bloco significativo de investigações dentro desse subtema tem como descritor-chave a questão do autoconceito do jovem. Considerados como estratégicos para a consecução das

expectativas escolares dos jovens, os trabalhos examinam a literatura a respeito, mas nem sempre a análise empírica confirma resultados esperados; o trabalho de Geraldo Maurício Lima (1996), por exemplo, chega a uma conclusão inesperada para o autor. Procurando averiguar se a variável fracasso escolar pode influenciar no rebaixamento do autoconceito de 70 adolescentes excluídos do curso noturno de 2º grau, aplicando sete escalas de auto-imagem através de instrumento criado por Offer, o estudo conclui que, nesses sujeitos de 14 a 18 anos, o fracasso e a evasão não redundam, pontual e automaticamente, no rebaixamento do conceito que o jovem constrói de si próprio.

Nesse mesmo sentido parece caminhar a dissertação de Pitombo (1982). Esse autor procura relacionar a questão do autoconceito do aluno e suas expectativas escolares usando como variável a categoria classe social. Num grande esforço de traduzir o conceito de classe numa categoria quantificável, seu estudo leva a concluir por uma espécie de pré-indexação das expectativas dos alunos das classes populares em face da escola já no 1º ano do então 2º grau e um autoconceito relativamente baixo desses alunos. No entanto, esse nível de autoconceito comportava-se de forma independente do grau de satisfação das expectativas dos alunos, o que demonstra que os jovens não se referiam aos valores escolares para definir o conceito de si próprios.

Voltada para uma intervenção prática, a pesquisa de Sousa (1981) procura discutir os efeitos de um determinado treinamento – o Programa de Treinamento de Habilitação de Percepção (THP) – sobre o autoconceito de um grupo de alunos do então 2º grau; também procura medir os resultados, através de pré-teste e pós-teste, para perceber mudanças significativas nos autoconceitos desse grupo. Também aqui os resultados de sua pesquisa foram inesperados: indicaram que o THP teve efeito positivo apenas em dois dos alunos que participaram do treinamento, mas, aparentemente, o treinamento acarretou efeito negativo em dois sujeitos.

Enfocando problemas tradicionais da escola, mas identificados basicamente com a perspectiva dos alunos, configura-se um outro conjunto composto por quatro dissertações. Assim, Vani Costa (1997) analisa a questão colocada por aqueles que os professores costumam chamar de “alunos-problema” no cotidiano familiar e escolar, através da perspectiva e da singularidade de um jovem cujo desejo de eternizar sua vivência de rua entrava em conflito com o desejo dos professores de transformá-lo em aluno. Também um problema comum no cotidiano escolar, a desatenção dos alunos, foi analisado por Der (1996), sob a perspectiva dos estudantes. Examinando oito rapazes e moças entre 13 e 14 anos, indicados por seus professores como desatentos, e usando um referencial walloniano, o trabalho conclui pelo descompasso entre a cultura escolar e os interesses e necessidades desses adolescentes, envolvidos por problemas afetivos, mostrando que é preciso considerar essa dimensão nas práticas escolares. O estudo conclui que o professor deve investir nos seus vínculos afetivos com os alunos e selecionar conteúdos que digam respeito às necessidades deles.

Usando também o referencial walloniano, um outro problema clássico, a presença do medo entre os alunos, foi analisado por Giglio (1998), mostrando que os medos dos estudantes atuais ainda mantêm uma certa ligação com os medos dos escolares do início do século, apesar das transformações por que passou a escola. Outra questão clássica apontada pelos professores, a importância da existência de líderes identificados com os objetivos escolares entre grupos de jovens e a presença de uma baixa correlação existente entre o rendimento da classe e a presença de líderes voltados para interesses anti ou a-escolares, é comprovada pela dissertação de Oliveira (1981), analisando uma amostra de 268 alunos da 1ª série do ensino médio. Esses estudos mostram o interesse que certas questões clássicas ainda mantêm e a fecundidade de analisá-las sob novos enfoques e metodologias de pesquisa.

Esses trabalhos, extremamente diversos entre si, procuram detectar, cada um a seu modo, um certo mal-estar na educação dos jovens. Algumas vezes, assumindo o lugar dos adolescentes, dirigem à escola diferentes demandas – que os adolescentes sejam escutados, que seus estilos cognitivos sejam considerados, que sua cultura original seja respeitada, que o espírito crítico seja desenvolvido, que a escola seja atraente, motivadora, relacionada com suas questões afetivas e existenciais, etc. Concluem por recomendações práticas as mais diversas e percebem a escola como instituição essencialmente faltosa. Por vezes, assumem o lugar de intérpretes de necessidades, aspirações e

desejos dos jovens, colocados no lugar da justiça, em contraste com uma instituição adulta (escola) injusta. Alguns estudos, ao colocar os jovens como informantes e ao identificarem-se com suas demandas, não olham a distância nem analisam em profundidade o discurso desses jovens e as condições de sua elocução, nem mesmo a(o) adequação/distanciamento em relação às práticas.

Dessa forma, não logram perceber os jovens verdadeiramente como sujeitos, mas infletem uma imagem quase invertida da instituição escolar. Independentemente do fato de tomarem por base as informações dadas pelos adolescentes, raramente estes são caracterizados, mais ainda, são concebidos como exteriores à escola e a qualquer outra instituição ou espaço social. Informados, por vezes, pela leitura de Foucault de *Vigiar e punir*, a escola, por sua vez, é freqüentemente vista como instituição disciplinar que independe de seus agentes, genérica, homogênea, imóvel e cristalizada no tempo.

Valores

A preocupação com a percepção dos valores dos adolescentes, dominante na década de 80, nasceu talvez do desejo de conhecer valores de uma geração de jovens que iniciava sua vida pública após a ditadura, de perceber o que tinha restado do poder de inculcação ou das resistências de uma geração nascida e criada dentro do regime militar, na esperança, talvez, de que ela, geração, cumprisse o papel de renovação e questionamento que se achava estar na essência da juventude, na esperança de que a escola pudesse renovar e regenerar a sociedade no processo de redemocratização.

A reorientação da escola na perspectiva da transformação da sociedade foi assumida, principalmente, a partir do final dos anos 80, através da crítica simultânea à concepção “liberal” e à concepção reprodutivista da escola, procurando abrir caminhos através de uma perspectiva histórico-crítica formulada principalmente por Dermeval Saviani. As elaborações teóricas, juntamente com a crítica à escola que exclui e reprova, se voltavam para a elaboração de modelos ligados à redefinição do seu papel. Procurava-se, sobretudo no ensino fundamental, ao lado da crítica ideológica da escola, a proposição positiva de um ensino libertador, democrático, capaz de fazer aflorar uma consciência crítica dos alunos, de modo a formá-los enquanto sujeitos históricos.

Colocava-se, então, a idéia de que uma psicologia piagetiana pudesse estar de alguma forma aliada a essa prática pedagógica e a essa filosofia transformadora. Se os métodos de Emilia Ferrero haviam sido, na época, reapropriados por educadores e por eles constituídos como métodos adequados ao ensino fundamental, e se Emilia Ferrero professava uma concepção piagetiana de desenvolvimento cognitivo, supunha-se possível compatibilizar Piaget com a transformação social. É nesse sentido que se volta ao livro mais “escolar” de Piaget (1977), *O julgamento moral na criança*, e aos trabalhos de Kohlberg sobre a evolução dos valores, no sentido de retirar dados para verificação de estágios do desenvolvimento moral dos adolescentes e examinar sua compatibilidade com o empreendimento pedagógico.

Um olhar mais detido sobre as reflexões de Piaget permite compreender essa confluência de sentidos. Piaget escreveu *O julgamento moral na criança* depois de ocupar a cadeira de Durkheim na Sorbonne. Ora, os trabalhos de Durkheim sobre a educação escolar procuravam demonstrar que a escolarização, ao diversificar as experiências sociais, conduzia o aluno a passar de uma solidariedade mecânica, em que, na família, apenas adere à expectativa e às ordens do adulto, a uma solidariedade orgânica através da escola, em que o contato com pares e diferentes professores coloca-o em contato com diferenças e possibilita, também pela cultura científica e humanista base da escola, a entrada num universo social mais amplo. O processo escolar conduzirá, segundo ele, à passagem da obediência à cooperação, da moralidade como submissão à autoridade pessoal, à moral como construção individual, capaz de ser crítica à moralidade conformista. Segundo mostram Dubet e Martuccelli (1996, cap. 1), Piaget, no *O julgamento moral na criança*, prolongou, de certa forma, o pensamento de Durkheim, desenvolvendo, a partir dessas idéias, uma teorização psicológica refinada. Segundo Piaget, ao longo dos estágios de seu desenvolvimento, o indivíduo articulava duas funções complementares: a da assimilação, que consistiria na incorporação de situações diversas a modelos já construídos, e a da acomodação, que

tentaria ajustar, deformando, esses modelos à diversidade concreta de situações e de pessoas. Os estágios do desenvolvimento conduziram o indivíduo à passagem do egocentrismo à cooperação e de uma moral conformista na qual a autoridade é sempre justa a uma ética pessoal na qual o julgamento moral se destaca da autoridade, quer do grupo, quer do adulto. Seria na relação dialética das situações de submissão aos adultos e relações democráticas com seus pares que se construiria a autonomia moral, tornando o jovem autônomo na medida em que seus valores se separam, pouco a pouco e simultaneamente, da autoridade do adulto e da pressão do grupo. Todavia, Piaget, ainda na obra citada, examina essa questão na observação do comportamento da criança em relação ao jogo, em que a figura da autoridade adulta aparece como distante, o que levou alguns leitores a interpretar esse desenvolvimento como uma elaboração espontânea, uma vez que, no jogo infantil, a autoridade do adulto aparece subsumida. Apesar disso, não se pode deixar de concordar com Dubet e Martuccelli, quando apontam que há uma notável homologia no processo descrito por Piaget e no projeto escolar proposto por Durkheim. Nesse sentido, a educação escolar não seria só conformista, mas passível também de produzir um sujeito ético, capaz de crítica, convicção e de distância em relação a si mesmo. Baseado no paralelismo colocado por Piaget entre desenvolvimento moral e desenvolvimento cognitivo, Kohlberg propôs, por sua vez, uma escala de estágios de desenvolvimento moral no pré-adolescente e nos adolescentes, considerada por ele como universal.

Como assinalam Dubet e Martuccelli (1996), há nessas teses piagetianas uma espécie de encantamento com as concepções da educação humanista, visando construir um sujeito ao mesmo tempo autônomo e integrado à sociedade. A própria organização escolar, a partir da tensão que efetivamente acarreta entre a identificação com a autoridade e a identificação com o grupo de pares, poderia ser condição de emergência e de construção de um sujeito relativamente livre. Dessa forma, há em Piaget uma certa justaposição entre uma teoria do desenvolvimento e um determinado projeto social e histórico – configurado pela escola – visando produzir indivíduos livres. Assim, a partir dessas observações, torna-se compreensível a busca de apoio em Piaget e Kohlberg, e o otimismo durkheimiano sobre a educação escolar ilumina o tom caracteristicamente esperançoso da produção inicial dessa época acerca dos valores dos jovens.

Feitas essas ponderações, voltemos a analisar os trabalhos. Alguns dos estudos estão voltados para a escola; por exemplo, a dissertação de Pondé, procura interrogar acerca da inadequação da escola na “interpretação precipitada e muitas vezes tendenciosa do comportamento de seus alunos”, mostrando que os “currículos escolares devem sempre levar em conta interesses, expectativas e valores dos alunos” (Pondé, 1985, p. 5). Utilizando a escala Eiva e a escala do tipo Lickert sobre os valores percebidos por professores de adolescentes e comparando-os com os valores dos próprios adolescentes estudados por Kampel, o estudo conclui, no entanto, que os professores identificavam corretamente os valores dos adolescentes. Essa percepção, entretanto, era maior entre alunos de escolas particulares, isto é, entre professores e alunos de classes sociais semelhantes e entre professores mais jovens e seus alunos, enfim, entre indivíduos de gerações mais próximas. No mesmo sentido, a dissertação de Azevedo (1989), usando uma escala do tipo QVE de Perron, analisa a percepção dos professores e especialistas em educação confrontando-a com as mudanças sociopolíticas e culturais dos anos 60, 70 e 80, ligadas a mudanças na escala de valores dos jovens. Significativamente, nesse último trabalho, iniciando com uma análise dos resultados obtidos, mas indo mais além desses resultados, a autora parte para o enfrentamento histórico e político das mudanças valorativas ocorridas nos jovens dessas décadas, com base nos trabalhos de Dermeval Saviani, Barbara Freitag e Luiz Antonio Cunha, realizando, através desses autores, uma crítica da literatura psicológica americana dominante nas décadas de 70 e 80. Por sua vez, a dissertação de Martins (1988), analisa os valores de estudantes do supletivo do ensino médio, mostrando que não diferem, significativamente, dos valores de adolescentes do ensino médio regular.

De modo particular, outra série de teses e dissertações voltadas para questões de valores adolescentes, apoiadas especificamente em Piaget, ganha sentido no contexto político específico daquela época. Exemplo desse tipo é o trabalho de Gerbase (1984), em que a autora liga a questão do julgamento moral a uma forma escolar específica. Esse estudo procura investigar nos jovens gaúchos as

relações entre o julgamento moral do adolescente e a percepção por eles construída sobre atitudes da família, dos colegas e da escola, examinadas numa escola “liberal” e noutra “tradicional”, concluindo pela superioridade da escola “liberal” na promoção do desenvolvimento moral e do julgamento moral em relação a princípios dos adolescentes. Mais explicitamente, o trabalho de Áurea Oliveira (1989) procura fundamentar, a partir da perspectiva teórica construtivista, a importância de uma educação voltada para a clarificação e a construção de valores. Mediante a análise de depoimentos e a comparação de resultados de um pré e de um pós-teste, a autora verifica progresso no desenvolvimento do julgamento moral do adolescente, um processo de descentralização do raciocínio egocêntrico, e o início de um processo de construção de valores, de tolerância em relação a divergências e a capacidade de coordenação de opiniões alheias e elaboração de síntese.

Um ponto importante no aprofundamento dessa série de pesquisas sobre o julgamento moral do adolescente, apoiadas simultaneamente nos trabalhos de Piaget, Kohlberg e Rest, está representado pelo trabalho de Lummertz (1991). A autora realiza experimento do qual participam 83 adolescentes, propondo a criação e elaboração de histórias em que se acham apresentados dilemas morais, a fim de perceber, segundo as teses de Berkowitz, o papel de interações dialógicas entre adolescentes de níveis de desenvolvimento diferentes para o desenvolvimento do julgamento moral. Analisando os resultados, a autora constata a importância dessas interações e discussões entre essas duplas de desiguais para o desenvolvimento moral do adolescente menos amadurecido. Considera que seu procedimento pode ser aproveitado por professores, pois possibilita um conflito cognitivo, um desequilíbrio do estágio atual do adolescente e uma nova equilíbrio em níveis cognitivo e moral superiores.

Um outro conjunto de trabalhos relaciona a adolescência com valores: dessa vez, porém, com um referencial teórico retirado da psicologia humanista norte-americana e usando, nos casos de diferenças de valores, as variáveis sexo, idade e grupo social como variáveis independentes, que resultam, por vezes, na determinação direta de valores, numa causalção direta, linear e sem relação entre si. Referindo-se à adolescência de forma essencialista, alguns desses trabalhos se utilizam, na discussão de seus pressupostos e na delimitação do problema, de outras pesquisas paralelas realizadas nos Estados Unidos ou mesmo no Brasil, sem, contudo, examiná-las a fundo nos seus métodos, nos instrumentos, na teoria implícita, principalmente no lugar, época ou população “adolescente” que foi objeto dessas pesquisas. A preocupação subjacente a esse último aspecto se faz presente, tanto que o trabalho de Ebert (1985) procura construir e validar um instrumento capaz de captar valores significativos de adolescentes brasileiros. Essas pesquisas, partindo da concepção de uma ciência psicológica, cumulativa e experimental, tendo por objeto o adolescente como ser universal, descontextualizado e aistórico, informante direto da própria subjetividade, conduzem, algumas vezes, a conclusões abstratas.

Dessa forma, por exemplo, Veda Silva (1981) conclui que sexo, idade e nível socioeconômico influem, em ordem decrescente, sobre diferenças de valores encontrados nos adolescentes de duas escolas estaduais de 2º grau de Porto Alegre. A pesquisa de Kampel (1985), dessa vez utilizando uma amostra de 1.048 sujeitos de escolas públicas e particulares do Rio de Janeiro, chega a conclusões similares, demonstrando também que o grau de adesão aos valores mais privilegiados entre os adolescentes (amizade, fraternidade, família, liberdade e realização profissional) e a rejeição aos menos privilegiados (bens materiais) dependem também do sexo e do nível socioeconômico. Dessa perspectiva, a autora assinala que

as transformações que atingem o adolescente, de ambos os sexos, são previsíveis e seguem um curso semelhante em todos eles, com pequenas diferenças individuais. Cada grupo sociocultural estabelece expectativas de comportamento para os indivíduos, sendo que na adolescência essas expectativas são expressas também sob a forma de tarefas do desenvolvimento, significando os comportamentos e conhecimentos que o adolescente deve adquirir para sentir-se realizado na busca de sua identidade (Kampel, 1985, p. 3).

Uma exagerada expectativa, contudo, depositada na atuação do jovem ante a questão política, criou a idéia de que o questionamento de valores fosse inerente à juventude e acabou por acarretar uma certa decepção em relação à geração de jovens da década de 80, fazendo-se presente em trabalhos como o de Evilásio Ramos (1986). Esse autor investiga os valores de 935 estudantes que cursavam a 8ª série do 1º grau e a 1ª série do 2º grau em 12 colégios de Fortaleza, usando uma escala elaborada por Pinto, chamada “Índice de Personalização”. Baseando-se no existencialismo cristão de G. Marcel e M. Buber, que opõe valores relacionados ao Ser a valores relacionados ao Ter como configurando dois modos de vida opostos – personalização e egotização –, o autor conclui que os jovens de Fortaleza estão voltados para valores relacionados ao Ter, o que contraria suas hipóteses, que diziam que a família e a escola seriam (ou deveriam ser) fontes de personalização. Assim também, Itoz (1993) termina por inferir uma privatização do sagrado presente nas manifestações de religiosidade de um grupo de 12 jovens aos quais aplicou um questionário fechado.

O *survey* realizado por Leda Juliana Ramos (1992) em sua dissertação – em que a autora usa pontualmente dados bibliográficos, entrevistas semi-estruturadas e questionários fechados sobre uma amostra de adolescentes e psicólogos, onde procura, através de relações estabelecidas entre os dados da pesquisa de campo e opiniões de especialistas, obter informações mais fundamentadas – pode ser lido como uma tentativa de contextualizar o adolescente, procurando avançar e compreender de maneira mais acurada a forma pessimista com que a literatura encarava o adolescente urbano dessa época, como alguém que se move na sociedade, carente de razões para estabelecer um projeto de vida.

Procurando se opor a certo reducionismo e mesmo a certa simplificação da questão, presentes em alguns dos primeiros trabalhos relacionados a valores, essa última série de estudos ainda se move numa idéia da independência linear dos fatores causais, como produzindo os mesmos efeitos em diferentes indivíduos. Ou ainda, pensa na construção da idéia de sociedade com determinadas características como soma de indivíduos formados com essas mesmas características. Esses últimos estudos demonstram, também, o esgotamento do otimismo que movia as teses e dissertações relativas ao primeiro momento de redemocratização do País e, com ele, talvez, a temática relativa aos valores dos jovens e sua formação moral.

Identidade

As quatro pesquisas relacionadas com o subtema Identidade conferem grande peso à elucidação do conceito de identidade, situando-o na zona de fronteira entre a Sociologia e a Psicologia. Considerando a inserção social do adolescente como um segundo nascimento, os estudos procuram ao mesmo tempo buscar um referencial que torne o conceito de identidade inteligível, como marca do que é igual e ao mesmo tempo único, e um referencial que evite a excessiva homogeneidade, impedindo a percepção da fluidez e variabilidade dos processos de sua construção. Os trabalhos referem-se quase unanimemente a Erikson (1971 e 1976), que colocou os conceitos de moratória social e crise da identidade no centro da questão da adolescência, mas procuram criticar esse autor na suposição de um processo único de desenvolvimento que tem seu momento forte na adolescência. Procuram na Psicanálise a crítica que remete à ilusão de unicidade e continuidade relacionada à identidade e, em Berger e Luckman (1973), a idéia de que a assunção de um papel social supõe processo ativo, referido a uma construção do sujeito. Exceção a esse referencial é o estudo levado a cabo por Temponi (1997), que procura examinar a dimensão temporal da identidade usando a psicogênese de Wallon, ilustrando a teoria com depoimentos de quatro jovens da 5ª série do 1º grau: dois de uma escola de periferia de São Paulo e dois de uma escola particular de um bairro central da cidade.

Depois dessa discussão, as pesquisas remetem a diferentes dimensões da fabricação da identidade. Laurinda Souza (1980) procura discutir o papel da escola, principalmente a identificação com o professor, na formação da identidade. Tomando por base um questionário com perguntas fechadas e abertas, a dissertação conclui pela identificação de jovens de Divinópolis (MG) com grupos primários e a presença de dependências infantis entre eles. Interpreta esses dados como demonstrativos de uma falha

da escola, que exerceria sobre esses adolescentes uma influência discriminadora e elitizante, não proporcionando socialização e contatos efetivos entre gerações, o que impediria a adoção dos professores como modelos identitários. Já Cartaxo (1986) analisa o aspecto político relacionado à fabricação da identidade dos jovens da geração dos anos 70, procurando vincular o fechamento da ditadura militar à passividade dessa geração. Numa dimensão oposta, a tese de doutorado de Ferreira (1992), muito citada no conjunto geral dos trabalhos aqui examinados, mostra que, ao contrário, os adolescentes manifestam visão clara dos problemas brasileiros, apontando a má distribuição da riqueza como responsável pelo principal problema do País. Associando a política à corrupção, os jovens se mostram pessimistas, no entanto, em relação ao futuro.

Família

Extremamente relacionadas aos trabalhos sobre o subtema Identidade – pelo tipo e estilo de pesquisa, referencial teórico e percepção da problemática –, cinco dissertações e uma tese abordam o tema juventude/adolescência relacionando-o à família. Do mesmo modo, esses estudos transbordam as fronteiras tradicionais da Psicologia para mergulhar nos estudos de Sociologia e Antropologia, o que configura o abandono de uma percepção experimental do problema para centrar-se sobre o exame mais minucioso e qualitativo mediante pesquisas de inspiração etnográfica.

Dois estudos apenas – o de Matos (1981) e o de Lapin (1984) – se utilizam de uma abordagem experimental, com o uso de testes e escalas, sobre uma amostra grande de jovens; os demais se configuram como estudos qualitativos, que se utilizam de uma pluralidade de métodos (observação, escalas, questionários e entrevistas), sobre amostras pequenas, e mesmo estudos de casos clínicos. Erik Erikson constitui uma referência básica nesses estudos, ao centrar-se sobre a problemática da autonomia do adolescente, mas igualmente são utilizados outros autores relacionados à psicanálise de jovens/adolescentes (Marcia, Deuch, Knobel, Abelastury). Frequentemente são invocados historiadores (Ariés, Corrêa), antropólogos (Canevacci, Goode) e sociólogos (Berger e Luckman, G. H. Mead). Nessa perspectiva, a problemática da família aparece, nesses estudos sobre a adolescência, focada principalmente nas relações parentais, ora na perspectiva de integração com expectativas paternas/maternas, ora na perspectiva do conflito de gerações.

O trabalho de Matos (1981), embora incidindo sobre uma amostra de 221 adolescentes, procura investigar, usando uma pluralidade de autores, as relações entre o desenvolvimento do ego e a percepção adolescente sobre as orientações parentais ante a independência do adolescente. Conclui que a percepção de estilos de orientação tem relação com o sexo do adolescente e com seu nível socioeconômico, e que o desenvolvimento do ego e a autonomia do adolescente têm relação direta com o estilo de orientação dos pais. Apesar do núcleo da pesquisa centrar-se sobre a análise dos dados amostrais, há uma preocupação decidida da autora de contextualizar esses jovens no seio das transformações que a sociedade brasileira então vivia. Da mesma maneira, Lapin (1984) investiga a mesma problemática usando a amostra de 371 estudantes, com idades entre 13 e 17 anos, da cidade de Campinas. Conclui por um conformismo dos jovens dos anos 80, ao defender a ideologia familiar ante a identidade do adolescente suposta pelos pais, a valorização da segurança e o apoio afetivo dado pela família,

refletindo o autoritarismo da sociedade e da família (...), que parecem alienados pelo conformismo, que, a nosso ver, possui raízes profundas no desenvolvimento histórico-cultural de nossa sociedade”. A percepção da juventude como revoltada seria, segundo a autora, uma estereotipia da literatura sobre o adolescente, de uma “tendência exagerada a supergeneralizar reações de alguns adolescentes para toda a população (Lapin, 1983, p. 71).

Outros trabalhos acentuam a dimensão conflitiva entre os pólos dessa relação, destacando a dimensão de gênero relacionada a esses conflitos como inflexão da tese psicanalítica de recapitulação

do conflito edípico. A dissertação de Nascimento (1998), procura investigar os mecanismos subjacentes à lógica da identificação analisando o relato de dois adolescentes que cursavam o ensino médio numa escola pública de São Paulo. Por sua vez, Neves (1983) examina a relação de jovens mulheres da cidade de Recife, de 15 a 20 anos, com a figura paterna, dimensionando as áreas de conflito no namoro, estudo, dinheiro e amizades. Conclui que as jovens, embora percebam o peso do controle exercido sobre elas, são, na maioria das vezes, submissas e reprimidas nos seus intentos de autonomia. A relação mãe/filha adolescente como fonte de identificação fusional e mortífera foi examinada no estudo clínico feito por Lacerda (1990) sobre jovens mulheres que haviam tentado o suicídio.

A questão de gênero – a constituição de identidade masculina e feminina – abordada lateralmente nesses últimos estudos é enfrentada mais decididamente na tese de doutoramento de Amaral (1997). O grupo de informantes consistiu num grupo de 26 meninas e 16 meninos da 1ª série do 2º grau de uma escola particular de Campinas (SP). Servindo-se de um extenso referencial bibliográfico, a autora usa uma pluralidade de instrumentos (entrevistas dirigidas e semidirigidas, dinâmicas de grupo, redações e discussões de grupos). Tendo como ponto de partida e pretexto de discussão o trabalho doméstico, o estudo revelou estreitas relações entre vivências cotidianas da família e representações e hierarquizações diferentes que os jovens fazem do que é ser homem *versus* ser mulher.

Conceituação

Um grupo pequeno mas extremamente estratégico de estudos (pelo balanço crítico que fazem sobre a temática juventude e adolescência sob o prisma da Psicologia) é constituído pelas dissertações de Clímaco (1991), Salles (1993), Espig (1996) e César (1998). As três primeiras, embora façam verificações empíricas com base em questionários e entrevistas, são principalmente teóricas e críticas. Algumas posições são assim firmadas.

O trabalho de Clímaco (1991) procurou questionar a unidade da categoria adolescente expressa na maior parte dos trabalhos concernentes à Psicologia da Educação. Procura remeter a adolescência a condições socioculturais, mostrando que uma sociedade que comporta diferenças sociais e econômicas profundas, como a brasileira, não suporta o dado de uma unidade na adolescência. Remete unicidade do termo adolescência ao efeito de sentido padronizador dos meios de comunicação de massa, que mascara diferenças radicais relacionadas à experiência de jovens de diferentes camadas sociais no Brasil.

Por sua vez, o trabalho de Salles (1993) revela um flagrante contraste entre as representações que os professores fazem dos jovens e o que os jovens pensam de si próprios. A análise dos depoimentos indicou uma homogeneização da representação social do adolescente, absorvida pelos adultos, através dos meios de comunicação de massa, como uma época de menores responsabilidades, de desfrutar a vida despreocupada com o futuro, de reivindicação de direitos sem contrapartidas. No entanto, esse discurso não coincide em nada do que os jovens dizem a seu respeito, mostrando a perspectiva enviesada do adulto educador ante o jovem.

A dissertação de Espig (1996) faz uma revisão da literatura sobre o adolescente, levanta dados estatísticos acerca do adolescente brasileiro e procura indicar variações conforme o grupo social, a presença da cultura adolescente e o mal-estar da escola diante dessa presença, tendo sido observado este último aspecto na pesquisa de inspiração etnográfica realizada em duas escolas do ensino médio.

Finalmente, a dissertação de César (1998), usando principalmente Foucault e Ariès como referências teóricas, trata de remeter a problemática da adolescência a uma arqueologia do saber, procurando identificar os discursos que constituíram a “adolescência” como “objeto” de investigação e evidenciando, ainda, a formação de práticas e redes discursivas e suas relações com as estratégias de poder. Esse trabalho procura desconstruir o conceito de “adolescência” no seu caráter essencialista e, também, mostrar como o caráter conflitivo que subjaz nas teorias psicológicas refere-se a um paradigma do início do século, constituído como prática de percebê-la como “problema” para melhor exercer o controle sobre ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas vezes, a primeira experiência de pesquisa em um campo – a Psicologia Educacional – em que o debate se tornou rarefeito, pelo isolamento dos pesquisadores e pela excessiva ideologização das diferenças teóricas e de linhas de pesquisa, resulta num material cuja leitura revela alguns problemas que, em razão da sua importância, devem ser assinalados.

Divididos entre a tentativa enérgica de fazer frente a uma delimitação de seu problema e a busca de bases de sustentação para a investigação da questão da adolescência, como é mais comum referir-se a esses sujeitos, alguns estudos remetem à Filosofia, principalmente quando estão envolvidas questões ético-sociais. Trata-se de uma tradição da escrita da pesquisa psicológica, em que a Psicologia presta certa homenagem à Filosofia diante da desproporção entre o conhecimento empírico e o conhecimento especulativo, muito mais vasto e antigo. Mas, algumas vezes, esse esforço resulta em vôos rasantes sobre percursos filosóficos desde o início da era moderna, lidos através de compilações e sumários, até aterrizarem em autores que realizaram, em anos mais recentes, pesquisas no campo da Psicologia. Algumas vezes, a contribuição da Filosofia é colocada como um caminho histórico e cumulativo, percebida como história geral das idéias, sem que o problema envolvido seja articulado e confrontado com a mesma questão vista no plano da Psicologia. O resultado é que o leitor se pergunta até que ponto essa perspectiva de fundo filosófico acrescenta ou questiona seriamente o objeto da tese em curso, além de emprestar certa dignidade à questão investigada.

A contrapartida de reverter sistemas ou idéias filosóficas diretamente para o campo da Psicologia Aplicada, desconhecendo contribuições e problematizações originárias tanto da própria Psicologia como das demais ciências humanas, resulta, às vezes, em afirmações e conclusões com uma certa dose de ingenuidade típica. Em algumas investigações, dados descritivos de realidades concretas passam, sem sinal, a níveis discursivos enunciados como crenças e a uma retórica de persuasão. Essa passagem de nível é especialmente problemática nas pesquisas que abordam diretamente problemas educacionais – tomam-se objetivos pedagógicos do tipo “construção do conhecimento”, “autonomia de julgamento”, “ser que transforma a realidade” como pontos de partida, como dados naturais, e não como resultados de determinados empreendimentos educativos ou de práticas sociais correlatas. Pouco ingênuas, por outro lado, as teses com referencial teórico psicanalítico, ao suporem, por vezes, um único e universal processo de subjetivação que tem um momento importante na adolescência, quando analisam jovens brasileiros, por causa das peculiares inflexões de nossa cultura, em que valores da modernidade se apresentam de forma impura, assumem, algumas vezes, um caráter de denúncia e de condenação.

Por outro lado, nas teses desenvolvimentistas, o antigo preceito de Rousseau – da presença de um processo de desenvolvimento e da irredutibilidade da criança e do adolescente ao adulto – leva, por vezes, à conclusão de que a educação escolar deve ser “adequada” à criança ou ao jovem, como já foi dito. Essa constatação, entretanto, adquire significados decisivos. Assim, algumas pesquisas tratam de problemas de jovens, suas aspirações e formas de valorar a realidade retirando conclusões que dizem de uma inadequação da escola a essas aspirações, no sentido de que os jovens não são escutados, como não são levados em consideração, pela escola, seus valores e percepções de realidade, o que obviamente resulta na perda de sentido da escola para esses jovens e, conseqüentemente, para os educadores. Outras pesquisas, porém, colocam essa inadequação como se a escola devesse ter por objetivo assumir essas mesmas percepções, valores e aspirações, como se fosse uma empresa que tivesse que atender à demanda do cliente, o adolescente, e só assim lograsse ter suavizada a carga de culpa e apagada sua imagem de ineficácia. A escola deveria, assim, renunciar à sua característica simultânea de ser transmissão e projeto, portadora de intenções e de tradição, empreendimento humano contra o qual e/ou através do qual o jovem pode construir sua subjetividade. A característica autofágica de alguns estudos, principalmente quando realizados por educadores, compromete essas investigações com uma atitude que tende a se generalizar: a demissão da instituição escolar ante o seu público jovem.

Uma certa tendência de “tornar invisível” a escola e conceber o conhecimento como construído espontaneamente, uma elaboração do indivíduo, à parte e desvinculado de qualquer prática

social específica e da escola em particular, está presente em algumas das pesquisas que têm como referência diversas concepções de construtivismo. Nesse sentido, são caudatárias da idéia de que há uma evolução cognitiva natural e universal, comum a um conjunto de sujeitos de uma determinada fase. Com efeito, um certo número de trabalhos, baseados num determinado momento da construção da teoria piagetiana acerca do desenvolvimento cognitivo, supõe, de uma parte, uma escala única do desenvolvimento e, de outra, uma maneira um pouco abstrata e geral demais de conceber o processo de construção dos esquemas mentais, o que, de algum modo, torna forçada a correlação entre essas categorias e os dados empíricos, que aparecem, algumas vezes, como ilustrativos de hipóteses assumidas como comprovadas de antemão. No que tange à escola, esses trabalhos, por vezes, remetem ao jovem uma contabilidade quase sempre lesiva à instituição: quando ele obtém avanços e crescimento intelectual, isto ocorre graças a uma elaboração espontânea, feita apesar da escola e destacada dela; quando, ao contrário, ele é condenado ao fracasso, a escola é sempre a causa principal.

Entre os pesquisadores vygotksyanos, a natureza histórica e social do objeto da pesquisa é continuamente invocada. Mas algumas vezes a categoria “histórico-social” entra na análise dos dados de pesquisa como Pilatos no credo, sem que se faça qualquer esforço em estabelecer conexões com a determinada sociedade e a determinada história que está implicada na problemática descortinada pela pesquisa. Ou mesmo, principalmente quando falam da educação, alguns trabalhos adotam na sua introdução um rápido percorrido histórico, quase que inevitavelmente desembocando em tendências educacionais presentes na atualidade, genericamente assinaladas, em que uma é a conservadora, outra, a técnica, outra, a verdadeiramente revolucionária.

Na maioria empíricas, essas pesquisas têm, no entanto, o grande mérito de colocar muitas vezes o pesquisador – e, de certo modo, o seu ponto de partida – diante da perplexidade em face do inesperado dos dados, que contrariam teses e atitudes comumente aceitas. Assim, algumas pesquisas concluíram sobre valores conservadores de grupos de jovens, outras de que certas atitudes sexistas ou preconceituosas de determinados grupos são aprendidas junto aos pares, outras que a exclusão escolar não resulta mecanicamente numa diminuição do autoconceito, outras que cursos profissionalizantes não estão relacionadas a uma maior maturidade na escolha profissional, outras de que a gravidez adolescente e o uso de drogas não são vistas como nem acompanhadas de uma catástrofe psíquica por parte de seus “portadores”, etc. Essa perplexidade, contudo, não é retomada em outras pesquisas numa reflexão forte, de cunho investigativo e problematizador, mas remetida a recomendações de novas pesquisas, em novas amostragens, com o aperfeiçoamento dos mesmos instrumentos, recomendações que, como o conjunto de teses e dissertações leva a perceber, acabam por cair no vazio. Uma parte dessas pesquisas conjuga testes e pós-testes com o uso de técnicas pedagógicas inovadoras, e o grande mérito desses pesquisadores está na honestidade intelectual de revelar não só êxitos, mas, também, inoperâncias e resultados contraditórios.

Descontados o isolamento dos pesquisadores e o fechamento dos debates no interior das linhas de pesquisa, essa economia de reflexão, de certa forma, advém dos ecos da psicologia norte-americana das décadas de 50 e 60, cujo traço predominante era a ênfase nos testes para mensuração e identificação de traços individuais. Muitas vezes, o uso dos testes, escalas e outros instrumentos é apoiado apenas em pesquisas paralelas já realizadas, indicadas sumariamente pelo nome de seus autores entre parênteses, sem que haja uma discussão sobre a natureza dessas pesquisas, o seu objeto e o seu lugar, além do tratamento estatístico da validade e fidedignidade do seu instrumental – em geral, testes e escalas. Sabemos que essa perspectiva tem sido criticada, não só por sua visão do indivíduo jovem como realidade biológica, universal e aistórica, mas, também, por seu conteúdo elitista e pela visão que anuncia a respeito das possibilidades de aprendizagem de jovens das classes populares. Uma longa tradição de impor rigidamente a metodologia de uma ciência natural, com excessiva ênfase no rigor e “objetividade”, a uma ciência humana coloca o leitor, de certa forma e algumas vezes, ante a estranheza de um monumental esforço metodológico, de um formidável investimento de pesquisa com grande número de sujeitos, acompanhada de análises quantitativas sofisticadas sobre um problema que, às vezes, é mal colocado ou estruturado de forma rasa.

No entanto, essas investigações, na sua maior parte, trazendo contribuições importantes nos seus resultados e combinando o rigor com o cuidado de submeter sua amostra a vários instrumentos, têm importante papel a cumprir num campo em que, de certo momento em diante, é comum encontrar pesquisas com certa frouxidão metodológica, demonstrando a ligeireza e rapidez com que métodos quantitativos foram abandonados em favor de métodos qualitativos. Nesse sentido, incluem-se algumas dissertações que fazem de experiências pedagógicas pontuais situações de ensino dadas, em que os pesquisadores cumprem o papel de educadores extremamente confundidos com as questões que sua pesquisa levanta. Percebendo o campo empírico como o campo da práxis, desconhecendo, assim, o estatuto e a natureza específica dessa própria práxis, tais investigações dificilmente acrescentam conhecimentos tanto à prática como à pesquisa. Elas resultam, provavelmente, do ingresso, nos cursos de pós-graduação, de professores ou educadores que tinham outras expectativas com relação a esses cursos ou que não tinham meios, tempo e possibilidades de realizar outro tipo de pesquisa. Mas há também casos de generalizações rápidas a partir de estudos de caso, percepções sumárias do que seja a pesquisa etnográfica, aplicação de questionários sem os necessários cuidados, realização de entrevistas em que é comum o encontro de respostas espelhadas, etc.

Outras vezes, assombram alguns desses trabalhos as questões sociais emergentes, como a AIDS, a drogadição, a gravidez indesejada, etc., tanto difíceis de resolver quanto de equacionar. As investigações atraídas por questões cruciais limitam-se, algumas vezes, a recolher certos dados marginais para dar respostas evidentes ao senso comum ou propor soluções demasiadamente imediatistas de intervenção – o que as tornam semelhantes à introdução teórica de uma proposta de intervenção política.

Feitas estas considerações, é necessário também que se faça justiça ao mérito evidente desse conjunto de estudos, pois à fragmentação e dispersão características do discurso da psicologia atual acrescenta-se, ainda, o fracionamento próprio dos sujeitos sobre a qual ela se debruça: a juventude e adolescência brasileiras. Pois o que, desde uma primeira leitura, essas pesquisas colocam aos nossos olhos é o caráter de certa forma inédito da situação com a qual se confrontam os jovens e adolescentes nesse último terço do século 20. Se detivermos nosso olhar sobre as conclusões dessas pesquisas, tanto no plano teórico (em que se destaca a exploração de novas pistas de análise e de novos conceitos) quanto no plano empírico (a inflexão psicológica da “cultura jovem”, as questões de valores, a questão da droga, da sexualidade, a inadequação, o fracasso e as dificuldades escolares), efetuadas durante 18 anos de vida universitária, veremos que elas iluminam certas características específicas da adolescência e juventude de hoje em dia. Sofrendo os efeitos freqüentemente dramáticos e devastadores de transformações e exclusões profundas que engendraram esse período de transição em que vivemos, ao qual diversos pensadores chamam de “pós-modernidade à brasileira”, a adolescência e a juventude, como categoria social e como configuração de subjetividade, são caracterizadas, antes de tudo, por sua fragmentação e pelo seu caráter difuso e de difícil contorno. Há uma percepção de fundo, nas conclusões, no campo empírico e, até mesmo, em embaraços metodológicos dessas pesquisas: a de que a juventude e adolescência brasileiras não podem ser apreendidas, ou têm dificuldade de se tornarem inteligíveis, através de categorias psicológicas de cunho essencialista. Antes de ser uma fraqueza desse conjunto de teses e dissertações, esse dado revela a coragem dos pesquisadores diante dos desafios contidos em tentar ultrapassar o preconceito e perceber não só problemas, não só a angústia social em relação à juventude, mas a ousadia de olhar e ouvir o jovem, de procurar compreender, de forma isenta e sistemática, quem ele é, o que pensa, o que sente, como organiza o mundo e a realidade e como age.

Lidando com um objeto teórico e socialmente visto como ingrato, incompreensível e fugidio, muitas dessas investigações denunciam, intencionalmente ou não, um certo falseamento das categorias de análise até pouco tempo hegemônicas e de imagens aparentemente cristalizadas construídas pela psicologia tradicional sobre os jovens e adolescentes e sua subjetividade. A partir dessas leituras, é possível elaborar caminhos de aproximação a imagens menos deformadas, nessa específica sociedade de pós-industrial em que vivemos.

No Brasil, a crise dos valores, dos símbolos e das instituições socializantes tradicionais – entre as quais a escola e a família – se conjuga a mutações tecnológicas e econômicas profundas, comparáveis,

em sua envergadura e extensão, à Revolução Industrial. A leitura dessas teses e dissertações, entretanto, nos leva a pensar não somente nos efeitos negativos dessa conjuntura sobre os adolescentes e jovens presentes nos trabalhos que falam da ausência de autoconceito positivo, no individualismo e no consumismo, na gravidez indesejada, na AIDS e na drogadição; também, quando essas investigações olham para esses mesmos jovens procurando saber quem são, como pensam e como reagem, aparecem aspectos dinamizadores. Com efeito, as investigações não raro demonstram que, em face do mal-estar a que estão submetidos, numerosos jovens criam estratégias de sobrevivência psíquica originais e modos de vida "outros" que transcendem os limites que a crise atual lhes impõe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Teses

AFONSO, Maria Lúcia Miranda. *A polêmica sobre adolescência e sexualidade*. Belo Horizonte, 1997. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

AMARAL, Célia Chaves Gurgel do. *Relações familiares, adolescência, gênero e representações sociais de adolescentes*. Campinas, 1997. 379 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

FERREIRA, Berta Weil. *Adolescentes diante do mundo atual: identidade profissional e ideológica*. Porto Alegre, 1992. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

LUMMERTZ, Jussara Gonçalves. *Pensamento crítico e mudança social: a utilização de interações dialógicas no desenvolvimento do julgamento moral*. Porto Alegre, 1991. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARTINEZ, Marlene de Castro Waideman. *Sexualidade, AIDS e adolescência no espaço escolar contemporâneo: a família não fala, o adolescente pede, e a escola...* Marília, 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

PASCHOAL, Nícia. *O discurso do adolescente: um enfoque fenomenológico-hermenêutico*. São Paulo, 1985. 688 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RONCA, Paulo Afonso Caruso. *Convivendo com a maconha*. Campinas, 1985. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

SOARES, Cássia Baldini. *Adolescentes, drogas e AIDS: avaliando a prevenção e levantando necessidades*. São Paulo, 1997. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

STRONGOLI, Maria Thereza de Queiroz G. *O discurso e o imaginário de um adolescente: reflexões e análise*. São Paulo, 1989. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

Dissertações

ALBUQUERQUE, Maria Cícera dos Santos de. *O papel da escola na educação sexual do adolescente*. Piracicaba, 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.

- ANDRADE, Virgínia Ribeiro Lima e. *Sexualidade: uma abordagem necessária no ensino de primeiro grau?* Petrópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Petrópolis.
- ANDRIOLA, Verginia Mello Perin. *Gravidez não planejada em jovens universitárias: contribuições para a educação sexual no terceiro grau.* Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- ARAÚJO, Denise Silva. *O papel do jogo no desenvolvimento de crianças e adolescentes de classe trabalhadora em uma perspectiva sócio-histórico-dialética.* Goiânia, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás.
- AZEVEDO, Carmem Maria Oliveira de. *Valores percebidos pelos professores e especialistas em educação que atuam nas escolas estaduais de 2º grau – Porto Alegre, RS.* Porto Alegre, 1989. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- BEYER, Hugo Otto. *O ensaio de sentido da vida do adolescente na escola.* Porto Alegre, 1988. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BOA SORTE, Nadir Ferreira. *O imaginário do adolescente sobre o consumo do álcool e o processo de construção de identidades: implicações na educação e prevenção.* Salvador, 1998. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- BONILAURI, Ana Rosa Chopard. *Relações entre escolarização do adolescente e a antecipação do desempenho de um papel social.* Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.
- BRUGALLI, Marlene. *Sexualidade e o ato de aprender, suas relações e implicações.* Porto Alegre, 1995. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- CARTAXO, Charmenia Maria Braga. *A política da construção da identidade do adolescente brasileiro dos anos 70.* São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- CARVALHO, Márcia Moreira de. *Caminhos e descaminhos percorridos por estudantes do terceiro ano do ensino médio e portadores do vírus HIV, com relação às informações preventivas a respeito da AIDS.* São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis. *A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico.* Campinas, 1998. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- CLÍMACO, Adelia Araújo de Souza. *Repensando as concepções de adolescência.* São Paulo, 1991. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- CORREIRA, Maria Ivete Martins. *Concepções de estudantes do segundo grau sobre a virgindade na perspectiva das relações de gênero.* João Pessoa, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba.

- COSTA, Isolda Reis Alves da. *Os melhores amigos: o uso de drogas e a visão do mundo de jovens de camadas médias urbanas*. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- COSTA, Vani Maria de Mello. *O aluno-problema no cotidiano escolar e familiar: um estudo de caso etnográfico*. Cuiabá, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso.
- DER, Leila Christina Simões. *As atitudes de atenção/desatenção em sala de aula: o que dizem professores e alunos de sétima série*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- EBERT, Ana Maria de Azambuja. *Construção e validação de uma escala para identificar valores em adolescentes*. Rio de Janeiro, 1985. 55 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ESPIG, Ana Sílvia. *O papel social do adolescente: uma abordagem psicossocial do aluno adolescente*. Porto Alegre, 1996. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FERNANDES, Belnidice Terezinha Figueiredo. *A corporeidade convivial entre meninos e meninas nas aulas de Educação Física de uma turma de oitava série*. Cuiabá, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso.
- FLORES, Leonel Morales. *Ambiente co-educativo e percepção do adolescente sobre o comportamento homossexual*. Brasília, 1985. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.
- FREIRE, Ida Mara. *Interação mães adolescentes e seus filhos – em atividades lúdicas – antes e depois de um treinamento*. São Carlos, 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.
- FREIRE, Marluce Singer. *O papel do autoconceito no desenvolvimento vocacional*. Rio de Janeiro, 1984. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FRUET, Maria Sílvia Bruni. *Adolescência: sexualidade e AIDS*. Campinas, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- GEHRKE, Betty Noemi Castro. *Estudo da influência da orientação educacional nas atitudes dos alunos de segundo grau*. Porto Alegre, 1980. 257 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- GERBASE, Clarisse Kirst. *O julgamento moral de adolescentes: relações com pais, escola e amigos*. Porto Alegre, 1984. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GIGLIO, Angela Márcia Zago. *O medo na escola: percepção de alunos jovens e adultos de ensino supletivo*. São Paulo, 1998. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- ITZO, Sonia. *A religiosidade na expressão do jovem*. São Paulo, 1993. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- KAMPEL, Maria Mecler. *Valores significativos em adolescentes*. Rio de Janeiro, 1985. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- LACERDA, Miriam Pires Corres de. *Vida e morte: o drama dos adolescentes – abordagem de um educador com vistas à educação*. Porto Alegre, 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- LAPIN, Anna Maria Pinheiros. *Percepções de adolescentes: relações pais-filhos e características parentais*. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- LIMA, Geraldo Maurício. *Fracasso escolar e autoconceito: um estudo com adolescentes excluídos dos cursos noturnos de segundo grau da cidade de Bady Bassit*. Marília, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- LIMA, Myriam Campos Góes de. *Escola e a prevenção ao uso indevido de drogas: um estudo sobre representações sociais*. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- LUMMERTZ, Jussara Gonçalves. *A interferência do motivo de realização, do nível de satisfação familiar e das repetências anteriores no rendimento escolar de alunos da primeira série do segundo grau*. Porto Alegre, 1985. 43 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- LUZ, Anna Maria Hecker. *A vida cotidiana da mulher adolescente: sexualidade, gravidez e maternidade no Rio Grande do Sul – 1920-1995*. Porto Alegre, 1995. 243 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- MACEDO, Mocinha Medeiros Kother. *Alquimias vivenciais de adolescentes como aprendizes de si mesmos*. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- MARTINS, Rosângela Maria Borges. *Valores predominantes entre os alunos dos cursos supletivos de segundo grau de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- MATOS, Rosa Maria Martini de. *Adolescência: a conquista de independência e afirmação do ego face às gerações mais velhas*. Porto Alegre, 1981. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MENEZES, Ida Helena Carvalho Francescantonio. *Gestante adolescente: percepção das transformações do corpo*. Goiânia, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás.
- NASCIMENTO, Ivany Pinto. *A importância dos pais na construção da identidade do adolescente*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- NEVES, Angela Maria Barbosa. *Juventude e conflito familiar: divergências entre pais e filhas, na perspectiva das jovens do Recife*. Campinas, 1983. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

- OLIVEIRA, Áurea Maria de. *O processo de construção do raciocínio moral*: estudo realizado com um grupo de adolescentes em fase de escolarização. Campinas, 1989. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- OLIVEIRA, Edna Maria Arrais Pereira de. *Liderança e rendimento escolar entre adolescentes*. Porto Alegre, 1981. 80 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- OLIVEIRA, Heloisa Helena Gilibert. *Relação entre nível de maturidade vocacional e nível intelectual de alunos da segunda série do segundo grau dos colégios estaduais do município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1980. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PINHEIRO, Vandira Maria dos Santos. *Educação em saúde: a questão de risco e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis na adolescência*. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PITOMBO, Nildon Carlos Santos. *Classes sociais, expectativas e autoconceito de adolescentes: um estudo relacional*. Porto Alegre, 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- PONDÉ, Ana Neri Fontes Rabello. *Valores significativos em adolescentes: percepções de professores*. Rio de Janeiro, 1985. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- RAMOS, Evilásio Almeida. *Ser e ter na adolescência*. Fortaleza, 1986. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará.
- RAMOS, Leda Juliana D'Andrea. *O adolescente urbano e as razões de viver: um estudo exploratório*. Porto Alegre, 1992. 273 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- RIBAS, Maria de Jesus da Silva. *Os problemas dos adolescentes escolares do bairro Partenon*: Porto Alegre, RS. Porto Alegre, 1981. 270 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SALLES, Leila Maria Ferreira. *A representação social do adolescente e da adolescência: um discurso contrastante entre o genérico e o particular*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SAMPAIO, Meiry Ferreira. *A maturidade vocacional e o seu relacionamento com o desempenho escolar*. Rio de Janeiro, 1980. 60 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SANTOS, Ana Pujol Vieira dos. *Espírito crítico de adolescentes e fatores associados: um estudo com alunos adolescentes*. Porto Alegre, 1983. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SCHMITT, Sueli Maria. *Vivências no mundo das drogas: um grito de alerta!* Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

- SCHUCK, Ethilha Maria. *Situação sócio-econômica e problemática do adolescente no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1980. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- SIDU, Maria Luiza Avelino. *Preferências cognitivas e rendimento escolar entre alunas do segundo grau*. Fortaleza, 1981. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará.
- SILVA, Ricardo de Castro e. *A orientação sexual vivida por educadores e alunos: possibilidade de mudanças*. Campinas, 1995. 41 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- SILVA, Veda Lucinda Leal da. *Valores dominantes em adolescentes de Porto Alegre por idade, nível sócio-econômico e sexo*. Porto Alegre, 1981. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SOUSA, Maria Auxiliadora de Oliveira Lopes. *Do exercício da percepção ao realismo do autoconceito: uma experiência com alunos de primeira série do segundo grau*. Rio de Janeiro, 1981. 69 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SOUZA, Elizeu Clementino de. *Sexualidade e educação: o itinerário perdido*. Salvador, 1995. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- SOUZA, Laurinda Ferreira de. *A formação da identidade numa perspectiva educacional*. Rio de Janeiro, 1980. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.
- SOUZA, Péricles Luiz Sales de. *Vivências sexuais de um grupo de jovens da Região Metropolitana do Recife*. Campinas, 1983. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- TARGINO, Magnólia de Lima Sousa. *Representação social da gravidez na adolescência: um estudo na perspectiva do adolescente*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- TEMPONI, Suzette Izildinha. *O adolescente por ele mesmo*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- VILAR, Isaltina Suhett. *Relacionamento entre a interferência dos pais e o desenvolvimento da maturidade vocacional dos filhos*. Rio de Janeiro, 1981. 64 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- WENDER, Ingrid Heckmann. *Atitudes de maturidade vocacional em estudantes do ensino de segundo grau*. Porto Alegre, 1982. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ZACARIOTTI, Edith Tereza Pizarro. *Sexualidade e contracepção: concepções e opiniões das adolescentes que freqüentam os ambulatórios de adolescência do Hospital das Clínicas da UFG*. Goiânia, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás.

Livros, Artigos, Teses

- BERGER, Peter I.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- CARVALHO, M. M. C. de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. cap. 1.
- _____. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M. C. de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- DUBET, F.; MARTUCCELLI, D. *À l'école. sociologie de l'expérience scolaire*. Paris: Seuil, 1996.
- ERKSON, Erik. *Infância e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- _____. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FÁVERO, O. *A trajetória da pós-graduação em educação no âmbito institucional: avaliação & perspectivas*. Porto Alegre: ANPEd: CNPq, 1993. p. 31-49.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Educação como prática de liberdade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GADOTTI, M. *A educação contra a educação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GATTI, B. A pós-graduação e a pesquisa em educação no Brasil: 1978-1981. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 44, p. 3-17, 1983.
- GUIRALDELLI JÚNIOR, P. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1996.
- HALL, G. Stanley. *Adolescence: its psychology and its relation to anthropology, sociology, sex, crime, religion and education*. New York: Appleton, 1904. v. 1 e 2.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1986.
- MARGOTTO, Lílian R. *A Psicologia chega à escola: o saber psicológico nos periódicos educacionais (São Paulo, 1890-1930)*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. cap. 1.
- MEAD, Margareth *Coming on age in Samoa*. New York: William Horrow, 1928.
- PATTO, M. H. S. *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- _____. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.
- PIAGET, Jean. *O julgamento moral na criança*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

- RIBEIRO, M. L. *A formação política do professor de primeiro e segundo graus*. São Paulo: Cortez, 1987.
- RICHELLE, M. Apprentissage et enseignement: réflexion sur une complémentarité. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 1, dez. 1995.
- RUFFINO, R. Sobre o lugar da adolescência na teoria do sujeito. In: RAPPAPORT, C. R (Org.). *Adolescência: um enfoque psicanalítico*. São Paulo: EPU, 1993.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985a.
- _____. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1985b.
- SNYDERS, G. *Para onde vão as pedagogias não-diretivas?* Lisboa: Moraes, 1974.
- SOUZA, M. C. C. C. de. A Psicologia e a experiência pedagógica: alguma memória. In: VIDAL, D. G.; SOUZA, M. C. C. C. de (Org.) *A memória e sua sombra: a escola brasileira no século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- _____. À sombra do fracasso escolar: a Psicologia e as práticas pedagógicas. *Revista Estilos da Clínica*, São Paulo, p. 63-83, dez. 1998.
- SOUZA, M. C. C. C. de. *Escola e memória*. São Paulo: Ifan/CDPH/USF, 2000.
- SPOSITO, M. Estudos sobre juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n 5, p. 37-52, 1997.
- WARDE, Mirian Jorge. *Liberalismo e educação*. São Paulo, 1984. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- _____. O papel da pesquisa na pós-graduação em educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 73, p. 67-75, 1990.
- _____. Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia. In: FREITAS, M. C. de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. Psicologia e educação: a produção discente na pós-graduação no Brasil (1982-1991). *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 1, p. 43-61, dez. 1995.
- YAMAMOTO, O. H. *A educação brasileira e a tradição marxista (1970-1990)*. Natal: EDUFRRN; São Paulo: Moraes, 1996. p. 106.

Juventude e escola

Juarez Dayrell*

Este trabalho se propõe analisar a produção acadêmica na área educacional que trata da relação dos jovens alunos com a escola, buscando compreender como a questão da juventude veio sendo tematizada por essas pesquisas. O universo da análise é constituído pelas dissertações e teses produzidas nas décadas de 80 e 90, que, de alguma forma, buscaram investigar jovens e adolescentes em seu estudo sobre a escola, tratando-se, sobretudo, da utilização de descritores em torno da condição de aluno. Tem-se, inicialmente, uma descrição das características desses trabalhos, com o intuito de fornecer uma visão geral da produção existente. Em seguida, será feita uma análise descritiva das pesquisas, agrupadas em subtemas, explicitando os objetivos, a natureza dos textos e as conclusões apontadas. Finalmente, proceder-se-á a uma análise desta produção acadêmica, visando à problematização das formas como os jovens vêm sendo investigados, ressaltando-se, também, as lacunas percebidas e as perspectivas apontadas. A opção por essa construção visa possibilitar ao leitor um diálogo com os estudos analisados, podendo, assim, tirar suas próprias conclusões, além das aqui propostas.

O tema *Juventude e Escola* reúne 45 dissertações e cinco teses que, em sua maioria, têm o foco centrado na instituição escolar, analisando-a, porém, do ponto de vista dos alunos, apreendido através das mais diferentes expressões, como os seus discursos, suas concepções, seus comportamentos e atitudes. O que une a diversidade existente de assuntos, de referenciais teóricos e de metodologias empregadas é o fato de que estes privilegiam o aluno como o ator que irá fornecer elementos para a reflexão sobre a instituição escolar, mesmo que nela apareçam também outros atores, como os professores e/ou os pais.

Trata-se, no seu conjunto, de um tema que, apesar do crescimento absoluto – reflexo do aumento da produção discente na pós-graduação –, vem gradualmente perdendo espaço no interior da área Juventude. Essa inflexão decorre de uma abertura da pesquisa, a partir dos anos 90, para novos eixos temáticos não centrados na escola. A primeira abertura ocorreu com a incorporação da condição do mundo do trabalho que interage com a vida escolar, para grande parte dos estudantes da educação básica no Brasil. A segunda inflexão ocorre com a incorporação de outros aspectos presentes na socialização e sociabilidade dos jovens não situados na unidade escolar, tais como as novas agências socializadoras (como a mídia) e os grupos de pares, entre outros (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição da produção discente sobre Juventude, no tema Juventude e Escola, por subperíodo

(continua)

SUBPERÍODOS	PRODUÇÃO EM JUVENTUDE	JUVENTUDE E ESCOLA	
		Nº	%
1980-1984 (5 anos)	56	7	12,5

* Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

(conclusão)

SUBPERÍODOS	PRODUÇÃO EM JUVENTUDE	JUVENTUDE E ESCOLA	
		Nº	%
1985-1989 (5 anos)	73	12	16,5
1990-1994 (5 anos)	76	10	13,0
1995-1998 (4 anos)	182	21	11,5
TOTAL	387	50	13,0

Para efeitos de análise, os trabalhos deste tema foram agrupados em subtemas, utilizando os objetivos principais propostos por cada um deles como critério de classificação, conforme pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição da produção discente sobre Juventude e Escola, por subtema

SUBTEMAS	DISSERTAÇÕES	TESES
Sucesso e Fracasso Escolares	15	-
Significados Atribuídos pelos Alunos à Escola e seus Processos	11	3
O Aluno e as Práticas Escolares	10	-
Programas e Propostas Educativas sob a Ótica dos Alunos	8	2
Outros	1	-
TOTAL	45	5

O subtema Sucesso e Fracasso Escolares inclui as pesquisas que abordam a questão da evasão, do fracasso e do sucesso escolares, tendo como foco o aluno. O segundo subtema, Significados Atribuídos pelos Alunos à Escola e seus Processos, reúne os trabalhos que buscam analisar as necessidades, as representações ou as atribuições de sentido dos alunos sobre a escola, suas práticas, seus atores e os sentidos atribuídos a esta experiência. O terceiro, O Aluno e as Práticas Escolares, agrupa os trabalhos que analisam o cotidiano escolar em três perspectivas: um primeiro bloco discute as práticas escolares cotidianas na ótica das relações de poder que ocorrem no seu interior, bem como as formas como os alunos lidam/reagem com/diante delas, através de comportamentos e discursos; um outro analisa as possibilidades e limites das experiências escolares na construção de dimensões da subjetividade dos alunos; finalmente, um último bloco aborda a questão do conhecimento na sala de aula, a partir das concepções de alunos e professores. O quarto subtema, Programas e Propostas Educativas sob a Ótica dos Alunos, é constituído por pesquisas que buscam avaliar a proposta de um determinado programa educativo ou a proposta político-pedagógica de uma escola específica, a partir da análise das representações e expectativas dos seus atores – alunos e/ou professores. Finalmente, o quinto subtema, Outros, agrega um trabalho que discute a migração dos alunos da escola pública para a escola particular.

A distribuição das teses e dissertações no interior dos diversos subtemas apresenta uma certa constância. No eixo que trata dos significados atribuídos pelos alunos à escola, os assuntos são recorrentes tanto na década de 80, com seis trabalhos, quanto na década de 90, com oito – dois deles realizados em 1998. Essa recorrência evidencia que este é um assunto mobilizador do interesse da investigação por parte dos pesquisadores, mas pode indicar um certo tratamento reiterativo, indicando escassa possibilidade de abordagens inovadoras. O item que trata dos programas e propostas escolares apresenta seis trabalhos realizados na década de 80 e quatro na década de 90. Um pouco diferente é a situação do subtema Sucesso e Fracasso Escolares, com uma predominância de trabalhos realizados na década de 80, em número de nove, e seis realizados até 1997. Mas, no seu interior, apenas os assuntos ligados à evasão e ao fracasso escolar continuaram sendo investigados

na década de 90. Outros assuntos, como o sucesso escolar e o papel dos exames supletivos, só aparecem na década de 80. Outro diferencial ocorre no subtema O Aluno e as Práticas Escolares, pois todas as pesquisas foram realizadas a partir de 1987, sendo que oito delas, a partir de 1992.

Em relação ao nível de ensino privilegiado nas pesquisas, os trabalhos apresentam a distribuição constante da Tabela 3.

Tabela 3 – Produção acadêmica sobre Juventude e Escola, por subtema e nível de ensino investigado

SUBTEMAS	NÍVEIS DE ENSINO		
	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	EDUC. DE JOVENS E ADULTOS
Significados Atribuídos pelos Alunos à Escola e seus Processos	9	5	-
O Aluno e as Práticas Escolares	9	-	1
Programas e Propostas Educativas sob a Ótica dos Alunos	2	2	6
TOTAL	26	11	13

As dissertações e teses realizadas neste bloco temático privilegiam o ensino fundamental, com uma concentração maior nos subtemas que tratam dos significados atribuídos à escola e das práticas escolares cotidianas. Já os estudos englobados em Sucesso e Fracasso Escolares e Programas e Propostas Educativas sob a Ótica dos Alunos privilegiam a educação de jovens e adultos, com ênfase nos estudos sobre a modalidade curso supletivo. O número menor de estudos envolvendo o ensino médio pode ser explicado pela incidência de teses e dissertações que examinam o aluno e sua vida na escola relacionada ao trabalho, já incluídas em outro tema deste estado do conhecimento.

Um último aspecto desta caracterização diz respeito ao local onde foram realizadas as pesquisas. Praticamente, todos os trabalhos foram realizados em centros urbanos, aparecendo apenas três que desenvolveram seu levantamento empírico no meio rural, o que aponta uma séria lacuna, já que pouco sabemos sobre os jovens da sociedade agrária em sua relação com a escola. Além disso, constata-se uma maior incidência das pesquisas em escolas públicas, em número de 40, e, entre estas, a maior parte diz respeito àquelas localizadas nas periferias de grandes centros urbanos. Oito trabalhos têm como foco alunos da rede pública e da rede particular, e apenas duas examinam especificamente os alunos desta última. Constata-se, assim, que a escola particular, apesar do seu grande número no Brasil e da evidente vinculação que mantém com a formação das elites, tem merecido pouca atenção por parte dos pesquisadores, que voltaram suas atenções, de modo predominante, para a análise dos jovens alunos oriundos das camadas populares urbanas.

Até aqui foi feita uma descrição das características gerais das pesquisas abarcadas pelo tema *Juventude e Escola*, de forma a fornecer um quadro sintético da produção acadêmica realizada. Mas, para que se compreenda como os jovens são tematizados nesses trabalhos, torna-se necessária uma descrição analítica de cada um dos subtemas, ressaltando os objetivos, a natureza dos textos e as conclusões a que chegaram as pesquisas ali reunidas.¹

ANÁLISE DOS SUBTEMAS

Sucesso e Fracasso Escolares

Este subtema reúne 15 dissertações que discutem os resultados da ação escolar sob a ótica dos estudantes, ou seja, o processo de exclusão da e na escola (Ferrari, 1999) – expresso pelo fracasso, a repetência e a evasão – e o sucesso escolar.

¹ Nessa descrição, foram utilizados os 38 originais a que foi possível o acesso e 12 resumos disponibilizados pelo CD-ROM da ANPEd.

Os cinco trabalhos que discutem o fracasso escolar entendem este conceito como a repetência de alunos que freqüentam a escola. A linha comum que os caracteriza é a análise do fracasso escolar a partir da ótica dos alunos: são eles os “informantes” principais das pesquisas empíricas realizadas, apesar de o serem de formas diferenciadas. O trabalho de Cascaes (1981) busca caracterizar os repetentes escolares a partir de fatores socioeconômicos e educacionais, variáveis que, hipoteticamente, teriam sido relevantes na sua situação de repetência. A dissertação de Rezende (1993) busca compreender a visão que o aluno repetente possui acerca do fenômeno do fracasso escolar. Nesta mesma direção, a pesquisa de Braga (1995) se propõe identificar as representações de alunos repetentes sobre a sua exclusão, além dos atos de resistência presentes neste processo. O trabalho de Bianchi (1995) busca analisar as dificuldades dos alunos do supletivo em concluir uma etapa de alfabetização. Finalmente, o trabalho de Rosas (1996) analisa o fracasso escolar observado em um programa municipal de alfabetização de jovens e adultos.

Neste bloco de trabalhos, é sensível a diferença de abordagem existente entre os estudos realizados na década de 80 e os da década de 90. Na pesquisa de Cascaes (1981), é enfatizada a busca das possíveis causas socioeconômicas e educacionais que interferem na reprovação dos alunos, numa análise linear, de causa e efeito, entre essas determinações e os seus resultados na instituição escolar. A autora constrói um breve referencial teórico discutindo os fatores técnicos, pedagógicos, educacionais e socioeconômicos, buscando demonstrar a influência desses fatores na repetência escolar. A metodologia utilizada consiste na aplicação de questionários fechados em uma amostra de alunos. Na análise dos dados, faz uma descrição estatística das tabelas, concluindo que as variáveis técnico-pedagógicas possuem prevalência na reprovação do aluno em relação aos fatores socioeconômicos. Nesse trabalho, o aluno é visto na sua negatividade como repetente, e a categoria construída de “aluno” é pouco substantiva, com um perfil muito genérico, impossibilitando a compreensão de quem é este jovem e de como é a sua relação com a escola.

No restante dos estudos, as questões do fracasso escolar são abordadas de uma forma diferente, o que representa um avanço significativo na compreensão do fenômeno. Em lugar do fracasso, que de um ou outro modo acabava culpando o aluno, é introduzida a noção de “exclusão escolar”, que ressalta um conjunto de processos responsáveis pela produção do fracasso da escola – entre eles, as práticas escolares cotidianas.

Na dissertação de Braga (1995), por exemplo, a reprovação é entendida no contexto de uma “cultura da exclusão”. A pesquisa foi realizada no Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com alunos na faixa etária de 14 a 16 anos. A autora recupera as diferentes teorias sobre o fracasso escolar no sistema de ensino brasileiro, criticando as teorias da patologia social e da carência cultural, por exemplo, fundamentada em uma série de autores nacionais – entre eles, Patto (1990) e Arroyo (1992). Termina discutindo a noção de “cultura da exclusão” inspirando-se nas obras de Forquin (1993) e Giroux (1986), argumentando que o fracasso é resultado de uma determinada cultura escolar e da forma como estão organizados os sistemas de ensino, além de outros fatores. Introduce, também, a idéia de resistência, para explicar os significados dos comportamentos de oposição dos alunos ao controle escolar. Para compreender as representações que os alunos fazem da exclusão e da própria experiência escolar, Braga se inspira na noção de representação social de Moscovici (1978 e 1985), no conceito de enunciação de Bakhtin (1992) e vários dos seus intérpretes nacionais. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, materializada em um estudo de caso, tendo como instrumentos a observação cotidiana na escola e entrevistas semi-estruturadas. Na análise dos dados, Braga ressalta as representações dos alunos sobre a repetência e seus motivos, sobre as relações que estabelecem na escola, os sentimentos vividos e os estigmas, evidenciando como eles internalizam e constroem uma imagem de si diferente da apresentada pelo grupo de colegas. Culpam-se pelo fracasso e lidam com estereótipos e estigmas que só reforçam a auto-imagem negativa como sendo parte de processos que produzem a sua exclusão. A autora também descreve uma experiência extraclasse com o Clube de Ciências, ressaltando a importância destes espaços informais para resgatar a auto-estima e a condição de estudantes, e conclui apontando para a necessidade de se repensar o discurso hegemônico sobre

o fracasso escolar como mera fatalidade social, destacando os mecanismos existentes na estrutura escolar que produzem a exclusão do aluno.

Um segundo bloco de trabalhos reúne seis pesquisas que tratam da evasão escolar. O trabalho de Santos (1982) objetiva refletir sobre o problema da evasão escolar em um curso supletivo. Soares (1996) também pretende analisar as causas da evasão, mas em uma escola de ensino fundamental. Já a pesquisa de Ribeiro (1990) se propõe identificar os aspectos socioeconômicos e pedagógicos que geram a evasão escolar em uma escola de ensino médio. A investigação de Ragonesi (1990) busca refletir sobre a democratização da educação básica de jovens e adultos, a partir de estudo sobre o fenômeno da evasão escolar. Finalmente, duas dissertações analisam o fenômeno da evasão escolar sob uma ótica psicológica, as quais, pela sua especificidade, serão discutidas à parte: a de Bruns (1985), que busca compreender a evasão a partir das causas e efeitos psicológicos e sociais percebidos pelos próprios sujeitos da exclusão, os egressos do ensino fundamental, e a de Argimon (1997), que pretende analisar as relações entre certos fatores – depressão, ansiedade, uso de substância psicoativa, atividade laborativa paralela – e a evasão escolar de alunos do ensino fundamental noturno.

As dissertações desse bloco que tratam do ensino supletivo (Santos, 1982; Ragonesi, 1990) utilizam como referencial teórico os estudos sobre a educação de jovens e adultos no Brasil, privilegiando a história da constituição desta modalidade de ensino e a caracterização do fenômeno da evasão nos aspectos político-sociais e econômicos. Já os estudos sobre o ensino regular (Ribeiro, 1990; Soares, 1996) buscam traçar a dimensão histórica do fenômeno da evasão relacionando-o com a desigualdade do sistema político-econômico brasileiro. Em nenhuma delas há uma construção teórica das categorias de análise, além da noção de evasão.

Em sua maioria, os estudos realizados tomam o aluno das camadas populares como o principal informante. Nas dissertações de Santos (1982) e Ribeiro (1990), a metodologia utilizada é de natureza quantitativa, tendo como instrumentos questionários com questões fechadas, e a análise é realizada através da descrição estatística das tabelas. As outras duas utilizam-se de entrevistas semi-estruturadas. Ragonesi (1990), por exemplo, estrutura as entrevistas a partir dos seguintes eixos: o histórico da escolaridade, como os entrevistados compreendem o papel da escola, como definem o papel da educação para a classe trabalhadora, como avaliam o curso de educação básica de jovens e adultos que freqüentam e que tipo de relações estabelecem entre os projetos de melhoria de vida e nível de escolaridade.

Nessas pesquisas, a evasão escolar é apontada como resultado da própria organização da escola – currículo deficiente, formação precária dos professores, falta de material didático, etc. –, mas é entendida também como resultado de fatores socioeconômicos, tornando a necessidade do trabalho o maior empecilho à freqüência escolar. A diferença existente entre elas está na ênfase dada às causas dessa evasão: em algumas há um predomínio dos fatores socioeconômicos e, em outras, são privilegiados os fatores intra-escolares, tais como a inadequação curricular, a falta de integração entre as disciplinas e o seu distanciamento da realidade dos alunos. Em todos eles, porém, a evasão escolar aparece, de uma forma ou de outra, relacionada às condições socioculturais das camadas populares. Apenas o trabalho de Ragonesi (1990) busca articular uma compreensão mais ampla do fenômeno, ao apontar que este é resultado de múltiplas determinações, onde se somam fatores de ordem política, ideológica, social, econômica, psicológica e pedagógica.

Neste bloco temático, o aluno é conhecido através de um perfil socioeconômico que examina as variáveis sexo, idade, estado civil, situação profissional, profissão dos pais e renda familiar, numa tendência a caracterizá-lo como “carente”. Não se tem nenhuma outra informação sobre os sujeitos, além daquelas relacionadas diretamente com a escola: expectativas, avaliação de aspectos formais da instituição, como os conteúdos, a relação com os professores, o sistema de avaliação, etc. Nesse sentido, a categoria “aluno” é construída sem levar em conta a sua condição de jovem e, também, as suas experiências vivenciadas fora da escola.

Diferentemente dos trabalhos anteriores deste bloco, as duas dissertações com enfoque psicológico trazem contribuições significativas, ao ressaltarem a importância dos aspectos emocionais

presentes no fenômeno da evasão escolar. A dissertação de Bruns (1985) trabalha com egressos de 5^a a 8^a série de duas escolas públicas de Campinas, coletando dados referentes à percepção e expectativas desses sujeitos em face do fracasso escolar, mediante questionários fechados e entrevistas. Na análise, a autora mostra que a instituição escolar é percebida, por esses sujeitos, pela relação entre professor e aluno: a escola “boa” é a que possui professores bons e afetivos. Grande parte dos alunos culpa a situação econômica e o trabalho pelo abandono da escola. Os resultados da pesquisa evidenciaram a presença de efeitos psicológicos da evasão na vida dos ex-alunos, jovens de 17 a 22 anos, que se sentem estigmatizados e excluídos das vantagens sociais por não possuírem a escolaridade completa. Embora possuidores de uma percepção realista das limitações da escola, os alunos tendem a atribuir a si mesmos as causas de seu fracasso escolar.

O trabalho de Argimon (1997) envolveu um universo de 155 alunos, composto tanto por evadidos como por aqueles que continuavam freqüentando a escola. Os dados foram coletados a partir de uma série de instrumentos: questionário de detecção precoce de alcoolismo, Inventário de Ansiedade de Beck (BAI), Escala de Desesperança de Beck (BHS), além de entrevistas semi-estruturadas. Na sua análise, Argimon constata que a variável depressão foi a que apresentou maiores efeitos probabilísticos da ocorrência de evasão escolar, além de uma maior presença do uso do fumo e do álcool entre os sujeitos evadidos. Na análise qualitativa, a autora aponta para a importância dos aspectos emocionais na permanência ou não dos alunos na escola, entre eles, a baixa auto-estima, impotência, ansiedade, falta de motivação, tristeza e vivências familiares conflituosas. Essas dimensões, conclui a autora, apontam para uma debilidade interna no enfrentamento das demandas da vida, reforçada pela inadequação curricular e pela situação econômica.

Esses estudos demonstram que a exclusão escolar não incide sobre a auto-estima de uma forma instantânea e mecânica. Os aspectos emocionais devem ser considerados sem que se pense, necessariamente, no jovem excluído da escola como “portador” de problemas. É significativa a percepção da instituição escolar desses sujeitos pelo “efeito” professor, cuja imagem positiva inclui simultaneamente a competência e o vínculo afetivo. Em todos os trabalhos sobre o fracasso e a evasão escolares, as conclusões tendem a expressar um tom de denúncia e estão relacionadas à desigualdade social.

Um terceiro bloco deste subtema reúne duas dissertações que discutem o papel dos exames supletivos sob a ótica dos alunos que deles participaram. O trabalho de Amaral (1987) pretende traçar o perfil dos candidatos que realizaram exames supletivos de 2^o grau, buscando associar um conjunto de variáveis estudadas com o seu desempenho nos exames. Já a pesquisa de Hildebrando (1985) objetiva conhecer a percepção do exame supletivo na ótica dos alunos, analisando as expectativas em face do resultado adquirido nas provas. Os estudos tomam como referencial teórico a história dessa modalidade de ensino no Brasil, e Hildebrando aprofunda a discussão sobre a função dos exames escolares a partir das teorias da reprodução de Bourdieu (1975) e Baudelot e Establet (1981), entre outros. A metodologia utilizada é de caráter quantitativo, tendo como instrumentos o questionário e algumas aproximações qualitativas realizadas por meio de entrevistas. A dissertação aponta os problemas existentes no curso supletivo, visto como um ensino de segunda categoria destinado a uma população com a marca da exclusão; evidencia, também, o papel que os exames desempenham na legitimação da posição do indivíduo no seu meio, ao individualizar os fracassos e aumentar as discriminações.

Um último bloco deste subtema reúne duas dissertações que pretendem identificar as causas do sucesso escolar: a de Marques (1987), que se propõe identificar as causas de sucesso e fracasso escolares percebidas por 137 alunos de uma escola de 2^o grau da rede estadual de São Paulo, e a de Zambon (1986), que pretende identificar as razões que concorrem para a permanência do aluno de 2^o grau na escola, a partir de uma pesquisa desenvolvida em três escolas das redes técnicas federal, particular e estadual, situadas em Vitória (ES). Enquanto Marques utiliza a teoria atribucional da motivação numa abordagem psicológica, Zambon faz uma breve revisão de literatura sobre o papel social da educação, finalizando com uma discussão sobre o ensino de 2^o grau no Brasil. Ambas utilizam metodologias de caráter quantitativo, usando como instrumentos questionários com questões fechadas. A análise é feita mediante a descrição estatística dos dados coletados, sem estabelecer relações

com o quadro teórico esboçado, o que empobrece os resultados. Nesses estudos é privilegiada apenas a condição de aluno, que é caracterizado por meio de um perfil que particulariza as questões clássicas já citadas anteriormente.

Nas conclusões, Zambon aponta que a escola mantém e reproduz o *status quo* e que as razões da permanência são o resultado de apoio da família, experiências escolares positivas e esperança de melhoria do nível de vida. O trabalho de Marques mostra que os alunos atribuíram seus sucessos escolares, sobretudo, ao próprio esforço, ao empenho e à força de vontade; já o fracasso escolar foi explicado por eles como resultado de disposições internas, como características físicas e emocionais, além da contribuição do sistema educacional, baseado no autoritarismo e no descaso. Marques faz uma classificação por gênero, evidenciando como os rapazes e moças relatam fatos de sucesso e fracasso de forma diferenciada, atribuindo causas específicas a um e a outro. Apesar de o tema sucesso escolar ser inovador, Marques e Zambon não o exploraram suficientemente, de modo a trazer contribuições substantivas à questão; ele permanece como objeto ainda pouco explorado pela área da educação e, conseqüentemente, figurando no campo de estudos que elegeu a condição juvenil como objeto privilegiado.

Significados Atribuídos pelos Alunos à Escola e seus Processos

As 11 dissertações e três teses reunidas neste bloco temático apresentam em comum a análise dos significados atribuídos pelos alunos à escola, suas práticas e seus atores. Neste eixo, os objetivos propostos apresentam algumas especificidades: as dissertações de Mauricio (1989), Lorthios (1990), Attab (1990), Paula (1995) e a tese de Oliveira (1995) pretendem identificar as representações dos alunos sobre a educação, a escola e os sentidos atribuídos às práticas escolares; os trabalhos de Fagali (1981), Baruffi (1984) e Yanes (1998) buscam analisar as necessidades expressas pelos alunos em relação à escola, sendo que os dois últimos focalizam especificamente as suas aspirações em relação ao orientador educacional. Em seis trabalhos, os autores, além da análise dos significados da escola, discutem a percepção dos alunos sobre algum tema específico; assim, as teses de Rocha (1995) e Souza (1998), ao analisarem as percepções e expectativas dos alunos sobre a escola, investigam também as relações que eles estabelecem entre as vivências escolares e as experiências vividas extramuros. As dissertações de Oliveira (1993) e Japecanga (1997) discutem a percepção dos alunos sobre a questão da participação no cotidiano escolar; a de Basso (1984) pretende analisar as representações dos alunos sobre o trabalho e a desigualdade social; a de Scotto (1996) se propõe identificar os pontos de vista dos alunos sobre o conceito de cidadania. Na maioria das pesquisas, o aluno é o “informante”, sendo que, em algumas delas, o discurso de outros atores – professores e pais – também é levado em conta.

O referencial teórico utilizado é diferenciado. Nos trabalhos que discutem as necessidades dos alunos são utilizadas teorias de abordagem psicológica, predominando as da motivação humana.² Em quatro dissertações, os autores utilizam a noção de representação social, inspirados nas formulações de Moscovici (1978) ou mesmo na teoria de Leontiev (1978), mas, no geral, esses trabalhos apresentam uma construção superficial do conceito, apoiando-se principalmente em seus intérpretes nacionais. Uma outra abordagem para o tema é dada a partir da noção de imaginário social, inspirada nas teorias de Castoriadis (1982). Nos restantes, os autores não utilizam categorias teóricas específicas para trabalhar o discurso dos alunos, tomado, quase sempre, como opiniões.

Muitas dissertações e teses contemplam uma espécie de “ideário pedagógico” muito diferenciado, tanto na bibliografia utilizada quanto na densidade da sua elaboração. É possível observar uma evolução das abordagens pedagógicas, de acordo com as teorias dominantes nos diferentes momentos. Na década de 80 predomina a teoria de Paulo Freire e as teorias da reprodução. O que domina nesses trabalhos, principalmente naqueles realizados até o início da década de 90, é a adoção de um referencial político-pedagógico crítico, que analisa, em tom de denúncia, a instituição escolar

² Nesses trabalhos há uma grande pulverização de autores, sem uma dominância entre eles, dificultando a identificação de uma tendência dominante.

como parte dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais. Os trabalhos do início dos anos 90 privilegiam o debate sobre a pedagogia crítico-social dos conteúdos, baseados sobretudo em Saviani (1991), bem como a discussão sobre o caráter contraditório da educação a partir das reflexões de Snyders (1977) e Cury (1987). A ênfase é dada na discussão sobre a função social da escola, evidenciando a sua dimensão de reprodução social, mas, também, apontando as possibilidades de a escola contribuir para a transformação social através do acesso a conteúdos críticos. Boa parte desses trabalhos encontra-se presa a análises dicotômicas, opondo uma “escola tradicional” a uma “escola crítica”, onde o referencial utilizado tende a ser mais uma tomada de posição em relação à instituição escolar do que uma construção de categorias analíticas que possibilite a compreensão do objeto pretendido. Observa-se certa inflexão no tom dos trabalhos quando o ideário pedagógico de caráter propositivo passa a ser substituído por outras influências teóricas. Nos meados da década de 90, alguns estudos incorporam os teóricos da “nova sociologia da educação”, trabalhando, por exemplo, com a noção de cultura escolar.³ A tendência é analisar a instituição escolar a partir das relações que ocorrem no seu interior, enfatizando o papel ativo dos atores na escola.

A metodologia utilizada nas pesquisas do início dos anos 80 é, sobretudo, de natureza quantitativa;⁴ nesses trabalhos predomina a descrição estatística dos resultados, sem uma articulação entre a base teórica e a pesquisa empírica realizada. As restantes apresentam em comum a abordagem qualitativa, com a utilização dos mais diferentes instrumentos, tendo na entrevista não-diretiva um elemento comum a todas elas. Algumas utilizam questionários; outras, instrumentos como a “complementação de sentenças” e, até mesmo, a dramatização. Nas mais recentes, é também utilizada a observação das rotinas escolares.

Na sua maioria, as pesquisas reconstituem o discurso dos alunos sem avançar no plano analítico. Em algumas, o autor faz uma caracterização da(o) cidade/bairro onde se situa a escola e traça um perfil dos alunos segundo o padrão clássico – idade, sexo, trabalho, origem, trabalho dos pais – e em apenas um dos estudos aparece rapidamente a questão do lazer. Contudo, estes dados não são levados em conta no momento da análise, ou seja: a idade ou a origem social, por exemplo, não são consideradas variáveis significativas que interfiram na representação que os alunos fazem da escola. Em outros trabalhos, apenas o discurso dos alunos é descrito, sem grandes análises, e o leitor desconhece onde a escola se situa e, muito menos, quem são os sujeitos investigados. Em uma dissertação, por exemplo, os sujeitos são estudantes de 7 a 18 anos, e, na análise desenvolvida, o autor não explicita quando está se referindo às crianças, aos adolescentes ou aos jovens. Em geral, o maior esforço é despendido nas análises das representações que os alunos fazem da educação, da escola onde estudam e do ensino. Algumas dissertações examinam as impressões sobre as disciplinas, as relações com os professores, as facilidades e dificuldades de aprendizagem, e várias delas discutem a escola ideal do ponto de vista do aluno, concluindo sobre o significado da escola para estes atores; em sua maioria, no entanto, assumem um caráter opinativo, sem análise do próprio enunciado ou uma descrição das relações sociais e das práticas no interior da escola, que, se realizadas, permitiriam uma compreensão mais densa das atribuições de sentido emanadas dos sujeitos investigados.

Nas conclusões, boa parte dos trabalhos evidencia que os alunos buscam a escola na expectativa da mobilidade social, mediante uma melhor colocação no mercado de trabalho, o acesso a uma “qualificação social” (entendida como o domínio dos valores, linguagens e comportamentos das camadas dominantes) ou mesmo a preparação para o vestibular, como é o caso dos alunos do ensino médio; nessas representações, os autores apontam a dimensão de reprodução ideológica efetivada pela escola. Ao mesmo tempo, alguns estudos ressaltam as possibilidades de a escola desenvolver a consciência crítica dos alunos mediante a posse do saber (como um “fermento de transformação”), evidenciando, assim, a dimensão contraditória da instituição escolar. Esse tipo de estudo, no geral, desenvolve críticas à organização da escola, tanto pelos currículos distantes da realidade quanto pelos

³ Nesses trabalhos, há uma incidência maior de autores como Forquin (1993) e Giroux (1986).

⁴ A dissertação de Fagali (1981) utiliza o método de indução motivacional (MIM), e a de Baruffi (1984), da escala Likert, para detectar as necessidades dos alunos.

valores e comportamentos impostos, como a apatia, a submissão e o individualismo. Alguns desses trabalhos apontam também os limites da função de socialização da escola, quando ela não permite espaço e tempo para encontros entre os diferentes atores escolares. Uma característica comum a quase todos esses estudos é a apresentação de uma série de recomendações que, segundo os autores, poderiam minorar ou superar os problemas detectados. Essas recomendações variam desde sugestões concretas para melhorar o funcionamento da escola, como a de Yannes (1998), por exemplo, que consiste na estruturação do serviço de orientação educacional, incluindo temas a serem discutidos com os alunos, até aquelas mais gerais, como a de Oliveira (1995), que propõe ações que incentivem a expressão dos aspectos instituintes na sociedade e na escola em particular, valorizando a imaginação simbólica e a busca da autonomia por parte dos alunos.

Neste bloco temático, duas teses de doutorado se destacam, uma vez que exemplificam novas tendências das pesquisas escolares centradas no aluno: o acento nas relações sociais que ocorrem no cotidiano escolar como eixo da análise e o tratamento da categoria aluno de uma forma mais densa, incorporando características e demandas específicas de uma determinada idade da vida construída socialmente.

Uma delas, a de Rocha (1995), se propõe investigar o ensino fundamental a partir do cotidiano de uma escola estadual situada na periferia de São Paulo, quanto às práticas cognitivas, sociais e afetivas vivenciadas pelos alunos de 7^a e 8^a séries. Apesar de não realizar uma caracterização mais densa dos alunos, o trabalho avança quando lhes atribui um papel ativo nas práticas escolares cotidianas, superando a dimensão de informantes que predomina nos trabalhos abarcados por este bloco temático. Inspirando-se em Heller (1991), Rocha descortina o cotidiano escolar nas suas microrrelações, enfatizando as relações sociais e afetivas existentes entre os alunos e entre estes e os professores e membros do corpo técnico. A escola aparece como uma instituição viva, contraditória, que se constrói no dia-a-dia, onde os alunos atuam como sujeitos quando apropriam e reelaboram os conteúdos e as relações, dando-lhes significados específicos, muitas vezes distantes dos atribuídos pela formalidade da instituição. É significativo o peso colocado pela autora nos espaços e tempos vividos pelos alunos fora das atividades formais da sala de aula, como o recreio, por exemplo, valorizando-os em sua dimensão educativa. Desta forma, os jovens, mesmo diluídos sob a categoria homogeneizante de “alunos”, aparecem como sujeitos de experiências concretas, de sentimentos e aprendizagens próprias do cotidiano escolar. Rocha conclui apontando que a melhoria do ensino fundamental passa pela revisão do que acontece no interior da escola, o que demanda um conhecimento mais profundo dos variados e complexos componentes do cotidiano escolar.

A outra, de Oliveira (1995), considera os alunos como jovens adolescentes, com características e demandas próprias desta fase da vida, atribuindo a estes atores uma idade, um gênero, uma origem social. A pesquisa foi desenvolvida em duas escolas públicas de 2^o grau de Santa Maria (RS), envolvendo alunos na faixa etária de 15 a 19 anos, de camadas médias e populares, e teve por objetivo descobrir os significados do estudo e da escola de ensino médio para esses adolescentes. Toma como referencial teórico a obra de Castoriadis (1982) sobre o imaginário social, utilizando as suas categorias para a análise das entrevistas realizadas com os alunos. Desenvolve também uma discussão sobre a adolescência, baseando-se nos estudos de Erikson (1971 e 1976), de forma a caracterizar os sujeitos da pesquisa, evidenciando como a adolescência é uma produção histórica, com diferenças significativas em cada geração. A pesquisa é de natureza qualitativa, utilizando como instrumento a entrevista não-diretiva, entre outros. Não há uma observação do cotidiano escolar, sendo a análise centrada no discurso dos alunos. Na análise desenvolvida, Oliveira aborda as expectativas dos jovens em relação à escola e discute o mito do vestibular. Mas é quando trata da representação que os jovens fazem do cotidiano escolar que fica mais evidente a relação existente entre as representações e as idades da vida. Oliveira faz esta análise sob a ótica da participação dos jovens dentro e fora da escola, e constata que “os sonhos, as expectativas, os desejos dos adolescentes são desvalorizados como próprios da fase em que vivem, são tratados hierarquicamente como menos intensos e transitórios, como menos importantes”. Discute também a representação dos alunos sobre os professores e sobre o dispositivo disciplinar que a escola promove através das normas, do controle dos espaços, dos tempos e corpos.

O Aluno e as Práticas Escolares

As dez dissertações reunidas neste subtema possuem como eixo a análise das práticas escolares cotidianas sob a ótica dos alunos, mas com abordagens que podem ser agrupadas em três blocos: o primeiro reúne trabalhos que investigam as relações sociais que ocorrem no interior da escola, discutindo as relações de poder existentes neste espaço; o segundo agrega as pesquisas que analisam as possíveis interferências das práticas escolares na construção dos indivíduos e seus valores; o terceiro, finalmente, discute questões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem.

O primeiro bloco consta de cinco dissertações que investigam, analisando e discutindo, as relações de poder existentes e as formas como os alunos lidam (ou reagem) diante delas mediante comportamentos e discursos. No interior desta linha comum, cada dissertação enfatiza um determinado aspecto. O trabalho de Janice Souza (1996) discute os diferentes sentidos que a palavra disciplina assume no discurso dos alunos, refletindo sobre as relações de poder que permeiam o cotidiano escolar. Palumbo (1996) reflete também sobre as manifestações de poder, mas privilegia aquelas presentes na gestão escolar e as resistências de professores e alunos a estas práticas. Já o trabalho de Bahia (1992) busca verificar como a resistência se manifesta na escola, através dos comportamentos e atitudes estudantis, e as formas como a escola reage. O trabalho de Quejada Jelvez (1998) busca rastrear os mecanismos de poder presentes nas políticas administrativas e práticas pedagógicas e os discursos que acabam interferindo na construção da subjetividade dos alunos adolescentes. Finalmente, a dissertação de Dias (1996) pretende analisar os possíveis mecanismos de “violência pedagógica” presentes nas práticas didático-pedagógicas na sala de aula.

Nesses trabalhos, é possível constatar duas tendências de análise. Uma primeira discute as relações de poder no interior da escola, com ênfase no que elas “produzem” nos alunos. Neste caso, a disciplina aparece como um processo de inculcação ideológica, numa ação unilateral da estrutura escolar sobre os estudantes – vistos como agentes passivos –, reproduzindo noções ideológicas da ordem hegemônica. Tais análises se baseiam principalmente nas teorias de Foucault (1992 e 1995), Bourdieu (1974) e Bourdieu e Passeron (1989) – é o caso dos trabalhos de Dias (1996) e Souza (1996). Uma segunda tendência, presente nos trabalhos de Bahia (1992), Palumbo (1996) e Quejada Jelvez (1998), também considera as relações de poder existentes na escola, enfatizando, entretanto, as atitudes e comportamentos de resistência dos alunos. Neste caso, a disciplina é vista na sua dimensão de conflito entre a imposição de uma ordem e a oposição (ou transgressão) a ela, ressaltando a postura ativa dos sujeitos. O elemento intrigante consiste no fato de que uma também recorre às teorias de Foucault e as duas outras se apóiam na abordagem socioantropológica de Maffesoli e nas teorias de Willis e Anyon, categorizadas como “teorias da resistência”.⁵

As pesquisas com orientações metodológicas diferenciadas pretendem adotar a abordagem etnográfica em um estudo de caso de uma escola. O espaço privilegiado de observação é a sala de aula, nela descrevendo as posturas dos professores e as atitudes e comportamentos dos alunos. No geral, os textos fazem uma descrição da escola pesquisada, sua localização, a estrutura física, a organização interna e o corpo de funcionários para, em seguida, apresentarem a descrição do cotidiano da sala de aula e das relações aí existentes. Esse tipo de estratégia metodológica rapidamente se difundiu na década de 90, introduzindo um certo “modismo” nas pesquisas de cunho qualitativo em educação. Apressadamente, a área julgou estar utilizando o tradicional recurso da etnografia tão rigorosamente utilizado na Antropologia, mas, de certa forma, banalizado e empobrecido na investigação educacional. A crítica a essa adoção aligeirada dos procedimentos etnográficos e ao abandono de procedimentos quantitativos, somente agora, no final dos anos 90, tem sido empreendida por grupos de pesquisadores mais consolidados, o que poderá, certamente, abrir caminhos mais densos para a produção de conhecimentos na área (Brandão, 2000).

A investigação de Bahia (1992) foi desenvolvida em uma escola pública, na periferia de Belo Horizonte, com alunos da 6ª série e situados na faixa etária dos 12 aos 16 anos. A autora caracteriza

⁵ É interessante assinalar a repercussão do livro *Aprendendo a ser trabalhador*, de Willis, no meio educacional, sempre citado como expressão da “teoria da resistência”, apesar de o autor não ter pretendido desenvolvê-la neste livro nem em suas obras posteriores.

os alunos como sujeitos de uma cultura própria, que se expressa na forma como percebem a relação com a família, com o sexo oposto, na visão que possuem do trabalho e do futuro profissional, na compreensão que elaboram da escola e dos professores. Revelam-se, também, em seus comportamentos e atitudes, traduzidos em seus modos de vestir, na relação com a música e nas formas de expressão de sentimentos, como o tédio ou a agressividade. Constata a presença de uma “contra-cultura escolar”, que se manifesta nas atitudes de rejeição e oposição à cultura hegemônica. A partir desta caracterização, é feita uma descrição minuciosa de algumas aulas e das relações que ocorrem na sala, enfatizando as atitudes de resistência dos alunos. A autora evidencia a distância existente entre a escola e suas propostas com a realidade dos alunos e suas necessidades, em uma crítica à organização escolar.

O trabalho de Quejada Jelvez (1998) utiliza o método da pesquisa-ação, realizando oficinas temáticas e entrevistas com um grupo de alunos na faixa etária de 14 a 18 anos, de escolas públicas de Porto Alegre, no Projeto de Educação da Anistia Internacional.⁶ A partir de uma série de oficinas temáticas e de entrevistas individuais, o autor recupera o discurso dos alunos sobre o poder/saber presente nas práticas pedagógicas e os dispositivos da sexualidade, analisando as interferências das práticas escolares na configuração da subjetividade dos adolescentes estudantes. Para tanto, monta um painel com três entrevistados, onde desvela os mecanismos disciplinadores existentes no cotidiano escolar, descrevendo-os no corpo do texto, bem como algumas das oficinas realizadas com os jovens. O autor busca evidenciar o funcionamento das tecnologias de poder na escola, constatando que estas não destroem os indivíduos, mas, ao contrário, fabricam-no e o constituem. Pontua também as necessidades e demandas dos adolescentes e a forma como a escola lida com eles, mostrando como a instituição pouco contribui na formação integral dos educandos e, ao contrário, implementa um processo formativo para o acatamento de leis, comportamentos e valores que objetivam sujeitá-los a uma ordem dominante.

As conclusões a que chegam os estudos deste bloco temático são diferenciadas, coerentes com as duas tendências expostas anteriormente. Na primeira tendência, a escola aparece na sua dimensão de reprodução da ordem. O trabalho de Souza conclui que a escola é um espaço disciplinador, que tem por função preparar o aluno em função de moldes, valores, interesses e padrões vigentes na sociedade, vista como autoritária, individualista e excludente; nesta mesma direção, o trabalho de Dias (1996) conclui que a sala de aula é um espaço atravessado por mecanismos de violência pedagógica, informada pelos valores éticos e morais dominantes. Na segunda tendência, os estudos evidenciam que a escola é também um espaço de resistência por parte dos alunos. A reação dos alunos seria um indicador das necessidades de mudanças na estrutura escolar. Nesta direção, Quejada Jelvez (1998) conclui que as tecnologias, dispositivos e estratégias de poder exercido através das negações, interdições, manipulações, ditos e interditos sob os quais se configura a subjetividade dos adolescentes têm funções produtivas de parâmetros de verdade e conseguem controlar e induzir as suas ações e significações. Mas, segundo este autor, nessa subjetividade estão presentes resistências às formas de poder que resguardam espaços de liberdade no sujeito, sendo possíveis os questionamentos, as reflexões e as ações solidárias que possibilitam a superação daquelas situações limite e de sujeição.

Um segundo bloco de trabalhos deste subtema reúne três dissertações que discutem as possíveis interferências das práticas escolares na construção da subjetividade dos alunos, analisando as possibilidades e limites da escola neste processo de construção. Nesta linha comum, os objetivos se diferenciam: a pesquisa de Souza (1987) busca apreender os modos de pensar, sentir e agir dos jovens pesquisados; a de Cardenas (1995) se propõe conhecer e identificar os elementos presentes na dinâmica escolar que favorecem (ou não) a construção integral do aluno como pessoa; finalmente, a de Fraga (1998) trata da forma como se constitui um jeito bem comportado e obediente de ser jovem, que se efetiva nas práticas escolares a partir de um discurso que foi denominado de “bom-mocismo”. É interessante assinalar que os trabalhos reunidos neste bloco, com exceção de um, foram realizados a partir de 1995.

O trabalho de Souza (1987) se propõe desenvolver uma “análise psicossocial dos adolescentes numa perspectiva dialética”, tentando encontrar a síntese entre o “eu e classe, sujeito e objeto”.

⁶ Projeto desenvolvido pela Anistia Internacional, com oficinas de cidadania, em escolas de Porto Alegre.

Trata-se de tarefa bastante complexa, pois, muitas vezes, esforços semelhantes redundam em mera justaposição de abordagens que, na verdade, permanecem desarticuladas no plano analítico global do trabalho. Para isto, faz uma breve revisão da literatura sobre as categorias de totalidade social e representação, baseadas em Kosik (1976), e de identidade, inspirada, entre outros, em Erikson (1976). O mérito do trabalho reside na qualidade da investigação realizada mediante uma estratégia de cunho etnográfico, elegendo como sujeitos alunas de uma escola pública e meninas de um internato feminino, sendo entrevistados também os professores, funcionários e pais. Na análise, Souza tenta desvelar os espaços vividos, o internato e a escola, evidenciando as contradições existentes nas práticas cotidianas e sua expressão na vida das adolescentes. Discute a questão da identidade a partir da visão que elas elaboram de si mesmas, dos outros e da contradição entre ser criança e/ou mocinha. Através de histórias, desenhos e versos realizados pelas internas, busca analisar os sentimentos cotidianos, a visão que elaboram de si e da família, da escola e do trabalho, ou seja, do mundo onde se encontram inseridas. Chama a atenção para o conflito das adolescentes diante de uma autodefinição como crianças ou mulheres, diante de uma instituição que insiste em infantilizá-las, o que é considerado pela autora como um dos mecanismos de controle. Outro conflito pontuado é a imagem socialmente criada de “carente”, tanto social quanto afetivamente, que se reflete nas relações com as colegas e professores. É interessante perceber que, sendo um trabalho de 1987, Souza já anuncia uma tendência que irá se disseminar nas pesquisas educacionais dos anos 90, que é a descrição etnográfica do cotidiano escolar, enfatizando a importância das relações sociais de seu interior na construção da identidade dos jovens. Ao mesmo tempo, busca estabelecer ligações entre a realidade escolar e o meio social mais amplo, considerando as alunas como seres concretos, que se formam a partir de múltiplas experiências.

A dissertação de Cardenas (1995) se propõe discutir as possíveis contribuições da escola para o “crescimento total dos indivíduos”. Para isto, faz uma breve revisão da literatura, discutindo o desenvolvimento da pessoa, a afetividade e seu papel na construção da relação entre o eu e o outro e, também, na relação com o conhecimento, inspirando-se em Vygotsky e Wallon, entre outros autores. Não desenvolve uma reflexão sobre a instituição escolar e seus processos, centrando a análise, basicamente, nos indivíduos. A metodologia empregada é a “pesquisa participante”, além de aplicar questionários e entrevistas. No seu texto, Cardenas faz uma caracterização genérica do perfil dos alunos, sem maiores associações com o restante da análise. A partir daí, descreve suas opiniões sobre os motivos que os levam a estudar, sobre o que gostam de fazer dentro e fora da escola, sempre no enfoque do prazer e do desprazer. A autora afirma que, entre as atividades escolares, as que geram maior prazer são as de cunho artístico, enquanto as que geram desprazer são ligadas aos conteúdos. Ressalta também a importância atribuída pelos alunos à relação com os professores, mas quando são vistos como pessoas, para além do seu papel na instituição. Em seguida, Cardenas discute as possibilidades que a escola proporciona para ampliar o autoconhecimento dos indivíduos, além de descrever a “escola de seus sonhos”. Conclui que a escola não provoca prazer nem alegria no processo de construção do conhecimento e não contribui para o crescimento dos alunos como pessoas. Evidencia, como outros estudos já o fizeram, o distanciamento da instituição escolar da realidade dos alunos e das suas necessidades, mas, em nenhum momento, vincula a avaliação que os alunos fazem da escola com as peculiaridades do momento de vida em que se encontram, aliadas a dimensões socioculturais mais amplas.

Por fim, o trabalho de Fraga (1998) analisa as formas como se constitui um jeito bem comportado e obediente de ser jovem, que se efetiva nas práticas escolares a partir de um discurso denominado de “bom-mocismo”. Para tanto, o autor realiza uma observação participante, com relação às aulas de Educação Física, em uma escola municipal de Porto Alegre. Primeiramente, Fraga analisa como os discursos de diferentes instituições, como a escola, a igreja e a família, vão constituindo um vocabulário variado sobre a adolescência, baseando-se em Outeiral (1994) e Fischer (1996), que trabalhou com o tema dos adolescentes em seu doutorado. Evidencia a configuração de uma identidade adolescente “demonizada”, contraponto de uma adolescência que emerge paradoxalmente equilibrada, responsável e obediente, e a forma como os jovens vão lidando com essa multiplicidade de discursos. Em seguida, descreve as aulas de Educação Física procurando apontar como o corpo se constitui

como lugar de convergência de um poder que instaura sistemas de controle que individualizam seus desempenhos, ao mesmo tempo em que “regula em favor da espécie humana”. Mostra, a partir de Foucault, a forma como os alunos e alunas vão tornando visíveis em si mesmos normas consideradas verdadeiras, que apontam para um modo de vida “correto”. Finalmente, enfatiza como as questões relativas à sexualidade se manifestam no cotidiano destes alunos e alunas e acabam sendo dimensionadas a um modo “correto” de se conduzir nas práticas escolares. O autor conclui o seu trabalho afirmando que a sujeição ao lado “bom” da vida conforma profundamente os corpos dos sujeitos capturados dentro do discurso do “bom-mocismo”.

Um último bloco de trabalhos apresenta duas dissertações que têm como eixo comum questões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem na sala de aula, a partir das concepções de alunos e professores. Nessa linha geral, cada um dos estudos analisa um aspecto específico: a dissertação de De Camillis (1988) analisa a conceituação de conteúdos que está na base do trabalho do professor e na percepção do aluno do curso de suplência; a de Cordeiro (1995) investiga a concepção da interação entre alunos e professores, por eles expressa, e seu papel no processo de ensino-aprendizagem. Na coleta de dados, os autores lançam mão da aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas, e apenas uma utiliza o recurso da observação da sala de aula.

No geral, as pesquisas constataam que professores e alunos possuem concepções e expectativas diferenciadas sobre as relações e os conteúdos ministrados na sala de aula. Estes atores pouco refletem sobre o que ocorre neste espaço, mas há uma tendência de os alunos se mostrarem mais explícitos e críticos diante desta realidade. Na discussão sobre as interações, Cordeiro (1995) mostra que os alunos acentuam a importância da postura do professor, que pode estimular ou não certas relações, ao incentivar a participação nas aulas, privilegiar os desafios e as conquistas e construir uma relação de companheirismo, e explicitam, também, a importância do bom humor dos professores como aspecto facilitador das interações em sala de aula, sem, contudo, descartar o seu papel de autoridade. Por outro lado, a autora evidencia que o discurso dos professores não corresponde às suas práticas pedagógicas, não se colocando como responsáveis pela qualidade das interações pedagógicas e mostrando-se reticentes na discussão do tema.

As pesquisas incluídas neste bloco contribuem na análise das relações e dos conteúdos transmitidos na sala de aula, mas pouco avançam na compreensão dos sujeitos que participam deste processo. Na discussão sobre os conteúdos, o aluno é visto sob o prisma da cognição, mas não são levadas em conta as outras dimensões que interferem no processo de ensino e aprendizagem, como a idade, o meio social e as experiências vividas fora da escola.

Programas e Propostas Educativas sob a Ótica dos Alunos

As oito dissertações e duas teses reunidas neste subtema apresentam em comum o objetivo de avaliar a proposta político-pedagógica de uma escola ou de um projeto educacional a partir das representações e expectativas dos alunos. Neste bloco, as dissertações de Ferreira (1980), Avelar (1987), Henriques (1988), Feigel (1991) e Souza (1997) desenvolvem uma reflexão sobre a educação de jovens e adultos com base em um determinado programa, seja um Programa de Educação Juvenil ou um Centro de Estudos Supletivos. No seu conjunto, buscam avaliar o programa em questão, a sua definição institucional, os seus significados e a sua adequação às necessidades e expectativas dos alunos; partem dos discursos dos alunos, mas, em algumas delas, também são levadas em conta as opiniões dos professores sobre a proposta do programa.

Ainda na avaliação de projetos, a tese de Almeida (1992) busca compreender o significado do Projeto Noturno implantado em São Paulo, e a dissertação de Pereira (1981) discute a relação entre os objetivos do ensino de 2º grau e as expectativas dos alunos. Com objetivos mais amplos, a tese de Esau (1989) se propõe sistematizar elementos para uma teoria sobre a escola a partir da interpretação do discurso de alunos do ensino supletivo. Já as dissertações de Arruda (1992) e Manzano (1989) enfocam suas análises sobre a proposta político-pedagógica de uma escola específica, sempre partindo do discurso dos alunos.

Os trabalhos que analisam as propostas de educação de jovens e adultos apresentam uma descrição da história e da legislação existente sobre esta modalidade de ensino no Brasil e expõem detalhadamente os objetivos, estruturação e funcionamento do programa em questão; na sua maioria, não apresentam um referencial teórico explícito para analisar as experiências educativas. A metodologia utilizada consiste na aplicação de questionários fechados, complementados, em alguns, com entrevistas abertas e análise de relatórios. Na análise dos dados, grande parte dos autores se limita à sua descrição e comentários correspondentes, sem um arcabouço teórico que lhes dê sustentação. Um diferencial nestes estudos é apresentado pela dissertação de Ferreira (1980), que possui um capítulo onde faz uma revisão de literatura sobre as camadas populares, que constituem a demanda potencial para o ensino não-formal; ela também desenvolve uma descrição do cotidiano escolar, situando o aluno no contexto da escola. A tese de Esau (1989) também se diferencia ao construir textos com as falas dos alunos entrevistados, identificando neles as diferentes finalidades da escola.

Em geral, os trabalhos abordam o jovem ou adulto na sua condição de aluno, com questões relativas ao processo de ensino e aprendizagem. O perfil socioeconômico traçado é descritivo e não é utilizado, no momento da análise, para contextualizar a posição de quem fala. Assim, o aluno aparece circunscrito ao espaço escolar, com poucos elementos para compreendê-lo como sujeitos de experiências mais amplas e diversificadas, a partir das quais elaboram determinadas concepções sobre a vivência escolar. O que é pontuado em alguns dos trabalhos é a origem social dos alunos, grande parte oriunda das camadas populares, numa tendência a caracterizá-los como “carentes”. Neste sentido, a dissertação de Ferreira (1980) mais uma vez se diferencia. A autora faz um esforço para caracterizar o aluno nas suas múltiplas dimensões, abordando as características individuais, com um perfil clássico que se repete nos demais trabalhos, as características da família de origem, a escolaridade anterior, a experiência atual na escola, mas também acrescenta a esse perfil a experiência de trabalho, o universo cultural e os hábitos de lazer. O que ressalta desta abordagem é uma visão do aluno que apresenta a especificidade da sua cultura de origem como membro das camadas populares.

Na sua maioria, os trabalhos concluem pela constatação da distância existente entre os objetivos propostos e a realidade vivida pelos alunos, sem levar em conta a sua especificidade como alunos trabalhadores. No caso do ensino supletivo, é criticada a tendência de torná-lo um “arremedo” do ensino regular, com uma qualidade inferior. Apenas um estudo conclui que o programa atende as necessidades dos alunos, apesar de criticar a falta de preparo metodológico dos professores. Alguns deles enfatizam o fenômeno da evasão como o maior desafio a ser enfrentado. É interessante frisar que vários dos estudos apontam a valorização dos alunos às relações que estabelecem com os professores, vistas por eles como condição de aprendizagem. Nenhum trabalho, entretanto, se deteve na análise dessa evidência, que poderia nos dizer sobre a dimensão educativa das relações sociais no interior da escola. As conclusões apresentam um caráter propositivo, quase todas com recomendações para o aperfeiçoamento do programa em questão.

Outros

Este subtema apresenta uma dissertação (Rondina, 1995) cujo enfoque não permite integrá-la nos itens anteriores. Esse trabalho pretende investigar o processo de migração de estudantes da escola particular para a escola pública, a partir das percepções de um grupo de alunos “migrantes”. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública de 2º grau de Cuiabá (MT), com 22 alunos na faixa etária de 14 a 17 anos, provenientes de escolas particulares. Inicialmente, a autora realiza uma revisão da literatura sobre a evolução histórica do ensino público e privado no Brasil, buscando detectar as causas socioeconômicas e educacionais do fenômeno da transferência de alunos entre as redes de ensino. Para analisar a percepção dos alunos sobre a experiência da migração, a autora busca construir um referencial teórico sobre a percepção humana, calcado em uma série de trabalhos acadêmicos desenvolvidos no terreno da antropologia do imaginário, sociologia compreensiva e psicologia. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, tendo como instrumentos a observação participante e

a entrevista semi-estruturada. Depois de traçar um rápido perfil dos jovens estudados, a autora analisa as suas percepções sobre a transferência de escolas – ressaltando as motivações, a avaliação das escolas privada e pública e os sentimentos presentes neste processo – e, também, as percepções dos professores da escola pública sobre os alunos que ali chegam. Rondina conclui que as razões indutoras da mudança de escola são multifatoriais, citando o fator econômico como de peso relevante, mas também a reprovação, a não-integração na rede privada e até mesmo a expulsão. Para muitos alunos, a migração de escolas gera um sentimento de equilíbrio precário, revestindo-se de um tom dramático para alguns dos jovens estudados. O impacto da migração na escola pública se faz sentir através da indisciplina da clientela migrante, diferenças entre as seqüências curriculares e o contraste socioeconômico entre os alunos transferidos e os antigos. Nesse trabalho, o jovem aparece como o “informante” sobre o processo migratório vivido.

OS SUJEITOS NÃO REVELADOS: O ALUNO, UM JOVEM DESCONHECIDO

A leitura do conjunto destas pesquisas reunidas no tema *Juventude e Escola* nos mostra que o jovem tem sido pouco tematizado pela pesquisa educacional que incide sobre a instituição escolar. Como foi evidenciando ao longo da descrição das pesquisas realizadas, a grande maioria delas tem como foco a reflexão sobre a instituição escolar, investigada a partir dos alunos. Desta forma, o jovem aparece, na sua condição de aluno, quase sempre restrito ao interior dos muros escolares, e, mesmo ali, a maioria das análises privilegia os aspectos estritamente pedagógicos, ainda que, no âmbito de uma concepção de natureza sociológica ou psicológica, sem levar em conta as múltiplas dimensões da experiência escolar dos jovens. Os estudos nos informam sobre opiniões de alunos em torno do funcionamento da escola, dos currículos, das relações existentes, mas pouco nos dizem sobre os sujeitos reais que a freqüentam cotidianamente. É importante frisar, contudo, que trabalhar com a categoria “aluno” para compreender os jovens na sua relação com a escola não é um problema em si; a questão incide sobre como e com qual densidade esta categoria é construída, de forma a desvelar os sujeitos, com uma compreensão mais global de suas experiências escolares, interesses e formas de sociabilidade.

Podemos constatar, nessas pesquisas, uma relação entre a compreensão dos alunos, os assuntos através dos quais estes aparecem e as concepções acerca da instituição escolar. Isto evidencia que esta produção teórica não se encontra isolada do seu tempo, sendo marcada pelas conjunturas teóricas e históricas, expressando a evolução do pensamento pedagógico nas duas últimas décadas no Brasil. A adoção de alguns referenciais teóricos de natureza sociológica ou psicológica é, quase sempre, colada aos fins de feitiço propositivo, com escassa ressonância do ponto de vista analítico.

A classificação dos subtemas é reveladora dos assuntos através dos quais os alunos aparecem nas pesquisas educacionais. Nota-se uma forte preocupação pedagógica, predominando assuntos ligados ao fazer da escola, como os currículos, o ensino e a aprendizagem, as relações entre professores e alunos e os sistemas de avaliação. Também estão presentes temas relacionados a uma avaliação dos resultados da escola, tais como o fracasso, o sucesso e a evasão escolar. É a partir de 1995 que começam a surgir novos assuntos, com trabalhos discutindo, por exemplo, a questão do corpo e de gênero.⁷ À exceção destes últimos, grande parte dos assuntos tratados está presente tanto na década de 80 quanto na década de 90, ainda que seja de forma dispersa. Ocorre aqui a mesma tendência, já constatada por Warde (1993),

da baixa freqüência com que dissertações e teses são utilizadas para o tratamento das mesmas temáticas, enquanto outros títulos reiteram-se independentemente de já terem sido objeto central ou periférico de análises críticas; em segundo lugar, repetem-se os mesmos assuntos, freqüentemente,

⁷ Vide, entre outros, os trabalhos de Oliveira (1995) e Fraga (1998).

não por esforço cumulativo ou de revisão teórica, mas por desconhecimento do que já se produziu a respeito e/ou pelo privilegiamento das situações imediatas experienciadas/observadas pelos próprios pós-graduandos.

Para a autora, estes seriam indicadores de uma descontinuidade e dispersão da produção acadêmica na área educacional. O tema do fracasso escolar já era apontado, em balanço da produção realizado por Zaia Brandão (1983), como uma linha de investigação que apresentava sérios sinais de esgotamento. No entanto, nas duas décadas, as pesquisas reiteram conclusões e pouco inovaram, mesmo que privilegiando sua investigação a partir dos alunos.

Mas é possível observar, ao longo destas décadas, mudanças significativas nos referenciais teóricos – gerando redefinições sobre a instituição escolar e sua função social – e, também, na compreensão dos atores envolvidos: os alunos e professores. As pesquisas utilizam basicamente o referencial das ciências humanas, predominando os recortes sociológicos e psicológicos e, com uma menor incidência, os referenciais baseados na Filosofia e demais áreas do conhecimento. Serão comentadas aqui, sobretudo, as pesquisas que utilizam as teorias sociológicas e/ou pedagógicas, já que as vinculadas à Psicologia foram apreciadas em outro momento deste trabalho.

Na década de 80, os referenciais utilizados expressam uma dicotomia entre os pólos da reprodução e da produção, entre inculcação e resistência, repetição e ruptura, manutenção e renovação. Em vários trabalhos, principalmente naqueles do início da década, predominam as análises macrosociológicas, incorporando as chamadas “teorias da reprodução social”. Esses trabalhos contribuem, de alguma forma, para o desvelamento da escola na sociedade brasileira, principalmente na sua dimensão reprodutora das desigualdades sociais. Nessas análises, a instituição escolar é entendida como resultado dos efeitos produzidos pelas relações sociais capitalistas, que definem a sua estrutura, com os seus mecanismos ideológicos e culturais, por meio dos quais impõe os valores dominantes, tornando-a uma das instituições basilares do mundo moderno, responsável pelo disciplinamento de mentes e corpos e pela perpetuação da desigualdade. Mas essas análises resvalam para uma compreensão mecanicista dos processos sociais, não estabelecendo as devidas mediações entre a educação e a sociedade. Além disso, tendem a enfatizar uma postura passiva ou impotente dos sujeitos, desconsiderando a importância da ação humana e dos conflitos na constituição da vida social. Em muitas dessas investigações, é comum encontrar a adesão a um determinado “modelo teórico” que pouco contribui para a construção do objeto de estudo pretendido. Nestes casos, as pesquisas empíricas vêm precedidas de capítulos teóricos que pouco iluminam a análise realizada, tratando-se, assim, de um campo bastante limitado para o desenvolvimento de estudos sobre juventude, mesmo que o universo do aluno apareça como momento privilegiado na investigação.

Em trabalhos posteriores, observa-se uma tentativa de superação das afirmações unilaterais sobre os aspectos reprodutivos da escola, lançando mão, principalmente, de teorias pedagógicas ou de aproximações de natureza filosófica. Um número significativo de pesquisas realizadas a partir de meados da década de 80 e, principalmente, nos anos 90 discute a educação escolar na sua dimensão contraditória, desenvolvendo suas análises com base nas obras de Cury (1987), Mello (1986) e, principalmente, Saviani (1986 e 1991) e seus ensaios sobre a “pedagogia histórico-crítica”. Mas estas pesquisas apresentam, em geral, pouca densidade teórica, utilizando-se de uma miscelânea de autores, sem articular a diversidade de perspectivas que traz cada autor. Observa-se a construção de uma compreensão restrita da escola, centrada nos currículos e na metodologia. As análises recaem na crítica aos conteúdos e métodos utilizados, propondo mudanças que possibilitem ao aluno o acesso a um saber crítico, através do qual se torne consciente e um possível agente de transformação. O ideário pedagógico penetra na pesquisa pela vertente propositiva ou como pressuposto do pesquisador. De fato, não há construção de categorias analíticas – quer inspiradas na Sociologia, quer na Psicologia – capazes de estabelecer um exercício de compreensão do material empírico. A tese ou dissertação consiste numa descrição, por exemplo, de uma experiência pedagógica realizada ou de um determinado programa educativo, analisada a partir de conceitos extraídos dos mais diferentes corpos teóricos, que pouco

contribuem para desvelar o objeto pretendido. Geralmente estas pesquisas enunciam opiniões dos sujeitos investigados e apresentam conclusões com caráter propositivo, incluindo recomendações que revelam uma preocupação com a aplicação prática dos seus resultados.

No início dos anos 90 surgem trabalhos influenciados pela chamada “Nova Sociologia da Educação”. Esta corrente teórica trouxe avanços significativos para a pesquisa educacional, ao propor a volta para o interior da escola e da sala de aula, colocando em questão as práticas escolares cotidianas, sem retirá-las de sua ancoragem social mais ampla. Teóricos como Apple (1982), Giroux (1986) e Forquin (1993) lançam as bases de uma sociologia do currículo e da cultura, detendo-se no processo central da organização, da seleção e da transmissão dos conhecimentos e saberes na e pela escola. Como sintetizam Dandurand e Ollivier (1991, p. 135), há

um deslocamento do estruturalismo em direção a uma abordagem mais compreensiva, hermenêutica, que refocaliza a atenção sobre o agente-sujeito: passagem do estudo das grandes determinações estruturais a um interesse renovado pelas identidades culturais, ou, mais amplamente, passagem da estrutura à cultura.

Nas pesquisas analisadas, este referencial aparece inicialmente nas investigações que tratam das relações de poder na escola, articulando o que identificam como “teorias da resistência”. Colocam-se como uma reação à suposta linearidade das análises crítico-reprodutivistas, evidenciando que a dominação apontada não é assim tão total. De inspiração humanista, fenomenológica, marxista e interacionista, estas análises incorporam a defesa da atividade humana em face das estruturas e a defesa da cultura, da reação e da resistência dos diversos atores implicados nos processos educacionais. Estas teorias avançam, ao evidenciarem que as práticas de dominação são um caminho de mão dupla, e que, diante da dominação, existe uma reação no mesmo nível ideológico e cultural. Mas, na tentativa de fugir a uma interpretação unidirecional da dinâmica social e mecanicista, tendem a cair em outra – voluntarista. A resistência destacada é aquela que se dá no cotidiano, da qual são exemplos as transgressões, “a cultura contra-escolar”, a antidisciplina, onde tudo parece depender da vontade individual e da cultura dos indivíduos em confronto. É um exemplo claro do outro pólo da dicotomia anunciada anteriormente. Como lembra Arroyo (1990, p. 32), “o pensamento unilateral, que separa sujeito e objeto, homem e circunstâncias, indivíduo e sociedade, vê-se sempre fechado em uma dicotomia da qual somente podem sair soluções unilaterais”.

Ao longo da década de 90, muitos dos trabalhos realizados continuaram reproduzindo essas mesmas dicotomias. Mas a direção aberta pela nova Sociologia da Educação ampliou a sensibilidade dos pesquisadores para novas abordagens da instituição escolar, possibilitando a reflexão sobre suas múltiplas dimensões educativas. Vários trabalhos, nos diversos subtemas, constroem uma compreensão da escola como uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos, que incluem alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais (ou coletivas) de transgressões e acordos. Passam, assim, a ressaltar as práticas cotidianas na sua dimensão educativa, principalmente a relação entre os alunos em outros espaços que não a sala de aula ou mesmo a questão da participação discente. Mudam enfoques de velhos temas, como o da evasão escolar, que, mesmo eivado de imprecisões, avança, ao ser compreendido sob o prisma da exclusão escolar, fruto de múltiplas determinações. No entanto, como se trata de análises em universos empíricos restritos, as mediações com os fenômenos estruturais mais amplos podem, ficar muitas vezes, obscurecidas.

Nos trabalhos mais recentes, surgem novos objetos de análise, principalmente a partir de 1995, quando passam a ser tratados temas ligados à subjetividade, como a questão da identidade e do corpo e as questões de gênero. Parecem apontar o interesse dos pesquisadores em refletir sobre o aluno através de outros olhares e dimensões, o que abre novas perspectivas para a pesquisa educacional. Pela própria abordagem desenvolvida, nota-se uma tendência em diminuir a ênfase nas conclusões de teor propositivo, em favor daquelas com caráter analítico. Outros aspectos presentes são a revalorização da microsociologia e as tentativas de superar o desafio que é a integração das abordagens micro e

macrossociológicas, além da busca de uma síntese entre o objetivismo e o subjetivismo, a estrutura e a ação. Houve e há várias tentativas de superação desta dicotomia, recorrente no conjunto das ciências sociais, mas ela permanece, até então, atual e não-resolvida. Em muitas pesquisas, mesmo nas mais recentes, observa-se a inexistência das devidas mediações entre os níveis micro e o macro, com passagens mecânicas e artificiais, empobrecendo os estudos realizados. Está posto para a pesquisa educacional o desafio de refinar um referencial analítico que lhe permita avançar nesta direção (Brandão, 2000).

Essas redefinições que ocorreram no campo teórico também se refletiram no tratamento metodológico das pesquisas. As investigações realizadas nas duas décadas caracterizam-se, em grande parte, como estudos de caso centrados na análise de uma escola ou de um programa. Mas a natureza desses estudos sofreu mudanças significativas: se no início dos anos 80, por exemplo, predominaram as pesquisas de tipo quantitativo-descritivo, nos anos 90 passaram a dominar as pesquisas de natureza qualitativa, utilizando os mais diferentes instrumentos e com ênfase nos estudos do tipo etnográfico. A utilização da etnografia, de inspiração antropológica, pela pesquisa educacional possibilitou um avanço significativo, ao superar a tendência, até então existente, de análises macroestruturais, em que a instituição escolar aparecia numa dimensão monolítica, sem sofrer interferências das ações dos seus atores. Ao ressaltar as práticas escolares cotidianas como objeto de análise, a etnografia contribuiu na percepção da escola como um espaço de conflitos, dinâmico e polissêmico. O problema de algumas destas pesquisas, comum à área educacional como um todo, é a falta de maior rigor científico nos procedimentos metodológicos utilizados, resvalando quase sempre para um arremedo dos métodos qualitativos, entre eles o etnográfico, predominando interpretações eivadas de juízos de valor e sem uma sustentação empírica que dê validade aos resultados apontados. Por outro lado, há um abandono precipitado de aproximações quantitativas, importantes para estabelecer nexos com processos sociais mais amplos, que alimentariam, inclusive, novas hipóteses para a abordagem qualitativa.

No contexto dessas considerações sobre o conjunto dos trabalhos reunidos no tema *Juventude e Escola*, passa-se a interrogar pelas noções de juventude que essas pesquisas vêm construindo. Parte-se da constatação, várias vezes reiterada ao longo deste trabalho, de que, no seu conjunto, essas investigações constroem uma compreensão do jovem através de uma das suas facetas fundamentais, que é a sua condição de aluno. Resta saber, como já foi dito, pela densidade da categoria “aluno”, como ela veio sendo elaborada nestes trabalhos, de forma a desvelar os sujeitos que experimentam esta condição. Com este olhar, podemos detectar duas grandes tendências presentes nas pesquisas englobadas neste tema analisado. Trata-se de um recurso de análise, sabendo que não existe uma pesquisa que expresse todas as características de uma ou outra das tendências anunciadas, existindo, entre os dois modelos, diferentes posições e matizes. Como em qualquer generalização, corre-se o risco de cair em análises dicotômicas, que, mais do que explicar, atribuem juízos de valor do tipo bom x mal, correto x incorreto, etc. – e não é este o propósito do presente trabalho. É de acreditar que a compreensão do jovem/aluno presente nesses estudos é expressão do próprio contexto teórico do momento em que foram produzidos. Trata-se, sobretudo, de evidenciar, por essa tipologia, algumas orientações bastante freqüentes.

Uma primeira tendência presente na maioria dos trabalhos considera o “aluno” como uma categoria homogênea, abstrata, sendo apreendido, sobretudo, pela dimensão cognitiva. Esta concepção está presente nas pesquisas que consideram a escola, implícita ou explicitamente, uma instituição única, monolítica e universal, que desempenha uma função social determinada pelas principais estruturas de relações sociais que caracterizam a sociedade capitalista. Essa visão está presente em vários trabalhos de cunho estruturalista, principalmente naqueles realizados na década de 80; neles, ser aluno aparece como um dado natural e não como uma construção social e histórica. Assim, independentemente do sexo, da idade, da origem social ou das experiências sociais vividas, é a sua condição de aluno que irá informar a compreensão que o pesquisador constrói desses atores; o momento da fase de vida e sua peculiaridade, a origem social – não como abstração, mas como determinadora de um certo tipo de experiência –, o gênero e a etnia não são levados em conta, constituindo a vida do aluno na escola um tempo vazio de sentido, um não-tempo (Arroyo, 1999). O foco se desvia dos jovens reais para a escola, e o aluno é apenas

um pré-texto, um informante que fornece elementos para a reflexão de dimensões da instituição escolar, sejam a avaliação da escola e seus projetos, sejam as práticas pedagógicas que ali ocorrem. Apesar de vários trabalhos se preocuparem em traçar um perfil socioeconômico dos estudantes, em muitos deles isto sequer é utilizado na análise. Assim, por exemplo, nos deparamos com dissertações e teses que pretendem analisar as representações – grande parte delas reduzidas a opiniões – dos alunos sobre a escola e não sabemos da idade, sexo ou condição social daquele que emite o discurso, como se estas variáveis não interferissem na compreensão que ele elabora da experiência escolar.

As análises da vida escolar dos alunos se limitam às dimensões estritamente pedagógicas – como o currículo, o ensino, a aprendizagem e os seus resultados – e consideram as experiências educativas sob a ótica limitada da instrução, não levando em conta os atores dessas práticas nem a multiplicidade de processos formativos que são vividos nos diversos espaços e tempos escolares, desconhecendo as dimensões mais amplas de formação (ou deformação) humana que ocorrem na escola. É sintomático o fato de que esses trabalhos não coloquem em questão a estrutura escolar, seus tempos e espaços. Essas pesquisas se encontram presas a uma compreensão naturalizada da organização escolar, na qual os seus ritmos, seus tempos e seus espaços se reduzem a um cenário que no máximo é descrito, mas não tem sido objeto de análises, como se eles não interferissem nas práticas pedagógicas e nas vivências escolares dos alunos. Imersas na tentativa de uma definição legítima da educação, da escola, do ensino e dos currículos, estas investigações se enredam em uma tradição escolar que dificulta perceber o sistema educacional e a escola e todos os elementos que a caracterizam como uma construção social, fruto de uma gênese histórica, de uma lógica construída a partir de escolhas socialmente determinadas, que terminam configurando um determinado projeto político pedagógico (Dayrell, 1996). Embora tentasse trazer a contribuição de grandes clássicos das ciências sociais, a produção discente foi, em grande parte, muito pouco sociológica.

Coerente com estas posições, as recomendações presentes em quase todos os trabalhos apontam para propostas de mudanças curriculares, numa crença ingênua de que a transformação da escola se daria mediante a renovação dos conteúdos e não tanto pela alteração de suas estruturas. Em síntese, nesses trabalhos, os jovens reais, subsumidos no papel de alunos, não se constituem objetos de investigação por parte dos pesquisadores. Evidencia-se aí um paradoxo: a razão de ser da escola é o aluno, e é exatamente este ator o menos conhecido. Muitas dessas pesquisas trouxeram contribuições significativas para a compreensão da instituição escolar e sua relação com a sociedade, mas pouco contribuíram para desvelar o jovem real que a frequenta.

A segunda tendência presente nos trabalhos analisados considera o aluno como um sujeito de ações no interior da estrutura escolar. Nestes estudos, a categoria “aluno”, com diferentes níveis de elaboração, aparece de uma forma mais densa, considerada como constituída por indivíduos que nascem em condições sociais determinadas e que constroem uma experiência que modela visões de mundo, sentimentos, emoções, desejos, projetos e formas de sociabilidade próprias do cotidiano escolar. As pesquisas que adotam esta concepção de aluno são informadas por uma compreensão mais dinâmica da estrutura escolar, entendida como uma construção social, fruto de uma ação recíproca entre os sujeitos e a instituição. Desta forma, a realidade escolar aparece mediada, no cotidiano, pela apropriação, elaboração, reelaboração ou repulsa expressa pelos atores sociais que ali atuam. Estas noções estão presentes em um pequeno número de pesquisas que analisam as práticas escolares, realizadas na década de 90, mas, principalmente, a partir de 1995.

Nesses trabalhos, o jovem, mesmo sendo analisado na sua condição de aluno, é visto como sujeito ativo no cotidiano escolar, capaz de apropriar-se dos conteúdos e de reelaborar esses conteúdos e as experiências vividas neste espaço, revelando a diversidade existente no corpo discente, que se manifesta na multiplicidade de sentidos atribuídos às práticas escolares, nos diferentes comportamentos, nas atitudes que assumem diante das normas e nas formas próprias de sociabilidade que criam longe dos olhares da instituição. Evidencia-se a construção do papel desses jovens – como alunos, fruto de relações sociais – em um diálogo com as imagens e estereótipos socialmente criados, que terminam por cristalizar modelos de comportamento com os quais passam a se identificar. Alguns desses estudos avançam ao

apontar a existência de uma cultura juvenil, expressa nas visões de mundo, nas escolhas realizadas, no jeito de se vestir e de falar, nos comportamentos na sala de aula, mesmo que estas expressões sejam analisadas sob a ótica da “resistência”. É ressaltada também a múltipla dimensão educativa da escola para além da transmissão de conteúdos, caracterizando-se tanto o “currículo oculto” existente nas relações pedagógicas quanto a importância das interações sociais que ocorrem entre os alunos e entre estes e os professores e funcionários, nos mais diversos espaços e tempos escolares.

As conclusões, de uma forma geral, também apontam para uma inadequação da escola à realidade dos alunos, mas de uma forma qualitativamente diferente da primeira tendência analisada. O que passa a ser questionado é a capacidade educativa da escola, que incide no tema do enfraquecimento da sua eficácia socializadora (Dubet, Martuccelli, 1997).

É evidente o avanço representado por esta última tendência na construção de uma compreensão mais ampla do jovem na sua relação com a escola. Essas pesquisas, porém, não conseguem superar os limites do “escolacentrismo” presente na grande maioria delas, ou seja, elas concebem a educação reduzida à instituição escolar, como se esta fosse a agência exclusiva de socialização, sem estabelecer relações com outros agenciamentos socializadores que tecem a experiência de adolescentes e jovens fora da escola. Com este olhar, os estudos não problematizam a importância da família, do espaço urbano, das práticas culturais, do cotidiano difuso e muitas vezes opressor do trabalho, do bairro, do lazer. Em um momento histórico de profundas transformações sociais, a cultura e as informações vão assumindo modalidades importantes de presença no conjunto dos processos econômicos e políticos e na reprodução das classes e grupos sociais.⁸ A socialização dos jovens vem ocorrendo cada vez mais em espaços e tempos variados, com uma multiplicação das referências culturais, constituindo um conjunto heterogêneo de redes de significados que são articulados e adquirem sentido na ação cotidiana dos jovens. Para uma compreensão da realidade juvenil, das práticas e da relação que os jovens estabelecem com a escola, é fundamental que os pesquisadores ao menos reconheçam a presença dessas outras dimensões na construção da condição de aluno ou estudante.

Finalizando, pode-se constatar, a partir da leitura desses 50 trabalhos presentes no tema *Juventude e Escola*, o enorme esforço dos pesquisadores na busca de compreender a instituição escolar no contexto de uma sociedade desigual como a brasileira. Nestas últimas décadas, muito se avançou no conhecimento dos mecanismos que ainda persistem em reproduzir uma escola excludente, que pouco contribui para a formação integral dos alunos. Mas ainda é preciso avançar na compreensão da juventude e das suas relações com a escola, o que implica o desenvolvimento de investigações que centrem suas atenções nos jovens reais, estudos que reflitam, por exemplo, sobre os tempos vividos pelos educandos na especificidade da sua idade, de sua condição humana, de gênero, de sua cultura e sociabilidades, situando esses processos nas determinações estruturais que produzem várias formas de ser jovem na sociedade. Por essas razões, há evidentes lacunas quanto ao estudo dos jovens estudantes da zona rural e de camadas médias ou de elites. Trata-se, assim, de construir um amplo leque de investigações que apreenda de modo denso as formas diversas que constroem a experiência juvenil contemporânea, no Brasil, em suas relações com a escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Teses

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. *O Projeto Noturno: incursões no vivido por educadores e alunos de escolas públicas paulistas que tentaram um jeito novo de caminhar*. São Paulo, 1992. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁸ Diversas análises, com abordagens diferenciadas, são unânimes na constatação da centralidade da cultura e das dimensões simbólicas nas relações sociais contemporâneas. Ver, por exemplo, Melucci (1996), Giddens (1991) e Canclini (1995), entre outros.

ESAU, Marília Alves Pedrosa. *Apesar das amarras, ha vida na escola*: uma leitura da escola formal feita a partir das falas dos alunos do ensino supletivo – modalidade suplência de segundo grau. São Paulo, 1989. v. 1 256 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes de. *Imaginário social e escola de segundo grau*: um estudo com adolescentes. Porto Alegre, 1995. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ROCHA, Maria de Lourdes. *O ensino fundamental na escola publica paulista*: um estudo da questão sob a ótica de alunos de sétima e oitava séries do primeiro grau. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SOUZA, Maria Olinda Silva de. *Imagens da escola*: significado de representações sociais de alunos de escolas publicas. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

Dissertações

AMARAL, Ivone Leda Tapado do. *Ensino supletivo*: um estudo da clientela presente aos exames supletivos de 2º Grau. Porto Alegre, 1987. 236 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ARGIMON, Irani Iracema de Lima. *Evasão escolar sob a ótica psicológica*. Porto Alegre, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ARRUDA, Judite Sebastiany. *Uma proposta pedagógica progressivista no ensino noturno*: dificuldades e contradições na sua implantação. Porto Alegre, 1992. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ATTAB, Jesus Jose. *O mundo da escola rural nas representações de seus egressos*: um estudo de caso em Potirendaba, SP. São Paulo, 1990. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

AVELAR, Ayde Marcia Castilho. *Ensino supletivo*: realidade e representação. São Carlos, 1987. 253 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.

BAHIA, Isabel Cristina Ribeiro. *A resistência em uma escola de periferia urbana*. Rio de Janeiro, 1992. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BARUFFI, Helder. *Necessidades dos alunos das escolas do meio rural e periferia urbana da região do meio-oeste catarinense a serem atendidos pelo orientador educacional*. Rio de Janeiro, 1984. 67 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BASSO, Rita. *Representações sociais dos alunos de segundo grau*. Campinas, 1984. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

BIANCHI, Josefa Martins. *Na volta quase todos se perdem ou de como a escola publica não vem alfabetizando os que dela retornam*. João Pessoa, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba.

- BRAGA, Selma Ambrozina de Moura. *O fracasso escolar nas vozes de um grupo de alunos de quinta e oitava séries, integrantes de um clube de Ciências e Cultura*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BRUNS, Maria Alves de Toledo. *Evasão escolar: causas e efeitos psicológicos e sociais*. Campinas, 1985. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- CARDENAS, Carmen Jansen de. *O prazer de crescer*. Brasília, 1995. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.
- CASCAES, Ana Maria Ribeiro. *Caracterização sócio-econômica-educacional do repetente escolar na 1ª série do 2º grau no Instituto Estadual de Educação*. Rio de Janeiro, 1981. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- CORDEIRO, Suely Amelia Bayum. *Interação professor-aluno: concepção de professores e alunos de sétima série*. São Paulo, 1995. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- DE CAMILLIS, Maria de Lourdes Stamato. *O conteúdo do ensino supletivo: uma investigação a partir da perspectiva de alunos e professores de suplência II no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1988. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- DIAS, Paulo Roberto Oliveira. *A escola fundamental: por outros veres e novos olhares*. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FAGALI, Eloisa Quadros. *Necessidades expressas por estudantes do primeiro grau com sucesso e insucesso escolar e opinião do corpo orientador da escola sobre as aspirações dos alunos: estudo realizado numa escola municipal situada na periferia de São Paulo*. São Paulo, 1981. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FEIGEL, Zilda. *Uma avaliação dos Centros de Estudos Supletivos*. Rio de Janeiro, 1991. 77 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FERREIRA, Maria Luiza de Almeida Cunha. *Alunos de suplência de primeiro grau em periferia urbana: estudo exploratório*. Belo Horizonte, 1980. 388 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- FRAGA, Alex Branco. *Do corpo que se distingue: a constituição do bom-moço e da boa-moça nas praticas escolares*. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- HENRIQUES, Marilda de Jesus. *Programa de educação juvenil: uma nova proposta de alfabetização de adolescentes*. Rio de Janeiro, 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- HILDEBRANDO, Maria Helena Bastos. *Os deserdados da educação brasileira: uma análise das expectativas da clientela aos exames supletivos*. Porto Alegre, 1985. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- JAPECANGA, Alaide Pereira. *Participação discente: contribuição para a organização do trabalho na escola pública*. Marília, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- LORTHIOS, Marie-Celine G. R. Florio. *A escola reconsiderada a partir do discurso dos alunos*. São Paulo, 1990. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MANZANO, José Carlos Mendes. *A produção do saber e o saber da produção: a experiência de ensino na escola de primeiro e segundo graus "Volkswagen"*. São Paulo, 1989. 269 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- MARQUES, Dirce da Glória Cusato. *Causas de sucesso e fracasso escolar percebidas por alunos de segundo grau: uma análise atribucional*. São Paulo, 1987. 80 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MAURICIO, Vera Regina Braga. *A escola em zona rural do Rio Grande do Sul: representações de professores, pais e alunos de Monte Bonito, Pelotas*. Porto Alegre, 1989. 291 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- OLIVEIRA, Thais Baptista Carvalho de. *Educação, escola e participação*. Rio de Janeiro, 1993. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.
- PALUMBO, Eliana Sala. *A expressão do poder na organização da escola e a potência subterrânea de resistências dos atores de seu cenário*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- PAULA, Amelia Medeiros de. *O aluno de quinta e oitava séries oriundos de camadas populares e suas representações da escola*. Rio de Janeiro, 1995. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- PEREIRA, Wally Fonseca Chan. *Relações entre os objetivos do ensino de segundo grau e as expectativas de sua clientela em escolas do município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1981. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- QUEJADA JELVEZ, Julio Alejandro. *Educação, subjetividade e cidadania com adolescentes estudantes*. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- RAGONESI, Marisa Eugenia Melillo Meira. *A educação de adultos: instrumento de exclusão ou democratização? Um estudo sobre a evasão em cursos de educação básica de adultos*. São Paulo, 1990. 310 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- REZENDE, Morgana Silva. *O que e que eu estou fazendo aqui? A visão do aluno renitente sobre o fracasso escolar*. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, Estevão Roberto. *Caracterização da problemática evasão escolar no segundo grau do Instituto Estadual de Educação de Santa Catarina – 1987*. Florianópolis, 1990. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina.

- RONDINA, Regina de Cassia. *O deslocamento de estudantes de escolas particulares para a rede pública de ensino: um estudo de caso*. Cuiabá, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso.
- ROSAS, Judy Mauria Gueiros. *Participação popular: a exclusão social na política de educação de jovens e adultos*. Recife, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco.
- SANTOS, Ideneia Silveira dos. *Curso supletivo de primeiro grau: um estudo de caso sobre a evasão escolar no município de Porto Alegre*. Rio de Janeiro, 1982. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.
- SCOTTO, Arlete. *Cidadania e escola: ponto de vista de alunos de cursos de Magistério*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SOARES, Sinclair Correa. *Evasão escolar: uma pesquisa com evadidos*. Piracicaba, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.
- SOUZA, Dileno Dustan Lucas de. *Programa de educação juvenil: história e contradições*. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- SOUZA, Janice Rosane Silva. *A disciplina pelo olhar de adolescentes do primeiro grau do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SOUZA, Targelia F. Bezerra de. *Jovens-adolescentes de camadas populares: a expressão do social no cotidiano escolar*. Rio de Janeiro, 1987. 249 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- YANES, Marcela Ximena de Andrade. *Adolescentes: uma proposta de orientação na escola de segundo grau*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- ZAMBON, Nagila Jabour. *Ensino de segundo grau: os não evadidos – suas expectativas e aspirações*. Vitória, 1986. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo.

Livros e Artigos

- ANYON, Jean. Social class and school knowledge. *Curriculum Inquiry*, Toronto, v. 1, 1988.
- APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ARROYO, Miguel. Apresentação. In: FARIA, Luciano Mendes; VEIGA, Cintia. *Infância no sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- _____. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. *Em Aberto*, Brasília, v. 11, n. 53, p. 46-53, jan./mar. 1992.
- _____. O princípio educativo: o trabalho ou a resistência ao trabalho. *Teoria e Educação*. Dossiê: Teorias da reprodução e da resistência. Porto Alegre, n. 1, p. 3-44, 1990.

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPEd. *Avaliação e perspectivas na área de educação, 1982-1991*. [S. l.], 1993.
- BAKTHIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BAUDELOT, C.; ESTABLET, R. *La escuela capitalista*. México: Siglo 21, 1981.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P.; POSSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema do ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BRANDÃO, Zaia. *A escola em questão: evasão e repetência no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- _____. *Para além das ortodoxias: a dialética micro/macro na Sociologia da Educação*. [S. l.], 2000. Texto apresentado na XXIII Reunião Anual da ANPEd, set. 2000.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
- CASTELLS, Manuel. *Novas perspectivas críticas em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CURY, C. R. J. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- DANDURAND, Pierre; OLLIVIER, Emile. Os paradigmas perdidos: ensaio sobre a Sociologia da Educação e seu objeto. *Teoria e Educação*. Dossiê: Sociologia da Educação, Porto Alegre, n. 3, p. 120-142, 1991.
- DAYRELL, Juarez. *Múltiplos olhares sobre a educação e a cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.
- DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo. *En la escuela: sociologie de la experiencia escolar*. Buenos Aires: Losada, 1997.
- ERIKSON, Erik. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. *Infância e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- FERRARI, Alceu. Diagnóstico da escolarização no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 12, set./dez. 1999.
- FISCHER, Rosa Maria B. *Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade*. Porto Alegre, 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FORQUIN, J. C. *Escola e cultura: as bases epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- _____. *Un diálogo sobre el poder*. Madrid: Alianza, 1994.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- GIROUX, H. *Teoria crítica e resistência em Educação*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GORDON, Liz Paul Willis. Educação, produção cultural e reprodução social. *Teoria e Educação*. Dossiê: Teorias da reprodução e da resistência, Porto Alegre, n. 1, p. 134-147, 1990.
- HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Ed. Península, 1991.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte: LDA, 1978.
- MAFFESOLI, M. *O conhecimento do cotidiano: para uma sociologia da compreensão*. Lisboa: Vega, [1987].
- MELLO, Guiomar Namó de. *Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- MELUCCI, Alberto. *Il gioco dell'io: il cambiamento di sé in una società globale*. Milano: Feltrinelli, 1996.
- _____. *L'invenzione del presente: movimenti sociali nelle società complesse*. Bologna: Il Mulino, 1991.
- MOSCOVICI, S. *A representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. *Psicologia social*. Barcelona: Paidós, 1985. 2 v.
- OLIVEIRA, M. *Vygotsky*. São Paulo: Scipione, 1995.
- OUTEIRAL, José. *Adolescer: estudos sobre adolescentes*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.
- SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez, 1980.
- _____. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez, 1986.
- _____. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, 40).
- SNYDERS, G. *Escola, classe e luta de classes*. Lisboa: Moraes, 1977.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de sociologia da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5, p. 37-52, 1997.

VAN HAECHT, Anne. *A escola à prova da Sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. Tradução de Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Icone: Edusp, 1988.

WARDE, Mirian Jorge. A produção discente dos programas de pós-graduação em educação no Brasil (1982-1991): avaliação e perspectivas. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPEd. *Avaliação e perspectivas na área de educação, 1982-1991*. [S. l.], 1993.

WEREBE, Maria José Garcia; NADEL-BRULFERT, Jacqueline (Org.). *Henri Wallon: psicologia*. Tradução de Elvira Souza Lima. São Paulo: Ática, 1986.

WILLIS, Paul. *Learning to labour*. London: Gower, 1977.

Jovens, mundo do trabalho e escola

Maria Carla Corrochano*
Marilena Nakano**

Este tema abrange um conjunto diversificado de teses e dissertações que apresentam em comum a investigação sobre as relações do jovem estudante do ensino fundamental e médio com o mundo do trabalho. Constitui-se, desta forma, uma tríade que toma como ponto de partida o jovem, categoria submersa e ainda pouco explorada no âmbito da produção discente, e se abre para o tema da escola na interação com o trabalho. No entanto, essa linha de investigação cresce em quantidade e ganha densidade em termos qualitativos no Brasil, sobretudo porque parte significativa dessa produção é caudatária de uma das áreas mais consolidadas da pesquisa educacional no Brasil – Educação e Trabalho. Por esta razão, faz-se necessário o resgate de alguns momentos importantes dos estudos dessa área, para, em seguida, aprofundar sua relação com o tema Juventude.

A articulação entre juventude, trabalho e escola é realizada em um conjunto de 80 estudos: sete teses e 73 dissertações, concluídas e defendidas entre 1980 e 1998;¹ no entanto, várias foram as dificuldades de agrupamento dessas teses e dissertações, em razão da existência de estudos que poderiam ser apresentados em mais de um tema, por tratarem de questões muito semelhantes. Por isto, procurou-se reuni-las de acordo com a temática central investigada, alertando-se, sempre que necessário, para a possibilidade de outro recorte temático.

No total da produção discente sobre Juventude, a presença desse tema é bastante significativa em todo o período investigado, embora sua participação relativa se altere a partir de uma perspectiva temporal, o que pode ser observado na Tabela 1. Em relação ao total de teses e dissertações, nota-se que mais de 50% dos trabalhos sobre este tema estão concentrados na década de 90; no entanto, essa produção diminui em termos absolutos e relativos no último subperíodo, embora não se possa verificar ainda se esses índices decrescentes significam, de fato, uma tendência de declínio de interesse nesse campo de pesquisa.

Tabela 1 – Distribuição do tema Jovens, Mundo do Trabalho e Escola em relação à produção total em Juventude, de acordo com o subperíodo

(continua)

SUBPERÍODOS	PRODUÇÃO TOTAL	JOVENS, MUNDO DO TRABALHO E ESCOLA	%
1980-1984	56	12	21,4
1985-1989	73	14	19,2

* Aluna de mestrado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

** Aluna de doutorado na Faculdade de Educação da USP e professora da Fundação Santo André.

¹ Os títulos foram selecionados a partir dos resumos, com a possibilidade de acesso a 69 deles. Onze estudos não tiveram seus exemplares localizados, tendo sido incorporados somente por meio dos resumos respectivos.

(conclusão)

SUBPERÍODOS	PRODUÇÃO TOTAL	JOVENS, MUNDO DO TRABALHO E ESCOLA	%
1990-1994	76	28	36,8
1995-1998	182	26	14,3
TOTAL	387	80	20,7

É inegável que a pesquisa sobre as relações entre trabalho e educação constitua campo importante de investigação na pesquisa da pós-graduação, reunindo um grupo de pesquisadores solidamente formado a partir dos anos 80.² Não se trata, aqui, de realizar um balanço dessa produção e de suas tendências, como outros estudos já o fizeram (Kuenzer, 1987; Frigotto, Minayo, Arruda, 1987; Arroyo, 1991; Trein, 1996); no entanto, é preciso reconhecer que, se o tema Juventude exige um esforço investigativo ainda maior para sua consolidação, vale a pena ressaltar alguns dos momentos e aspectos importantes da pesquisa sobre educação e trabalho, pois suas influências foram e continuarão decisivas para o próprio desenvolvimento dos estudos sobre os jovens e o mundo do trabalho na sociedade brasileira.

Embora incrementada no campo da pesquisa no início da década de 80, a relação entre trabalho e educação, como afirma Kuenzer (1988, p. 11), já

ressurge no Brasil com todo o vigor na pauta das discussões dos políticos, intelectuais, dirigentes e trabalhadores ao final dos anos 60, a partir da intensificação das pressões da maioria da população por maior participação política e econômica.

Daí em diante, sobretudo com a aprovação da Lei nº 5.692/71, que instituiu a profissionalização obrigatória no ensino de 2º grau (atual ensino médio), a pesquisa tendeu a estabelecer os parâmetros a partir dos quais essas orientações poderiam ser criticadas, sendo o alvo fundamental a denominada Teoria do Capital Humano³ (Frigotto, 1984; Kuenzer, 1988; Franco, Barbosa, 1990).

Em meados dos anos 80, observa-se uma significativa alteração no âmbito dos estudos sobre as conexões entre escola e trabalho, com as discussões sobre Educação durante a elaboração da Constituição de 1988, que prossegue durante os debates que antecederam a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. Nesse período, na esteira da superação de uma estreita visão das relações entre educação e o mundo das ocupações, emerge a idéia da educação politécnica e do trabalho como princípio educativo.⁴ Os limites dessas orientações, sua virtualidade enquanto proposta de organização do sistema de ensino e as ambigüidades presentes em algumas das formulações foram apontados em artigos e estudos que delimitaram melhor o campo de investigação e buscaram estabelecer fronteiras e conexões entre o debate político-ideológico travado nesse período e o desenvolvimento da pesquisa e da reflexão teórica. A diversidade de concepções em torno da categoria trabalho vista como princípio educativo e as críticas a uma adoção aistórica e ingênua

² O GT Trabalho e Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) é certamente uma das expressões mais significativas dessa linha de pesquisa na área.

³ Os primeiros trabalhos que marcam a crítica às principais orientações presentes na idéia da profissionalização, segundo Kuenzer (1988), foram produzidos a partir de meados da década de 70 e estabeleciam claros vínculos com os referenciais marxistas (Wardle, 1977; Rossi, 1978). O estudo de Salm (1980) ofereceu elementos importantes para o debate travado na época, pois, segundo Kuenzer (1988, p. 54), o autor teve o "mérito de repor a discussão da relação entre educação e trabalho no seu devido lugar, ao mostrar que a formação do trabalhador ocorre nas relações de produção e não na escola, através de uma pedagogia criada pelo capital". É preciso considerar que os trabalhos de Frigotto (1984) e Frigotto, Minayo e Arruda (1987) retomam criticamente o trabalho de Salm, apontando o caráter mecânico das análises que tanto privilegiam a subordinação direta da escola aos interesses do capital como aquelas que, ao contrário, estabelecem uma dissociação radical entre a prática escolar e as necessidades da produção. A incorporação do pensamento marxista na área educacional em suas várias vertentes é muito bem examinada por Yamamoto. A análise do autor estabelece distinções importantes entre as formulações de feito analítico e aquelas de teor político-militante ou pedagógico-prescritivo (cf. Yamamoto, 1996, parte 2, cap. 6).

⁴ Franco (1990) identifica nesse período, entre outros, três autores que se dedicaram ao tema: Acacia Kuenzer, Dermeval Saviani e Maria Aparecida C. Franco. Em 1989, Machado lança livro onde é examinada sob o ponto de vista teórico-histórico e proposta como alternativa a escola unitária politécnica, em oposição às formulações da escola única do discurso liberal.

dessas formulações são estabelecidas já no final dos anos 80 e podem ser encontradas em Franco e Barbosa (1990) e Kuenzer (1988).

A instigante reflexão de Arroyo (1990), desenvolvida no início dos anos 90, estabeleceu um olhar questionador em torno das idéias sobre o trabalho como princípio educativo. Criticando o pessimismo culturalista que via no mundo do trabalho apenas os seus efeitos perversos sobre o trabalhador, Arroyo (ibidem, p. 8 e 13) também considera que a “superação do ensino profissionalizante e a proposta de uma escola unitária, politécnica, apareceram como um projeto político, como uma estratégia de classe”. No entanto, tais concepções ofereceriam sérios limites, pois, segundo ele, no vínculo entre trabalho e educação estariam minimizados os processos de valorização e acumulação do capital, reduzindo a explicação dos mecanismos que orientam a organização do trabalho apenas à expropriação do saber e à hegemonia cultural. Suas observações certamente contribuíram para produzir uma inflexão benéfica no campo de estudo, sobretudo apontando caminhos novos para a pesquisa, ao propor a seguinte questão:

Em vez dos medos ao caráter deformador do trabalho sob o capital e em vez de simples proclamações do trabalho como princípio educativo, o caminho não poderia ser pesquisar mais como vêm sendo educados o trabalhador concreto, os sujeitos históricos, os educadores dos processos de produção, e ver em que medida vem se tornando o princípio educativo de um novo trabalhador, de uma nova classe? (Arroyo, 1990, p. 43).

Os anos 90, não obstante o retardamento na aprovação da nova LDB, trouxeram novas questões para o debate e a pesquisa acerca das relações entre trabalho e educação, quando são incorporados os temas das inovações tecnológicas e das novas competências a serem adquiridas pelos trabalhadores, de modo a enfrentarem ou se adaptarem, conforme o ponto de vista adotado na análise, a esta nova situação (Ferretti et al., 1994; Frigotto, 1995).

Discutido em toda a década de 90, o tema das novas tecnologias propiciou a ampliação do campo de investigações, pois certamente exigiu a rediscussão dos nexos entre escola e mundo do trabalho em face dessas alterações e o seu impacto na qualificação dos trabalhadores.

Em artigo recente, Kuenzer examina algumas peculiaridades da produção na pesquisa sobre trabalho e educação, marcada pela adoção de análises de caráter excessivamente generalizante, sobretudo no estudo da reestruturação produtiva:

entendo que a reestruturação produtiva tem sido tomada de forma genérica, sem que se considere sua materialidade nesta etapa de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil; este discurso homogeneizante acaba por desconsiderar as profundas diferenças regionais, a contradição entre inclusão e exclusão, as territorialidades nos setores da economia, entre empresas líderes e terceirizadas, entre fabricantes e montadoras, e assim por diante (Kuenzer, 1998, p. 68).

De algum modo, as teses e dissertações que elegeram a condição juvenil como objeto privilegiado para a investigação, mesmo que seu tratamento apareça predominantemente a partir da vida escolar, acompanham algumas das tendências investigativas presentes na grande área de estudos Trabalho e Educação.

Mas parte da produção também foi influenciada pelas mudanças observadas no sistema educacional. Ainda na década de 80, as pesquisas de Franco e Durigan (1984), Kuenzer (1986) e Mafrá e Cavalcanti (1992) são unânimes em apontar uma maior presença das famílias de baixa renda no 2º grau a partir dos anos 80, ainda que considerem as diferenças regionais e de idade e gênero, entre outras. De acordo com Franco e Durigan (1984):

A população que hoje pleiteia e freqüenta o ensino de 2º grau é muito diferente daquela que o fazia há dez anos atrás. Em centros urbanos como São Paulo, da totalidade de alunos matriculados no

ensino de 2º grau, 60% freqüentam a escola no período noturno e, entre esses, 84% estudam e trabalham.

Esse processo de mudança se fará presente na produção teórica da área Trabalho e Educação em sua relação com a juventude. Muitas pesquisas começam a refletir sobre as condições dos alunos para além do espaço escolar, incorporando, fundamentalmente, a dimensão trabalho nas análises sobre a escola – principalmente a de nível médio. Assim, a presença do aluno trabalhador exigiria um novo tipo de formação e um novo olhar para a escola pública (Mafra, Cavalcanti, 1992).

As 80 dissertações e teses aqui reunidas examinam, de várias formas e a partir de diferentes pontos de vista, um ou mais elementos da conexão entre trabalho e educação relacionando-a ao jovem. Este grupo diferenciado de temáticas e formas de aproximação dos sujeitos será expresso aqui, para fins de análise, através dos subtemas constituídos de acordo com a Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição do tema Jovem, Mundo do Trabalho e Escola, por subtema e subperíodo

SUBTEMAS	SUBPERÍODOS				TOTAL	
	1980-1984	1985-1989	1990-1994	1995-1998	Nº	%
Jovens e Cursos Noturnos	3	6	16	15	40	50,0
Jovens, Trabalho e Profissionalização	4	3	4	2	13	16,2
Escolha Profissional	3	2	1	2	8	10,0
Significados do Trabalho e da Escola para os Jovens	1	2	4	3	10	12,5
Mundo do Trabalho e os Jovens	1	1	3	4	9	11,2
TOTAL	12	14	28	26	80	100,0

O subtema que abarca a maior parte desses estudos, Jovens e Cursos Noturnos (50%), trata da especificidade do aluno que freqüenta a escola regular ou supletiva (ensino fundamental ou médio) em período noturno, destinada a suprir as necessidades de escolaridade de jovens que trabalham. O segundo, Jovens, Trabalho e Profissionalização, contempla os estudos que procuraram compreender o ensino profissionalizante e as diferentes habilitações profissionais a partir dos seus alunos. Escolha Profissional, o terceiro, investiga, de modo geral, as dificuldades, expectativas, indecisões e frustrações dos jovens diante da necessidade de escolha no campo profissional e da realidade encontrada no mercado de trabalho. O quarto, Significados do Trabalho e da Escola para os Jovens, abrange pesquisas que discutem a questão dos significados e valores em relação à temática trabalho na sua interseção com a educação. O último subtema, Mundo do Trabalho e os Jovens, toma como ponto de partida o mundo do trabalho em relação aos jovens, sendo que parte das pesquisas a ele vinculadas investiga espaços e setores de trabalho ausentes nas demais teses e dissertações, como as zonas rural e litorânea e o setor de serviços e construção civil, enquanto outras refletem, de maneira mais específica, sobre as transformações no mundo do trabalho, a partir dos anos 90, em relação aos jovens.

As instituições universitárias que abrigaram a produção discente no tema são bastante diversas, como nos demais temas desse estudo, mas pode-se acentuar aquelas que mais se

destacaram na produção: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (seis dissertações e duas teses), Universidade Federal da Bahia – UFBA (sete dissertações) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (oito dissertações e uma tese). Em cada uma dessas instituições há estudos que foram orientados pelo mesmo professor, o que pode denotar uma maior preocupação com a temática.⁵

Embora se trate de um universo que investigue a dimensão do trabalho para os jovens estudantes, a escola é o espaço privilegiado como ponto de partida para a pesquisa na maioria dos trabalhos, como se pode observar na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 – Distribuição das dissertações e teses, de acordo com o espaço investigado

ESPAÇOS DE INVESTIGAÇÃO	FREQÜÊNCIA ABSOLUTA	%
Escola	57	71,3
Trabalho	2	2,5
Trabalho e Escola	10	12,5
Bairro	1	1,3
Escola e Bairro	2	2,5
Outros	8	10,0
TOTAL	80	100,0

Do total de dissertações e teses, 71,3% partem da escola para refletir sobre o universo do trabalho e os jovens. Se considerarmos a produção que investigou a escola em conjunto com o trabalho ou bairro, temos mais de 80% de toda a produção. É instigante notar a pequena porcentagem de estudos (2,5%, ou apenas dois estudos) que se utilizam somente do local de trabalho para a realização de sua investigação sobre a relação entre jovens, trabalho e escola. Estudos sobre o trabalho juvenil no campo, no setor terciário e no mercado informal são praticamente ausentes, ainda que, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 1995, analisados por Árias (1998), sejam espaços que empreguem um número elevado de jovens:

Segundo os dados da Pnad (1995), o setor agrícola detinha 4,2 dos 16,6 milhões de jovens brasileiros ocupados em 1995, constituindo-se a principal fonte de trabalho deste grupo populacional. Desse total de trabalhadores agrícolas, 57,7% tinham entre 15 e 19 anos de idade e 73,5% eram homens (...). O setor de serviços é a segunda mais importante fonte ocupacional de jovens, totalizando 3,5 milhões de trabalhadores entre 15-24 anos, fundamentalmente do sexo feminino. As participações do Comércio e da Indústria de Transformação no quadro nacional da ocupação juvenil são muito parecidas, com 15,3% e 14,6%, respectivamente (Árias, 1998, p. 525).

Não foram encontrados, também, no exame da produção discente, estudos que investigassem o desemprego juvenil, ainda que suas taxas tenham sido altas nas décadas de 80 e 90, elevando-se sistematicamente nesta última, de acordo com estudo de Pochmann (1999, p. 39):

Durante a década de 80, o desemprego juvenil situou-se entre 4% e 8% da População Economicamente Ativa com idade entre 10 e 24 anos. Nos anos 90, contudo, a taxa de desemprego juvenil

⁵ Celso Ferretti, da PUC-SP; Célia Linhares, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e Iracy Silva Picango, da UFBA, orientaram dois estudos cada um; Terezinha F. Burham, da UFBA, orientou três estudos; na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Augusto Nivaldo Silva Triviños orientou quatro dissertações na temática.

apresenta uma tendência de elevação sistemática, pois passou do patamar dos 5% em 1989 para próximo de 14% da PEA juvenil em 1997.

Todos esses dados não se refletem nas pesquisas analisadas. De um lado, elas fizeram uso de uma noção de trabalhador bastante genérica, sob a qual era possível contemplar todos os tipos de trabalho, e, por outro, tomaram o trabalho industrial como modelo capaz de articular referências para analisar essa dimensão, de tal modo que a escola foi pensada como instituição freqüentada, sobretudo, por operários. Assim, as pesquisas reconheceram a importância da experiência produtiva na vida dos alunos, mas não fizeram análises enraizadas nas várias facetas que constituem o mundo do trabalho do jovem na sociedade brasileira.

Nas dissertações e teses que partiram fundamentalmente do espaço escolar para refletir sobre jovens e trabalho, o ensino médio é o nível presente em 45,7% delas. Esse dado parece relacionar-se ao próprio processo de democratização da escola média, já observado anteriormente. Além disso, há um considerável número de pesquisas que refletem sobre a escola e a profissionalização em nível de 2º grau, além dos estudos sobre escolha profissional, que passa a ser uma das preocupações das escolas de ensino médio a partir da Lei nº 5.692/71. Localizou-se, também, um grande número de teses e dissertações que têm por base o aluno do ensino fundamental, sobretudo no subtema Jovens e Cursos Noturnos (40% das pesquisas).⁶

São várias as formas de aproximação do sujeito investigado, compreendendo denominações diversas: aluno, estudante, estudante-trabalhador, adolescente, estagiário. A maior contribuição desse campo de estudos reside na capacidade de tratar, a partir do universo escolar, a esfera do trabalho. Nasce nessa interseção a forte imagem do trabalhador estudante (ou do estudante trabalhador), examinada sempre sob a ótica da escola noturna. O trabalho pioneiro de Carvalho (1981) anuncia no início da década de 80 um dos eixos fundamentais da pesquisa nesse campo, quando examina os cursos noturnos e seus alunos que também trabalham. No entanto, o sujeito da investigação – o jovem – é apenas um informante que avalia a adequação/inadequação da escola e do trabalho nessa interação. Poucas são as pesquisas que investigam o sujeito na dinâmica das determinações estruturais, suas formas de socialização, as dimensões da subjetividade, práticas, orientações e valores. Algumas análises omitem dados elementares, como a faixa etária dos sujeitos investigados (a não ser a referência à condição de adolescentes e jovens), sexo, etnia. Na maioria dos casos, a única informação revelada é a do pertencimento dos sujeitos a uma determinada classe social, fundamentalmente a classe trabalhadora, pensada de modo genérico e, às vezes, abstrato.

ANÁLISE DOS SUBTEMAS

Jovens e Cursos Noturnos

Em virtude da democratização do acesso à escola pública, ocorrida na década de 70, e da ampliação de vagas no período noturno, incluindo trabalhadores no mundo da escola, o tema do curso noturno e sua relação com esse tipo de estudante passaram a ser foco de atenção dos alunos de pós-graduação, especialmente em função da existência de inúmeros problemas, como evasão, repetência e fracasso de um número significativo de alunos e o distanciamento entre as propostas existentes e as expectativas ou características desse tipo de aluno.

Tendo em vista o grande número de dissertações e teses no interior desse subtema, foi necessário agrupá-las em diferentes problemáticas, conforme pode ser visto na Tabela 4.

⁶ São poucos os estudos que partem do ensino supletivo para análise (11,4%), e apenas duas pesquisas (2,9%) consideram os jovens do ensino médio e fundamental na sua reflexão.

Tabela 4 – Distribuição das teses e dissertações no subtema Jovens e Cursos Noturnos, de acordo com a problemática investigada

PROBLEMÁTICAS	SUBPERÍODOS				TOTAL
	1980-1984	1985-1989	1990-1994	1995-1998	
Jovens trabalhadores do curso noturno: significados, representações e experiência sobre a escola e o trabalho	2	2	7	6	17
Adequação do curso noturno aos estudantes trabalhadores	-	4	4	4	12
Fracasso escolar: evasão e repetência de estudantes trabalhadores no curso noturno	-	1	5	5	11
TOTAL	2	7	16	15	40

Observando-se a evolução da produção discente nesse eixo, verifica-se que o curso noturno é, sobretudo, um tema da década de 90. Observa-se neste caso algumas tendências: 1) investigar o sujeito que frequenta o curso noturno, de modo geral o jovem que estuda e trabalha, trazendo à tona elementos que permitam identificar como vêm, pensam, sentem e vivem experiências em torno da escola, do trabalho e das relações entre ambos; 2) chamar a atenção para problemas como o da inadequação dos cursos noturnos para os estudantes trabalhadores, evidenciando que a democratização do acesso não veio acompanhada de um ensino mais adequado aos interesses, necessidades e peculiaridades deste tipo de aluno; 3) finalmente, o do fracasso, manifesto através da evasão e da repetência, maiores no curso noturno do que no diurno.

PROBLEMÁTICA 1 – JOVENS TRABALHADORES DO CURSO NOTURNO: SIGNIFICADOS, REPRESENTAÇÕES E EXPERIÊNCIAS SOBRE A ESCOLA E O TRABALHO

No conjunto dos estudos sobre Jovens e Cursos Noturnos, há um grupo de 17 trabalhos (16 dissertações e apenas uma tese) cujo foco são as significações e as representações de estudantes trabalhadores sobre a escola e o trabalho e a relação entre ambos, bem como as suas experiências e os processos de constituição de sua identidade. É interessante notar que se trata de quase metade de tudo o que foi produzido sobre cursos noturnos no período estudado.

Nesse grupo, há um primeiro subconjunto de sete estudos que evidenciam a presença de representações e experiências a partir de um padrão considerado dominante, mesmo apresentando algumas variações: os sujeitos (alunos) ainda são vistos como alienados, o que evidencia a opressão, a dominação e a exploração, processos que não são por eles percebidos. Mostram a busca da escola por parte desses jovens como meio de obter melhores posições na sociedade, constituindo esse movimento uma forma de ilusão.

A dissertação de Carvalho (1981) ilustra essa perspectiva, pois seu estudo, tendo em vista o caráter pioneiro, passa a ser referência para inúmeros outros pesquisadores. A partir de depoimentos e da observação regular de um grupo de estudantes de Ribeirão Preto (SP), de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, procura conhecer melhor as relações entre a escola e o processo produtivo. Verifica que estudantes se iludem com a idéia veiculada de que estudar é um investimento para o futuro; além disso, assumem a culpa pelos seus fracassos e são disciplinados pela escola. Sobre o trabalho, consideram-no uma atividade concreta que permite a aquisição de mercadorias, menos disciplinadora que a escola.

Segundo Carvalho (1981), os dados da pesquisa evidenciam, também, que os alunos têm representações positivas sobre a escola, particularmente no que diz respeito à convivência e amizade desfrutadas neste espaço; percebem a artificialidade do currículo; desconfiam da existência de controle através das matérias ensinadas. Ainda que de maneira ambígua, têm a nítida idéia de que o trabalho é realizado pelo empregado, mas os frutos não são dele e sim do patrão; captam, mesmo que de modo fragmentado, a contradição básica entre capital e trabalho. Mas a autora privilegia em sua análise um recorte dominante do pensamento no período, reforçando o “caráter de classe da escola capitalista”, que se revela principalmente na separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, afastando os trabalhadores da escola e os estudantes da produção. Aborda também questões relativas ao reduzido aproveitamento da escolarização nesse turno, pela crença, por parte dos professores, de que não há condições de se exigir maior empenho das pessoas que trabalham durante o dia. Alerta para a necessidade de uma melhor análise da condição do estudante-trabalhador e a importância da reformulação do conceito trabalho, caso se queira modificar as condições dos cursos noturnos.

Cordeiro (1985),⁷ Guimarães (1990),⁸ Galindo (1996)⁹ e Escarião (1996) realizam investigações que confirmam os resultados de Carvalho (1981), reforçando especialmente a tese de que estudantes trabalhadores vêem na escola a possibilidade de ascensão e conquista de melhores posições na sociedade, e que, apesar das críticas que fazem, não se mostram capazes de transformar a escola. Assim, durante 15 anos, a investigação tendeu a reiterar os resultados da pesquisa de Carvalho de 1981.

Escarião (1996), ao investigar estudantes trabalhadores pobres da Paraíba, conclui, como outros, que há um desencanto com o cotidiano escolar; que eles não percebem a face da exploração e da alienação do trabalho; que atribuem à escola o papel de transmitir conhecimento. Esses sujeitos não conseguiriam ultrapassar os mecanismos de controle presentes na escola e não percebem o domínio do saber como instrumento de poder.

Há neste primeiro grupo de trabalhos duas dissertações que se distinguem pela especificidade dos sujeitos pesquisados: a de Oliveira (1991) e a de Tahim (1982). A primeira investiga alunos trabalhadores de 1ª a 4ª série do ensino fundamental e a segunda investiga mulheres. Ao investigar o estudante trabalhador de escola de 1ª a 4ª série do município de Camaçari (BA), na faixa etária de 11 a 55 anos, com predominância de indivíduos com idade de 11 a 20 anos, Oliveira chama a atenção para o fato de que a escola noturna trabalha com a categoria adulta desconhecendo que existem adolescentes. Verificou que as razões fundamentais que levam os alunos para a escola são o aprender a ler, escrever e contar e conseguir emprego. Essas motivações traduzem a escolaridade como uma esperança do aluno trabalhador de conquistar o direito à cidadania e se inserir no mercado de trabalho formal. Essa mesma esperança é acompanhada pelo obstáculo representado pela dificuldade de conciliar escola e trabalho.

Tahim (1982), após estudos com mulheres de Natal (RN), do ensino filantrópico – fundamental e médio – para adultos, privilegiando a faixa etária de 17 a 25 anos, verifica que praticamente a metade delas está fora do mercado de trabalho. O nível de escolaridade contribui para o aumento das chances de emprego, mais para as mulheres solteiras do que para as casadas. As mulheres, diferentemente dos estudos citados até aqui, têm como expectativa a ascensão educacional e a obtenção de *status* social, mais do que melhoria econômico-financeira. Além disso, não acreditam na existência de possibilidades reais de promoção social. O trabalho evidencia o desencontro entre as expectativas da direção da escola, defensoras de um currículo generalista, e as alunas que almejam uma orientação profissionalizante. Os dados colhidos mostravam, também, que a busca de trabalho pela mulher é determinada pelas necessidades não só econômicas, mas, também e principalmente, pela afirmação pessoal.

⁷ Cordeiro investiga alunos dos cursos profissionalizantes de Administração e Eletrotécnica, do nível médio, na maioria entre 18 e 23 anos, trabalhadores nordestinos, pobres, de escola de Salvador (BA).

⁸ Guimarães estudou o aluno trabalhador de infância encurtada, de 5ª a 8ª série do ensino fundamental de Uberlândia (MG).

⁹ Galindo também privilegia em sua investigação estudantes trabalhadores provenientes de famílias de baixo poder aquisitivo, mas do município de Marília (SP), da 8ª série do ensino fundamental, cuja renda é essencial para a sobrevivência da família.

Uma análise preliminar desse primeiro subconjunto de sete trabalhos sobre os significados, representações e experiências de jovens trabalhadores do curso noturno sobre educação e trabalho revela uma grande tendência relativa à produção discente de pós-graduação a de tomar o jovem a partir de sua presença na estrutura de classe, condicionado pela “ideologia dominante”. O referencial teórico adotado é o marxista, especialmente a vertente estruturalista, que vê a escola como um aparelho ideológico do Estado (Althusser, 1983; Baudelot, Establet, 1976 e 1979).

Além disso, esta visão vem reforçada pela tese de Braverman (1988) de uma gradual e progressiva desqualificação dos trabalhadores, produzida sob a égide do capitalismo. Assim, apesar de anunciarem a existência das contradições, também baseadas em autores marxistas (Snyders, 1974; Thompson, 1979 e 1981; Giroux, 1987), os investigadores terminam por evidenciar significados e representações de estudantes trabalhadores marcadas pela idéia da reprodução das relações sociais de dominação existentes. Muitas vezes, no corpo do trabalho, os dados colhidos oferecem possibilidades mais complexas para a análise que não são levadas em conta. A adoção de formulações gerais mais designa do que ajuda a compreender os processos sociais, apesar de haver declarações manifestas de estabelecer uma análise do concreto, apoiando, quase todos, nas formulações de Kosik (1976).

Um segundo subconjunto, composto de cinco investigações, evidencia, a partir da análise do material empírico, não só a existência de representações de estudantes trabalhadores que reproduzem as relações sociais de dominação, mas, também, destaca significados e experiências marcados pela capacidade autônoma de realizarem outros modos de inserção na vida e outra forma de constituição da própria identidade.

O estudo de Machado (1991) mostra que as deficiências da escola são percebidas pelos estudantes trabalhadores com idade de 13 a 22 anos, de 5ª a 8ª série do ensino fundamental de escola pública de São Paulo (SP). Em função de seu estado de pobreza, valorizam os estudos e freqüentam a escola pela necessidade de permanência no emprego, pelo desejo de ocupar cargos mais gratificantes (financeira e socialmente) e pela vontade de adquirir conhecimento sistematizado que lhes proporcione condições de prosseguir a vida acadêmica ou desempenhar melhor sua profissão. Além disso, jovens conferem importância à escola porque nela vivenciam experiências grupais e a percebem como um espaço menos rígido do que o trabalho.

Neves (1992), ao pesquisar estudantes trabalhadores de escola supletiva do ensino fundamental do Rio de Janeiro (RJ), centrou sua investigação nos processos de subjetivação que adentram e, ao mesmo tempo, conformam o campo social. Conclui que o mundo do trabalho e o da escola não estão em campos opostos. Ao captar o cotidiano da escola, encontrou indivíduos que teimam em sonhar, singularizar, lutar e se solidarizar com a vida, mostrando-se capazes de estilhar espelhos, de se recusarem a virar homens-mercadoria, conferindo à escola um papel importante como espaço de encontros, de sonhos e de criação.

Alvarim (1992) desenvolve pesquisa numa escola supletiva do Rio de Janeiro (RJ) e verifica que alunos depositam nela esperanças e lutam para realizá-las, não se conformando com o “destino” que lhes foi traçado pela sociedade. Resistem à posição de despossuídos decorrente do contexto social em que estão inseridos. A escola aparece como local importante de socialização, onde podem sair do asfixiante mundo do trabalho e encontrar outros seres semelhantes, com ideais e histórias de vida similares. Nela também aparece a possibilidade de ampliação do círculo de amizades e até dos encontros amorosos.

Oliveira (1994) investiga jovens de escola de nível médio de Belo Horizonte (MG), na faixa etária de 21 a 27 anos, que em algum momento da vida tiveram a trajetória escolar interrompida. Todos consideram a formação escolar necessária, mas a pesquisa indicou a existência de distintas visões e expectativas no interior do grupo pesquisado, segundo as frações a que pertencem. No primeiro subgrupo, formado por empregadas domésticas, a conclusão do segundo grau é vista como possibilidade de proporcionar melhores condições de emprego. Isso, no entanto, foi expresso de forma vaga, e as estratégias nesse sentido não foram explicitadas. A permanência na escola significa possibilidades de contatos sociais, de divertimento, afastamento do trabalho e a busca da valorização social. Para o segundo

subgrupo, formado por trabalhadores de diferentes categorias profissionais, mais valorizadas do que a de empregada doméstica, a expectativa de conclusão do ensino médio apresenta-se num horizonte mais amplo e definido. Dentre as suas expectativas em relação à escolarização, destacam-se, além da melhoria no trabalho e a oportunidade de socialização, a aprovação em concursos e, em alguns casos, a continuação dos estudos.

Dayrell (1989) pesquisou como jovens percebem, *a posteriori*, seu processo de formação, de constituição como trabalhadores. Seu universo empírico foi constituído por alunos do ensino fundamental de Belo Horizonte (MG), entre 25 e 55 anos. Na vida desses estudantes trabalhadores, é o trabalho que explica e dá sentido à volta à escola – nela reelaboram o seu espaço físico, suas relações e seus conteúdos, de tal forma a fazer dela uma unidade sociocultural complexa. A escola, na ótica desses atores, torna-se um dos poucos espaços a que têm acesso, onde podem vivenciar a possibilidade de novas relações, elevar o nível moral e intelectual, enfim, onde podem se colocar como sujeitos de dignidade e de direitos. Estes sujeitos adotam atitudes de conformismo e resistência, pois o trabalho, para eles, é uma grande experiência educativa e não simplesmente algo que atrapalha a vida escolar. Além disso, o autor evidencia que há uma dimensão educativa em espaços e momentos que ultrapassam a sala de aula e o processo de ensino.

Este subconjunto incorpora referencial teórico que tenta aliar a noção de sujeito e a experiência por ele construída, inspirando-se em Thompson (1981 e 1979); no entanto, tal como os pesquisadores do grupo anterior, neste também os pesquisadores, em sua maioria, tendem a realizar análise unilateral, mas no sentido oposto – o da capacidade de oposição e de transgressão do sujeito em um espaço controlado como o da escola. Como no outro subconjunto, a produção, em geral, não estabelece as devidas mediações entre curso noturno, aluno trabalhador e mundo do trabalho.

Finalmente, entre os 14 trabalhos analisados cujo foco são as significações e as representações de estudantes trabalhadores sobre escola e trabalho, bem como as experiências e os processos de constituição de sua identidade, há um terceiro subconjunto composto de duas investigações.

Freitas (1995) investiga dois grupos de jovens de origens sociais diversas que freqüentam curso supletivo de ensino fundamental em São Paulo (SP). O primeiro era composto por alunos de faixa etária entre 20 e 25 anos, negros, mulatos e brancos, na maioria migrantes, todos trabalhadores cuja identidade era marcada pelo mundo do trabalho. Para estes, a escola era um espaço importante e valorizado, por representar algo desejado como parte de uma etapa “vitoriosa” na trajetória do migrante e meio de acesso à modernidade e de inclusão social. Já para o segundo subgrupo, composto por adolescentes e jovens entre 17 e 23 anos, brancos, solteiros, paulistanos, morando com as famílias e delas dependendo financeiramente, a escola era fonte de conflitos. Nela conviviam com a idéia de que estavam “atrasados” sob o ponto de vista escolar, suportando a instituição apenas como a configuração de um espaço de sociabilidade e de experiência de uma vida juvenil, onde os conhecimentos veiculados eram pouco importantes, e não encontravam no mundo do trabalho elementos capazes de estruturar uma identidade de trabalhador.

O outro estudo, a única tese de doutorado de todo o grupo, investiga jovens de 14 a 24 anos, de 5ª a 8ª série de escola pública noturna de Salvador (BA). Marques (1995) pesquisa esses jovens segundo a relação que estabelecem com a escola, o trabalho, a família, a cultura, o lazer, as suas expectativas e aspirações, e a forma como está sendo construída sua identidade nesses múltiplos espaços. Seus investigados se inserem no mundo do trabalho mais do que em função da pobreza, mas pela busca de um maior respeito e autonomia em relação ao adulto, pelo espaço de convivência, pelas possibilidades de fazer novas amizades, pela ampliação dos horizontes em termos de conhecimentos, pelo consumo de bens culturais que lhes permitam identificar-se como jovens; ou seja, o mundo do trabalho deixou de ser referência central para analisar esses jovens trabalhadores. A escola, por sua vez, se transforma em espaço importante de sociabilidade juvenil, além de local onde esses sujeitos buscam, especialmente através do credenciamento, conseguir um emprego melhor no futuro. Assim, conteúdos, funcionários, professores e regras deixam de ser, como partes da instituição escolar, importantes para os jovens, já que estes os ignoram. A pesquisadora conclui que os jovens buscam na escola não

só a qualificação profissional, mas, também, espaço de sociabilidade, e que o trabalho, apesar de presente, não estrutura fortemente sua experiência; no entanto, é por causa dele que freqüentam a escola, pois o emprego é visto como garantia de sobrevivência e como meio de identificar-se como categoria social – a juventude.

Esses dois trabalhos, ambos de 1995, são exceções em meio à grande maioria da produção desse conjunto. Diversamente, pesquisam os jovens como categoria social percorrendo a literatura sobre o tema, com a inclusão, também, de autores brasileiros.¹⁰

Vale ressaltar que, não obstante a adoção de diferentes bases teóricas e diferentes formas de aproximação dos sujeitos investigados, esse conjunto de estudos permitiu chegar a conclusões reveladoras sobre experiências e significados que jovens atribuem à escola noturna em sua relação com o trabalho.

PROBLEMÁTICA 2 – ADEQUAÇÃO DO CURSO NOTURNO AOS ESTUDANTES TRABALHADORES

Nesse grupo estão reunidas 12 pesquisas que indicam a inadequação do curso noturno aos alunos e às suas peculiaridades, aspirações, necessidades e interesses. Oito delas tratam da inadequação do curso noturno para o aluno trabalhador naquilo que diz respeito ao currículo, à metodologia e à prática pedagógica, porque não se levam em conta as peculiaridades desse aluno.

Ferraz (1989) centra sua investigação nas questões relativas à transmissão de conhecimentos a alunos trabalhadores de 5ª a 8ª série, numa escola de Recife (PE). Detecta que o ensino se faz de forma desvinculada da realidade, porque toma como referência o aluno do curso diurno. No confronto entre ensino e aluno idealizados e a realidade concreta do ensino noturno, o professor, como trabalhador que ensina a outro trabalhador, coloca-se numa posição ambígua, ora identificando-se com o aluno, ora se afastando dele. Dessa ambivalência emergem elementos que se contrapõem às justificações ideológicas que mostram ao estudante o esforço individual como elemento suficiente para o sucesso escolar.

As condições precárias do curso noturno também foram investigadas por Fiker (1989), numa escola pública de 5ª a 8ª série da cidade de São Paulo que atende alunos de 13 a 26 anos. Pesquisa realizada por Bites (1992) nas mesmas séries indica que em Goiânia a situação não é diferente. O ensino regular noturno vem sendo tratado como se fosse diurno, e, por isso, os resultados educacionais são mais agravados e as deficiências, potencializadas. O modo como agem os atores no interior da escola evidenciam a ausência de um projeto de trabalho pedagógico preestabelecido. O trabalho docente é marcado pela desilusão, decepção, desinteresse, tristeza. Além disso, há uma tendência de alunos, professores e direção transferirem a outros a responsabilidade pelos empecilhos a que as ações aconteçam de modo mais adequado.

Estudos realizados por Freitas (1994) em Porto Alegre (RS), em uma escola de ensino fundamental de 5ª a 8ª série, e por Bortoli (1985), em uma escola de ensino médio, trazem elementos das relações entre cotidiano da escola, currículo proposto e a inadequação da educação oferecida. Portela (1989) investiga expectativas de estudantes trabalhadores de escola de nível médio de Curitiba (PR), de 15 a 18 anos, que cursam as modalidades profissionalizante e acadêmica, tendo encontrado visões diferentes entre eles: uns desejam mais a realização profissional, outros, a preparação para o vestibular.

As evidências da inadequação do curso noturno para alunos trabalhadores seguem sendo apontadas por pesquisadores ainda nos trabalhos mais recentes. Assim, Senra (1997), ao investigar uma escola de suplência de nível médio situada no bairro de Jacarepaguá no Rio de Janeiro, que atende alunos de 16 a 40 anos, conclui que a maioria, ao estabelecer alguma relação entre o que aprende na escola e o seu trabalho, o faz de forma imediatista e superficial, ou seja, não realiza uma reflexão mais profunda acerca do processo de produção do qual participa. Poucos professores levam

¹⁰ Ariès (1981), Dubet (1987 e 1991), Melucci (1983, 1991 e 1992), Braslavsky (1985), Eisenstadt (1976), Abramo (1989 e 1994), Bourdieu (1983), Foracchi (1965, 1972 e 1982), Madeira (1986 e 1989), Sposito (1988, 1992, 1993 e 1994); Tirado (1994), Velho (1986), Zaluar (1992 e 1994) e Willis (1991).

em conta a condição de trabalhador de seus alunos, desencadeando um misto de raiva e de mágoa da parte destes, porque não são ouvidos no interior da escola. A relação da escola noturna com o trabalho tem sido feita no sentido de amenizar os problemas temporais da conciliação entre essas atividades ou de promover atitudes facilitadoras da atividade escolar decorrente da “compreensão” e “piedade” em relação ao fato de ser o seu aluno um trabalhador.

No âmbito das relações pedagógicas nos cursos noturnos, Souza (1993) investiga a autoridade do professor. Alunos do nível médio de uma escola de Santos (SP) têm representações diferentes sobre autoridade, dependendo do curso que freqüentam, sexo, idade e clima relacional permitido pelo professor.

Finalmente, há duas dissertações – Sanches (1998) e Benasully (1998) – cujos pesquisadores realizam investigações assumindo o pressuposto do trabalho como princípio educativo, buscando subsídios para um novo projeto de escola. Consistem em estudos de feição eminentemente propositivo e, em geral, fazem um diagnóstico da precariedade da escola e sua falta de adequação às novas exigências da produção. Sanches pesquisou alunos do ensino médio de escola pública em Santo André (SP), enquanto Benasully realizou estudo de campo em escola de 5^a a 8^a série, em Macaé (RJ), examinando algumas propostas desenvolvidas e suas limitações. Embora defendam a urgência de um novo projeto, os estudos não avançam em recomendações, apesar da intenção propositiva dos autores.

Nesse conjunto de dissertações, há uma base teórica apoiada predominantemente no marxismo, sobretudo a partir de Gramsci (1966, 1968 e 1984), utilizado como referência, na maioria das vezes, indiretamente, através de outras citações (Giroux, 1987; Snyders, 1974; Manacorda, 1991; Macciocchi, 1980; Saviani, 1984, 1985, 1986, 1994 e 1997). No entanto, observa-se que os recursos aos pesquisadores brasileiros permanecem durante o período investigado, mas com ênfases diferentes. Assim, entre os trabalhos produzidos ao longo da década de 80 e no início da de 90, são citados nas bibliografias, mais freqüentemente, Freitag, Cunha e Warde, e, na década de 90, Arroyo. Na discussão específica sobre as relações entre trabalho e educação no decorrer da década de 80 e início da de 90, a referência mais freqüente é a Salm, enquanto na década de 90 a predominância recai sobre Enguita e Kuenzer. No final do período estudado, depois de 1997, são constantes as referências a Frigotto.

A utilização de todos esses autores como referências importantes revela como os pesquisadores discentes, ao se apropriarem das análises feitas sobre o sistema educacional brasileiro, tendem a indicar a inadequação da escola para as camadas populares, os trabalhadores em geral, absorvendo o tom de crítica predominante no debate acadêmico do período; por outro lado, verifica-se uma ausência de referências mais específicas sobre o aluno trabalhador, particularmente o jovem, pois muitos estudos reiteram as análises de Carvalho (1981). A produção é predominantemente qualitativa, sendo utilizadas as entrevistas, os questionários e, mais recentemente, as observações, diante da tentativa de apropriação do aporte etnográfico da Antropologia.

PROBLEMÁTICA 3 – FRACASSO ESCOLAR: EVASÃO E REPETÊNCIA DE ESTUDANTES TRABALHADORES NO CURSO NOTURNO

Nesta problemática foram localizados 11 trabalhos que, exceto um, foram produzidos na década de 90.

Inúmeras são as causas apontadas para a evasão e repetência de estudantes-trabalhadores do curso noturno, mas predomina em oito dissertações a idéia básica e central (com pequenas variações) da combinação de mecanismos intra-escolares com a incompatibilidade entre trabalho e escolaridade.

Nunes (1995) investiga estudantes trabalhadores do ensino médio de Salvador (BA), cuja maioria está situada na faixa etária de 18 a 25 anos. Ferreira (1997) estuda alunos de 5^a série do ensino fundamental de Uberlândia (MG), de 14 a 22 anos de idade. Ambas verificam que o cansaço e as preocupações decorrentes do trabalho, atrasos constantes por dificuldades de transporte, falta de tempo para estudar e de dinheiro para comprar livros são elementos que contribuem para o fracasso desses alunos e o abandono da escola. Mas o fracasso e o abandono não podem ser atribuídos única e

principalmente às condições dos estudantes, uma vez que a escola apresenta situação materialmente precária, e as atividades pedagógicas não conseguem atender às necessidades e interesses dos alunos. Além da dificuldade para combinar trabalho e escola, o abandono e a evasão são motivados pela constatação de notas muito baixas nas duas primeiras unidades e a falta de interesse do próprio aluno.

Reginato (1995), por sua vez, investiga ex-alunos de 5^a a 8^a série do ensino fundamental, com idades predominantes de 15 a 17 anos, do município de Rafard (SP), chegando a conclusões similares às dos dois trabalhos anteriores, mas qualifica a saída dos alunos trabalhadores da escola como fenômeno de exclusão, uma vez que esta instituição não considera a prática social do trabalhador estudante e, além disso, as relações capitalistas criariam os empecilhos para que um trabalhador consiga combinar estudo e trabalho.

Na mesma linha, Hickmann (1992), ao estudar alunos de 5^a a 8^a série do ensino fundamental de escola situada em Sapucaia do Sul (RS), procura entender o movimento constante desses sujeitos, o de ir e vir para a escola. Conclui que esse movimento traduz um processo que se encontra enraizado e subordinado às determinações do trabalho, justificando, simultaneamente, o retorno à escola para a obtenção do credenciamento, o fracasso e o abandono. Rodrigues (1994), ao pesquisar alunos trabalhadores situados, na maioria, na faixa etária dos 16 aos 20 anos e professores de uma escola de nível médio de Porto Alegre (RS), conclui que as taxas de evasão escolar resultam de uma contradição básica do sistema de ensino brasileiro, que ampliou o acesso das camadas populares sem, contudo, garantir à atual instituição escolar as condições necessárias para atender minimamente os interesses e as especificidades dos trabalhadores estudantes. Lopes (1985) investiga estudantes evadidos de escola de nível médio de Vitória (ES), com idades entre 16 e 35 anos, e conclui que a evasão não representa um ato espontâneo dos alunos e que a maioria se auto-responsabiliza por seu fracasso escolar e por ter abandonado a escola.

Alunos de São Carlos (SP), de 5^a a 8^a série do ensino fundamental, a grande maioria com 14 anos, ao serem investigados por Caffer (1990), evidenciam evasão e baixo aproveitamento pela falta de conhecimento que professores e corpo administrativo têm sobre as peculiaridades dos estudantes trabalhadores. Costa (1995) investiga a evasão de um grupo de alunos de 8^a série do ensino fundamental de Rio Claro (SP) e verifica que os casos de evasão analisados têm em comum a percepção dos alunos sobre o fato de ser a escola condição necessária mas não suficiente para a ascensão social – a diferença está na maneira como eles absorvem essa realidade: alguns manifestam desencanto, outros, cansaço, e outros, ainda, relegam a escola a segundo plano. Contribuem para a evasão as repetências sucessivas durante a vida escolar, a dificuldade de conciliação do estudo com o trabalho e a falta de ações na escola para impedi-la e promover o resgate dos seus dissidentes.

Finalmente, há duas dissertações – produzidas por Pagotti (1992) e Ribeiro (1992) – que focalizam as relações entre o processo ensino-aprendizagem e o fracasso escolar de alunos-trabalhadores.

Ribeiro (1992) estuda alunos repetentes de 5^a a 8^a série do ensino fundamental, com predominância da faixa etária de 13 a 20 anos, de duas escolas de Ituiutaba (MG). Conclui que a estrutura essencial do processo ensino-aprendizagem na escola noturna se caracteriza pela desconexão com o mundo “próprio” do estudante noturno. Quanto ao modo de ser-no-mundo do aluno e do professor, evidencia-se que ambos se encontram imersos na ocupação diária que os distrai, perturba e distancia, não existindo a preocupação com o processo ensino-aprendizagem. Pagotti (1992), em sua tese, busca compreender o fracasso escolar de alunos de 5^a série do ensino fundamental de uma escola de Uberlândia (MG). Verifica que eles apresentam dificuldades na construção e utilização do pensamento verbal-lógico, mostrando também a existência de dificuldades para interações escolares produtivas.

É interessante notar que a problemática fracasso escolar, evasão e repetência foi tema da década de 90 e que apenas uma pesquisa, entre as 10 analisadas, é da década de 80. Além disso, diferentemente das outras duas problemáticas, há uma incursão dos pesquisadores em referenciais marcados pela especificidade de seus temas. Assim, a referência mais importante é o trabalho de Maria Helena Patto (1990) – que consagrou vários estudos ao tema do fracasso escolar –, citada em quase todos os trabalhos analisados. Há também uma busca de referenciais para abordar questões mais

específicas relativas ao fracasso. Assim, são estudadas temáticas relativas à aprendizagem, ao conhecimento escolar, às questões da linguagem e da psicologia (Caporalini, 1991; Poppovic, 1979; Carraher, 1989; Orlandi, 1987; Vygotsky, 1988).

Chama a atenção também, neste conjunto de 10 trabalhos, que, a partir de meados da década de 90, há uma espécie de descoberta da idéia do cotidiano escolar, sendo Penin (1989 e 1992) a pesquisadora mais citada; no entanto, parece que os autores clássicos que trabalharam com o tema, como Lefebvre e Heller, são absorvidos apenas de modo indireto. Essa aproximação para a vida escolar e suas práticas incorporou autores que examinaram de modo específico a questão do jovem, como Willis (1991) e Braslavsky (1985).¹¹

Jovens, Trabalho e Profissionalização

Este subtema reúne 11 dissertações e duas teses que discutem os cursos técnicos e as habilitações profissionais a partir dos alunos. Desse total, há oito pesquisas que analisam as relações entre o mercado de trabalho, o ensino profissionalizante e os jovens, utilizando como espaços investigativos tanto a escola quanto o trabalho ou a situação profissional de jovens egressos (Macieira, 1981; Munia, 1982; Rolkowski, 1983; Lima, 1984; Álvaro Machado, 1991; Silva, 1994; D'Ávila, 1996; Arantes, 1998).

Na produção dos anos 80 (quatro dissertações), é preciso considerar o impacto causado pelas mudanças na legislação: o estabelecimento da obrigatoriedade do ensino técnico em nível de 2º grau, a partir da Lei nº 5.692/71 e, posteriormente, a instituição da profissionalização opcional, a partir da Lei nº 7.044/82. As pesquisas refletem essa conjuntura procurando investigar até que ponto as mudanças alteraram, primordialmente, a realidade dos jovens trabalhadores em relação à escola e ao mercado de trabalho. Pelos relatos e informações obtidos através de alunos, ex-alunos, professores e empresas, as quatro dissertações concluem que a experiência de ensino profissionalizante redundou em fracasso.

A primeira dessas dissertações (Macieira, 1981) é a única que enfatiza a necessidade de as escolas técnicas atenderem aos interesses do mercado de trabalho, apoiando-se na Teoria do Capital Humano a partir de Alfred Schultz (1973). Realizando uma pesquisa quantitativa, o autor constata divergências entre o perfil de estagiários da área de Processamento de Dados esperado por empresas e a formação recebida por eles nas escolas técnicas do Rio de Janeiro. Assim, aponta que essas escolas devem reestruturar seus currículos, adequando-se às necessidades do mercado de trabalho, mas, também, faz críticas às empresas, ao evidenciar que essas não adotam estratégias formativas para os jovens estagiários, desconsiderando-os quanto à condição de futuros profissionais.

Ao contrário da pesquisa de Macieira, as pesquisas de Munia (1982), Rolkowski (1983) e Lima (1984) partem da crítica à Teoria do Capital Humano, enfatizando que os cursos profissionalizantes estão menos a serviço do aluno trabalhador que do capital. Mesmo quando as empresas afirmam que os alunos oriundos dos cursos técnicos são inadequadamente formados, elas estão se beneficiando deles, pois os utilizam como mão-de-obra barata. Nesse cenário, os jovens estudantes ou egressos são, para os autores, os principais atores iludidos e oprimidos pelo sistema escolar, mas, ao mesmo tempo, agentes da transformação. A dissertação de Munia (1982) pesquisa as conseqüências da Lei nº 5.692/71 para a vida estudantil e profissional dos egressos de uma escola profissionalizante em São José do Rio Preto (SP). A pesquisa de Lima (1984) reitera as conclusões de fracasso do ensino profissionalizante implantado em escola de São Luís do Maranhão; alunos declaram que a escola é ineficiente para que encontrem uma boa ocupação no mercado de trabalho ou obtenham um ensino que lhes possibilite a aprovação no vestibular.

Ainda que não investigue os egressos, a pesquisa de Rolkowski (1983) também conclui, pelas entrevistas realizadas com estudantes de um colégio estadual de Curitiba (PR) e empresas locais,

¹¹ Todas as pesquisas são de abordagem qualitativa. Os pesquisadores fizeram opções distintas, em termos teóricos: alguns se basearam em André (1978 e 1995) e André e Lüdke (1982), para trabalhar a metodologia etnográfica; outros se apoiaram em Ezpeleta e Rockwell (1989), para trabalhar a idéia de cotidiano; outros, ainda, trabalharam a pesquisa-ação, na ótica de Thiollent (1984 e 1987).

que o curso profissionalizante é ineficiente – nem prepara para o vestibular, nem profissionaliza adequadamente. Os estudantes reivindicam uma formação mais técnica, cursos compatíveis com a realidade do mercado de trabalho, melhor preparo dos professores e maiores chances de ingresso no ensino superior – o que atesta, para o autor, a inexistência da terminalidade no 2º grau.

Em termos metodológicos, as pesquisas dos anos 80 são marcadas por estudos de caráter quantitativo, mas as análises estatísticas dos dados são predominantemente de caráter descritivo. Já no final dos anos 80 e início dos anos 90, excetuando Arantes (1998), a maior parte da produção é de caráter qualitativo e, em algumas delas, são realizadas análises mais minuciosas da realidade diária da escola e da fábrica (Abrahão, 1989; Álvaro Machado, 1991; Silva, 1994; Sá, 1994). No plano teórico, as dissertações desse período estão centradas na revisão dos estudos sobre o histórico do ensino profissionalizante no Brasil, enfatizando fundamentalmente seu aspecto dualista: ensino profissionalizante para as camadas populares e ensino propedêutico para as elites.¹²

Portela (1989) investiga expectativas de estudantes trabalhadores, de escola de nível médio de Curitiba e com idade de 15 a 18 anos, que cursam as modalidades profissionalizante e acadêmica, tendo sido confirmadas as suas diferentes visões: aqueles desejam mais a realização profissional, e estes, a preparação para o vestibular.

As pesquisas dos anos 80 concluem que as mudanças nos cursos profissionalizantes implantadas pela Lei nº 5.692/71 não foram adequadas nem aos alunos nem às empresas, mas as suas principais “vítimas” foram os estudantes – os cursos foram estruturados sem espaço físico, com carência do material adequado e sem professores qualificados. Ao término dos seus cursos, os alunos não conseguiam se inserir em sua área técnica, e a formação obtida não atendia às necessidades do mercado de trabalho.

Os quatro estudos realizados na década de 90 também avaliam o mercado de trabalho em sua relação com os jovens e os cursos profissionalizantes, mas algumas novas questões emergem. No mundo do trabalho, presencia-se o acirramento da desestruturação do mercado a partir da instauração de uma política de abertura comercial, tornando necessária a aceleração do processo de reestruturação produtiva. Ainda que em ritmos bastante desiguais, a flexibilização, as novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho começam a ser pensadas e estruturadas em diferentes empresas. Os índices de desemprego se elevam, atingindo mais gravemente os grupos sociais mais frágeis, como jovens, idosos e mulheres (Pochmann, 1999). No campo educacional, amplia-se a discussão de uma nova Lei de Diretrizes e Bases de Educação – que só seria promulgada em 1996 –, o número de escolas e alunos aumenta, altera-se a legislação referente ao antigo ensino de 2º grau.

Esse processo direciona a produção discente a realizar análises minuciosas dos cursos técnicos, enfatizando seus defeitos e qualidades. Muitos tentam construir alternativas, considerando as informações e opiniões dos alunos como ponto de partida. A proposta de uma escola que passe a considerar o trabalho como princípio educativo – a escola politécnica – torna-se, assim, o marco desses estudos.

As mudanças no espaço de trabalho começam a ser incorporadas nas discussões sobre o currículo dos cursos, enfatizando-se ora a negatividade, ora a positividade das transformações.

A dissertação de Álvaro Machado (1991) insere-se no conjunto de reflexões sobre as questões acima citadas, buscando avaliar a situação de jovens egressos do curso técnico em Química na Bahia. Em meio à discussão da nova LDB, ouvir os alunos e propor um curso que possa transformar sua realidade são os objetivos centrais do autor. Entrevistando técnicos e estagiários mediante questionários e, posteriormente, entrevistas semi-estruturadas, faz uma pesquisa de campo detalhada, considerando as diferenças de idade e sexo e localizando cada um dos grupos no interior das empresas e escolas. Concordando com a tese de desqualificação permanente do trabalhador a partir de Braverman

¹² Cunha (1976, 1977, 1978 e 1979) é o principal autor citado para esta reflexão. Para a crítica à legislação – em especial à Lei nº 5.692/71 –, à distância entre concepção e execução, e, também, para o apontamento da possibilidade de libertação através da escola, predomina o uso dos textos de Cunha (1977), Warde (1977), Saviani (1985) e Freitag (1980). A pesquisa de Rolkowski (1983) é a única que se diferencia nesse grupo, por utilizar-se de estudos clássicos sobre a classe operária no Brasil (Cardoso, 1962; Simonsen, 1939) para sua análise.

(1988), seu estudo aponta os efeitos mais trágicos deste fator para jovens e mulheres. Evidencia o considerável número de mulheres que escolhem o curso de Química por julgarem ser mais fácil a inserção no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo e contraditoriamente, o pequeno número das que conseguem emprego nas fábricas, em virtude do preconceito quanto ao trabalho feminino. Os jovens técnicos que estão na fábrica – principalmente os do sexo feminino – enfrentam discriminações, tarefas repetitivas e rotineiras. Ainda que possam ser notadas algumas mudanças no espaço fabril – automatização, novas formas de organização do trabalho e exigência de profissionais com boa formação geral –, elas pouco contribuem para a maior qualificação e formação dos jovens, que acabam tendo acesso a um trabalho fragmentado e sem sentido. Em relação à escola, o relato dos alunos e a análise da estrutura curricular apontam para o fato de que os cursos profissionalizantes oferecem mais conhecimentos de nível geral, mas pouco articulados com os conhecimentos técnicos e com a realidade vivida pelos jovens nas fábricas.

Alunos, egressos e professores da Escola Técnica Federal da Bahia também foram investigados por Silva (1994),¹³ com vista a, fundamentalmente, apreender as representações sobre escola e trabalho para contribuir com a reestruturação curricular. Suas entrevistas com alunos iniciantes, concluintes e formados do curso técnico de Instrumentação Industrial evidenciaram diferentes percepções sobre a escola e o trabalho. Partindo da conceituação marxista de trabalho e da crítica que Marx faz ao trabalho no sistema capitalista, a autora vai buscar entre os jovens a percepção do caráter alienante do trabalho. Também, procura constatar a possível resistência deles à dominação no trabalho e na escola, já que, utilizando-se dos estudos de Giroux e Apple, enfatiza que toda dominação também significa resistência, sendo a escola um espaço importante de luta política e produção de conflitos. Em seu estudo, constata que o conceito de trabalho entre os jovens é muito abstrato. Em nenhuma fala e atitude emergem componentes críticos, discussão política ou mesmo a possibilidade de transformação do real pelo trabalho e escola, distanciando-se das formulações teóricas. Chega, assim, a conclusões semelhantes às de Álvaro Machado (1991), enfatizando a necessidade de um novo currículo que incorpore, principalmente, a formação política dos jovens.

Os outros dois estudos dos anos 90 pertencentes a este grupo fazem a discussão sobre as escolas técnicas, ressaltando os aspectos positivos de seus cursos na formação dos alunos – conseguiram preservar-se da desestruturação dos demais cursos de 2º grau, apresentam os melhores escores em desempenho escolar, seus alunos conseguem se inserir melhor no mercado de trabalho. Sendo assim, as pesquisas preocupam-se com a produção de conhecimento que subsidie propostas de manutenção da qualidade de ensino nessas escolas (D'Ávila, 1996; Arantes, 1998).¹⁴

No restante da produção no interior deste subtema – cinco dissertações realizadas entre o final dos anos 80 e meados dos anos 90 –, o espaço da atividade e a inserção ocupacional dos jovens deixam de ser investigados de maneira mais direta para cederem lugar aos significados atribuídos ao trabalho e à escola por jovens que realizam habilitações profissionais diversas, bem como suas expectativas e aspirações. É bastante forte, nesses estudos, a preocupação em ouvir, colher opiniões dos sujeitos tendo em vista uma possível reordenação dos cursos profissionalizantes, sobretudo no nível médio da escolaridade (Piconez, 1989; Simplicio, 1988; Abrahão, 1989; Russi, 1993; Sá, 1994). Mesmo sem investigar o espaço de trabalho, as pesquisas recorrem aos pressupostos filosófico-pedagógicos e à defesa da escola politécnica.

A tese de Abrahão (1989) ouve alunos e professores de uma escola diurna e de outra noturna em Porto Alegre (RS), revelando os significados por eles atribuídos ao trabalho e à escola.

¹³ Esta pesquisa também poderia ser inserida no subtema Significados do Trabalho e da Escola para os Jovens, entretanto, como está investigando um curso técnico, optou-se por mantê-la nesse subtema.

¹⁴ Realizando uma pesquisa quantitativa sobre a trajetória de ex-alunos do Colégio Técnico da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a dissertação de Arantes (1998) também constata que o currículo dos colégios técnicos vem ao encontro de algumas transformações nos espaços de trabalho, como a valorização de uma formação mais geral. Evidencia que os ex-alunos conseguiram boas colocações no mercado de trabalho, atestando a qualidade dos cursos técnicos oferecidos pela Unicamp, sem, entretanto, aprofundar a análise do mercado de trabalho e do próprio espaço de trabalho dos egressos. Como sua pesquisa já incorpora a aprovação da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e o Decreto nº 2.208/97, que desvincula ensino médio e ensino técnico, o autor aponta a preocupação com o comprometimento da qualidade dos cursos a partir dessa mudança, isto porque, em sua interpretação, a formação geral, atualmente requisitada pelo mercado, é distanciada do ensino técnico na nova legislação.

Trata-se de um estudo de perspectiva marxista, que realiza investigação junto aos jovens que falam de seus trabalhos, rotineiros e desgastantes, e da sua pouca participação nos sindicatos. A autora apresenta a vida concreta dos alunos trabalhadores, desconstruindo os estereótipos que os cercam na escola e que acabam excluindo-os de seu interior – os alunos dos cursos noturnos são trabalhadores e não “drogados, bandidos, fracos”.

A dissertação de Simplício (1988), que investigou alunos de ensino técnico, professores e diretores de escolas em Poços de Caldas (MG), pretende, a partir dos depoimentos, avaliar e propor mudanças para os cursos profissionalizantes estruturados a partir da Lei nº 7.044/82. Pela fala dos alunos, obtida por meio de questionários, o autor conclui que os cursos tanto noturnos quanto diurnos ainda têm bom nível e são procurados; no entanto, sua estrutura e currículo favorecem muito mais os alunos não-trabalhadores das classes médias e pouco atentam para a realidade dos estudantes trabalhadores, que, em seus depoimentos, evidenciam a discriminação no interior da própria escola, a inadequação do currículo à sua realidade, etc. O distanciamento dos cursos profissionalizantes do universo dos jovens trabalhadores também é apontado na pesquisa de Russi (1993), realizada com alunos, professores e direção em escolas de 2º grau em Mato Grosso do Sul.

A dissertação de Sá (1994),¹⁵ realizada na Bahia, enquadra-se nesse conjunto de pesquisas que buscam repensar os currículos durante o processo de discussão da nova LDB. Trata-se de um estudo que pretende reconstruir as práticas cotidianas e os significados atribuídos à escola e ao trabalho de jovens que estão finalizando o curso de habilitação básica em Saúde. Ao adentrar o cotidiano dos alunos por meio de questionários, dramatizações, colagens e relatos orais, a autora revela que o trabalho aparece para eles como fadiga e independência, ao mesmo tempo. Os alunos enfatizam a função socializadora da escola – base para a construção de um bom comportamento social –, mas desejam imprimir conteúdos mais práticos ao currículo, aulas mais dinâmicas e interessantes. Da forma como está estruturada, a escola esvazia-se de sentido, sendo considerada pelos alunos que ainda não estão empregados na área um mal necessário – precisam do certificado para a obtenção de melhor emprego.

A dissertação de Piconez (1989) é a única que atenta para as perspectivas educacionais e ocupacionais dos alunos de habilitação para o Magistério, na tentativa de repensá-lo. Constata a existência de uma população jovem (de 15 a 20 anos), solteira e do sexo feminino no curso e a representação deste como possibilidade de ascensão social. O distanciamento em relação à prática de trabalho, o desejo em prosseguir os estudos e a ineficácia dos estágios foram apontados pelos alunos como os principais problemas do curso, não se diferindo da avaliação realizada por estudantes de outras habilitações profissionais.

Teoricamente, as pesquisas dos anos 90 assemelham-se quanto à menor ênfase nos estudos da legislação educacional e no histórico do ensino profissionalizante. Abrem-se para uma diversidade maior de análises sobre as relações entre trabalho e educação, lançando mão de uma perspectiva teórica marxista baseada em Gramsci (1968), embora via intérpretes brasileiros, e Braverman (1981). Realizam, também, uma revisão dos estudos nacionais que examinam a relação trabalho/educação a partir do final dos anos 70, lançando mão de autores como Rossi (1978), Salm (1980), Frigotto (1984), Kuenzer (1986, 1988 e 1987) e Machado (1989). Sobre a profissionalização e o ensino médio/técnico, os estudos de Cunha e Franco são os mais citados como referências teóricas.

Como afirma Yamamoto (1996), trata-se de uma incorporação do referencial marxista para fins propositivos, pois a adoção da perspectiva de Gramsci decorre da busca de princípios filosófico-políticos que consagrem uma função transformadora do real pela ação escolar.¹⁶ Alguns estudos dos anos 90 ampliam o quadro teórico recorrendo a outros autores, ainda que no interior da matriz marxista, como Agnes Heller e Henri Lefebvre, mesmo que esta absorção seja realizada de modo indireto, pelo recurso aos autores nacionais que examinaram suas orientações.

¹⁵ Trata-se de uma pesquisa que também poderia ser inserida no subtema Significados do Trabalho e da Escola para os Jovens, no entanto, optou-se por mantê-lo nesse subtema pelo fato de investigar alunos de um curso profissionalizante.

¹⁶ Nesse caso, a noção gramsciana de hegemonia ancorou a idéia de um amplo conjunto de orientações que a escola facilitaria para a formação da classe operária e a sua direção no bloco histórico a ser constituído pelas forças progressistas.

Ocorre também uma produção voltada sobretudo para os estudos qualitativos, amplamente inspirada nas formulações de Ezpeleta e Rockwell (1989) e Marli André (1987). Ainda que o material empírico e o referencial teórico permaneçam sendo apresentados em momentos diferentes, percebe-se um diálogo maior entre ambos.

A contribuição mais forte do conjunto de dissertações é o acúmulo de conhecimentos sobre o fracasso da profissionalização implantada compulsoriamente após 1971, mesmo com as novas orientações estabelecidas pela legislação posterior. Os estudos defendem um conjunto de mudanças necessárias para que essas escolas consigam melhor preparar seus jovens para o mercado de trabalho e principalmente democratizarem-se, atentando para os interesses dos jovens trabalhadores.

Escolha Profissional

A partir da aprovação da Lei nº 5.692/71, a orientação vocacional e profissionalizante passou a ser incentivada como tarefa a ser desenvolvida pela escola, família e comunidade. Este fator, aliado ao predomínio das teorias de cunho psicológico, parece explicar o considerável número de pesquisas sobre a temática da escolha profissional nos anos 80 e sua posterior diminuição nos anos 90. Amaral (1980), Risson (1984), Peixoto (1984), Medeiros (1988), Soares (1985) e Nigro (1991) refletem, de um modo geral, sobre os desencontros entre as escolhas profissionais juvenis, os cursos profissionalizantes e a orientação vocacional. Os dois estudos realizados a partir da segunda metade dos anos 90 – Sales (1995) e Becker (1995) – deixam de tomar os cursos profissionalizantes como referência, investigando a questão da escolha juvenil a partir da constatação das atuais mudanças no mundo do trabalho.

Utilizando metodologia quantitativa, as dissertações de Amaral (1980) e Risson (1984) irão refletir sobre a relação entre personalidade/maturidade dos alunos e suas escolhas profissionais, fazendo críticas aos cursos profissionalizantes. Ambas partem de Super,¹⁷ referência teórica no interior da Psicologia sobre os estudos da vocação. Investigando as aspirações de 333 alunos de um colégio estadual do Rio de Janeiro, Amaral (1980) conclui que eles percebem o quanto as aptidões e interesses são essenciais para a escolha de um curso profissionalizante, mas não o fazem no momento da decisão, já que a oferta dessa modalidade é escassa; com poucas opções, os sujeitos escolhem o que encontram no mercado. A dissertação de Risson (1984), que investiga 213 jovens (de 15 a 17 anos) em oito escolas de 2º grau do Rio Grande do Sul, também constata a distância entre a escolha profissional realizada e os interesses pessoais dos alunos.

A dissertação de Peixoto (1984) elegeu como material empírico a redação de alunos das últimas séries do ensino fundamental na periferia de Curitiba (PR). Constata, também, o descompasso existente entre as habilitações oferecidas, as aspirações dos alunos e a oferta de empregos no mercado de trabalho. Pelas entrevistas, a autora conclui que o adolescente é inseguro, imaturo, sujeito a pressões da moda, da TV e dos mitos no momento da escolha profissional, tendo poucas condições de efetuar-la; assim, essa escolha só será efetivamente realizada no ensino superior. Sua pesquisa é marcada pela adesão a um conjunto de idéias pedagógicas respaldadas em Gadotti (1983) e Libâneo (1982) e pelas críticas às teorias da Psicologia que vêem a escolha profissional somente como resultado de fatores individuais e familiares.

Soares (1985) realiza entrevistas abertas com grupos de jovens no Centro de Orientação e Seleção Psicotécnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A partir das falas juvenis, conclui que a orientação profissional tem pouco na decisão por uma profissão. A dissertação de Nigro (1991) também enfatiza que o processo de escolha não é neutro. Para os 24 alunos que entrevistou, a escola e o trabalho oferecem chances de mobilidade social, principalmente entre os meninos; entre as meninas, o desejo de mobilidade social é menor, em função do trabalho doméstico.

Aspirações educacionais e ocupacionais são as problemáticas da tese de Medeiros (1988). Para tanto, realiza um estudo de caso, entrevistando 35 alunos da 8ª série (de 14 a 23 anos), mães e

¹⁷ Em *The criteria of vocational choice* (1951) e *Psicologia de la vida profesional* (1962).

professores em três escolas de João Pessoa. Aponta a presença do desejo de ascensão social dos jovens e de suas famílias através da profissionalização, considerando-a uma representação do real. A autora apresenta as diferenças de gênero em relação às aspirações, o desejo de todos em continuar estudos e as poucas informações sobre o mundo do trabalho. A pesquisa evidencia que mesmo os alunos mais pobres desejam cursar o ensino superior, entretanto já aponta que esses mesmos alunos fazem a crítica à sua situação e reconhecem que não são totalmente livres para escolher sua profissão e chegar à Universidade. Percebendo suas limitações, os alunos adquirem posturas mais realistas; assim, de acordo com a autora, o caráter de terminalidade do 2º grau parece funcionar entre os jovens mais pobres, ainda que em seu imaginário desejem prosseguir os estudos.

Nos anos 90, as dissertações de Sales (1995) e de Becker (1995) buscam pensar a escolha profissional em um momento de crise e mudança no mundo do trabalho.¹⁸ Os estudos evidenciam que as classes populares adotam atitudes realistas diante das escolhas profissionais, perdendo, muitas vezes, o desejo de realizar os cursos de seus “sonhos” e a crença na escola como forma de ascensão social. Na pesquisa de Sales (1995), muitos jovens acabam evadindo da escola por não visualizarem oportunidades de mobilidade social. A pesquisa de Becker (1995) aborda a questão da escolha profissional do ponto de vista de mulheres jovens (de 17 a 19 anos), adultas e pobres na cidade de Porto Alegre (RS), considerando a temática de gênero. As adolescentes entrevistadas cursavam a 3ª série do 2º grau, tendo famílias que acreditavam na ascensão social através dos estudos. A autora fala brevemente do trabalho das meninas, explorando seus significados: liberdade e independência. No discurso, elas apontam as profissões dos sonhos – que tiveram de ser abandonadas em função da realidade econômico-social e das necessidades financeiras mais imediatas. Conclui que as escolhas femininas se relacionam aos papéis de gênero e da posição na família, mas as mulheres preferem, de fato, o trabalho fora de casa; buscam maior independência, mas ao homem ainda é reservada a visão de principal provedor. Para as adolescentes, a atual situação do mercado de trabalho, o desejo de consumo e a pressão familiar fazem com que as profissões escolhidas levem em consideração muito mais os aspectos financeiros imediatos que os sonhos e projetos.

Em suas conclusões, as pesquisas agrupadas nesse subtema evidenciam a ausência de uma orientação profissional adequada nas escolas. A produção dos anos 80 também aponta o desencontro entre a escolha do jovem e o curso profissionalizante realizado; além disso, sugere formas de orientação profissional e cursos que melhor atenderiam às expectativas dos jovens, fazendo-os perceber as contradições do sistema capitalista. A tese de Medeiros (1988), e as dissertações de Sales (1995) e Becker (1995) se diferenciam das demais por apontarem mudanças de comportamento dos jovens em relação às escolhas profissionais: o aumento das dificuldades no mercado de trabalho faz com que abandonem mais rapidamente a expectativa de mobilidade social através da educação e de realização pessoal na profissão sonhada.

Assim, um dos aspectos mais instigantes nas pesquisas desse subtema é o acompanhamento das expectativas juvenis. Os primeiros estudos evidenciam mais fortemente o desejo de realização de um curso superior entre os jovens com vista à mobilidade social, enquanto as últimas apontam mudanças no conteúdo das aspirações, pois as preocupações e expectativas juvenis estão mais relacionadas ao tempo presente e não se atrelam à espera da entrada na universidade, ainda que o ensino superior continue sendo um importante objetivo a ser alcançado.

Significados do Trabalho e da Escola para os Jovens

Os dez estudos deste bloco refletem os significados que o trabalho e a escola adquirem na visão dos jovens. Em seu interior há uma dissertação (Ana Rodrigues, 1987) que investiga esses significados entre jovens evadidos da escola, cinco dissertações (Castro, 1984; Neves, 1985; Barreto,

¹⁸ Ambas poderiam inserir-se na subtemática Mundo do Trabalho e os Jovens, entretanto, como o foco é a dimensão da escolha profissional, inserem-se neste subtema.

1993; Almeida, 1993; Dorigon, 1997) e uma tese (Feldmann, 1995) que partem dos sentidos atribuídos ao trabalho e à escola por estudantes trabalhadores e uma tese (Urt, 1992) e duas dissertações (Silva, 1995; Coelho, 1992). que analisam as concepções juvenis de trabalho e escola sob a ótica das diferenças de classe e sexo, fundamentalmente.

Castro (1984) e Neves (1985) analisam as representações de estudantes e de estudantes trabalhadores em escolas públicas de 2º grau, mediante estudo de caso e análises de redações, respectivamente, partindo de pressupostos semelhantes: as representações elaboradas pelos alunos estão ligadas à sua condição econômica, cultural e política, escapando das orientações oferecidas pela psicologia clássica que enfatizam a influência da personalidade nas representações. Ambas demonstram que a maioria dos alunos exerce trabalhos rotineiros e repetitivos que adquirem um sentido dotado de ambigüidades: fonte de autonomia pessoal e de opressão. As autoras evidenciam que a escola indica, para os jovens trabalhadores estudantes, a possibilidade de ascensão social.

Ana Rodrigues (1987) trabalha com as representações de alunos evadidos oriundos dos três turnos de uma escola de Belo Horizonte e seus pais, para compreender o processo de evasão escolar. Constata, a partir dos depoimentos, a relação da evasão com o cotidiano escolar e com a necessidade de trabalho entre os ex-alunos. A pesquisa permite à autora apontar que a escola nega a condição trabalhadora de boa parte de seus alunos e não percebe que o trabalho pode ser fator para os alunos permanecerem nela, desconsiderando seu princípio educativo. Para compreensão do funcionamento do sistema escolar e das dificuldades que ele cria para os alunos, a autora trabalha com o conceito de disciplina de Foucault (1977). Os alunos afirmam que o trabalho impõe limites aos estudos, mas que os mecanismos internos da escola dificultam ainda mais sua permanência nela. Assim sendo, a origem social dos alunos e o fato de trabalharem não são as causas centrais da evasão e fracasso dos alunos. Para Rodrigues, os jovens percebem nitidamente que a escola não foi feita para o trabalhador, evadindo-se, o que pode significar uma estratégia de resistência à organização escolar.

As mudanças no mercado de trabalho e as discussões da nova Lei de Diretrizes e Bases também estão presentes nas pesquisas realizadas sobre esse subtema nos anos 90. Os autores investigam os significados atribuídos pelos jovens ao trabalho e à escola e procuram evidenciar se as transformações no campo político-econômico e educacional alteram os sentidos dados a essas instituições.

A pesquisa de Barreto (1993), realizada em uma escola pública de Salvador (BA), reflete sobre as representações de trabalho, currículo e construção do conhecimento entre alunos de 5ª a 8ª série (de 12 a 18 anos) do período diurno. Por meio de pesquisa de campo, a autora constata que os alunos, para além de sua condição de trabalhador, são também jovens, e assim devem ser considerados pelas escolas durante a seleção e organização de conteúdos e práticas. Esses alunos, jovens e trabalhadores, consideram central o trabalho em suas vidas, ainda que estejam, com as mudanças no mundo do trabalho, realizando ocupações, cada vez mais, em condições precárias e sem qualificação. Assim, pela pesquisa de campo, Barreto constata a necessidade de incorporação de questões gerais relativas ao trabalho no currículo de 1º grau, para que a escola esteja mais próxima da realidade concreta dos alunos.

Desvendar as diferenças de representações entre adultos e jovens do ensino supletivo da rede municipal de São Paulo é um dos objetivos do estudo de Almeida (1993). Sua questão central é a permanência ou não da crença na escola como meio de ascensão social entre os mais jovens. Evidencia que a maior parte dos jovens está ocupada no comércio, nos serviços ou outras atividades de baixo prestígio social e que as transformações no mundo do trabalho os têm atingido de maneira desfavorável. Constata que as suas expectativas em relação à escola são menos claras que as dos adultos e que as atuais mudanças no mercado de trabalho parecem estar dificultando a mobilidade social proporcionada pela posse do conhecimento escolar. Entretanto, esses jovens permanecem acreditando na ascensão social através da escola.

Em Feldmann (1995), a ênfase na necessidade de se considerar a realidade de trabalho entre os alunos permanece. Ele parte das suas representações para refletir sobre o ensino de segundo grau entrevistando 11 alunos de 3º ano, de diferentes períodos e sexos (o que pensam e sentem e quais

os seus valores e as expectativas em relação à escola e ao trabalho). Ainda que apontem a baixa qualidade de ensino e o caráter repetitivo do trabalho, os jovens também consideram esses espaços importantes *locus* de sociabilidade.

Mudanças na escola e no mundo do trabalho também são evidentes na pesquisa de Dorigon (1997). O autor estuda as representações dos alunos e, mais especificamente, a prática docente, revelando a presença, no interior do espaço escolar, de um interesse cada vez maior no atendimento às demandas do mercado de trabalho, tanto em escolas brasileiras quanto em escolas argentinas. Os alunos vêem a escola de maneira positiva, mas ainda estão muito preocupados com o “passaporte” para melhores colocações no mercado de trabalho, sentem-se responsáveis pelo fracasso escolar e pouco participam da vida coletiva.

Neste subtema, há três pesquisas realizadas na década de 90 que trabalham de maneira mais específica com a categoria juventude, ao estabelecer uma perspectiva mais ampla sobre a condição do aluno. Coelho (1992), Urt (1992) e Silva (1995) apontam que a atribuição de significados ao universo do trabalho e da escola se relaciona ao universo sociocultural e econômico do jovem e ao seu próprio momento de vida. Coelho (1992) parte de um espaço pouco utilizado nas investigações sobre os jovens – o bairro, mais especificamente a favela, de uma região industrializada –, realizando sua pesquisa ao longo de 18 meses. Evidencia o processo de construção de identidade dos jovens, considerando o sexo, a etnia, a inserção no mercado de trabalho e a escolaridade. Para a autora, a criação de normas e valores extrapola a ação socializadora do universo escolar, evidenciando ser necessário considerar o caráter educativo de outras instituições.

Em sua tese, Urt (1992) realiza uma pesquisa qualitativa em Mato Grosso do Sul, com um universo juvenil bastante heterogêneo: 80 jovens entre 13 e 18 anos, trabalhadores estudantes e não-estudantes, estudantes e excluídos do trabalho e da escola. Nesta pesquisa, as diferenças de gênero, idade, escolaridade, tipo de escola e inserção no mercado de trabalho são explicitadas. Além disso, a autora trabalha com temas pouco discutidos em outras pesquisas, mas que são fundamentais para adentrar o universo juvenil, quais sejam: afetividade, sexualidade, sociabilidade, lazer, religião, política, projetos – para além das concepções de trabalho e escola. Desenvolve uma análise do significado do trabalho a partir de uma perspectiva sociohistórica do desenvolvimento humano – baseando-se em Marx (1968), Arendt (1985) e Enguita (1989) –, e da discussão da heterogeneidade juvenil, escapando do conceito abstrato de adolescência, utilizando-se dos estudos de Ariès (1981), Erickson (1976), Leontiev (1978) e Snyders (1984, 1988). A pesquisa de Urt evidencia que, mesmo com a transformação do mundo do trabalho, exigindo sujeitos com formação diferenciada, boa parte dos jovens realiza um trabalho precário. Comparando os grupos juvenis, evidencia diferenças e semelhanças entre eles diante das várias mudanças no mundo atual. As questões comuns para os jovens dizem respeito à amizade, sexualidade, afetos, política e espiritualidade; já os significados atribuídos a escola e ao trabalho se diferenciam. Somente os jovens que estudam e trabalham pretendem realizar-se pelo trabalho. Entre os homens e excluídos, o trabalho é visto como dever/necessidade e não como fonte de realização pessoal; entre os demais, a ênfase recai nos aspectos instrumentais. O trabalho deixa de ser o valor central, passando a ser, cada vez mais, contemplado em seus aspectos instrumentais, conforme a autora. Há, entre os jovens, muito mais desencanto que esperança de mudança futura, seja no trabalho, seja na escola. Ainda assim, conseguem criar alternativas subjetivas para sobrevivência nesses dois espaços sociais, quais sejam, a amizade, a afetividade, a sociabilidade.

A dissertação de Silva (1995) parte da concepção de trabalho entre jovens de 13 a 17 anos, pertencentes a segmentos sociais diversos, que cursavam a 8ª série em uma escola pública e outra particular na cidade de Iрати (PR). Analisando as redações e entrevistas, evidencia, entre os adolescentes da classe trabalhadora, a visão do trabalho como forma de luta pela sobrevivência, sofrimento e, ao mesmo tempo, prazer de construção pessoal, enquanto que, para os adolescentes burgueses, o trabalho é visto como fonte de prazer e possibilidade de construção de uma carreira.

As pesquisas realizadas em torno deste subtema têm em comum a tentativa de estabelecer uma ligação entre a Psicologia Educacional – na discussão do tema do jovem –, a orientação marxista como universo de compreensão do mundo do trabalho e a análise qualitativa dos dados.

O maior grupo de estudos neste subtema data do final dos anos 80 e início dos anos 90. Nota-se neles maior preocupação com os mecanismos internos da escola em sua relação com o desempenho do aluno e com as demais instituições que os cercam. Teoricamente, essa produção é influenciada pela Nova Sociologia da Educação, trazendo avanços importantes para a área educacional. A referência ao espaço de trabalho torna-se mais central, já que as pesquisas passam a interrogar se as mudanças em seu interior alteraram o sentido dado ao trabalho e, simultaneamente, à escola, aproximando-se, em alguns casos, do subtema Mundo do Trabalho e os Jovens. Para chegar a esses sentidos, as pesquisas dos anos 90 se aproximam mais da categoria Juventude, considerando sua heterogeneidade e formas de sociabilidade.

As pesquisas dos anos 90 começam a apresentar mudanças nos significados atribuídos à escola e ao trabalho pelos jovens. A crença na ascensão social ou na realização pessoal por meio dessas instituições sofre abalos que são explicitados por alguns estudos.

Mundo do Trabalho e os Jovens

As nove dissertações reunidas em torno deste subtema diferenciam-se das demais por privilegiarem o mundo do trabalho para realização da investigação. Em outros estudos, a escola é o foco central para pensar o trabalho e, ainda que este espaço seja também investigado, ele é sempre secundário em relação à instituição escolar. Um primeiro critério para análise das pesquisas deste subtema foi o próprio universo de trabalho, pois os estudos foram diferenciados de acordo com o espaço investigado. Um segundo grupo de dissertações concentradas nos anos 90 foram destacadas por discutirem, de maneira mais específica, os jovens e as atuais mudanças no mundo do trabalho.

PROBLEMÁTICA 1 – A DIVERSIDADE DO TRABALHO JUVENIL

Ainda que o setor agrícola se constitua importante fonte de trabalho dos jovens brasileiros,¹⁹ foi encontrada apenas uma pesquisa a ele relacionada; igualmente, uma segunda pesquisa – e apenas ela – abrange jovens pescadores. Assim, os dois únicos estudos realizados com jovens não pertencentes ao espaço urbano partem de universos diferentes: um deles foi realizado numa comunidade de pescadores, em Araçá, Estado de Santa Catarina (Monteiro, 1986), e o outro, entre jovens dedicados ao cultivo da terra, em Ibirité, Estado de Minas Gerais (Gerken, 1991).

O trabalho como princípio educativo é o tema central da pesquisa de Monteiro (1986), pois procura evidenciar que a escola não é a única instituição responsável pela educação de crianças e jovens. Acompanhando o cotidiano de uma comunidade de pescadores, descreve e relaciona os diferentes tipos de trabalho exercidos por adultos, crianças e jovens (de 10 a 15 anos) e os conteúdos aprendidos na escola. A autora revela a divisão sexual do trabalho na pesca, a rotina dos pescadores e a sua relação com o mundo externo. Crianças e jovens falam do aprendizado sobre o mar e a pesca com os adultos, evidenciando-se um rico processo pedagógico em seu trabalho, enquanto a escola, de acordo com a autora, se revela inadequada à realidade desses sujeitos.

A preocupação em recuperar a realidade de trabalho e de vida dos jovens não urbanos também está presente em Gerken (1991). Investigando o universo de jovens hortigranjeiros proprietários e não-proprietários de dois bairros de Ibirité (MG), busca suas representações sobre a leitura e a escrita. A pesquisa de campo revela que, ao começarem a estudar, os jovens vêem a aquisição da escrita como possibilidade de mudar de vida, já que o mundo rural lhes oferece poucas oportunidades de ascensão. Porém, o pouco ou nenhum uso da escrita no trabalho faz com que esses jovens deixem de reconhecê-la como instrumento importante para a transformação de

¹⁹ Os dados da Pnad de 1995, citados por Árias (1998), apontam que o setor agrícola detinha 4,2 milhões dos 16,6 milhões de jovens brasileiros ocupados, um número bastante elevado.

sua condição. A pesquisa evidencia a forte oralidade presente no mundo rural, que, aliada ao tipo de trabalho na roça, afasta os jovens das atividades de ler e escrever, ainda que eles as considerem importante e as valorizem.²⁰

No setor secundário, é a indústria de construção civil o espaço de trabalho investigado nas pesquisas de Rebello (1981) e Fonseca (1996). São os migrantes, entre eles os jovens, os sujeitos dessas pesquisas, ausentes em todos os outros estudos do tema examinado.

A partir de dados da Pnad de 1973, realizada no Rio de Janeiro, o estudo de Rebello (1981)²¹ caracterizou os trabalhadores da construção civil em termos de escolaridade, rendimento, naturalidade, moradia, trajetória ocupacional, deslocamentos ocupacionais, trajetória ocupacional e estudantil de seus filhos – assim, procurou evidenciar a existência de mudanças de posição ocupacional em função do aumento do nível educacional. A autora constatou que os jovens filhos de trabalhadores da construção civil permanecem na mesma ocupação de seus pais ou em ocupações inferiores, mostrando que o aumento de escolaridade dos jovens não é condição necessária para a mobilidade ocupacional. Em seu caminho para a cidade, os migrantes ultrapassam a barreira rural/urbana, mas não conseguem fazer o mesmo em relação à barreira manual/não-manual. Pais e filhos permanecem em semelhantes ocupações e posições sociais, segundo a autora.

A temática de Fonseca (1996) é a evasão escolar entre jovens e adultos trabalhadores da indústria de construção civil. Investigando a trajetória desses, analisa as razões para o abandono de uma experiência educativa realizada na própria indústria.

A análise dos significados atribuídos à escola e ao trabalho por jovens trabalhadores em supermercados é central em Vieira (1997) e Siqueira (1998), constituindo os dois únicos estudos que consideram o setor terciário para a realização da pesquisa de campo.

Vieira (1997) caracteriza o espaço de trabalho de jovens empacotadores entre 14 e 16 anos, trabalhadores no mercado formal, com o 1º grau incompleto, refletindo sobre sua relação com o trabalho e a escola, ainda que também faça apontamentos sobre sua relação com a família e o lazer. A pesquisa explora cada um desses espaços, entrevistando também algumas mães e pais para compreender o lugar da fala dos jovens. Estes, segundo a autora, não são meros informantes para proposição de mudanças no trabalho e na escola; os significados por eles atribuídos são relacionados também a um momento específico da vida: a adolescência/juventude. Ela também constata que a escola introjeta nos adolescentes um sentimento de incapacidade intelectual – o que os acaba levando a acreditar que são capazes de realizar somente trabalho manual –, e a relação com ela se torna prioritariamente instrumental. No trabalho – presente desde cedo em suas vidas, em oposição ao que ocorre na escola –, os jovens encontram um espaço de auto-afirmação, sentem-se valorizados diante dos amigos e da família, conseguem adquirir objetos de consumo para ingresso na cultura de massas. Todos esses fatores reforçam sua preferência pelo trabalho, mas este não se constitui a principal razão para que o jovem abandone a escola. Os jovens são excluídos desta instituição em razão dos seus mecanismos internos, mas, para Vieira, eles também têm um papel importante em seu próprio processo de exclusão, de maneira semelhante ao que ocorre entre os jovens investigados por Willis (1991).

Partindo de entrevistas com jovens estudantes trabalhadores em supermercados de Buenos Aires (Argentina) e de Porto Alegre (RS), Siqueira (1998) ingressa na descoberta de suas condições de trabalho e escola para propor sugestões que contribuam para a melhoria de suas vidas. A escola é, para esses jovens – tanto brasileiros quanto argentinos –, espaço fundamental de sociabilidade, o lugar da zoeira com os amigos e, também, de construção dos sonhos para o futuro. No entanto, os

²⁰ A conclusão desse trabalho nos remete à noção de desescolarização, apresentada em um significativo artigo de José de Souza Martins (1974) sobre as representações do trabalho e da escola no meio rural. Segundo esse autor, o trabalho se constitui um valor para os diferentes grupos da sociedade agrária, abrangendo boa parte das etapas da vida. Assim, a aceitação da escola é amparada pela valorização do trabalho e não do conhecimento escolar: "A escolarização é pensada em termos de equivalência com o trabalho. A expressão de que o filho 'fazia a tarefa de dia e tirava a escola de noite' está estreitamente ligada ao trabalho. Tirar tarefa na zona rural da região significa cumprir a jornada de trabalho que um homem pode fazer num dia. Ali existe até mesmo a medida tarefa para designar o tanto de trabalho assim realizado. Todavia, a escolarização é pensada como ritual. Essa parece ser a razão de encontrar-se naquela área casos de pessoas que se desalfabetizaram" (Martins, 1974, p. 125).

²¹ Ainda que não tenhamos recuperado o exemplar dessa dissertação, vale destacar a importância da pesquisa em termos metodológicos. Poucas pesquisas da área utilizaram-se de recursos quantitativos para a compreensão das relações do jovem com o trabalho e a escola.

alunos pouco conseguem aprender em termos de conteúdo, por se tratar, de acordo com suas falas, de uma escola rotineira, cansativa, que desconsidera sua condição de trabalhador.

PROBLEMÁTICA 2 – AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E OS JOVENS

Perceber, de maneira específica, as relações entre as atuais mudanças no mundo do trabalho e os jovens constitui o tema das pesquisas deste bloco, realizadas por Kappel (1992), Ulup (1994) e Silva (1998).

Partindo de vários autores da Sociologia do Trabalho e da temática Trabalho e Educação, estes estudos exploram muito mais a apresentação de um quadro de mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho que as expectativas, conflitos, alternativas construídas pelos jovens diante de tal cenário. A dissertação de Kappel (1992) aponta que as mudanças no mercado de trabalho devem alterar a forma de realização das pesquisas, buscando revelar as condições e o tipo de trabalho realizado entre os diferentes membros da família. Sua ênfase recai sobre a percepção desses fatores entre crianças e jovens de famílias pobres. Kappel parte de uma análise de dados secundários da Pnad e de entrevistas qualitativas, para apresentar sugestões de aperfeiçoamento das pesquisas domiciliares. Acaba constatando a necessidade de ampliação do conceito de trabalho, já que boa parte dos jovens parece estar se ocupando no mercado informal, no narcotráfico, além de, também, realizar trabalhos domésticos. Assim, para a autora, há necessidade de os pesquisadores entrevistarem crianças e adolescentes, e não somente os adultos, para a compreensão de sua realidade de trabalho, escola e lazer. É preciso destacar a importância de sua pesquisa, diante da ausência de pesquisas empíricas de grande porte.

Inserindo-se na temática sobre qualificação profissional, Ulup (1994) desenvolveu uma análise teórica sobre a relação entre trabalho e educação e coletou dados de uma experiência de aceleração de escolaridade (Projeto de Aceleração de Escolaridade para Qualificação – PAQP), um programa para jovens pobres no Rio de Janeiro. Aponta como sendo central, em seu trabalho, as representações desse grupo sobre a escola e o trabalho. Parte da análise da prova de seleção de 60 adolescentes e de outros jovens que estavam finalizando alguns cursos profissionalizantes. Segundo ela, os jovens que cursam o PAQP passam por um tipo de educação politécnica, aprendendo a aprender e com capacidade de transferir conhecimentos e analisar de maneira mais completa a realidade concreta. Sua conclusão apresenta uma avaliação positiva do programa, sendo os jovens seus principais informantes, embora não tenha se apropriado de todo o material empírico coletado.

O estudo de Silva (1998) é um dos poucos trabalhos que trazem considerações sobre o desemprego juvenil, ainda que realize sua pesquisa na fábrica. Parte da discussão sobre as mudanças mais recentes no mundo do trabalho, mas enfatiza a situação do jovem analisando suas falas. É a única pesquisa que reflete sobre a situação de alunos recém-formados no ensino superior integrados a um programa de *trainee* de uma grande empresa. Entrevista, além dos jovens, tutores e gerência de recursos humanos. Silva conclui que o programa busca formar profissionais em consonância com os valores da empresa e que os jovens acreditam que, através dele, terão atendidas suas expectativas de emprego e as de suas famílias. Um novo profissional é formado de acordo com os ditames das novas formas de organização e produção? A resposta até pode ser positiva para a autora, mas esta “nova” formação está mais relacionada com a possibilidade de lucratividade futura por parte da empresa do que com a formação do trabalhador voltado para a politécnica. A análise das entrevistas com os jovens leva a autora a perceber que estes estão longe de se formar integral e criticamente no interior da empresa.

Neste conjunto de dissertações, é predominante a vertente marxista a partir do uso dos textos de Gramsci, permanecendo a reflexão sobre a politécnica. Para estabelecer a relação entre trabalho e educação, uma parte das dissertações utiliza-se dos estudos já clássicos de Salm (1980), Frigotto (1984) e Saviani (1989), mas também aparece, mais claramente, a incursão em estudos sobre as atuais mudanças no trabalho – Harvey (1994) e Ianni (1994), entre outros – e sua relação com a educação (Ferretti, 1994; Frigotto, 1984 e 1991). A partir da segunda metade da década de 90, alguns estudos no

interior deste subtema começam a preocupar-se em apresentar dados e estudos referentes ao universo juvenil a partir de reflexões desenvolvidas por Zaluar (1994), Sarti (1994), Madeira (1986 e 1989) e Sposito (1994).

Metodologicamente, com exceção da pesquisa de Kappel (1992) e Ulup (1994), os estudos lançam mão de pesquisas de caráter qualitativo, aproximando-se de maneira concreta do espaço de trabalho dos jovens. O mundo do trabalho ganha centralidade, principalmente a partir dos anos 90, o que não significa o abandono das questões referentes à escola.

Setores como o da construção civil, da pesca e do comércio são estudados, principalmente sob a ótica da educação escolar e do desenvolvimento de habilidades, sem tocar naquilo que o próprio trabalho contém de elemento educativo através das formas de gestão, de organização do processo de trabalho e das tecnologias utilizadas.

Excetuando as pesquisas sobre os jovens pescadores e hortigranjeiros, há uma concentração de estudos no universo urbano. Além disso, ainda que o jovem esteja vivenciando situações de trabalho informal, precário, etc., seja no campo, seja na cidade, os estudos deste subtema não contemplam estes espaços concretos de ocupação, permanecendo no âmbito do trabalho formal. Questões relativas ao mercado de trabalho em sua relação com os jovens praticamente não são examinadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção discente aqui examinada privilegiou a instituição escolar em sua relação com o mundo do trabalho, buscando avaliar sua adequação para estudantes trabalhadores. Trata-se de um conjunto bastante desigual quanto à qualidade final dos trabalhos, sobretudo aqueles produzidos no início do período estudado. Mas esse bloco revela, de modo geral, a existência de um ensino fundamental ou médio, na modalidade profissionalizante ou não, inadequado para jovens. Entre as razões básicas apontadas, uma delas diz respeito à incompatibilidade entre trabalho e escola, ora apontando as dificuldades que nascem da atividade produtiva, em geral precoce, ora apontando a incapacidade da escola em atender às peculiaridades de um tipo diferente do aluno. Poucos são os estudos que se detiveram no próprio mundo do trabalho do jovem, investigado a partir de espaços não-escolares. Aqueles que o fizeram evidenciaram, sobretudo, o rico processo educativo existente neste universo e, de modo mais tímido, questões relativas ao mercado de trabalho.

Quando as investigações tomam para análise o jovem e as questões relativas a sua qualificação e escolha profissional, também apontam para a inadequação da escola, evidenciando um descompasso entre as inúmeras aspirações dos alunos quanto à questão profissional e as escassas competências oferecidas pelo sistema educativo.

Nos momentos em que a escola é tomada para análise como espaço sociocultural ou a partir do ponto de vista dos sujeitos, ela revela-se mais rica e complexa, pois, embora constituída de uma população que trabalha, a instituição aparece como local de desenvolvimento de relações afetivas, de amizade, de socialização, de construção de identidade, questões que nem sempre têm o trabalho como seu eixo estruturante.

A Qualidade da Escola em Questão: a Denúncia nas Décadas de 80 e 90

Se, por um lado, é possível perceber uma certa periodização relativa às tendências da produção discente de pós-graduação em torno do tema *Jovens, Mundo do Trabalho e Escola*, por outro, percebe-se também uma certa repetição nas conclusões, quando descrevem a precária qualidade da educação oferecida nas escolas a jovens trabalhadores ao longo do período estudado.

O fenômeno da democratização do acesso das camadas populares à escola, particularmente após a promulgação da Lei nº 5.692/71, atraiu os alunos da pós-graduação, que começam a se debruçar sobre as questões da qualidade do ensino noturno freqüentado por estudantes trabalhadores.

Os primeiros resultados da produção discente de pós-graduação começam a aparecer na década de 80, a “década perdida”, e avançam pelos anos 90, a “década do desemprego”.

As teses e dissertações analisadas permitem dizer que se configurou no interior da pesquisa produzida nos programas de pós-graduação de educação, para o período analisado, uma ação importante de denúncia sobre a inadequação dos cursos noturnos para estudantes trabalhadores e, em última instância, da própria política educacional brasileira, chamando a atenção para o fato de que apenas a democratização do acesso não era suficiente, sendo necessário, também, atentar para as questões da qualidade do ensino, levando em conta a articulação entre trabalho e educação para jovens.

De uma maneira geral, nessas duas décadas, os diferentes pesquisadores se propuseram realizar uma análise sobre a escola ancorada nos referenciais marxistas, ora privilegiando as práticas que reiteram as relações de exploração ou dominação em decorrência do processo de trabalho, ora reforçando a busca de um novo modelo voltado para aqueles que precisam trabalhar para prosseguir seus estudos. Nessa última vertente, aparece, no final dos anos 80 e início da década de 90, uma apropriação bastante propositiva do marxismo na defesa do princípio educativo do trabalho e da educação politécnica. Estabelecido mais como ideário do que ferramenta analítica, esse conjunto de premissas teve o mérito de ampliar o debate sobre o sentido da escola; no entanto, sob o ponto de vista da produção do conhecimento, esse conjunto de premissas não ofereceu grandes possibilidades analíticas, uma vez que, freqüentemente, a perspectiva teórica professada no texto estava dissociada do objeto empírico.

Nos anos 80, é clara a referência das pesquisas à Lei nº 5.692/71 e ao fato de ela determinar que a orientação profissional deveria ser tarefa da escola, da família e da comunidade. Muitas investigações debruçam-se sobre essas questões para, em primeiro lugar, realizar a crítica à Lei, e, em segundo lugar, enfatizar que os alunos tinham poucas opções de cursos, em sua maioria inadequados às suas escolhas. Referências teóricas são buscadas na Psicologia, especialmente quando se trata desta problemática, havendo uma forte presença de análises pautadas pela vertente crítica. Os estudos negam a Psicologia clássica, que analisaria o indivíduo desvinculado de suas interferências sociais. Recorrem, como tentativa de superação, a um certo ideário pedagógico-filosófico que permitiria, na visão dos autores, superar os limites das abordagens estritamente psicológicas.

Mesmo que inúmeras dissertações e teses anunciem, já no seu início, a intenção de realizar investigação que permitam a obtenção de sinalizações para a construção de novas alternativas na escola, essa intenção, em grande parte delas, não se concretizou. As análises mostram-se repetitivas ao longo do período estudado, reiterando a inadequação da escola e a desqualificação que ela produz; a investigação realizada não foi capaz de apontar para aquilo que almejava, e todas as propostas de alteração da escola são produzidas muito mais como intenção do que como algo que emerge do trabalho de conhecimento.

Assim, além de um certo predomínio do propositivo como uma vocação reiterada do pesquisador, acaba por ocorrer ênfase excessiva nas dicotomias produção e reprodução, transformação e conservação, resistência e inculcação ideológica, caracterizando a escola, independentemente do seu nível, como um elo a mais na cadeia dos processos repetitivos da ordem social, somente rompido no plano das intenções do autor do texto. Por essas razões, é atribuída à instituição escolar a tarefa de libertar seus alunos através da ação, no sentido de conscientizá-lo sobre sua exploração.

Ao que tudo indica, diante do teor reiterativo da produção discente, parece estar se configurando um certo padrão de esgotamento desse tipo de investigação, que se limita a permanecer na retratação da inadequação da escola para os jovens trabalhadores.

Algumas Inflexões

A denúncia da inadequação que marcou a análise dos cursos noturnos ao longo das décadas de 80 e 90 não foi movimento único da pesquisa discente de pós-graduação nesse eixo temático. No final dos anos 80 e ao longo da década de 90, numa conjuntura marcada pela discussão e definição de

uma nova Constituição brasileira e de elaboração de uma nova LDB, aprovada em 1996, a escola e estudantes trabalhadores foram analisados, também, por um conjunto importante de pesquisadores, sob um outro olhar teórico, denotando o surgimento de novas possibilidades empíricas e analíticas.

Há uma diversificação maior do quadro teórico e um movimento simultâneo de busca de categorias analíticas capazes de articular o material empírico com as orientações teóricas dos autores. Um dos aspectos interessantes da produção dos anos 90 é a tentativa de alargar a compreensão do aluno que trabalha, mediante a incorporação da categoria Juventude. Trata-se, assim, de um esforço inicial que procura articular, de um lado, as dimensões analíticas das classes sociais, tradicionais nos estudos da área da educação, com os recortes socioculturais do momento de vida. Trata-se menos de uma atitude de colher opiniões dos alunos, mas, principalmente, de construção teórico-metodológica de um objeto de pesquisa: o jovem na sua interação com o mundo do trabalho e da escola. Os referenciais teóricos são diferenciados, aparecendo os autores que examinaram a questão juvenil ao lado dos recursos teóricos da Sociologia da Educação.

Novos temas também aparecem, alguns fazendo eco às novas orientações da política educacional. Entre as problemáticas estudadas está a questão dos cursos técnicos, cujo lugar se encontra ameaçado com a vigência da nova LDB. Nesse caso, a pesquisa também revela a existência de cursos técnicos bem-sucedidos, como aqueles oferecidos pelas escolas técnicas federais ameaçadas de desaparecimento em função da nova legislação.

Surgem novos problemas ligados aos efeitos das mudanças tecnológicas sobre o jovem e sua busca de qualificação ou, até mesmo, sobre o sentido do trabalho na construção de sua identidade. O trabalho como local de ação, de vivência de experiências e de aprendizagem dos jovens passa a ser pesquisado mais intensamente durante a década de 90, mas ainda timidamente. Setores específicos são estudados, principalmente sob a ótica da educação escolar, do desenvolvimento de habilidades, sem tocar naquilo que o próprio trabalho contém de elemento educativo mediante as formas de gestão, de organização do processo de trabalho e das tecnologias utilizadas.

Assim, todos os estudos estão discutindo jovens trabalhadores, mas pouco se sabe sobre o mundo do trabalho e o lugar ocupado por esses sujeitos neste espaço, seja de poder, seja de configuração da própria gestão e da organização dos processos produtivos. Além disso, outros setores econômicos não foram ainda investigados – como o rural –, evidenciando um aprisionamento das pesquisas ao universo urbano.

Questões relativas ao mercado de trabalho e ao desemprego do jovem também foram pouco pesquisadas. Por exemplo, no conjunto da produção discente examinada, não se verifica nenhum estudo sobre o desemprego e o trabalho informal, que sempre atingiram de maneira marcante os jovens brasileiros. Nada se sabe, por exemplo, como pensam, vivem, agem e o que sentem os jovens sob o desemprego, fenômeno que mais chamou a atenção na década de 90, porém mais antigo, conforme sempre denunciaram as estatísticas: em 1980, havia 1,2 milhão de desempregados no Brasil, 68,7% deles jovens, e, em 1989, o desemprego total era estimado em 1,9 milhão de trabalhadores e, destes, 1,1 milhão correspondia a pessoas com idade inferior a 24 anos (Pochmann, 1999).²²

Os Limites dos Caminhos Trilhados

Sob o ponto de vista metodológico, pode-se dizer que as décadas de 80 e 90 não apresentaram grandes diferenças. Verificou-se o predomínio das pesquisas qualitativas nas modalidades estudo de caso e estudo exploratório. De modo geral, pesquisadores trabalharam com dados quantitativos, particularmente originados de organização de questionários e entrevistas. Mesmo quando explicitaram a opção pela pesquisa etnográfica, o que se pôde verificar é que ela, de modo geral, não se realizou.

Quase sempre, os alunos-trabalhadores foram tomados como informantes, trazendo à tona uma enorme diversidade de questões, como as já citadas ao longo das considerações feitas até

²² Chama a atenção, também, o pequeno número de estudos que relacionam jovem e trabalho às questões de gênero e etnia.

aqui. Além disso, evidenciaram, através de dados, o quanto a escola que aí está desqualifica e como há uma incompatibilidade entre ela e o trabalho, nos moldes em que se organiza a atividade pedagógica.

As investigações revelam também, pela fala de alunos trabalhadores, que a escola é apropriada por eles como espaço de construção de relações afetivas, de amizade, de socialização, de construção de suas identidades, enfim, marcadas, em graus diferentes, pela ética do trabalho.

Mas, ao mesmo tempo, não se pode deixar de considerar que, em termos metodológicos, as investigações se mostraram limitadas, principalmente, à obtenção de informações dos jovens através de questionários e entrevistas.

Há uma clara demanda de estudos amplos, de natureza quantitativa, sobre as condições do trabalho do jovem na sociedade brasileira, de modo a iluminar novas hipóteses para os estudos que trabalham em uma perspectiva qualitativa, sob pena de estes últimos conduzirem a uma reiteração dos resultados já obtidos em pesquisas anteriores.

Todos os estudos classificados neste tema, de uma ou de outra forma, passam pelo jovem, se não como sujeito a ser investigado, pelo menos como informante privilegiado para falar acerca de suas representações sobre escola e trabalho, para avaliar particularmente a escola, para dizer de suas necessidades em termos de formação em alguns locais de trabalho. Poucos são os que recorrem a ferramentas analíticas que interroguem o jovem para além de um conjunto de opiniões e examinem, também, suas orientações e práticas.

Lacunas e Novas Possibilidades de Pesquisa

Pensar lacunas e novas possibilidades de pesquisa no campo da tríade juventude, trabalho e educação implica definir antecipadamente de que sujeito se fala; sem esta definição, corre-se o risco de diluir esse campo nos dois restantes elementos da tríade – trabalho e escola –, permanecendo aprisionado às questões institucionais, como se elas fossem autônomas e passíveis de análise através do uso exclusivo de categorias macrosociais.

Além de tomar a juventude como uma categoria social com peculiaridades que merecem ser investigadas, o seu cruzamento com questões específicas do trabalho – tais como o lugar ocupado pelos jovens na estrutura de uma empresa, as novas questões a serem enfrentadas por eles em função das novas tecnologias e novas formas de organização da produção e de gestão –, os efeitos, as experiências e as ações desencadeadas pelos setores juvenis em torno de situações de desemprego e de trabalho informal talvez possam não só desvendar o mundo do trabalho, como, também e principalmente, trazer elementos para a reformulação da escola, uma vez que a identificação de sua inadequação já foi exaustivamente apontada.²³

Se, por um lado, essas diversas questões não permitem configurar nenhuma tendência em termos de pesquisa, por outro, cumprem papel importante no sentido de apontar a complexidade já citada e anunciar a abertura de novas possibilidades de investigação que poderão marcar os estudos do início do século 21. O maior adensamento da área exigirá, necessariamente, um diálogo teórico mais estreito com a Sociologia do Trabalho e a Economia. Evidentemente, essa interação caminhará ao lado de um aprofundamento necessário dos estudos que tratam a juventude como uma categoria social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Teses

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. *As relações educação e trabalho na escola do 'não-trabalho': o aluno-trabalhador e o professor 'não-trabalhador'*. Porto Alegre, 1989. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²³ Mereceriam atenção problemáticas ainda não investigadas, como o sistema S, particularmente o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e a formação dos jovens para o trabalho.

D'ÁVILA, José Luiz Pioto. *Determinantes sociológicos na redefinição do perfil de instituições de ensino técnico: o caso da ETFES*. Rio de Janeiro, 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

FELDMANN, Marina Graziela. *A dimensão Trabalho na escola de segundo grau pública paulista: da historia ao cotidiano*. São Paulo, 1995. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MARQUES, Maria Ornélia da Silveira. *Os jovens na escola noturna: uma nova presença*. São Paulo, 1995. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

MEDEIROS, Maria Deusa de. *Aspirações educacionais e ocupacionais dos alunos concluintes do 1º grau oriundos das camadas populares: análise e interpretação do processo de sua estruturação e manifestação*. Rio de Janeiro, 1988. 296 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

PAGOTTI, Antonio Wilson. *Em busca da compreensão e superação do insucesso escolar no ensino noturno de primeiro grau*. São Paulo, 1992. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

URT, Sonia da Cunha. *Uma análise psicossocial do significado do trabalho para os jovens*. Campinas, 1992. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

Dissertações

ALMEIDA, Elisabeth Gomes de. *Na relação escola-trabalho, o sonho que ainda permanece: um estudo sobre a representação que alunos da suplência II da rede municipal de ensino fazem da socialização escolar*. São Paulo, 1993. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

ALVARIM, Vânia Maria de Souza. *Escola noturna: sonhos e lutas dos trabalhadores*. Niterói, 1992. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense.

AMARAL, Norma Bruno Ccharelli. *Relação entre nível de maturidade vocacional e adequação de escolha da área profissionalizante*. Rio de Janeiro, 1980. 80 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ARANTES, Fernando Antonio. *Colégios técnicos numa universidade de vanguarda: avaliação segundo seus egressos*. Campinas, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

ARRAIS, Cristiane Holanda. *Trabalho e ensino noturno: uma alternativa de escola para as classes trabalhadoras*. Fortaleza, 1994. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceara.

BARRETO, Ana Leda Vieira. *O currículo da escola de 1º grau e o trabalho de jovens estudantes trabalhadores: o significado da construção do conhecimento nesta relação*. Salvador, 1993. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

BECKER, Erica Georgina. *A escolha da profissão: uma leitura psicopedagógica do conteúdo de discursos femininos*. Porto Alegre, 1995. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- BENASULLY, Jussara Sampaio. *O ensino regular noturno de quinta a oitava série e o problema do aluno trabalhador*. Niterói, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense.
- BITES, Maria Francisca de Souza C. *O ensino noturno em Goiânia: um diagnóstico*. Goiânia, 1992. 245 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás.
- BORTOLI, Maria Conceição. *Ensino de segundo grau noturno: o aluno e a escola*. Porto Alegre, 1985. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CAFFER, Maria Aparecida Menezes. *O ensino noturno em uma escola de periferia de São Carlos: uma inserção no seu cotidiano*. São Carlos, 1990. 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.
- CARVALHO, Célia Pezzolo de. *A ilusão da escola e a realidade do trabalho: o ensino noturno de primeiro grau de uma unidade escolar de Ribeirão Preto*. São Carlos, 1981. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.
- CASTRO, Elba Irene Diaz. *Representações sociais em estudantes trabalhadores*. Campinas, 1984. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- COELHO, Suzana Lanna Burnier. *As disciplinas dos indisciplinados: código de normas e valores de jovens favelados de uma área industrial*. Belo Horizonte, 1992. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- CORDEIRO, Verbena Maria Rocha. *O ensino noturno de segundo grau: configuração e relação com os trabalhadores/alunos*. Salvador, 1985. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- COSTA, Áurea de Carvalho. *As palavras e as meias palavras: a evasão segundo os alunos e segundo os dados oficiais*. São Carlos, 1995. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.
- DAYRELL, Juarez Tarcisio. *De olho na escola: as experiências educativas e a escola na ótica do aluno-trabalhador*. Belo Horizonte, 1989. 399 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- DORIGON, Rosane. *As representações sociais de jovens e adultos trabalhadores tardiamente escolarizados sobre a escola: estudo de casos na Argentina e no Brasil*. Porto Alegre, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ESCARIÃO, Glória das Neves Dutra. *Educação escolar e trabalho: um estudo sobre o significado da educação escolar e trabalho a partir das representações sociais dos estudantes-trabalhadores*. João Pessoa, 1996. 186 f. Anexos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba.
- FERRAZ, Marilene de Carvalho. *O curso noturno, o aluno-trabalhador e o conhecimento escolar, na visão dos professores*. Recife, 1989. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco.

- FERREIRA, Fátima Conceição. *Paixão e conflito: um estudo sobre o aluno trabalhador de quinta série noturna*. Uberlândia, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia.
- FIKER, Sergio. *Escola noturna: a dupla condição do trabalhador-estudante*. São Paulo, 1989. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- FONSECA, Fabio do Nascimento. *Fatores determinantes da evasão numa experiência de educação de adultos trabalhadores: um estudo de caso*. João Pessoa, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba.
- FREITAS, Jussara da Rocha. *Alunos e alunas da classe trabalhadora na escola noturna: obediência e resistência*. Porto Alegre, 1994. 87 f. Anexos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- FREITAS, Maria Virginia de. *Jovens no ensino supletivo: diversidade de experiências*. São Paulo, 1995. 265 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- GALINDO, Neusa Prates. *O aluno trabalhador do curso noturno: um estudo exploratório*. Marília, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- GERKEN, Carlos Henrique de Souza. *Caçadores de esperanças: a conquista da escrita por jovens hortigranjeiros de Ibirité*. Belo Horizonte, 1991. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. *O aluno trabalhador: das possibilidades de um cotidiano político a uma política para o cotidiano*. Campinas, 1990. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- HICKMANN, Roseli Inês. *Estudar e/ou trabalhar: ser aluno-trabalhador é possível?* Porto Alegre, 1992. 155 f. Anexos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- KAPPEL, Maria Dolores Bombardelli. *A situação “estudante-trabalhador” e sua apreensão via pesquisa domiciliar: revisão conceitual-metodológica e sugestões para seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 1992. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- KALAF, Maria Lucia. *A revelação do avesso: o aluno supletivo por ele mesmo (um estudo etnográfico)*. Rio de Janeiro, 1990. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- LIMA, Maria do Socorro Quariguasi. *A profissionalização de segundo grau em São Luís do Maranhão*. Rio de Janeiro, 1984. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.
- LOPES, Maria José. *O aluno evadido de segundo grau noturno e sua percepção da escola: um estudo de caso*. Vitória, 1985. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo.

- MACHADO, Álvaro Lima. *Um estudo de relações entre educação e trabalho a partir de um acompanhamento de estagiários e técnicos em Química da E.T.F.B.A.* Salvador, 1991. 255 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- MACHADO, Marlene Marques. *O aluno trabalhador no ensino noturno da escola pública: suas percepções e expectativas.* São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MACIEIRA, Silvio Rezende. *Perfil do técnico em processamento de dados, no estado do Rio de Janeiro, sob as perspectivas da empresa e do sistema educacional.* Niterói, 1981. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal Fluminense.
- MONTEIRO, Arlete Assumpção. *O trabalho como agente de educação: um estudo sobre a educação numa comunidade de pescadores em Santa Catarina/Brasil.* São Paulo, 1986. 261 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MUNIA, Helaine. *Ensino profissionalizante: uma experiência malograda.* Rio de Janeiro, 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.
- NEVES, Claudia Elizabeth Abbes Baeta. *Um olhar cartografando a escola do aluno trabalhador.* Niterói, 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense.
- NEVES, Maria da Luz dos Santos. *O trabalho: representações do estudante-trabalhador (estudo de caso numa escola estadual).* João Pessoa, 1985. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba.
- NIGRO, Emilia Cortes. *Orientação profissional na escola de segundo grau: um estudo exploratório.* São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- NUNES, Antonietta de Aguiar. *Lutando para estudar: o aluno e a escola média pública noturna em Salvador.* Salvador, 1995. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- OCTAVIANI, Maria Ines Crnkovic. *Um “retrato” do aluno do ensino médio noturno em São Carlos.* São Carlos, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.
- OLIVEIRA, Ametista Nunes de. *A escola noturna: obstáculo ou uma esperança para o aluno trabalhador?* Salvador, 1991. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- OLIVEIRA, Leila Maria Serafim de. *Sentimentos e expectativas de vida vivenciados por alunos de cursos técnicos noturno e suas implicações pedagógicas.* Porto Alegre, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- OLIVEIRA, Maria José Cassiano de. *Trajetórias escolares de alunos trabalhadores do ensino médio noturno: o significado da volta a escola.* Belo Horizonte, 1994. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- OLIVEIRA, Sirleyde Dias de Almeida. *O ensino noturno necessário e de qualidade.* Natal, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

- PEIXOTO, Anais Potier. *A função dialética da escola face às aspirações profissionais de estudantes das últimas séries do primeiro grau*. Curitiba, 1984. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná.
- PICONEZ, Stela Conceição Bertholo. *Habilitação específica de segundo grau para o magistério: expectativas e necessidades de sua clientela*. São Paulo, 1989. 273 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- PORTELA, Edy Luiza Felix. *Valores mediados pelo currículo na percepção do aluno trabalhador da escola noturna de segundo grau*. Curitiba, 1989. 312 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná.
- REBELLO, Marina Teixeira Barroso. *Educação e mobilidade ocupacional: o caso dos trabalhadores da construção civil do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1981. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.
- REGINATO, Ana Maria. *O curso noturno e a exclusão do aluno trabalhador: um estudo de caso*. Piracicaba, 1995. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba.
- RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. *Estudo fenomenológico do ensino-aprendizagem na escola noturna: casuística de evasão e repetência*. Uberlândia, 1992. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia.
- RISSON, Theresinha de. *Escolha profissional, fatores de personalidade, interesses profissionais e formação profissionalizante: um estudo com alunos de 3ª série do segundo grau de escolas de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1984. 262 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- RODRIGUES, Ana Tereza Drumond. *“Ou bem estuda, ou bem trabalha”*: a relação escola/trabalho a partir da representação do aluno excluído-evadido. Belo Horizonte, 1987. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- RODRIGUES, Eduardo Magrone. *Evasão escolar no ensino noturno de segundo grau: um estudo de caso*. Porto Alegre, 1994. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ROLKOUSKI, Alceu. *O ensino profissionalizante de segundo grau: uma proposta alternativa*. Curitiba, 1984. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná.
- RUSSI, Doralice dos Santos. *A análise das incongruências na preparação não-profissionalizante para o trabalho no segundo grau em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de. *Significado do currículo na formação do aluno trabalhador: conhecimento que se constrói no trabalho?* Salvador, 1994. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- SALES, Luis Carlos. *Escola, trabalho e mobilidade profissional: investigação sobre as relações entre expectativas profissionais e limites escolares*. Teresina, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí.

- SANCHES, Diva. *Educação e trabalho*: subsídios para um projeto pedagógico político dimensionado para estudantes-trabalhadores da escola pública noturna. São Paulo, 1998. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- SENRA, Inês Paz. *Ensino noturno*: o trabalho calado ao pôr-do-sol. Niterói, 1997. 235 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense.
- SILVA, Maria Luiza Tapioca. *Trabalho e construção do conhecimento*: uma conexão circunscrita ao currículo do curso de Instrumentação Industrial da Escola Técnica Federal da Bahia. Salvador, 1994. 94 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- SILVA, Mariléia Maria da. *Programa de trainee*: formação e identificação com a empresa diante do mercado globalizado. São Paulo, 1998. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SILVA, Rosanna Rita. *A concepção de trabalho entre adolescentes no contexto do pós-modernismo*. Curitiba, 1995. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná.
- SIMPLÍCIO, Cleuza Maria Lopes. *Ensino de segundo grau*: realidade e contradições. Campinas, 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- SIQUEIRA, Janes Terezinha Fraga. *O jovem que estuda e trabalha*: o caso do Brasil e da Argentina. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SOARES, Dulce Helena Penna. *O jovem e a escolha profissional*. Porto Alegre, 1985. 157 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SOUZA, Gláucia Regina Raposo de. *Repetentes e “pseudodesistentes” da primeira série do segundo grau*: o que pensam, o que se pensa deles.... Rio de Janeiro, 1995. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- SOUZA, Maria Cristina Vergara Emmerich. *Concepções sobre autoridade docente*: um estudo com alunos do curso noturno. São Paulo, 1993. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- TAHIM, Mércia Maria Fonseca da Cunha. *Escolas noturnas femininas*: expectativas educacionais e ocupacionais. João Pessoa, 1982. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba.
- ULUP, Lilian Rose. *Trabalho-escola*: por onde passa a qualificação profissional? Rio de Janeiro, 1994. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.
- VIEIRA, Márcia Núbia Fonseca. *Herdeiros de Sísifo*: uma contribuição para a compreensão do processo inclusão/exclusão na escola e no trabalho. São Paulo, 1997. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Livros e Artigos

- ABRAMO, H. W. *Cenas juvenis*. São Paulo: Scrita, 1994.

- ABRAMO, H. W. Lazer: os embalos de sábado à noite. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 240, p. 6-8, abr. 1989.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ANDRÉ, M. E. D. A abordagem etnográfica: uma nova perspectiva na avaliação educacional. *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 9-12, set./out. 1978.
- _____. A pesquisa no cotidiano da escola e o repensar da Didática. *Educação & Sociedade*, São Paulo, n. 27, 1987.
- _____. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papyrus, 1995.
- ANDRÉ, M. E. D.; LÜDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.
- ÁRIAS, A. R. Avaliando a situação ocupacional e dos rendimentos do trabalho dos jovens entre 15 e 24 anos de idade na presente década. In: JOVENS acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, 1998.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.
- ARROYO, M. Currículo, cultura e poder. *I Caderno de Educação*, Belo Horizonte, 1997.
- _____. *Da escola carente à escola possível*. São Paulo: Loyola, 1986.
- _____. O princípio educativo: o trabalho ou a resistência ao trabalho? *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 1, 1990.
- _____. Revendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- BAUDELOT, C.; ESTABLET, R. *L'école capitaliste en France*. Paris: Maspero, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. cap.: A "juventude" é apenas uma palavra.
- BRASLAVSKY, C. *Juventud y sociedad en Argentina*. [S. l.]: Cepal, 1985.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CAPORALINI, M. B. S. C. *A transmissão do conhecimento e ensino noturno*. Campinas: Papyrus, 1991.
- CARDOSO, F. H. *Proletariado no Brasil: situação e comportamento social*. São Paulo: [s. n.], 1962.
- CARRAHER, T. N. *Sociedade e inteligência*. São Paulo: Cortez, 1989.

CUNHA, L. A. Aspectos sociais da aprendizagem de ofícios manufatureiros no Brasil Colônia. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1979.

_____. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

_____. Mercado de trabalho e profissionalização no 2º grau. In: NAGLE, Jorge (Org.). *Educação brasileira: questões da atualidade*. São Paulo: São Paulo Liv., 1976.

_____. *Política educacional no Brasil: profissionalização no ensino médio*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

_____. Quem educa os educadores? *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 41-46, 1980.

DUBET, F. Conduites marginales des jeunes et classes sociales. *Revue Française de Sociologie*, Paris, n. 28, p. 265-285, 1987a.

_____. *La galère: jeunes en survie*. Paris: Fayard, 1987b.

_____. *Les lycéens*. Paris: Seuil, 1991.

EISENSTADT, S. N. *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ENQUITA, M. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ERIKSON, E. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. *Pesquisa participante*. São Paulo: Cortez, 1989.

FERRETTI, C. et al. (Org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FORACCHI, M. A. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

_____. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Ed. Nacional, 1965.

FOULCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

FRANCO, M. L. Barbosa. Possibilidades e limites do trabalho enquanto princípio educativo. In: FRANCO, M. L. B.; ZIBAS, D. M. (Org.). *Final do século: desafios da educação na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1990.

FRANCO, M. L.; DURIGAN, M. I. O aluno de cursos profissionalizantes a nível de 2º grau: um retrato sem retoques. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 48, p. 46-56, 1984.

FREITAG, B. *Escola, Estado e sociedade*. São Paulo: Edart, 1980.

_____. Política social e educação. *Em Aberto*, Brasília, v. 4, n. 27, p. 1-15, jul./set. 1985.

- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutivo: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Cortez, 1984.
- _____. As mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora: politécnica, polivalência ou qualificação. In: MACHADO, L. et al. *Trabalho e educação*. Campinas: Papyrus, 1991.
- _____. *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995a.
- _____. *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995b.
- _____. Trabalho, educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica? In: SILVA, T. T. (Org.). *Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- FRIGOTTO, G.; MINAYO, G.; ARRUDA, M. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1987.
- FURTER, P. A juventude e o espírito da época: novas tarefas pedagógicas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 99, p. 28-44, 1965.
- GADOTTI, M. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez, 1983.
- GIROUX, Henry. *Escola crítica e política cultural*. São Paulo: Cortez, 1987.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. *Maquiavel e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- IANNI, O. O mundo do trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 2-12, jan./mar. 1994.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KUENZER, A. A escola de segundo grau na perspectiva do aluno trabalhador. *Cadernos Cedes*, São Paulo, n. 20, 1988a.
- _____. *A pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1986.
- _____. A questão do ensino médio no Brasil: a difícil superação da dualidade estrutural. In: TRABALHO e educação. Campinas: Papyrus, 1992. (Coletânea da CBE).
- _____. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

- KUENZER, A. *Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão*. Brasília: Inep, 1987.
- _____. *Educação no Brasil: o estado da questão*. Brasília: Inep: Reduc, 1991. Mimeografado.
- _____. *Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo: Cortez, 1988b.
- _____. *Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997.
- LEFEBVRE, H. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte, 1978.
- LIBÂNEO, J. C. Saber, saber ser, saber fazer: o conteúdo do fazer pedagógico. *Revista ANDE*, São Paulo, 1982. Número especial.
- MACCIOCCHI, M. A. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MACHADO, L. *Politecnia, escola unitária e trabalho*. São Paulo: Cortez, 1989.
- MADEIRA, F. A roda viva do mercado. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 240, p. 9-12, abr. 1989.
- _____. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 58, p. 15-48, ago. 1986.
- MAFRA, L. A.; CAVALCANTI, E. C. (Org.). *O ensino médio no Brasil: da ruptura do privilégio à conquista do direito*. Brasília: Inep, 1992.
- MANACORDA, M. A. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Autores Associados, 1991.
- MARTINS, J. S. A valorização da escola e do trabalho no meio rural. *Debate e Crítica*, n. 2, p. 112-132, jan./jun. 1974.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. cap.: Introdução à crítica da economia política.
- _____. Trabalho, juventude e educação politécnica. In: BRITO, S. (Org.). *Sociologia da juventude*. Rio de Janeiro: Zahar. 1968. v. 1.
- MELUCCI, A. *Il gioco del'io: il cambiamento di sé in una società globale*. Milano: Stampa Gráfica Sipiel, 1992.
- _____. *L'invenzione del presente: movimenti sociali nelle società complesse*. Bologna: Mulino, 1991.
- _____. Mouvements sociaux, mouvements post-politiques. *Revue Internationale d'Action Communautaire*, v. 10, n. 50, p. 13-44, 1983.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987.
- PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e de rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

- PENIN, S. T. *Cotidiano e escola: a obra em construção*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. Educação básica: a construção do sucesso escolar. *Em Aberto*, Brasília, v. 11, n. 53, p. 3-12, jan./mar. 1992.
- POCHMANN, M. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de experiências internacionais*. Brasília, 1999.
- POPPOVIC, A. M. A escola, a criança culturalmente marginalizada e a comunidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 30, p. 51-55, set. 1979.
- RODRIGUES, M. *Psicologia educacional: uma crônica do desenvolvimento humano*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.
- ROSSI, W. *Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- SALM, C. *Escola e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SARTI, C. A. A família como ordem moral. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 91, p. 46-53, nov. 1994.
- SAVIANI, D. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 1997.
- _____. A pedagogia histórico-crítica no quadro das tendências críticas da educação brasileira. *Revista ANDE*, São Paulo, 1986.
- _____. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- _____. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo: Cortez, 1984.
- _____. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso (Org.). *Trabalho e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. *Sobre a concepção de politecnia*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- SCHULTZ, T. *O capital humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SIMONSEN, R. *A evolução industrial no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1939.
- SNYDERS, G. *A alegria na escola*. São Paulo: Manole, 1988.
- _____. *Escola, classe e luta de classes*. Lisboa: Moraes, 1977.
- _____. *Não é fácil amar nossos filhos*. Lisboa: D. Quixote, 1984.
- _____. *Pedagogia progressista*. Coimbra: Almedina, 1974.
- SPOSITO, M. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*, São Paulo, v. 5, n. 1/2, p. 161-178, 1994.

- _____. Indagações sobre a educação de jovens filhos de migrantes. *Travessia*, São Paulo, v. 5, n. 112, p. 25-29, jan./abr. 1992a.
- _____. Jovens e educação: novas dimensões da exclusão. *Em Aberto*, Brasília, v. 11, n. 56, p. 43-53, out./dez. 1992b.
- _____. O migrante e a educação: o sonho nutre a luta. *Travessia*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 16-21, set./dez. 1988.
- _____. *O trabalhador estudante*. São Paulo: Loyola, 1989.
- THIOLLENT, M. Aspectos qualitativos da metodologia de pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 49, p. 45-50, 1984.
- _____. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1987.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Critica, 1979.
- TIRADO, J. Monteiro. *La comunicación social e los jóvenes hacia el año 2000*. Asunción, 1994. Mimeografado.
- TREIN, E. Entrevista. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 0, 1996.
- VELHO, G. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- WARDE, M. *Educação e estrutura social: a profissionalização em questão*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.
- WILLIS, P. *Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- YAMAMOTO, O. H. *Educação brasileira e a tradição marxista (1970-1990)*. São Paulo: Moraes; Natal: EDUFRN, 1996.
- ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ZALUAR, A. (Org). *Violência e educação*. São Paulo: Livros do Tatu, 1992.

Jovens universitários

Paulo Cesar Rodrigues Carrano*

Este trabalho pretende descrever e analisar a produção discente da pós-graduação sobre Juventude relacionada ao ensino superior, privilegiando, assim, as pesquisas que dizem respeito ao estudante universitário. Foram reunidos 54 registros (14 teses e 40 dissertações) no período compreendido entre os anos de 1980 e 1998.¹

O grau de dispersão observado na área é reiterado no tema *Jovens Universitários*. Os 54 trabalhos discentes são originários de 20 instituições: duas particulares (Fundação Getúlio Vargas – FGV e Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep), três confessionais (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS e Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Camp) e 15 públicas (Universidade de São Paulo – USP, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj, Universidade Federal Fluminense – UFF, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Universidade do Paraná – UFPR, Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Estadual de São Paulo – Unesp). Como afirma Fávero (1996), a pesquisa educacional em nível de pós-graduação no Brasil tem recebido críticas pela pouca persistência e acumulação de orientadores e programas em torno de determinados campos de investigação e conhecimento. O total de orientadores atingiu o número 46, aproximando-se do total de discentes pesquisadores.²

Tabela 1 – Distribuição da produção discente em Juventude e no tema Jovens Universitários, por subperíodo

SUBPERÍODOS	JUVENTUDE	JOVENS UNIVERSITÁRIOS	
		Nº	%
1980-1984	56	9	16,1
1985-1989	73	13	17,8
1990-1994	76	12	15,8
1995-1998	182	20	11,0
TOTAL	387	54	13,9

* Professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹ Foram consultados diretamente 39 volumes; os 15 restantes foram acessados exclusivamente através dos resumos.

² Entre teses e dissertações, os professores Fermino F. Sisto (Unicamp), Juan J. Mouriño Mosquera (PUC-RS) e Maria Eugenia de Lima e Montes Castanho (PUC-Camp) foram responsáveis, cada um, pela orientação de três trabalhos; já os professores Ernst Wolfgang Hamburger (USP) e Maria Alice Nogueira (UFMG) orientaram dois trabalhos cada.

A quantidade de trabalhos referentes ao subperíodo 1995-1998 aponta um crescimento absoluto do número de teses e dissertações relacionadas ao tema *Jovens Universitários*, seguindo a tendência da pesquisa em educação como um todo, mas um decréscimo relativo de estudos diante da produção total na área de Juventude. Assim, se o subperíodo 1985-1989 apresentou o maior percentual de estudos (17,8%), o subperíodo 1995-1998 caracterizou-se pelo menor índice de trabalhos defendidos nas duas décadas investigadas (11%), ocorrendo o inverso da evolução da produção sobre Juventude, que apresentou um intenso crescimento nos últimos quatro anos. É possível que a maior concentração dos trabalhos nos anos 80 decorra da tentativa de compreensão dos efeitos da reforma universitária, que possibilitou a expansão da escola superior privada, isolada e noturna e, ao mesmo tempo, alterou as formas de recrutamento, imprimindo significativa mudança nos exames vestibulares. A conjuntura de redemocratização acentuou os debates relacionados com a autonomia universitária, a democratização do acesso, a gratuidade e a qualidade da universidade brasileira. Essas questões antecederam a elaboração da Constituição Federal de 1988, sendo provável que tenham tido significativa influência na maior produtividade sobre a temática relativa ao estudante do ensino superior nesse período. Mas é preciso considerar que, se a conjuntura afetou a produção, esse fato decorre mais do interesse na compreensão dos rumos do ensino superior no Brasil do que uma eventual constituição de um campo de estudos articulado ao tema da Juventude, nesse caso, os estudantes universitários.

ANÁLISE DOS SUBTEMAS

Considerando a grande heterogeneidade de objetivos orientadores das investigações, as teses e dissertações foram classificadas nos seguintes subtemas:

- Os Efeitos da Expansão;
- Opiniões, Interesses e Experiências;
- Escolha Profissional do Estudante Universitário.

A Tabela 2 evidencia um equilíbrio da produção, durante o período analisado, entre o subtema que aborda os efeitos da expansão do ensino superior e o que privilegia o estudo das opiniões, interesses e experiências dos estudantes. No entanto, ambos abrigam uma maior heterogeneidade de problemáticas, que deverão ser consideradas na análise. O terceiro subtema demonstra uma menor incidência na produção, que se distribui uniformemente ao longo do período, e apresenta significativa identidade interna quanto ao objeto de pesquisa que se orienta para a questão da escolha profissional.

Tabela 2 – Distribuição dos subtemas, por subperíodo

SUBTEMAS	SUBPERÍODOS				TOTAL
	1980-1984	1985-1989	1990-1994	1995-1998	
Os Efeitos da Expansão	5	2	5	12	24
Opiniões, Interesses e Experiências	2	10	4	6	22
Escolha Profissional do Estudante Universitário	3	1	2	2	8
TOTAL	10	13	11	20	54

A preocupação em avaliar instituições e cursos universitários a partir da opinião dos estudantes atinge o seu auge no subperíodo 1985-1989; os anos subsequentes assistiram a um decréscimo

do interesse dos pesquisadores e a uma ligeira retomada de questões relacionadas a essas temáticas no subperíodo 1995-1998. Naquilo que se refere aos problemas e impasses oriundos dos efeitos da expansão e das alterações no sistema de ensino superior (seletividade no ingresso, evasão, qualidade ante a expansão do número de matrículas, etc.), encontra-se no subperíodo 1995-1998 o ápice da produção discente nesse subtema.

Os Efeitos da Expansão

Os trabalhos agrupados nesse subtema devem ser compreendidos a partir de quatro diferentes problemáticas, tendo em vista sua significativa heterogeneidade:

- O aluno trabalhador e o ensino noturno;
- O ingresso no ensino superior;
- A evasão no ensino superior;
- Trajetórias de estudantes universitários.

No entanto, a marca mais significativa desse grupo de trabalhos incide sobre a tentativa de realizar um quadro do ensino superior resultante da reforma universitária, que facilitou o acesso mediante a instalação dos cursos noturnos particulares, abrindo possibilidades para uma população mais heterogênea, de origem social diversificada, beneficiada e, ao mesmo tempo, iludida por esse tipo de orientação política.

PROBLEMÁTICA 1 – O ALUNO TRABALHADOR E O ENSINO NOTURNO

A problemática central de investigação dos trabalhos a seguir gira em torno dos alunos no ensino noturno e a tentativa de compreensão de sua condição de trabalhador que estuda. Neste caso, esses trabalhos somam-se aos estudos sobre os alunos trabalhadores dos cursos noturnos do ensino fundamental e médio, abrindo uma temática importante para a compreensão dos efeitos das desigualdades educacionais na sociedade brasileira.³ Por outro lado, essa orientação favoreceu também a própria constituição do incipiente campo de estudos sobre Juventude, ao trazer para a análise da condição do aluno (seja da educação básica, seja da superior) outras dimensões que constituem sua experiência, em especial o trabalho.

Neste subtema, seis trabalhos (Furlani, 1997; Carvalho, 1987; Abramowicz, 1990; Ribeiro, 1997; Cardoso, 1994; Paiva, 1994) tratam diretamente de questões relacionadas com a vivência de estudantes no ensino noturno. Outros três estudos também se referem ao tema, mas dedicam-se mais ao tratamento da problemática do trabalhador estudante (Villanova, 1995; Tapia, 1993; Alves, 1984). O ensino noturno ministrado em instituições particulares é a preocupação majoritária dos autores nesse bloco de nove trabalhos. Somente Ribeiro (1997) e Tapia (1993) investigaram cursos vinculados a instituições universitárias públicas de ensino. A proporção nos parece coerente com a menor oferta de cursos noturnos em instituições públicas, pois foi, de fato, nas instituições particulares que houve a grande expansão do ensino noturno no País a partir da década de 70.

Quanto aos problemas investigados neste bloco, a dissertação de Carvalho (1987) preocupa-se em verificar a adequação da estrutura e funcionamento de uma instituição particular de ensino no Rio de Janeiro. A tese de Abramowicz (1990) busca saber como o processo de avaliação da aprendizagem é percebido por trabalhadores estudantes também de uma faculdade particular, tendo o trabalhador-aluno como categoria central. Neste sentido, a categoria Trabalho amplia o campo de visão para além do sujeito puramente institucional.⁴ A dissertação de Paiva (1994) investiga as representações sociais de alunos e professores do ensino noturno da Fundação de Ensino Superior de São João del Rei

³ A este respeito, consultar o texto "Jovens, mundo do trabalho e escola", p.95 deste estado do conhecimento.

⁴ A tese de Cardoso (1994), partindo da constatação de que a maioria dos estudantes universitários brasileiros encontra-se nas instituições particulares de ensino, analisa de forma genérica a presença do aluno trabalhador no ensino particular noturno.

(Funrei). Ribeiro (1997) preocupa-se com a condição de alunas trabalhadoras do curso de Pedagogia de uma unidade acadêmica da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); sua tese é a única da base de dados sobre o jovem estudante universitário que trata diretamente de relações de gênero, especificamente sobre a presença da mulher trabalhadora no ensino superior.

A tese de Furlani (1997) procurou conhecer quem são os alunos do ensino superior particular noturno, suas características e o sentido que atribuem a seu itinerário escolar, universitário e profissional, após a conclusão do curso. Foram entrevistados alunos de três universidades santistas: Universidade Católica de Santos, Universidade Metropolitana de Santos e Universidade Santa Cecília. A perspectiva de tentar “conhecer o aluno como sujeito” criou uma abertura de campo importante, fazendo com que outras dimensões da difícil vida dos investigados aparecessem naquilo que a autora chamou de “recuperação das diversas tramas que compõem suas vivências”.

As dissertações de Tapia e Villanova anunciam em seus objetivos a investigação da (des)conexão entre trabalho e educação. Tapia (1993) questiona as inadequações da atividade educativa na Faculdade de Enfermagem da PUC-Camp, dando a seu trabalho um caráter de denúncia contra os mecanismos pedagógicos e institucionais que favorecem a “divisão social e a alienação do trabalho na sociedade capitalista”.

Merece destaque a dissertação de Villanova (1995), que vai buscar no próprio ambiente de trabalho dos jovens estudantes elementos para a análise, examinando questões relacionadas com o ciclo de vida. A problemática central relaciona-se com o estágio realizado por universitários em dois órgãos da Administração Pública Estadual do Rio Grande do Sul. O objetivo foi entender como ocorre o processo de socialização dos jovens estagiários no mundo do trabalho. A sua hipótese principal é a de que as vagas oferecidas pelos órgãos governamentais a estudantes de segundo e terceiro grau, antes de se constituírem uma estratégia de “preparação” para o mundo do trabalho, representam uma forma de “inserção” dos jovens no mercado. Foi preocupação central da autora “desvelar a presença de sinais da ideologia dominante, imanentes da lógica da racionalidade instrumental e estratégica (Habermas, 1987 e 1989) nas representações exteriorizadas pelos estagiários enquanto trabalhadores aprendizes”. A pesquisa contou com a participação de 18 estagiários, entre 19 e 30 anos. A ampla faixa etária considerada como jovem não foi preliminarmente definida, mas adotada em face dos sujeitos concretos com os quais a pesquisadora se deparou nas referidas unidades selecionadas para a pesquisa. Percebe-se, nesse estudo, uma forte preocupação com a existência de uma ideologia da racionalidade instrumental do trabalho sobre os jovens, que apontaria na direção da “construção do consentimento” como requisito para a idade adulta. Esse consentimento encontraria sustentação no tipo de remuneração, expresso na forma institucional da bolsa-auxílio que, segundo a autora, na prática, funcionaria como um eficaz mecanismo de dominação sutil. Dessa forma, o estágio é caracterizado em sua face repressiva e demandante de uma mão-de-obra saudável, dócil e qualificada. Villanova preocupa-se em registrar que identidades vão se constituindo nos muitos encontros e desencontros que marcam a entrada do jovem no mundo adulto, através da mediação de uma atividade profissional. Essa orientação confere um caráter crítico a um estudo que buscou desvelar a face repressiva do estágio no contexto dos relacionamentos recíprocos entre o “mundo das vivências subjetivas” e o “mundo institucional que serve de cenário às manifestações singulares”.

Alves (1984) investiga em sua dissertação as características que diferenciam os estudantes dos cursos diurnos e noturnos do ciclo básico da PUC-SP. A ênfase do estudo recai sobre o aspecto econômico e a origem social que, para a autora, definem as condições objetivas antes e durante a realização dos cursos. A escolha do período de curso seria determinada, então, por fatores que antecedem o ingresso na universidade.

A perspectiva metodológica dessas pesquisas é predominantemente de caráter qualitativo (Carvalho, 1987; Paiva, 1994; Villanova, 1995; Ribeiro, 1997) e quantitativo (Alves, 1984; Abramowicz, 1990; Tapia, 1993; Cardoso, 1994; Furlani, 1997). A abordagem teórica dominante em sete trabalhos é a sociológica; um trabalho orientou-se para o campo político (Cardoso, 1994) e outro para o psicológico (Abramowicz, 1990).

Um balanço das principais conclusões da problemática dos estudantes do ensino noturno indica que seu perfil é marcado por inúmeras dificuldades, particularmente para aqueles que precisam conciliar trabalho profissional e estudo. A proliferação de instituições particulares de ensino superior noturno ampliou as expectativas da população diante da possibilidade de acesso das classes populares ao nível superior de escolaridade. Esse credenciamento permitiu que determinados alunos de classes populares se afastassem das atividades profissionais menos qualificadas que caracterizam o trabalho de seus pais, o que significou uma redefinição do processo de construção de suas identidades.

A aparente democratização do acesso promovido pela expansão da rede particular de ensino superior noturno foi acompanhada também de uma pré-seleção econômica, com alunos de maior poder aquisitivo matriculados em cursos públicos considerados de maior prestígio social. As faculdades particulares procuraram adequar-se aos padrões legais, mas não atenderam às características, condições e expectativas dos alunos do ensino regular noturno. Os trabalhos apontam a desqualificação, a fragmentação e o aligeiramento como características predominantes nos cursos superiores noturnos oferecidos pelas instituições privadas. Se, por um lado, a implementação dos cursos noturnos possibilitou a conciliação temporal entre trabalho e estudo, por outro, a análise das relações pedagógicas e dos conteúdos do ensino evidenciaram a falta de conexões entre as aprendizagens teóricas e as práticas de trabalho dos jovens estudantes.

PROBLEMÁTICA 2 – O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR

As dissertações de Santos (1996), Moreira (1997) Claro (1983) e Moraes (1988) tratam da seletividade no ingresso de estudantes no ensino superior. Seriam os concursos vestibulares uma das formas mais significativas de elitização do acesso ao sistema universitário? Essa questão foi uma presença constante no conjunto dos trabalhos citados.

Segundo a natureza da instituição, o foco de investigação dos trabalhos foi assim dirigido: Claro (1983) não faz distinção entre as redes públicas e privadas de ensino; seu objeto é a seletividade do acesso em geral; Moraes (1988) investiga a seletividade econômica de acesso ao ensino superior público, mediante um estudo de caso com os inscritos no vestibular da UFPB, em 1981; Santos (1996) preocupa-se com a questão da elitização da universidade pública brasileira e busca caracterizar o perfil socioeconômico dos candidatos matriculados pelos vestibulares da Unesp, em 1993; Moreira (1997) discute a questão do acesso ao ensino superior realizando um estudo de caso dos concursos vestibulares da UFBA no período entre 1990 e 1993.

A dissertação de Claro (1983) tem como tema a análise de fatores internos e externos responsáveis pela seletividade do ingresso no sistema de ensino universitário em geral, a partir de uma revisão bibliográfica sobre a literatura existente. O conceito de seletividade foi excessivamente ampliado, ao considerar também as condições de permanência no ensino superior sem qualquer suporte empírico, tornando o objeto de investigação difuso. Foram analisados três grupos de trabalhos: os estudos voltados para a legislação que fixa o processo formal de seleção de candidatos ao ensino superior; os trabalhos que apontam fenômenos informais, internos e externos, que agem na formação da população universitária; e pesquisas anteriores a partir das quais avaliou-se a atuação dos procedimentos informais de seleção.

A dissertação de Moraes (1988) parte da hipótese de que existe uma influência da situação de classe das pessoas e/ou grupos sobre seu acesso ao ensino superior. Utilizando-se dos dados socioculturais dos inscritos no vestibular da UFPB, em 1981, constatou a persistência da seletividade no acesso ao ensino superior. A expansão e conseqüente modificação do perfil de distribuição social do aluno não foi suficiente para modificar o quadro de seletividade que se expressa na acentuada desigualdade da absorção dos vestibulandos segundo o nível econômico. A autora problematiza o fenômeno da democratização do ensino, aponta suas limitações e salienta as diferenças entre expandir e democratizar o acesso. Ao discutir os limites da chamada “democratização” do ensino superior, identifica outros mecanismos de discriminação, como a diferenciação social de cursos e carreiras.

A dissertação de mestrado de Santos (1996) traça o perfil dos candidatos e dos matriculados pelos vestibulares da Unesp em 1993. O seu eixo central de análise é a crítica da questão da elitização da universidade pública brasileira promovida pelos concursos vestibulares. A recorrente referência ao aspecto elitizante da universidade pública é questionada através dos dados provenientes do perfil socioeconômico dos inscritos e matriculados pela Unesp, particularmente aqueles dos *campi* de Marília e Araçatuba. O trabalho procura mostrar que o concurso vestibular não é o único nem o maior responsável pela escassez de alunos das classes populares no ensino superior público, contestando a tese de que as universidades públicas são cursadas predominantemente por jovens de famílias mais abastadas. Algumas instituições, como a Unesp, não poderiam ser caracterizadas em algumas das carreiras oferecidas pela elitização de seu corpo discente.

Moreira (1997), em sua dissertação, discutiu o acesso ao ensino superior examinando a difícil conciliação entre objetivos de qualidade, valorização e democratização do ensino superior brasileiro. A pesquisa investigou os concursos vestibulares da UFBA de 1990 a 1993. O vestibular faz emergir conflitos referentes à relação entre exigência de aptidão, limite de vagas e avaliação dos conteúdos do núcleo comum do currículo do segundo grau. No estudo, observou-se que o estabelecimento de número limitado de vagas para as instituições públicas de ensino superior existentes no País está historicamente relacionado à busca de valorização de disciplina e ao controle da oferta de profissionais no mercado. Para conciliar valorização e democratização, instituiu-se a liberdade incondicional de escolha de carreira e a existência exclusiva de conteúdos do núcleo comum do segundo grau. A necessidade de equilibrar democratização e qualidade, em meio a pressões populares pelo aumento do número de vagas, transferiu maior responsabilidade ao concurso vestibular, no qual as provas passaram a avaliar a aptidão para a realização de estudos de nível superior. A autora afirma que a seletividade socioeconômica na ocupação de carreiras revela a inexistência da democratização no processo de ingresso na universidade. A democratização do acesso a cursos de formação relacionados com profissões pouco valorizadas no mercado de trabalho estaria implicando uma inevitável queda de qualidade dos ingressos no ensino superior. Essa seletividade revela a ausência de processos democráticos de ingresso; o acesso de candidatos com baixo desempenho no transcurso da vida acadêmica estaria ocorrendo somente em cursos pouco concorridos, tais como aqueles relacionados com as licenciaturas. Assim, qualidade e democratização seriam incompatíveis no que diz respeito a profissões desvalorizadas.

Os questionários distribuídos para os candidatos no momento da inscrição no concurso vestibular são a fonte privilegiada para a análise do processo de seletividade no ensino superior utilizada por Moraes (1988) e Santos (1996); ambos realizaram seus estudos de caso analisando os dados secundários produzidos pelas comissões de vestibular da UFPB e da Unesp, respectivamente.

Os estudos apontam a existência de uma elitização assimétrica quanto ao ingresso nas instituições públicas de ensino. Os estudantes de camadas médias inferiores da população mudaram a composição social da universidade; entretanto, isso ocorreu somente em algumas instituições e cursos. O estabelecimento do número de vagas para as instituições públicas de ensino no País está historicamente relacionado com a valorização de determinadas carreiras e pelo controle da oferta de profissionais pelo mercado. Existe uma contradição entre a expansão do acesso e a qualidade da formação. O acesso de candidatos com baixo desempenho no decurso da vida acadêmica descreve, então, um processo seletivo que não garante a qualidade. As licenciaturas expressam, em grande medida, a questão da qualidade dos ingressantes dos cursos menos prestigiados pelo mercado. De qualquer forma, é possível perceber que a seletividade do acesso é resultante de muitas variáveis, não redutíveis ao “filtro” realizado pelo processo dos concursos vestibulares.

PROBLEMÁTICA 3 – A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR

As investigações nesta problemática detiveram-se, de maneira geral, na análise das variáveis que provocam a evasão escolar e nas principais características do aluno evadido (Gomes, 1998; Kira, 1998; Martins, 1984; Armbrust, 1995; Maia, 1984; Fusinato, 1996). Além dos evidentes fatores

relacionados com os condicionantes socioeconômicos dos alunos que são obrigados a conciliar trabalho e estudo (principalmente no caso das instituições particulares), alguns trabalhos apontam para as inadequações presentes na organização dos cursos e na estrutura das instituições.

A dissertação de Martins (1984)⁵ estuda as variáveis que ocasionam a evasão escolar na UFSCar. O autor propõe medidas com o intuito de contribuir para neutralizar ao máximo a atuação dessas variáveis e, assim, diminuir a intensidade do fenômeno. Foram aplicados questionários a 151 alunos de diversos cursos de graduação buscando investigar aspectos pessoais, tais como o nível socioeconômico, a interferência da família, as dificuldades financeiras, as expectativas de *status* da carreira e mercado de trabalho, as informações facilitadoras da escolha profissional e o trabalho da UFSCar como variável interveniente para o abandono do curso. As três variáveis para a delimitação do estudo foram: os aspectos sociais, a preparação dos candidatos ao vestibular para escolha profissional e o trabalho desenvolvido pela UFSCar. Na análise dos questionários, não foram obtidas associações significativas entre as variáveis. A conclusão do trabalho não atribui ao fator socioeconômico a causa principal do abandono, mas indica que a maioria que deixou o curso o fez por desencanto. A principal explicação para o fato estaria na falta de orientação aos estudantes durante o segundo grau; um outro fator da evasão seria a falta de identificação dos estudantes com a universidade.

Maia (1984) busca a caracterização do aluno evadido dos cursos de graduação/licenciatura do Campus I da UFPB no período compreendido entre 1975 e 1980. Foi utilizado o critério estabelecido pelo Regimento Geral da UFPB, no qual considera-se evadido aquele que, no decorrer do curso de terceiro grau, deixou de efetuar matrícula por um período mínimo de dois semestres consecutivos. A pesquisa conclui que as principais causas do abandono são: em primeiro lugar, a falta de motivação; em segundo, os problemas pessoais; em terceiro, o casamento. O estudo aponta inadequações nos registros de matrículas que dificultam o acompanhamento dos alunos nos diversos cursos da universidade.

A dissertação de mestrado de Armbrust (1995) investiga os fatores extra e intra-institucionais que determinam a evasão na Faculdade de Enfermagem da PUC-Camp, apontando a existência de questões internas que, se sanadas ou minimizadas, poderiam reduzir as taxas de evasão. Foram cadastrados alunos matriculados no curso de Enfermagem nos anos de 1990 e 1991, com a perspectiva de acompanhar as suas trajetórias. O estudo indica que o principal motivo da evasão na PUC-Camp foi o aumento das mensalidades; entretanto, aspectos relacionados com o curso e a organização interna da universidade também contribuem para a evasão. Os depoimentos apontam que as distorções presentes na instituição levam à falta de motivação diante do curso. A ausência de identidade da profissão do enfermeiro seria o fator específico que concorre para o não-reconhecimento da ocupação e a conseqüente perda de interesse dos alunos em relação ao curso universitário.

A tese de Fusinato (1996) procura as razões da evasão discente observada, em 1991, nos três primeiros semestres do curso de Física da USP. O estudo preocupou-se em perceber as inadequações do processo ensino-aprendizagem das disciplinas do curso básico, que seriam responsáveis pelo alto índice de reprovação. A conclusão indica que a evasão possui motivos variados, de ordem pessoal e institucional, mas ressalta que há um aspecto objetivo em que a universidade pode atuar: trata-se da relação entre evasão e dificuldades de aprendizagens nas disciplinas com altos índices de reprovação, cerca de 70% dos casos. De maneira geral, os alunos apresentam uma formação básica deficiente. O estudo também confirma a realidade, já conhecida, de que os maiores índices de evasão ocorrem nos primeiros semestres do curso.

Gomes (1998) apresenta a sua tese como um estudo analítico-descritivo sobre a evasão escolar no ensino superior, sendo a sua preocupação central os cursos de licenciatura. Trabalha com dados estatísticos sobre a evasão escolar no ensino superior brasileiro, buscando relacioná-los com os dados de evasão referentes à Unesp e à Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente. Dessa última instituição, foram selecionados para entrevistas sete ex-alunos evadidos de cursos de licenciatura.

⁵ O estudo estabelece pontos de contato com o subtema Escolha Profissional do Estudante Universitário. Os resultados da pesquisa apontam para o problema da inexistência da orientação profissional no segundo grau como um dos fatores intervenientes na evasão de estudantes universitários.

A dissertação de Kira (1998) buscou identificar as principais causas da evasão no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), no período de 1992 a 1996. A investigação empírica foi feita mediante entrevistas com oito ex-alunas daquele curso. O trabalho conclui que são várias as causas da evasão escolar, entre as quais o próprio curso e a ação docente, que não satisfazem as expectativas dos alunos. A necessidade de dedicação ao trabalho, em detrimento do estudo, foi freqüentemente associada à evasão pelos entrevistados.

PROBLEMÁTICA 4 – TRAJETÓRIAS DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS⁶

Foram incluídos nesta problemática três trabalhos que buscaram metodologias qualitativas de reconstrução das trajetórias acadêmicas de jovens estudantes de universidades públicas. Santos (1997), em sua dissertação, realiza um estudo de caso para investigar a vida acadêmica de dez alunos de diferentes cursos e áreas da UFPA. A dissertação de Portes (1993) investiga as trajetórias escolares e as estratégias utilizadas por 37 estudantes universitários de origem popular em sua luta por alcançar níveis mais altos de escolarização; participaram desse estudo alunos de ambos os sexos, de todos os cursos da UFMG. Viana (1998) estuda a longevidade escolar em famílias das classes populares realizando entrevistas com alunos de seis universidades públicas e uma particular do Estado de Minas Gerais.

Para Santos (1997), as situações de ingresso no curso superior e o cotidiano da sala de aula – espaço que oferece oportunidades, mas também exclui – são considerados como rituais acadêmicos. Os rituais foram tematizados à medida que emergiam os focos de resistência, que culminaram em metamorfoses sofridas pelos sujeitos do estudo. As informações foram recolhidas naquilo que a autora denominou “ecos estudantis”, na forma de *memorial acadêmico oralizado*, que se estende desde o vestibular, passando pela permanência, até a conclusão do curso.

De modo inovador na construção do objeto, os trabalhos de Portes (1993) e Viana (1998) têm a trajetória do universitário proveniente das camadas populares como objeto de estudo. Assim, não o tema do fracasso, estudado de forma reiterativa, mas as estratégias que permitem a setores subalternos o prolongamento da escolaridade abrem novas possibilidades na pesquisa sobre jovens universitários.

Os recursos metodológicos principais do estudo de Portes (1993) foram qualitativos, mediante a utilização de entrevistas e análises de históricos escolares; entretanto, em conjunto com o diagnóstico qualitativo, utilizou dados quantitativos secundários relativos ao ingresso e ao abandono no ensino superior. Segundo o autor, que baseou os estudos nas reflexões de Bourdieu, entende-se por trajetória escolar o caminho percorrido pelos atores sociais ao longo do sistema de ensino e o significado atribuído pelos próprios atores a esse percurso. As estratégias foram consideradas como o conjunto de práticas e atitudes ideológicas ou morais que – consciente ou inconscientemente – cada grupo social põe em prática com uma determinada finalidade (no caso presente, a longevidade escolar). A investigação mostrou que os estudantes tiveram uma trajetória escolar irregular devido à rotatividade de estabelecimentos, ao trabalho e à dificuldade de transposição do vestibular. Essa trajetória escolar pode ser dividida em dois momentos: do pré-escolar ao final do colegial e o universitário. O primeiro momento foi caracterizado pelos bons resultados escolares e o término dos estudos na idade normal; no segundo, já houve atraso, pela dificuldade de superar os obstáculos de acesso à universidade: necessidade de trabalhar e a má qualidade do ensino anterior. Algumas das estratégias escolares utilizadas pelos alunos para o avanço na escolarização foram: a adaptação às normas e imposições da escola, mantendo sempre a imagem de bom aluno; a aquisição de bolsas de estudos e descontos em escolas particulares; o trabalho que possibilitou a independência financeira; e a mudança para a capital – para aqueles que sempre estudaram no interior.

Viana (1998), em sua tese, realiza um estudo de caso cujos dados empíricos foram levantados por meio de entrevistas semi-estruturadas com seis universitários oriundos das classes populares. A metodologia de pesquisa recuperou trajetórias escolares, ampliando, assim, a usual

⁶ Os trabalhos de Maia (1984), Armbrust (1995) e Fusinato (1996) também podem ser caracterizados pela preocupação com o acompanhamento das trajetórias de alunos durante o desenvolvimento dos cursos. Entretanto, como vimos, a ênfase de objetivos incidiu sobre a problemática da evasão.

abordagem do problema mediante a utilização dos questionários padronizados das comissões de vestibulares. Trata, também, da longevidade escolar em famílias de camadas populares, estudando trajetórias de jovens estudantes e incorporando dimensões extra-institucionais. Aponta para as interfaces entre as dimensões da família, da universidade e da categoria que denominou como sendo a de “filho-aluno”. A autora investigou o sucesso escolar “inesperado” ou “estatisticamente improvável” em famílias das classes populares, representado pelo ingresso no ensino superior. Nas entrevistas, que realizou com cinco universitários e dois pós-graduandos, a autora buscou perceber três dimensões que se cruzaram na conformação do objeto de estudo: a família, o filho-aluno e a escola. Os sujeitos da pesquisa foram selecionados a partir de indicações que apontavam para o perfil do jovem universitário oriundo de famílias de classes populares. As “configurações familiares” dos alunos são apresentadas como o resultado do entrelaçamento interdependente de alguns princípios orientadores de análise selecionados para a pesquisa: 1) os significados que a escola, em geral, e o acesso à universidade, em particular, assumem para os pais e para os alunos-filhos; 2) as disposições e condutas, sobretudo dos alunos-filhos, em relação ao tempo; 3) os processos escolares de mobilização escolar; 4) as influências de outros grupos de referência, exteriores ao núcleo familiar, enquanto modelos e oportunidades para uma escolarização prolongada; e 5) os modelos socializadores familiares como expressão dos tipos de presença educativa das famílias. O movimento de recuperação das configurações familiares dos jovens universitários faz com que o trabalho de Viana se destaque no conjunto dos 54 trabalhos analisados. O estudo conclui que as trajetórias escolares são marcadas por diferentes configurações, não redutíveis a uma única lógica. A sua perspectiva busca perceber a heterogeneidade do processo de formação dos jovens universitários, avançando, assim, para além das limitações dos trabalhos exclusivamente centrados em contextos institucionais nos quais as categorias *aluno* ou *estudante universitário* prevalecem. A noção de configuração social utilizada (Elias, 1990) contribui para a recuperação das redes relacionais dos sujeitos investigados. A perspectiva de ampliação do caráter situacional do estudante para outras referências de sua vida encontra-se intimamente relacionada com o referencial teórico adotado pela autora.

O estudo de Viana (1998) demonstrou que as trajetórias de sucesso escolar são marcadas por diferentes mediações e configurações sociais. O ingresso na Universidade não é, portanto, produto de um processo conscientemente formulado por jovens e familiares das classes populares, mas é resultante de planos e sucessos parciais que constroem a perspectiva de entrada na Universidade de forma processual, paralelamente ao avanço do percurso escolar, sem que com isso deixem de ter relevância os traços objetivos oriundos da origem de classe social dos ingressos.

As investigações classificadas nesta problemática permitem perceber detalhes significativos dos diferentes momentos de possibilidade de sucesso e também de exclusão na carreira acadêmica de jovens oriundos das classes populares. Recuperando fragmentos das relações entre os níveis de ensino da escolarização brasileira, esses estudos apontam caminhos para a investigação de um acidentado trajeto onde muitos ficam para trás e alguns poucos chegam carregando as marcas da transposição das cercas materiais e simbólicas da interdição social.

Opiniões, Interesses e Experiências

Este subtema possui 22 registros do total da base de dados analisada. A significativa incidência de trabalhos relacionados com a perspectiva de sondagem das opiniões evidencia a tendência em explicitar a importância de se “dar voz aos alunos” no processo de avaliação da vida institucional universitária. Em muitos momentos, entretanto, essa orientação de princípios transforma-se numa defesa incondicional daquilo que poderíamos chamar de uma “democracia escolar opiniática”. Algumas pesquisas satisfazem-se com opiniões, deixando de abordar outras variáveis que poderiam confirmar ou mesmo contradizer aquilo que foi recolhido na pesquisa como uma representação particularizada de alunos ou professores. Evidencia-se, também, que os estudos voltados para a sondagem das opiniões ou representações se apresentam como alternativa às metodologias de controles experimentais que dominaram boa

parte da produção da década de 70 e até meados da década de 80. Identificamos duas problemáticas relacionadas a este subtema:

- Opiniões de alunos sobre cursos e interesses;
- Expectativas e vivências de estudantes na instituição universitária.

A grande concentração de trabalhos que buscaram sondar as opiniões e representações dos estudantes sobre os seus respectivos cursos universitários ocorreu entre 1985 e 1989; os anos subsequentes foram marcados por uma sensível mudança de orientação nas intenções de pesquisa, que se dirigiram para a elaboração de objetos menos centrados na resolução de problemas organizacionais e curriculares e mais preocupados com os sentidos cotidianos da presença dos alunos na instituição universitária.

PROBLEMÁTICA 1 – OPINIÕES DE ALUNOS SOBRE CURSOS E INTERESSES

A problemática que gira em torno das opiniões de alunos sobre cursos compreende um total de dez registros. Alguns trabalhos incorporam também opiniões de professores, buscando a realização de análises mais abrangentes sobre o conjunto da atividade pedagógica das instituições universitárias. Os trabalhos listados nesta problemática elegeram o estudante universitário como informante privilegiado para o conhecimento do funcionamento das estruturas acadêmicas e administrativas do ensino superior. O jovem universitário ajuda, então, a pesquisa educacional a superar a ignorância relativa à sua presença, desempenho e expectativas em face da instituição. Assim, possibilita ao autor da pesquisa um exame mais minucioso da instituição formadora ou da própria carreira. No entanto, apesar de ser o eixo que estrutura a investigação, outras dimensões da sua existência como jovem foram negligenciadas, uma vez que as estratégias de investigação privilegiaram mais a mediação institucional – o curso superior – como foco central da análise do que o próprio sujeito, o jovem universitário. Por essas razões, as principais categorias utilizadas são as de *aluno*, *estudante* e *estagiário*.

A presença de profissionais de carreiras profissionalizantes nos programas de pós-graduação em Educação tem possibilitado a circulação de conhecimentos não estritamente relacionados ao campo educacional e pedagógico. Essa questão fica mais evidente no tema *Jovens Universitários*, pois é nele que estão localizadas as teses e dissertações que trataram de outras carreiras, cujos autores, provavelmente, devem ser alunos da pós-graduação egressos desses cursos.⁷ Entretanto, é possível reconhecer a existência de limites na investigação científica provocados pelo viés do interesse ligado à carreira de origem do pesquisador, pois alguns autores, muitas vezes, aproveitam o espaço do trabalho acadêmico para entabular discussões ou defender posições que seriam mais adequadas se circunscritas às instituições e situações estritamente afetadas pela carreira profissional.

Os trabalhos de Matos (1986), Magalhães (1991), Mauro Silva (1987) e Stöbaus (1989) preocupam-se com as relações entre os cursos e a formação profissional. Os três últimos autores identificam-se por analisarem dois cursos da área da saúde – Enfermagem e Medicina –, que apresentam formação e exercício profissionais bastante aproximados.⁸ Magalhães (1991) e Mauro Silva (1987) fazem constantes referências ao papel do médico no processo de constituição da identidade do enfermeiro, particularmente naquilo que se refere ao maior prestígio social e acadêmico que a carreira de médico possui na sociedade em geral e no meio universitário em particular. Magalhães e Mauro Silva

⁷ Do total de 54 trabalhos desse tema, 14 (25,9%) referem-se a investigações sobre alunos e cursos de carreiras específicas. São seis (42,8%) os estudos relacionados com cursos de Pedagogia (Franca, 1986; Camargo, 1996; Medeiros, 1996; Kira, 1998; Carvalho, 1996; Ribeiro, 1997); os cursos de Enfermagem receberam a atenção de quatro (28,5%) pesquisadores (Silva, 1987; Magalhães, 1991; Tapia, 1993; Armbrust, 1995); quatro outros trabalhos (28,5%) relacionam-se com as carreiras de Educação Física (Matos, 1986), Direito (Silva, 1984), Medicina (Stöbaus, 1989) e com a Academia Militar da Aeronáutica (Souza, 1987).

⁸ Ver também a dissertação de mestrado de Armbrust (1995), que investiga os fatores extra e intra-institucionais que determinam a evasão na Faculdade de Enfermagem da PUC-Camp.

utilizaram abordagens qualitativas de caráter exploratório e descritivo. Matos (1986) e Stöbaus (1989) trabalharam com recursos da estatística mediante a aplicação de questionários e tabulação de dados.

A dissertação de mestrado de Matos (1986), de natureza estatística, investigou a percepção de alunos e de egressos do curso de Licenciatura em Educação Física da UFRJ. Buscou perceber a validade e a contribuição das disciplinas pedagógicas cursadas, considerando as dimensões técnica, humana e contextual do processo educativo, além dos aspectos gerais da estrutura de formação pedagógica. Magalhães (1991) realiza o seu estudo com 96 alunos do último período de três cursos de Enfermagem no Rio Grande do Sul, com o objetivo de recolher suas opiniões sobre a formação profissional do enfermeiro nos cursos de graduação. Mauro Silva (1987) também se preocupa, em sua dissertação de mestrado, com a formação do enfermeiro no ensino superior. Através de entrevistas com dois alunos de cursos de Enfermagem da cidade de São Paulo, busca as representações sobre o ensino e prática profissional.

Merece destaque neste grupo a tese de Stöbaus (1989), que se apresentou como uma referência para os trabalhos de carreiras da área médica. O autor realizou um levantamento de campo, colhendo opiniões de estudantes de medicina e médicos sobre o curso de graduação, os professores e a responsabilidade social da medicina. O autor aplicou 548 questionários e realizou seis entrevistas. Foram consultados estudantes do terceiro e sexto anos de graduação em Medicina e médicos estudantes de pós-graduação de instituições localizadas em Porto Alegre. Os diretores das faculdades pesquisadas também foram entrevistados, assim como dirigentes de associações de classe. O autor procura situar-se no campo progressista e, criticando as injustiças sociais das sociedades em desenvolvimento, realiza um extenso e cuidadoso trabalho que inventaria múltiplas determinações envolvidas na educação médica. Neste sentido, desenvolve capítulos nos quais aborda as características psicossociais dos estudantes de medicina e médicos: a medicina e seu contexto histórico, político, ideológico e da práxis, a educação médica entre a tradição e a inovação na formação do médico e no exercício da profissão.⁹ Realizou um estudo estatístico, analisando densa e criteriosamente os dados levantados (o que se constitui um mérito, uma vez que muitos trabalhos da mesma natureza contentam-se com a mera tabulação e descrição). Mesmo que a preocupação com a condição do aluno jovem não tenha sido uma tônica em seu trabalho, apresenta um quadro estatístico com as médias das opiniões dos estudantes entrevistados sobre a “personalidade adulta”. A pesquisa indicou que os estudantes têm a consciência de que o transcorrer das experiências vai possibilitando uma melhor percepção e capacidade de solucionar seus problemas vitais. O autor aponta para a importância desse dado, que pode estar representando uma consciência mais crítica de mudança durante os ciclos de vida. A pesquisa constatou a importância de desenvolvimento do sentido profissional na “idade adulta jovem”, fase considerada como “ainda repleta de sonhos, ilusões, esperanças e ideais”.

As dissertações de Joyce Silva (1989), Sônia Silva (1989) e Meireles (1982) tratam do *Ciclo Básico*, instituído pela reforma universitária de 1968, período da formação superior que se apresenta como um verdadeiro “funil”, capaz de represar o seguimento longitudinal de alunos, além de interditar o diálogo entre docentes e conteúdos disciplinares que ficam compartimentados em outros do curso: o *Ciclo Profissional*.¹⁰ Os trabalhos de Joyce Silva e Sônia Silva se caracterizam pelo foco centrado na análise institucional; dessa forma, a seleção dos sujeitos da investigação não teve o ciclo de vida como referência, mas o período do curso – ciclo institucional – no qual os alunos entrevistados se encontravam.¹¹

Joyce Silva (1989) verifica que o ciclo básico da Unicamp não deu conta de seus objetivos originais de integração dos institutos e desenvolvimento de uma formação humanística – nem mesmo

⁹ Stöbaus também dedica um capítulo à discussão do significado e da validade do estudo das opiniões, defendendo-os com respaldo em diversos autores, sem desconhecer, entretanto, a possibilidade de que essas nem sempre refletem os comportamentos reais dos sujeitos investigados. Neste sentido, aponta para a necessária observação das condutas médicas existentes no exercício pleno da profissão.

¹⁰ A dissertação de mestrado de Alves (1984) trata também das características dos estudantes dos turnos matutino e noturno do Ciclo Básico da PUC-SP.

¹¹ Rodrigues (1984), analisando as correlações entre satisfação, permanência no curso escolhido e rendimento escolar, faz referências à satisfação que os alunos da UFF têm com o ciclo profissional.

atendeu às expectativas dos diferentes setores que foram representados no estudo. Os alunos criticam a falta de integração e a compartimentalização do conhecimento. A formação cultural aparece como uma reivindicação dos alunos. A dissertação de Meireles (1982) teve como objetivo principal a verificação do nível de desempenho dos alunos do Ciclo Básico da Ufes, matriculados no primeiro semestre de 1981, em leitura crítica. Os trabalhos de Mercia Maria da Silva (1984), sobre o curso de Direito da UFRN, Souza (1987), sobre alunos da Academia da Força Aérea Brasileira, e Camargo (1996), sobre os alunos de Pedagogia da PUC-Camp, possuem o foco de análise nas avaliações e expectativas dos estudantes universitários quanto aos seus respectivos cursos de graduação.

Os objetivos de investigação nesta problemática relacionam-se principalmente à satisfação/insatisfação e às expectativas dos alunos com os cursos. A análise curricular e a pesquisa da dinâmica do meio institucional são os elementos-chave desses trabalhos, que pretendem contribuir para o aprimoramento ou reformulação das estruturas curriculares. Em linhas gerais, a satisfação dos alunos com a formação oferecida nos cursos é apontada como elemento decisivo para o bom desempenho acadêmico e o cumprimento dos prazos legais de integralização curricular.

PROBLEMÁTICA 2 – EXPECTATIVAS E VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES NA INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA

Nesta problemática foram agrupados 12 trabalhos que também constituem as opiniões dos alunos como matéria-prima, mas buscam sondar outros aspectos relacionados com a vivência universitária, como o ambiente de ensino e prática docente, os valores de estudantes universitários e a prática da Educação Física no ensino superior.

As teses de Godoy (1989) e Grigoli (1990) e as dissertações de Thums (1990) e Dias (1996) formulam objetivos dirigidos para a investigação dos ambientes de ensino preferidos pelos estudantes e os relacionamentos estabelecidos nos espaços das salas de aula. A metodologia predominante deste grupo foi quantitativa, e o principal instrumento de pesquisa utilizado, a aplicação de questionários estruturados para sondar a opinião dos estudantes. Dias (1996) diferencia-se por utilizar uma metodologia qualitativa orientada pelo campo teórico do imaginário social. No que se refere ao tipo das instituições que foram alvos de investigação, dois trabalhos foram realizados exclusivamente em universidades públicas: Unesp (Grigoli, 1990) e UFMT (Dias, 1996). Thums (1990) pesquisou uma faculdade particular de Psicologia na Grande Porto Alegre, e Godoy (1989) fez um estudo comparativo sobre as preferências dos universitários em relação ao ambiente de ensino em faculdades de Administração, Engenharia e Pedagogia, públicas e privadas, da cidade de São Paulo. Em linhas gerais, os resultados das pesquisas neste bloco são reiterativos. Os recortes estabelecidos para o objeto tornaram os problemas de pesquisa vagos e imprecisos, redundando em conclusões pouco elucidativas do cotidiano universitário.

A questão dos valores de estudantes universitários é tema de estudo de cinco dissertações e duas teses, que se caracterizaram, em sua expressiva maioria, por recortes de pesquisa também pouco precisos. Sobre os objetivos de pesquisa, os trabalhos assim se apresentaram: Barros Júnior (1996) investigou, em sua dissertação, a “interação simbólica” no cotidiano do curso de Comunicação Social da UFMT e a influência desse curso sobre os alunos, a partir das contribuições da Sociologia do Cotidiano de Michel Maffesoli. O objetivo do estudo de Weber (1991) foi conhecer a relação entre os valores manifestos por alunos e professores e propor uma educação universitária baseada em valores. Helena Carvalho (1996) baseia-se, em sua dissertação, no conceito de “cultura primeira” de George Snyders para investigar valores, conhecimentos, atitudes e habilidades no âmbito escolar de alunas do curso de habilitação específica do magistério. Carvalho (1996) formula um amplo e genérico objetivo de pesquisa para investigar valores, conhecimentos e habilidades nos âmbitos escolar, de relações humanas e formação profissional de alunas da habilitação Magistério. Favaretto (1997) preocupou-se em investigar quais as experiências religiosas mais significativas e o significado de Deus na vida dos estudantes. Gianfaldoni (1997) analisou o sentido atribuído à universidade por graduandos e graduandas

do curso de Fonoaudiologia da PUC-SP.¹² Franca (1986) investigou em sua tese o que “desvela o discurso dos alunos que, no ano de 1984, estavam concluindo o curso de Pedagogia na Unicamp”.

A tese de Raica (1993) tem como problema de pesquisa os sonhos de vida de jovens universitários com idades entre 18 e 21 anos. Essa última tese merece destaque por tratar de interesses e expectativas de jovens estudantes, ampliando a discussão para além das questões relacionadas com a carreira universitária. Raica, ao assumir o jovem como categoria central de sua análise, traz elementos que permitem perceber os sujeitos numa perspectiva de maior totalidade. Utilizando-se de princípios teórico-metodológicos da fenomenologia, o autor realizou um estudo qualitativo dos sonhos de vida de jovens universitários da cidade de São Paulo. A pesquisa buscou contribuir para o entendimento do jovem, da influência da educação sobre ele e a sua atuação na sociedade brasileira. Participaram do estudo 50 jovens universitários do primeiro ano, de ambos os sexos. Erickson (1976) é o autor privilegiado para a discussão sobre o processo de formação da identidade juvenil. A pesquisa indicou que os principais sonhos das mulheres referem-se à realização profissional, casamento, maternidade, atividades humanitárias, término dos estudos e desejo de um Brasil melhor. Os sonhos masculinos referem-se à realização profissional, estabilidade financeira, constituição de família e, também, ao desejo de um Brasil melhor.

Dois trabalhos têm como referência central a prática da disciplina Educação Física no ensino superior. A dissertação de Zuin (1986) teve como objetivo caracterizar a prática da físico-desportiva de alunos da Universidade Federal de São Carlos, preocupando-se também em mostrar os recursos materiais e humanos disponíveis na universidade. Catalano Calleja (1989) procurou identificar as disposições afetivas de universitários em relação à Educação Física, e a sua tese se constitui um libelo em defesa da manutenção da obrigatoriedade da disciplina Educação Física no ensino superior. A obrigatoriedade dessa disciplina para todos os universitários manteve-se durante todo o período da ditadura militar, mas caiu com os ventos da democratização que sopraram na sociedade brasileira a partir de meados da década de 80. O estudo objetivou identificar disposições afetivas de universitários dos cursos de licenciatura da USP em relação à Educação Física, buscando perceber também em que medida existe influência do sexo, da idade e da área de estudos na formação dessas disposições. Os dois autores preocuparam-se em estabelecer a faixa etária como uma variável significativa para o estudo, entretanto a juventude como categoria analítica não foi uma referência de análise dos sujeitos investigados.

Escolha Profissional do Estudante Universitário

Oito trabalhos, formando um bloco com forte identidade temática e homogênea distribuição ao longo do período de análise, agruparam-se em torno deste subtema; desses, sete são dissertações e apenas um é tese de doutoramento. O campo de investigação predominante foi o de instituições públicas (quatro universidades federais e duas estaduais); uma investigação foi realizada na PUC-SP e uma outra na PUC-RS.

Todos os quatro trabalhos da década de 80 foram desenvolvidos com a utilização de metodologias quantitativas (Barbante, 1980; Maria Oliveira, 1984; Rodrigues, 1984; Wharhaftig, 1985) e três outros da década de 90 lançaram mão de métodos qualitativos de coleta e análise de dados (Berger, 1993; Antonio Oliveira, 1997; Bruns, 1992), sendo que dois autores – Oliveira e Bruns – situaram-se no campo da fenomenologia. Os trabalhos da década de 90 indicam também nesta problemática a menor incidência de estudos baseados no paradigma estatístico.

As preocupações centrais da produção discente nesse eixo de interesse referem-se: à “identificação das necessidades educacionais e vocacionais mais freqüentes indicadas por calouros” (Wharhaftig, 1985); às “escolhas profissionais do jovem aluno” (Bruns, 1992); às “dúvidas quanto à

¹² No entender de Gianfaldoni, os alunos avaliam a universidade a partir da sua importância na formação profissional e na relação que estabelece com o mercado de trabalho, desprezando o caráter autônomo da instituição como produtora de um conhecimento crítico e fomentadora da transformação social. A dissertação de Maia (1984), que buscou a caracterização do aluno evadido de cursos de licenciatura da UFPB, chega a uma conclusão oposta, assinalando que a universidade continua sendo vista pelos jovens alunos como capaz de consolidar e divulgar a cultura, quer na busca de novo ingresso, quer na manifestação de frustração dos que permanecem aliados da universidade.

vocação no momento da escolha da profissão” (Antonio Oliveira, 1997); à “análise das expectativas e motivações de alunos para a solicitação de reabertura de matrícula” (Berger, 1993); à “importância da auto-estima na orientação profissional e nas demais áreas da vida do indivíduo” (Maria Oliveira, 1984); à “satisfação com o curso escolhido e a relação com o rendimento escolar” (Rodrigues, 1984); aos “motivos da opção do Curso de Pedagogia e às expectativas com a profissão de educador” (Medeiros, 1996); e aos “interesses no desenvolvimento vocacional” (Barbante, 1980).

Neste agrupamento, a maioria dos trabalhos preocupou-se em discutir problemas relacionados com o ciclo de vida dos jovens estudantes (Wharhaftig, 1985; Bruns, 1992; Antonio Oliveira, 1997; Maria Oliveira, 1984; Rodrigues, 1984; Barbante, 1980).

Barbante (1980) ressaltou em sua dissertação que os jovens experimentam processos de angústia e indecisão no momento da tomada de decisão sobre a escolha da profissão. Segundo a autora, esse desafio da escolha profissional faz com que a Orientação Vocacional cresça em importância em seu papel de prestar assistência aos jovens que necessitam realizar escolhas sobre o encaminhamento profissional. Os instrumentos de medida profissional seriam importantes para conhecer o orientando e, também, auxiliá-lo a conhecer-se. Com esse escopo, a autora restringiu o seu estudo à verificação de um instrumento de medida sobre interesses, analisando-o quanto aos seus aspectos metrológicos. A pesquisa foi realizada com estudantes de nove áreas do conhecimento da Universidade Estadual de Londrina. Os fatores sexo e idade foram considerados na pesquisa como variáveis significativas. O fator sexo apresentou-se relacionado com o interesse dos estudantes na maioria dos casos; já a idade não teria demonstrado influir nos interesses em nenhuma das áreas investigadas.

Maria Oliveira (1984) realiza um estudo de caráter estatístico com alunos de diversos cursos da UFSCar, no qual objetiva construir uma “escala de auto-estima” para universitários. A autora, baseando-se em diferentes estudos do campo da orientação profissional, aponta o conceito de si como uma variável importante, não apenas para a escolha da profissão, mas, também, para as demais áreas da vida. A preocupação com o jovem se expressa na seleção dos grupos de alunos objetos da pesquisa. A população alvo das entrevistas foi dividida em dois grupos: o primeiro composto por 55 alunos anos da faixa etária compreendida entre 19 e 30 anos, e o segundo contou com a participação de 276 alunos na faixa etária de 18 a 28 anos. Ao operar com o paradigma estatístico, a autora realizou testes de correlação para verificar a precisão de seus instrumentos de medida. A justificativa para a diferença de faixa etária entre os dois grupos investigados pode ser encontrada quando ela assume que a população-alvo da pesquisa encontra-se numa mesma “fase exploratória de desenvolvimento vocacional”. Sua perspectiva foi a de oferecer subsídios para ajudar os jovens na superação das incertezas que os assediam nos anos da universidade, que, segundo Bohoslavsky (1977), podem culminar na crise pós-universitária.

A dissertação de Rodrigues (1984) traz significativos dados empíricos que demonstram a correlação entre a satisfação e a permanência no curso escolhido. O estudo, de caráter estatístico, com 126 estudantes de diferentes cursos da UFF, não identificou a existência de uma correlação significativa entre satisfação e rendimento escolar. Segundo os dados apresentados pela pesquisa, o rendimento escolar não é um indicador de que o aluno esteja satisfeito com o curso, admitindo a autora que outras variáveis interferem no rendimento escolar do aluno. Em seu quadro teórico, faz referências ao conceito de Super sobre os estágios da vida vocacional, que considera o adolescente numa fase de exploração caracterizada pelas freqüentes mudanças naquilo que diz respeito às escolhas profissionais.

A dissertação de Wharhaftig (1985) foi dedicada a identificar “necessidades pessoais, educacionais e vocacionais” a partir de uma amostra aleatória de 382 alunos calouros, de 17 a 21 anos, matriculados em áreas de estudo (tecnológica, biológica, humanística) da UFPR. O estudante universitário é tratado, em geral, como um adolescente. Em capítulo especialmente dedicado ao assunto, são apresentadas as características gerais da adolescência a partir da contribuição de diferentes autores que definem os traços mais característicos da fase, sobretudo na área da Psicologia.

Bruns (1992) elabora sua tese de doutorado visando à compreensão do significado das escolhas profissionais de jovens alunos e ex-alunos do curso de Psicologia da USP de Ribeirão Preto que ingressaram na universidade entre 1980 e 1989. Segundo ela, os jovens vivem conforme as situações, sem buscar

algo de novo que tenha relação com seus sonhos e desejos. As decepções, frustrações e insatisfações em relação à escolha profissional são atribuídas à estrutura e funcionamento do curso. Os jovens sentem-se despreparados para competir no mercado de trabalho, pois o curso seria idealizado e teórico, não preparando realmente para a profissão; buscariam, então, fora da universidade, teorias que pudessem oferecer respostas às questões não examinadas pela instituição, uma vez que o curso estaria centrado numa abordagem específica. Destaca-se no trabalho de Bruns a sua preocupação em realizar análises levando em consideração os jovens sujeitos em suas relações e expectativas com o processo de formação profissional na universidade, algo que o diferencia de estudos caracterizados pelo predomínio do enfoque institucional.

A dissertação de Antonio Oliveira (1997) procurou compreender a implicação dos fenômenos sociais e pessoais no momento da escolha profissional de jovens que optaram pelo curso de Odontologia. O autor se propôs verificar as implicações familiares, a influência do grupo de amigos, a formação proporcionada pela escola e a importância do prestígio social e da remuneração da profissão na escolha dos jovens. A sua preocupação em buscar os determinantes da escolha profissional levou-o à investigação da história pessoal dos jovens entrevistados. Essa perspectiva conferiu ao estudo um caráter de abertura para processos de relacionamentos pessoais e sociais dos jovens, que antecederam e condicionaram a escolha pelo curso de Odontologia. O movimento permitiu que o autor pudesse tratar da biografia de jovens, trazendo elementos de complexidade à categoria aluno universitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A significativa dispersão dos trabalhos neste tema, em relação ao objeto de investigação, aos orientadores acadêmicos e aos programas de origem, denota a inexistência de um campo orgânico de estudos e pesquisas. Nessa perspectiva, não se pode afirmar a existência, na produção discente da pós-graduação em Educação no Brasil, de uma área analítica específica que focalize a questão do jovem universitário. Podem ser identificados poucos trabalhos dedicados ao tratamento de variáveis relativas às questões específicas da condição juvenil em contextos universitários para além das mediações puramente institucionais. De qualquer forma, esses se encontram dispersos ao longo do período analisado e, também, não estão tampouco concentrados em programas e núcleos de investigação. Um número mais reduzido ainda de dissertações e tese, entretanto, faz emergir interesses de pesquisa que buscam enxergar a condição universitária sob perspectivas de maior complexidade. Nesse grupo podem ser incluídos trabalhos relacionados com a especificidade do trabalhador-aluno e, também, aqueles que se dedicam a recuperar trajetórias de jovens estudantes universitários de origem popular, articulados com temas relacionadas ao ambiente familiar, redes de relações, entre outros.

As investigações classificadas nessa última problemática permitem perceber detalhes significativos dos diferentes momentos de possibilidade de sucesso e, também, de exclusão na carreira acadêmica de jovens oriundos das classes populares. Recuperando fragmentos das relações entre os níveis de ensino da escolarização brasileira, esses estudos apontam caminhos para a investigação de um acidentado trajeto onde muitos ficam para trás e alguns poucos chegam carregando as marcas da transposição das cercas materiais e simbólicas da interdição social.

Quanto à ausência de maior delimitação do campo de estudos, evidenciou-se, no conjunto dos trabalhos do período, o que se poderia chamar de uma hipertrofia da perspectiva institucional. Assim, o jovem é apreendido mais como o estudante matriculado na instituição do que sujeito cultural da vida universitária. De um modo geral, a juventude aparece resumida a uma provisória identidade estudantil, suporte privilegiado pela maioria dos trabalhos para se compreender a estrutura e o funcionamento da instituição universitária. A ênfase nas pesquisas em Educação nas identidades institucionais é também a insistência na consolidação de uma identidade parcelar e fixada do sujeito educacional. A hipertrofia do olhar da instituição, em última análise, representa a perda da perspectiva da totalidade do ser social e cultural do jovem, que se vê reduzido à monolítica dimensão identitária de aluno/estudante (Carrano, 2000, p. 23).

A tônica dos poucos trabalhos que se dedicaram a revisões bibliográficas para compreender as especificidades do ser jovem universitário foi psicológica, com autores que acentuam as características de imaturidade usualmente atribuídas aos adolescentes em sua transição para a idade adulta. Em muitos momentos, é possível perceber que a “culpa” pelo fracasso relativo do universitário é atribuída a inadequações do desenvolvimento psicológico de jovens que, supostamente, ingressam na instituição universitária ainda imaturos, somando-se aos diagnósticos que identificam problemas na organização administrativa e curricular dos cursos.

Há ainda um silêncio do campo dos estudos culturais sobre os jovens universitários, provocado, talvez, pela eloquência, já referida, da orientação institucionalizante das pesquisas. Se os estudos, até então, enxergaram o estudante, predominantemente, como o informante privilegiado para o conhecimento da instituição, torna-se necessário ampliar os esforços de pesquisa no sentido de se buscar perceber como sente, pensa e age o jovem estudante em sua condição de sujeito cultural e político que participa, estrutura e sofre as determinações da vida universitária, trazendo para ela as disposições e orientações absorvidas em outros momentos de seu percurso pessoal e social.

Os trabalhos voltaram-se sobretudo para o exame de situações inscritas nos desafios da democratização, privilegiando o estudante de origem popular ou de setores médios emergentes. O campo da formação e reprodução das elites culturais não atraiu os pesquisadores, bastante influenciados pela conjuntura política que congregou os setores progressistas da área da educação em embates bastante claros – no âmbito da própria esfera universitária ou no plano político geral – contra as orientações políticas dominantes.

De qualquer forma, o mérito de grande parte dos trabalhos aqui classificados residiu no exame que realizaram das conseqüências perversas da reforma universitária implantada pelo regime militar, que, por meio de um processo de abertura de vagas e em sua maioria no ensino particular noturno, trouxe para o ensino superior a realidade do trabalhador estudante. Ao examinar outros aspectos seletivos da vida universitária do País – como é o caso dos vestibulares –, a produção discente sobre o jovem universitário constitui, hoje, um material importante, capaz de radiografar as principais vicissitudes de uma população que tem acesso a um ensino superior degradado pelas injunções das políticas educacionais dos últimos vinte anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Teses

ABRAMOWICZ, Mere. *Avaliação da aprendizagem: como trabalhadores estudantes de uma faculdade particular noturna vêem o processo em busca de um caminho*. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BRUNS, Maria Alves de Toledo. *Não era bem isso que eu esperava da universidade: um estudo de escolhas profissionais*. Campinas, 1992. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

CARDOSO, Sônia Maria Vicente. *A prática docente no ensino superior particular noturno: um estudo de caso*. Campinas, 1994. 261 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas.

CATALANO CALLEJA, Carlos. *A Educação Física vista pelos alunos dos cursos de Licenciatura da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 1989. 298 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

- FRANCA, Carlos Alberto Vidal. *O discurso de formandos em Pedagogia*: FE/UNICAMP. Campinas, 1986. 182 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- FURLANI, Lúcia Maria Teixeira. *A claridade da noite*: os alunos do ensino superior particular noturno. São Paulo, 1997. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FUSINATO, Polônia Altoé. *Panorama do curso de Física da Universidade de São Paulo no perfil de seus alunos*: um estudo do desempenho acadêmico no período de 1989-1995. São Paulo, 1996. 141 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- GODOY, Arilda Schmidt. *Ambiente de ensino preferido por alunos do terceiro grau*: um estudo comparativo. São Paulo, 1989. 228 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- GOMES, Alberto Albuquerque. *Evasão e evadidos*: o discurso dos ex-alunos sobre evasão escolar nos cursos de Licenciatura. Marília, 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- GRIGOLI, Josefa Aparecida Gonçalves. *A sala de aula na universidade na visão de seus alunos*: um estudo sobre a prática pedagógica na universidade. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- RAICA, Darcy. *Estudo dos sonhos de vida dos jovens universitários ao final do século XX*. São Paulo, 1993. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. *Mulheres no curso de Pedagogia*: vida, sentido e perspectiva. São Paulo, 1997. 424 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- STÖBAUS, Claus Dieter. *Opiniões de estudantes de medicina e médicos sobre sua formação profissional*: implicações para uma educação médica. Porto Alegre, 1989. 429 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- VIANA, Maria José Braga. *Longevidade escolar em famílias de camadas populares*: algumas condições de possibilidade. Belo Horizonte, 1998. 302 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

Dissertações

- ALVES, Sandra Maria da Cunha. *Características dos estudantes do matutino e do noturno do ciclo básico da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo, 1984. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ARMBRUST, Rita de Cassia Chiarelli. *Evasão no 3º grau*: a Faculdade de Enfermagem da Puccamp. Campinas, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- BARBANTE, Elza de Moraes Pontes. *Estudo de um inventário de interesses no contexto universitário de Londrina*. Campinas, 1980. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

- BARROS JÚNIOR, Rui Coelho de. *Telenovelas e educação*. Cuiabá, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso.
- BERGER, Maria Virgínia Bernardi. *Reabertura e reopção em curso de graduação em uma universidade pública: a busca de realização de um projeto de vida profissional*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- CAMARGO, Edwiges Pereira Rosa. *Avaliação “post-facto”*: um estudo junto a profissionais egressos do curso de Pedagogia. Campinas, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- CARVALHO, Aldana Medeiros de. *O ensino de terceiro grau noturno: um estudo de caso*. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- CARVALHO, Helena Mello de. *Futuras professoras em busca da alegria e do prazer de aprender e ensinar: uma contribuição para a caracterização das alunas da Habilitação Específica Magistério*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- CLARO, Maria Aparecida de Lima. *Procedimentos formais e informais de seleção do estudante universitário: um estudo sobre seletividade no ensino superior*. São Carlos, 1983. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.
- DIAS, Solange Thomé Gonçalves. *Estudo das relações interpessoais de um grupo social na perspectiva do imaginário*. Cuiabá, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso.
- FAVARETTO, Tereza. *A manifestação da religiosidade em jovens universitários*. Porto Alegre, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- GIANFALDONI, Monica Helena Tieppo Alves. *Reflexões sobre a universidade: seu projeto na fala do aluno e do profissional*. São Paulo, 1997. 253 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- KIRA, Luci Frare. *A evasão no ensino superior: o caso do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá*. Piracicaba, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba.
- MAGALHÃES, Ana Maria Müller. *Cursos de graduação em Enfermagem: estudo de opinião dos alunos*. Porto Alegre, 1991. 250 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- MAIA, Marilda de Franca. *A evasão no terceiro grau: a quem interessam as razões? Caracterização do aluno evadido dos cursos de graduação e licenciatura do Campus I da UFFA, João Pessoa, no período 1975-80*. Campinas, 1984. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- MARTINS, Angela Maria. *As universidades como agentes da política pública educacional: um estudo do Pronaica*. Brasília, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

- MARTINS, José do Prado. *Estudo da evasão escolar de alunos da graduação da Universidade Federal de São Carlos*. São Carlos, 1984. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.
- MATOS, Majoy Carvalho. *A contribuição das disciplinas pedagógicas na capacitação profissional do professor de Educação Física, segundo a percepção de alunos e egressos*. Rio de Janeiro, 1986. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MEDEIROS, Neide Moura de. *Opção por Pedagogia e perspectiva como educadores: estudo sobre os alunos concluintes do curso de Pedagogia da PUC-SP*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MEIRELES, Alacir de Araújo Silva. *O desempenho em leitura crítica do aluno do ciclo básico da Universidade Federal do Espírito Santo*. Vitória, 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo.
- MORAES, Ignez Navarro. *Seletividade socioeconômica no acesso ao ensino superior: estudo de caso da influência de fatores socioeconômicos sobre o acesso ao ensino superior na Paraíba – 1981*. João Pessoa, 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba.
- MOREIRA, Denise Hosana de Souza. *A questão do acesso ao ensino superior: um estudo dos concursos vestibulares da UFBA de 1990 a 1993*. Salvador, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- OLIVEIRA, Antonio Carlos Castellan. *A escolha da profissão: somos quem gostaríamos de ser?* Porto Alegre, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- OLIVEIRA, Maria Imaculada de. *Auto-estima: subsídios para avaliação em universitários*. Campinas, 1984. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- PAIVA, Celina Sade de. *O aluno trabalhador e o ensino superior nas representações dos sujeitos do processo*. Niterói, 1994. 206 p., Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense.
- PORTES, Ecio Antônio. *Trajetórias e estratégias escolares do universitário das camadas populares*. Belo Horizonte, 1993. 209p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- RODRIGUES, Therezinha de Jesus da Silva. *Investigação sobre o grau de satisfação dos universitários da UFF com o curso escolhido e a relação com o rendimento escolar*. Niterói, 1984. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense.
- SANTOS, Cassio Miranda dos. *O perfil socioeconômico dos candidatos e dos matriculados pelos vestibulares da Unesp em 1993: o grau de elitização dos cursos de Marília e Araçatuba*. Marília, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- SANTOS, Nazilda Maria Corrêa dos. *Metamorfose: eco dos rituais acadêmicos na memória dos estudantes*. Belém, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará.

- SILVA, Joyce Mary Adam de Paula. *O ciclo básico da Unicamp: projeto, realidade e perspectivas*. Campinas, 1989. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- SILVA, Mauro Antônio Pires Dias da. *A prática e a formação do enfermeiro a partir de representações de graduandos em Enfermagem*. São Paulo, 1987. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SILVA, Mercia Maria da. *Estudo sobre os motivos de satisfação e insatisfação dos alunos do curso de direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN): contribuição a avaliação do curso*. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SILVA, Sônia Rachel Abreu Azevedo. *A opinião dos alunos dos terceiro e sétimo períodos sobre o ciclo básico da PUC-SP*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SOUZA, Lucy Mary Pinheiro de. *As expectativas dos cadetes da Força Aérea frente à instituição e ao seu currículo*. Rio de Janeiro, 1987. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.
- TAPIA, Carmen Elisa Vilalobos. *O aluno trabalhador e a Enfermagem: a conexão que falta*. Campinas, 1993. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- THUMS, Jorge. *Sentimentos de professores e alunos em uma relação universitária: uma análise psicopedagógica*. Porto Alegre, 1990. 425 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- WHARHAFTIG, Rosana Maria de Campos. *Necessidades de alunos universitários: subsídios para um programa de orientação educacional*. Curitiba, 1985. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná.
- WEBER, Otávio José. *Valores manifestados por alunos de terceiro grau e professores universitários: implicações para uma educação em valores*. Porto Alegre, 1991. 341 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- VILLANOVA, Tânia Shiavon. *A construção do consentimento como requisito de entrada no mundo adulto: um estudo exploratório sobre o estágio curricular na administração pública estadual/RS*. Porto Alegre, 1995. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ZUIN, João Carlos. *A prática de atividades físico-desportivas pelos alunos da Universidade Federal de São Carlos*. São Carlos, 1986. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.

Livros e artigos

- BOHOSLAVSKY, R. *Orientação vocacional: a estratégia clínica*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Juventudes: as identidades são múltiplas. *Movimento*, Niterói, n. 1, p. 11-28, maio 2000.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ERIKSON, Erik H. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FÁVERO, Osmar. Situação atual e tendências de reestruturação dos programas de pós-graduação em educação. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 22, n. 1, jan./jun. 1996.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa II: crítica de la razón funcionalista*. Madrid: Taurus, 1987. v. 2.

_____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

Adolescentes em processo de exclusão social

Ana Paula de Oliveira Corti*

Este texto tem como objetivo central apresentar as teses e dissertações que tratam dos adolescentes em situação social precária, apontando possíveis avanços e limites colocados pelos trabalhos, a fim de vislumbrar com maior clareza o processo de construção deste campo temático de pesquisa em educação. Para tanto, foram esboçadas algumas considerações iniciais seguidas de uma descrição mais detida daquilo que se convencionou chamar de subtemas, ou seja, subdivisões no interior do tema *Adolescentes em Processo de Exclusão Social*; por fim, fez-se um breve balanço conclusivo destinado a apontar as lacunas e as características mais marcantes da produção discente da pós-graduação sobre Juventude nesse campo.

O conjunto analisado perfaz um total de 64 trabalhos,¹ sendo 57 dissertações de mestrado e 7 teses de doutorado, como se pode ver na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Distribuição da produção total em Juventude e no tema Adolescentes em Processo de Exclusão Social, por nível de pós-graduação

NÍVEIS	JUVENTUDE		ADOLESCENTES EM PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL	
	Nº	%	Nº	%
Mestrado	332	85,8	57	89,1
Doutorado	55	14,2	7	10,9
TOTAL	387	100	64	100

O tema *Adolescentes em Processo de Exclusão Social* agrega trabalhos cujos sujeitos principais da investigação são, definidos de forma ampla, as crianças e adolescentes pobres em situação de risco. As designações utilizadas pelas teses e dissertações para definir o sujeito são variadas, o que, em parte, pode ser explicado pela variedade mesma das situações em que se encontra esse sujeito, que podem estar na condição de infratores, passando pelos meninos em situação de rua até as crianças e adolescentes trabalhadores.

Mas, em grande medida, a variedade de termos utilizada na definição dos sujeitos deve ser atribuída aos vários momentos políticos da discussão sobre a infância e juventude pobre no País. Nesse sentido, o grande divisor de águas responsável pela inflexão dos discursos sobre a infância e

* Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

¹ Não foi possível ter acesso a 17 exemplares completos entre os classificados nesse tema.

adolescência foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), vigente desde 1990 e responsável por um grande avanço rumo à consolidação dos direitos da criança no Brasil.

Antes da promulgação do ECA, houve períodos de intensa discussão política envolvendo setores da sociedade civil dedicados ao trabalho com crianças e jovens excluídos e um questionamento central à estrutura do atendimento público oferecido a esse segmento, composto por instituições tradicionais de atendimento.

Ao mesmo tempo em que a discussão avançava no sentido de questionar as antigas premissas que norteavam os programas de atendimento e elaborar novas bases para projetos educativos, a complexidade da questão da infância pobre, em suas diversas faces, foi adquirindo visibilidade. Assim, de menor carente e abandonado, surgiram os meninos e meninas de rua e as crianças e adolescentes “em situação de risco”, expressão bastante utilizada atualmente pelos organismos internacionais. Na verdade, tratava-se de alterar a forma de compreensão desses fenômenos e de resgatar a noção de direitos negada, também, no modo como a sociedade e o Estado designavam esses sujeitos.

O interesse dos pesquisadores alunos da pós-graduação concentrou-se na faixa etária que antecede a maioridade, conforme o recorte proposto pela legislação. Trata-se de um conjunto amplo de estudos onde não se distingue claramente as crianças dos adolescentes. Se, por exemplo, as novas formas de identificação dos sujeitos – meninos e meninas de rua – tentaram demarcar um novo campo para o tratamento político, sob o ponto de vista da produção do conhecimento outras lacunas foram criadas. Tratava-se, ainda, de modos bastante homogêneos de aproximação de processos que têm por pano de fundo fases de vida razoavelmente distintas entre si.

As situações de pobreza e de exclusão são definidoras do recorte dos pesquisadores quanto aos sujeitos investigados, dificilmente aliadas aos momentos do percurso de vida, ao pertencimento etário e às características e representações construídas socialmente sobre as idades na nossa sociedade. Há, de fato, alguns problemas nesse tipo de tratamento do tema. De um lado, porque a imprecisão na qualificação da condição social é muito grande: os sujeitos podem ser pobres, carentes, excluídos, trabalhadores, marginais, delinqüentes, entre outras denominações. Não se evidencia qualquer preocupação em estabelecer rigor no interior das categorias adotadas para a condução da investigação. Mais ainda: o tema da exclusão ou “situação de risco” passa a recobrir todas as situações, tornando-se, pelo modo como tem sido usada, uma designação abstrata e, praticamente, uma condição metafísica do sujeito, que não revela, de fato, processos sociais que articulam, de modo tenso, aspectos de inclusão e situações excludentes cuja duração no tempo é variável, conforme já foi observado no texto introdutório deste estado do conhecimento. Mas, dificultando ainda uma compreensão mais analítica de processos sociais complexos, crianças e adolescentes passam a ser tratados como um bloco homogêneo que desconsidera os momentos e as peculiaridades em que os sujeitos se encontram realmente mergulhados. Por essas razões, a criança e o adolescente pobres assumem visibilidade mais como alvos de proteção e cuidados do que como grupos etários socialmente construídos e, nessa condição, como sujeitos portadores de direitos.

A palavra exclusão, carregada de significados diversos na literatura, representa sobretudo, na maioria dos estudos, a precariedade vivida pelos jovens que, de alguma forma, não têm seus direitos respeitados e enfrentam dificuldades maiores que outros para se integrar à sociedade em suas diversas esferas. Assim, a situação experimentada pelo adolescente é produto mais ou menos direto da ausência e/ou precariedade dos ligamentos sociais proporcionados por instituições como a família (entendida não de forma tradicional, mas ampliada na sua definição com os vínculos de parentesco, próximos ou longínquos, sejam eles consangüíneos ou não), a escola e o mundo do trabalho.

Na Tabela 2, a seguir, pode-se ter uma idéia da variabilidade dos termos usados pela produção discente para designar os sujeitos, bem como dos termos mais recorrentes nos trabalhos.

Tabela 2 – Distribuição dos sujeitos focalizados pelos trabalhos relativos ao tema Adolescentes em Processo de Exclusão Social, por subperíodo

SUJEITOS		SUBPERÍODOS				TOTAL
		1980-1984	1985-1989	1990-1994	1995-1998	
Menor	De rua	0	0	0	1	1
	Carente	1	0	0	0	1
	Abandonado	0	1	1	0	2
	Mulher	0	1	0	0	1
	Infrator	1	0	0	0	1
	Institucionalizado	2	0	0	1	3
	Marginalizado	0	1	0	0	1
	Trabalhador	0	0	1	1	2
Menino/ Menina	De rua	1	1	1	15	18
	Em situação irregular	1	0	0	0	1
	Institucionalizado	0	0	0	1	1
Criança/ Adolescente/ Jovem	(não classificado)	0	0	0	1	1
	De rua	0	0	1	1	2
	Em situação de rua	0	0	0	3	3
	De baixa renda	0	0	0	2	2
	Trabalhador	0	0	0	8	8
	Institucionalizado	0	0	1	2	3
	Infrator	0	1	0	0	1
	Carente	0	1	0	0	1
	Pobre	0	0	0	2	2
	Excluído	0	0	0	1	1
Em situação de risco	0	0	1	4	5	
Infância	Pobre	0	0	0	2	2
TOTAL		6	6	6	45	63

Obs.: O tema reúne 64 trabalhos ao todo, mas em um deles não foi possível identificar o modo de definição do sujeito em razão da insuficiência de informações.

Na primeira coluna da tabela tem-se o sujeito abordado pela pesquisa e, na segunda, a qualificação dada pelo pesquisador a esse sujeito. Nota-se uma pulverização de termos (visto que a maioria deles só aparece em um único trabalho), mas percebe-se também a grande predominância das designações “menino(a) de rua”, presentes em 18 (29%) dos 63 trabalhos. É interessante salientar que os termos “menino de rua” ou “crianças de rua” surgem nas pesquisas já na primeira metade da década de 80, mas seu uso se multiplica na segunda metade da década de 90. Embora apareça em um contexto de negação do estigma radicado nas designações anteriores à nova legislação, essas expressões ainda são

objeto de críticas, pois, em alguns casos, evidenciariam, ainda, uma apreensão preconceituosa da criança ou adolescente investigado (Rosemberg, 1993; Tedrus, 1996²).

A utilização do termo “menor” para designar o sujeito se concentra nos trabalhos dos anos 80, sendo menos comum nos 90, em razão das discussões em torno do caráter depreciativo do termo. A crítica à designação “menor” denunciou sua utilização como forma de rotular e discriminar as crianças pobres. Dessa forma, elaborava-se uma noção paralela de infância para os pobres (o “menor”), em que o trabalho dos pequenos era visto de forma legítima, ao lado de uma concepção mais “genuína” de infância relativa às crianças das classes mais altas, estas sim sujeitos de direitos e proteção do mundo adulto.

Pode-se observar que as expressões menor/criança/adolescente/jovem carente, menor infrator, criança/adolescente/jovem infrator, menor marginalizado e menino/menina em situação irregular aparecem exclusivamente nos anos 80, enquanto os sujeitos criança/adolescente/jovem qualificados como de baixa renda, trabalhadores, em situação de rua, em situação de risco e pobres aparecem exclusivamente nas pesquisas da década de 90.

As crianças e adolescentes trabalhadores surgem como objeto de interesse dos pesquisadores nos anos 90, muito provavelmente em razão da promulgação do ECA, que deu início a uma discussão polêmica sobre o trabalho infanto-juvenil. Há aqui uma divisão entre as pesquisas interessadas em programas de atendimento dedicados ao ensino de uma profissão e aquelas interessadas na discussão do trabalho precoce, mas ambas preocupadas com o sujeito criança/adolescente trabalhador.

Outra característica importante dos trabalhos de pós-graduação é o ano em que foram defendidos. Para que se possa obter uma visão mais geral e menos fragmentada, os trabalhos foram agregados por subperíodos de cinco anos, restando somente o último grupo com quatro anos (1995-1998). A Tabela 3 traz os dados relativos à produção discente total em Juventude e os dados específicos dos trabalhos que focalizaram a questão da infância excluída.

Tabela 3 – Distribuição da produção discente em Juventude e no tema Adolescentes em Processo de Exclusão Social, por subperíodo

SUBPERÍODOS	JUVENTUDE	ADOLESCENTES EM PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL	
		Nº	%
1980-1984 (5 anos)	56	6	10,7
1985-1989 (5 anos)	73	6	8,2
1990-1994 (5 anos)	76	7	9,2
1995-1998 (4 anos)	182	45	24,7
TOTAL	387	64	16,5

A tabela mostra que o número de trabalhos pertinentes ao tema *Adolescentes em Processo de Exclusão Social* permaneceu estável durante os 14 anos iniciais, que vão de 1980 a 1994, e apresentou um salto quantitativo no subperíodo 1995-1998. Embora o último quadriênio observado seja responsável por um aumento significativo na produção total sobre Juventude, nota-se que o aumento da produção no tema *Adolescentes em Processo de Exclusão Social* foi bem maior, chegando a 24,7% dos trabalhos no tema Juventude. Esses últimos anos significaram para o tema em questão o período mais produtivo, pois 70,3% dos estudos foram realizados a partir de 1995. Assim, é possível concluir que o interesse dos pesquisadores da área de educação pelo tema dos adolescentes excluídos é recente e tem se expandido desde 1995, configurando um campo em rápida expansão.

² Em sua dissertação, Tedrus observa que crianças e adolescentes investigados se consideravam “de família” e não de “rua”, como alguns educadores os reconheciam.

As teses e dissertações estão distribuídas nas várias instituições sem que haja uma clara predominância em nenhuma delas. Assim, as universidades que possuem mais trabalhos sobre essa temática são a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com seis, e a Universidade de São Paulo (USP) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com cinco trabalhos cada. Foi identificado somente um professor orientando três trabalhos no tema³ e cinco professores orientando dois trabalhos cada um.⁴ Isso aponta a inexistência de grupos de pesquisa mais consolidados nas instituições no que diz respeito à produção teórica sobre *Adolescentes em Processo de Exclusão Social*. Essa dispersão é possivelmente responsável pelo isolamento em que se encontram as pesquisas, pois, como se poderá notar mais à frente, há uma repetição considerável de temas e problemáticas e um desconhecimento, por parte dos pesquisadores, da produção teórica em pós-graduação relativa ao seu objeto de estudo.

A fim de facilitar e aprofundar as análises sobre os trabalhos, optou-se por agrupá-los em torno de subtemas localizados a partir do eixo predominante do estudo:

- Projetos não-Estatais de Atendimento (19 trabalhos)
- Projetos de Atendimento Mantidos pelo Poder Público (14 trabalhos)
- Relação com a Escola e Trabalho (14 trabalhos)
- Perfil e Sociabilidade (10 trabalhos)
- Personalidade e Comportamento (7 trabalhos)

O subtema Projetos não-Estatais de Atendimento agrega trabalhos que focalizam programas dirigidos aos meninos de rua, crianças pobres, etc., que não sejam de iniciativa governamental, mas da sociedade civil. Estão reunidos desde trabalhos que abordam programas de atendimento tradicionais, como o do “Menor-Patrolheiro”, até aqueles implementados no âmbito das universidades ou pelo próprio pesquisador, como um trabalho de intervenção. Nota-se uma preocupação especial de alguns estudos com o papel do trabalho como elemento educativo a ser mobilizado pelos programas. Trata-se do subtema que possui o maior número de pesquisas, perfazendo 29,7% do total.

O subtema Projetos de Atendimento Mantidos pelo Poder Público reúne trabalhos que se concentram na análise do atendimento público às crianças pobres marcado pelos processos de institucionalização. Assim, são recorrentes os trabalhos que analisam a atuação do sistema Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor/Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Febem/Funabem), implementação estadual, e os sistemas municipais de atendimento. O foco recai sobre o programa público, mas as formas de indagá-lo são variadas: ora se questiona acerca dos impactos da institucionalização no destino dos sujeitos atendidos, ora acerca da adequação das práticas institucionais aos preceitos formalizados e, ainda, sobre a possível eficácia socializadora das instituições.

O subtema Relação com a Escola e Trabalho diz respeito às pesquisas que focalizam a relação do menor de rua, da criança/adolescente pobre, etc., com o processo de educação escolar e com o mundo do trabalho. Há, como nos outros subtemas, variabilidade nos enfoques, que dizem respeito, entre outros, à integração do adolescente institucionalizado à escola, à visão do menino de rua sobre a escola e ao tipo de inserção do jovem pobre no trabalho.

O subtema Perfil e Sociabilidade reúne trabalhos que se concentram na descrição das características de adolescentes infratores e/ou em situação de risco e nas experiências de sociabilidade construídas no cotidiano das ruas. Procura identificar as variáveis ou eventos biográficos que tenham relação com a entrada nas ruas.

³ Trata-se de Thereza Penna Firme, que orientou um doutorado e dois mestrados na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e um doutorado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

⁴ São eles: Luiz Cavaliari Bazílio, que orientou dois mestrados na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Maria Amélia G. de Castro Giovanetti, que orientou dois mestrados na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Pedro Benjamin Garcia, com um mestrado na PUC-RJ e um doutorado na UFRJ; Alder Júlio F. Calado, com dois mestrados na Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e Mitsuko A. Makino Antunes, que orientou dois mestrados na PUC-SP. Há ainda os casos de Carmem Craidy e Lúcia Maria Moysés, que fizeram seus doutorados e, posteriormente, tornaram-se orientadoras nesse mesmo tema, cada uma sendo responsável pela orientação de uma dissertação de mestrado.

O subtema Personalidade e Comportamento agrega pesquisas sobre os valores, auto-estima, sexualidade, desenvolvimento moral e características das famílias de jovens em processo de exclusão social, com ênfase na abordagem psicológica dos sujeitos.

Na Tabela 4, pode-se visualizar a distribuição desses eixos de investigação por subperíodo. Com exceção de Personalidade e Comportamento, nota-se em todos os subtemas, como era de se esperar, uma frequência maior de trabalhos no subperíodo 1995-1998, já que a produção no tema como um todo se concentra nesse quadriênio. Observa-se ainda nesse subtema igual incidência de trabalhos nos subperíodos 1985-1989 e 1995-1998.

Tabela 4 – Distribuição dos subtemas, por subperíodo

SUBTEMAS	SUBPERÍODOS				TOTAL
	1980-1984	1985-1989	1990-1994	1995-1998	
Projetos Não-Estatais de Atendimento	1	1	1	16	19
Projetos de Atendimento Mantidos pelo Poder Público	1	2	2	9	14
Relação com a Escola e Trabalho	2	0	3	9	14
Perfil e Sociabilidade	1	0	1	8	10
Personalidade e Comportamento	1	3	0	3	7
TOTAL	6	6	7	45	64

ANÁLISE DOS SUBTEMAS

Projetos Não-Estatais de Atendimento

Este subtema é o mais numeroso, compreendendo 19 trabalhos sobre programas de atendimento à infância pobre, de iniciativa da sociedade civil.

Uma das características do tema *Adolescentes em Processo de Exclusão Social* como um todo e dos programas ou projetos alternativos de atendimento em particular é o tom político dos trabalhos, que apontam, muitas vezes, envolvimento pessoal dos pesquisadores com a temática da infância pobre.

A natureza do programa ou projeto investigado foi uma primeira chave classificatória utilizada para agrupar as pesquisas. O primeiro grupo de trabalhos focalizou programas relacionados à *educação pelo trabalho ou formação profissional* de crianças e jovens pobres. O nível de formalização e institucionalização desses programas é maior se comparado a outros, como aqueles ligados às universidades, por exemplo, pois há uma maior estabilidade no que tange aos recursos e um caráter não-experimental, mas de intervenção social, ao longo do tempo.

A postura dos pesquisadores em face dos programas não é uniforme: ora se questiona o caminho da profissionalização como uma forma de inculcar valores subservientes ao capital e formar mão-de-obra barata, ora se aprova a atuação das entidades pela sua capacidade de desviar os jovens da criminalidade.

As datas de defesa das pesquisas mostram que o atendimento à infância pobre através da profissionalização persistiu e persiste até hoje como ação da sociedade civil herdada de momentos

anteriores ao advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando a prática de atendimento social se limitava aos programas assistenciais e filantrópicos. Muito embora o ECA tenha trazido importantes reflexões críticas a respeito das limitações dos programas de profissionalização estrita, esse tipo de orientação sobreviveu e, mais do que isso, é ainda justificado por alguns pesquisadores em razão dos benefícios que trazem ao desviar os jovens pobres dos caminhos da marginalidade, o que implica que tanto os programas de profissionalização quanto alguns pesquisadores partem, ainda, da existência de uma relação direta entre a pobreza e a criminalidade, relação essa bastante criticada pelos estudos mais recentes sobre a trajetória biográfica de jovens delinqüentes e sobre a cultura dos meios populares.

Os *projetos promovidos pelas universidades* foram investigados por duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. Um dos trabalhos focalizou um programa envolvendo a prática de Educação Artística com menores de rua, de iniciativa da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), outro se debruçou sobre as ações do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (Cepaj), mantido pela Universidade Católica de Goiás, e, finalmente, a última pesquisa buscou sistematizar a experiência do Núcleo de Trabalhos Comunitários (NTC) da PUC-SP, em relação às ações desenvolvidas pela denominada "Pedagogia Social de Rua".

Dois trabalhos versaram sobre *oficinas direcionadas a jovens em processo de exclusão social*, implementadas pelo próprio pesquisador: uma de Literatura, no Rio de Janeiro, e outra de Teatro, na cidade de Marília (SP), trabalhos defendidos, respectivamente, nos anos de 1995 e 1997.

Apenas duas dissertações não se detiveram em programas de atendimento específicos, concentrando-se, num caso, na discussão sobre *a prática de organizações não-governamentais (ONGs)* do Ceará que atuam com adolescentes e, em outro, na análise da adequação das práticas locais da cidade de Niterói (RJ) às diretrizes mundiais de atendimento à infância formuladas pelo Unicef.

Finalmente, há um grupo de quatro trabalhos que focalizaram *programas de atendimento variados*, todos eles sem vínculo com as universidades e baseados em propostas educativas que se afastam da formação profissional. Os trabalhos versam sobre o chamado Espaço Casa Aberta, mantido pela Pastoral do Menor de Belo Horizonte (MG), a Casa Renascer, para meninas, em Natal (RN), o Projeto Se Essa Rua Fosse Minha, no Rio de Janeiro, e o Projeto do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR), em Chapada dos Guimarães (MT).

Os problemas de pesquisa levantados pelos trabalhos remetem diretamente às formas de abordar os programas dirigidos à infância e adolescência pobres. Apesar da diversidade, tentou-se agrupar as pesquisas o máximo possível em relação aos objetivos elencados, a fim de perceber as recorrências ilustrativas do maior ou menor interesse que determinado aspecto da problemática despertou nos pesquisadores.

PROBLEMÁTICA 1 – ANÁLISE/AVALIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETO EDUCATIVO PARA JOVENS EM PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL

Essas pesquisas (10 trabalhos) concentram seu interesse na descrição e apreciação de projetos e, em alguns casos, têm como objetivos elaborar diretrizes para a sua criação. Alguns programas atribuem importância às vivências e expectativas dos jovens e no desenvolvimento de habilidades outras que não as profissionais, a saber, as artísticas e lingüísticas, como é o caso das dissertações de Cordeiro (1997) e Monteiro (1995), que, respectivamente, implementaram oficinas de teatro e literatura para meninos(as) de rua.

Monteiro relata sua experiência à frente da oficina com crianças de rua no Rio de Janeiro, a partir de observações participantes, entrevistas informais, relato das situações vividas e da relação com os grupos. A autora conclui que a leitura e a escrita, como atividades lúdicas, são capazes de criar espaços de diálogo, onde as crianças podem falar, ouvir e, assim, desenvolver sua identidade e resgatar sua auto-estima.

A dissertação de Maes (1984) consiste em estudo exploratório com meninos de rua visando elaborar diretrizes para um programa de Educação Artística direcionado a esse público. Foram

entrevistadas 30 crianças com idades entre sete e 16 anos, que trabalham nas ruas de Curitiba (PR). Há uma confusão causada pela imprecisão dos termos utilizados pela autora para designar os sujeitos da pesquisa. Ela fala de crianças de rua, mas, na verdade, os sujeitos focalizados são crianças e adolescentes que trabalham nas ruas e moram com suas famílias. Os termos “menino de rua” e “menor” são utilizados, alternadamente, como sinônimos. Embora a autora tenha afirmado que a proposta educativa seria elaborada com base nos resultados do estudo exploratório com os sujeitos, isso não se observou.

Em seu mestrado, Dockorn (1998) descreve a implementação de um ateliê de arte-educação no Instituto Lar Bom Abrigo, vinculado à Assembléia de Deus, em Ijuí (RS), com meninas de idades entre sete e 19 anos. A partir de dez entrevistas abertas com as crianças e adolescentes, a autora observou que a Arte-Educação pode e deve ultrapassar os muros da escola formal e ser apropriada por indivíduos dela excluídos, como forma de promover um desenvolvimento integral. Embora tenha trabalhado exclusivamente com crianças e adolescentes do sexo feminino, Dockorn não aborda a questão de gênero, deixando de discutir as características peculiares vividas pelas meninas na estruturação da experiência de exclusão.

Graciani (1996), baseada na experiência pessoal na direção do Núcleo de Trabalhos Comunitários (NTC) da PUC-SP, elaborou sua tese de doutorado com o objetivo de sistematizar os métodos empregados pela entidade no desenvolvimento de programas educativos, métodos esses reunidos no que a autora chamou de “Pedagogia Social de Rua”.

O restante dos estudos como um todo se dedica a apontar os avanços e dificuldades enfrentados pelos programas de atendimento mantidos por entidades civis que incorporam novas linguagens e conceitos em suas propostas educativas e, por isso, assumem um caráter experimental importante, uma vez que são capazes de apontar as potencialidades e limites dos projetos efetivamente alternativos.

A dissertação de Sera (1997) focalizou um projeto mantido pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua em Chapada dos Guimarães (MT). Norma Cardoso (1998) dedicou-se ao estudo das representações sociais de cidadania elaboradas por jovens ex-participantes do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (Cepaj), mantido pela Universidade Católica de Goiás, onde são oferecidos programas ligados ao trabalho, à orientação familiar e educativa. Além do grupo de 10 ex-participantes do Cepaj, com idades entre 15 e 25 anos, foi investigado um outro grupo de nove alunos de uma escola estadual, na mesma faixa etária, que não havia passado pela experiência, visando enriquecer o estudo. Foi utilizada técnica projetiva através de desenhos e entrevistas individuais e coletivas, examinadas posteriormente mediante a análise de conteúdo. A autora observou que os ex-participantes do Cepaj expressam uma representação de cidadania que contempla as dimensões da sensibilidade à injustiça, capacidade de autodeterminação, participação, consciência dos direitos e deveres e alteridade. O grupo de apoio teve mais dificuldades em elaborar e explicitar uma concepção de cidadania.

A dissertação de Correa (1998) pesquisou os impactos das vivências de meninos(as) de rua no projeto Casa Aberta, local para o qual os adolescentes se dirigem espontaneamente e recebem atendimento mantido pela Pastoral do Menor, em Belo Horizonte (MG). A autora realizou entrevistas com sete adolescentes e constatou dificuldades do projeto no que diz respeito ao ambiente físico e ao preparo dos educadores.

Em seu mestrado, Westphal (1995) investigou o projeto Se Essa Rua Fosse Minha, mantido pela Casa Dia, no Rio de Janeiro (RJ). A autora observa que a heterogeneidade nas formas de lidar com as crianças dificultavam o trabalho e que os educadores, temendo ser autoritários, acabavam tendo uma postura muito permissiva diante das crianças e dos jovens. Concluiu que a educação é capaz de promover a recuperação das crianças e adolescentes, devendo ser a base de qualquer programa de atendimento.

Em sua tese de doutorado, Constantino (1997) buscou descrever e analisar os tipos de cuidados oferecidos a meninos residentes numa instituição de caráter beneficente de orientação religiosa, localizada na região oeste do estado de São Paulo, e reconstituir os caminhos percorridos por ex-internos. A autora diferencia oportunamente dois tipos de institucionalização: aquela onde os sujeitos vivem nas instituições desde a primeira ou segunda infância, por longos períodos de tempo, e aquela dos infratores, que mantêm relações intermitentes com as instituições. Foram realizadas entrevistas

não-diretivas com dez egressos da Casa da Criança, com idades entre 12 e 18 anos, todos do sexo masculino, que tinham no mínimo cinco anos de institucionalização. A autora traça um breve histórico da instituição ao longo dos 46 anos de existência, salientando que os diferentes períodos de internação dos meninos culminaram na estruturação de experiências diferenciadas de institucionalização. Embora estabelecesse algumas práticas assistencialistas, a Casa da Criança apresentou características estruturais e funcionais mais adequadas do que instituições como a Febem, como a não-separação de irmãos do mesmo sexo, atendimento de no máximo 100 meninos, permissão para que os internos pudessem estudar e trabalhar fora da instituição. Tais características consistem em vantagens para o processo de reintegração social.

Em geral, nos trabalhos acima citados, predomina a idéia de que as crianças e adolescentes devem ser ouvidos, e suas expectativas, consideradas. No entanto, essa intenção não se traduz na procura de estatuto teórico mais adensado, mas diz respeito ao avanço da compreensão da infância e adolescência pobre no plano político, a partir do qual as crianças e adolescentes tornam-se sujeitos de direitos.

A dispersão das pesquisas em termos do tipo de projeto investigado acaba fragmentando as análises, de forma que se torna difícil chegar a conclusões mais gerais sobre os avanços e limites dos programas alternativos de atendimento como um todo, e aponta a heterogeneidade de concepções de assistência/atendimento à infância e adolescência entre os programas não-públicos.

PROBLEMÁTICA 2 – ESTUDO DA AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIA PROFISSIONAL

As pesquisas que privilegiam este enfoque estão interessadas em avaliar os projetos de formação profissional oferecidos às crianças e adolescentes pobres com o intuito de perceber sua eficácia e os impactos concretos que acarretam nos destinos desses indivíduos (sete trabalhos).

A tese de Queiroz (1996) e a dissertação de Maranhão (1989) avaliam positivamente os impactos que os projetos de qualificação profissional provocaram sobre os jovens em situação de risco, pois a conquista da identidade trabalhadora e a vivência concreta no mundo do trabalho são vistas como instrumentos eficientes para distanciar os jovens das atividades delinqüenciais, embora em ambos os trabalhos não haja material empírico específico que possa sustentar tal afirmação.

Queiroz analisa o Projeto Semeiar, um sítio-escola que atende jovens de 13 a 18 anos no Rio de Janeiro. A autora utilizou-se de vários tipos de material empírico: 701 fichas de matrículas relativas a seis anos de projeto, entrevistas com 19 educadores e funcionários, questionários semi-abertos aplicados a 31 adolescentes entre os anos de 1992 e 1995 e entrevistas com egressos. A dispersão e diversidade do material e a forma como este é apresentado dificultam a compreensão dos significados da experiência no projeto para os sujeitos em questão. O envolvimento ativo da autora no projeto parece influenciar a análise que ela faz dos resultados, ao dizer que “há evidências de que o Semeiar favoreceu o crescimento individual de seus alunos, sua integração social, a conquista da cidadania, bem como sua capacidade crítica para se libertarem da condição de opressão em que vivem” (Queiroz, 1996, p. 225).

Maranhão realizou estudo sobre a atuação da Fundação de Atendimento à Criança e ao Adolescente “Prof. Hélio Augusto de Souza” (Fundhas), entidade que ministra cursos profissionalizantes e encaminha os adolescentes para empresas, mantida pela prefeitura de São José dos Campos (SP). Baseado em entrevistas com 41 responsáveis por empresas conveniadas com a Fundhas, o autor conclui que, apesar de fornecer mão-de-obra barata, a Fundação acaba oferecendo uma alternativa eficaz, ao proporcionar uma atividade ocupacional capaz de desviar os jovens da criminalidade.

Um outro tipo de enfoque é trazido pela dissertação de Rosângela Moreno (1991), que, a partir de um instrumento chamado Avaliação do Impacto de Programas Alternativos de Atendimento aos Meninos de Rua, elaborado por consultores do Unicef, levantou indicadores de impacto do curso de jardinagem mantido pela Fundação São Martinho, no Rio de Janeiro, sobre os 15 meninos de/na rua lá atendidos. Além de acompanhar o cotidiano do curso de jardinagem, a autora traçou uma breve biografia de cinco meninos participantes. O foco da avaliação concentrou-se nos impactos do programa em relação à criação de competência para o trabalho. A conclusão aponta que o curso exerceu impacto positivo, de acordo com os

indicadores de “valorização do trabalho”, “responsabilidade”, “aquisição e uso de renda”, “assiduidade”, “criatividade”, “pensamento crítico”, “cooperação”, entre outros, proporcionando desenvolvimento pessoal e profissional por meio da relação com o trabalho.

A dissertação de Aragão (1998) aborda de forma crítica o Projeto Patrulheirismo,⁵ afirmando que suas práticas educativas levam à inculcação de valores e atitudes que favorecem somente ao capital e que não possui um programa pedagógico definido, como exige o Estatuto da Criança e do Adolescente. Na dissertação de Ferreira (1998) também se observa uma postura crítica em relação aos programas de profissionalização que ainda demonstram uma visão estereotipada do jovem pobre, como aquele destinado ao trabalho instrumental e às atividades marginais.

A tese de Sá (1997) investiga as práticas de alfabetização utilizadas pelo patrulheirismo na Comissão Municipal de Atuação Comunitária (Comac), em Petrópolis (RJ). A autora acompanhou o cotidiano das classes de 1ª a 4ª série, tidas como o início da formação profissional do patrulheiro, e, posteriormente, investigou duas turmas do curso profissionalizante, formadas por adolescentes de 12 a 16 anos. Foram realizadas entrevistas abertas com o objetivo de apreender os sentidos da leitura e da escrita para os adolescentes. A autora observa que a aquisição da leitura e da escrita são indispensáveis aos menores patrulheiros na busca da profissionalização, e que a prática da instituição está voltada à efetivação de uma passagem exemplar da condição de menor marginalizado a menor trabalhador.

A dissertação de Alexandre Magno Silva (1995) focaliza o projeto da Comunidade de Menores de Rua, de Caruaru (PE), que mantém uma vassouraria para crianças de rua. O autor objetivou verificar a aplicabilidade prática da categoria educação pelo trabalho no referido programa de atendimento. Para tanto, realizou observação participante e entrevistas e analisou as fichas de identificação de 80 meninos. Concluiu que a aprendizagem profissional na vassouraria colaborou para a construção de um projeto de vida para crianças e adolescentes empobrecidos, não se esgotando no caráter produtivo, mas tendo uma dimensão formativa e simbólica importante. O autor mostra-se, desde o início do trabalho, bastante envolvido emocionalmente com o programa investigado (foi assessor voluntário na sua criação), demonstrando uma admiração especial para com a educadora que coordenava a vassouraria no período analisado. Este envolvimento pareceu influenciar sensivelmente a conclusão otimista quanto à eficácia do programa.

Pode-se concluir que, embora o ECA tenha lançado as bases para um questionamento mais profundo acerca dos projetos de profissionalização estrita, direcionados a crianças e adolescentes pobres, há uma persistência de modelos antigos de atendimento, cristalizados em instituições tradicionais que gozam de prestígio diante das comunidades carentes em que atuam. Os pesquisadores, ao analisarem tais programas, acabam, em geral, se rendendo aos benefícios trazidos por uma ação social que consegue, em alguns casos, desviar os jovens pobres dos caminhos da marginalidade.

Há, na maioria dos trabalhos, uma perspectiva empobrecida da criança e do adolescente, pois são considerados, exclusivamente, como receptores das ações e não como sujeitos capazes de interagir ativamente com elas. Os sujeitos são vistos a partir do registro da pobreza e passam a ser associados, automaticamente, ao mundo da criminalidade, como se houvesse uma relação não medida entre a situação de pobreza e a participação no mundo do crime e das interdições sociais, quando, na verdade, há uma série de fatores capazes de facilitar ou obstaculizar a entrada de jovens em atividades delinqüenciais, como a trajetória biográfica e familiar.

PROBLEMÁTICA 3 – ESTUDOS SOBRE AS ONGS

Danziato (1997) analisa em seu mestrado as práticas das ONGs que atuam com adolescentes, apreendendo os avanços, mas, sobretudo, as lacunas que o trabalho dessas entidades tem deixado. A autora conclui que, embora se distanciem das práticas disciplinadoras das organizações

⁵ Trata-se de um programa iniciado em 1962, com a criação de um curso semiprofissionalizante destinado a menores carentes moradores nas periferias de São Carlos (SP). Criado pelo desembargador Marino da Costa Terra, nessa cidade, o Patrulheirismo se espalhou por todo o Estado de São Paulo e o do Rio de Janeiro e conta com uma Federação responsável pela fiscalização das novas sedes e pela regulamentação e definição curricular dos cursos.

assistenciais, as ONGs têm adotado posturas cada vez mais pragmáticas e, assim, distanciadas de reflexões centrais para o desenvolvimento de uma prática realmente diferenciada.

A dissertação de Mascarenhas (1996) adota uma perspectiva interessante que consiste em avaliar as iniciativas de atendimento à infância na cidade de Niterói (RJ), a partir dos avanços trazidos pelo ECA e pelas diretrizes mundiais estabelecidas pelo Unicef. A autora realizou entrevistas com responsáveis e representantes de vários órgãos públicos ligados ao atendimento da infância e da adolescência em Niterói, como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar, entre outros; também, entrevistaram educadores, mães e responsáveis por instituições civis, como a Fundação São Martinho, a Associação Metodista de Ação Social e o Centro de Cooperação e Desenvolvimento da Infância e Adolescência, um professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e outro da Universidade Federal Fluminense (UFF). Através da análise de conteúdo, inspirada em Lawrence Bardin (1979), Mascarenhas identificou quatro importantes categorias de análise no discurso dos entrevistados: família, sobrevivência, educação e trabalho e liberdade. Ao proceder à análise, a autora não deixa claro quando está trabalhando com o conteúdo das entrevistas, que diz respeito a pontos de vista dos sujeitos, e quando se refere a resultados concretos e objetivos das entidades pesquisadas, visto que são duas coisas diferentes. A autora afirma que, embora exista uma adequação das práticas de atendimento local com o ECA e com as diretrizes do Unicef no plano teórico, isso não se mostra suficiente para garantir os direitos das crianças e adolescentes. O Unicef, por sua vez, mostra-se mais preocupado com as garantias formais de proteção à infância do que com a viabilização de práticas concretas, e o ECA, embora tenha avançado em termos de proteção, não prevê oportunidades às crianças e adolescentes.

Projetos de Atendimento Mantidos pelo Poder Público

O subtema agrega 14 trabalhos que analisam as instituições e projetos mantidos pelos governos estadual e municipal: o sistema de atendimento da Febem, sob a responsabilidade do Estado, e os programas de caráter assistencial/educativo mantidos pelas prefeituras.

PROBLEMÁTICA 1 – EFICÁCIA/INEFICÁCIA SOCIALIZADORA/EDUCATIVA DAS INSTITUIÇÕES

Este grupo, constituído de oito trabalhos, discute os avanços e limites das ações institucionais públicas, no que tange ao processo educativo de meninos(as) infratores internos da Febem ou de adolescentes pobres que participam dos Centros de Juventude (CJs),⁶ mantidos pelo município de São Paulo, e de programas de educação pelo trabalho.

A natureza da Febem é completamente diferente daquela do CJ e de outros programas públicos: enquanto a primeira possui caráter de internato – nos estudos examinados, sobretudo aqueles destinados aos infratores –, os outros atendem crianças e adolescentes sem caráter de obrigatoriedade, para participar de atividades oferecidas durante uma parte do dia, em geral complementando o turno escolar.

As dissertações de Carvalho (1997), Rosângela Pereira (1997) e Vechiatto (1998) avaliam as ações dos CJs.

Carvalho investigou o CJ mantido pelo centro social Espaço de Vida, na favela Jardim do Éden, na cidade de São Paulo. Realizou entrevistas com um grupo de escolaridade acima da 3ª série, composto por 35 adolescentes entre 12 e 17 anos, além de analisar seus desenhos e textos escritos. Com as demais crianças e adolescentes, foram realizadas conversas informais e observações de seu cotidiano no programa. A autora descreveu os fatores e agentes socializadores presentes na favela, relacionando as experiências dos adolescentes no CJ com suas vivências fora dele. Concluiu que o CJ promove um processo de socialização de crianças e adolescentes de baixa renda, desenvolvendo

⁶ Os Centros de Juventude, de responsabilidade municipal, foram criados a partir da extinção do Programa de Orientação Sócio-Educativa ao Menor (Osem), em 1986. Atualmente, funcionam a partir de convênios com entidades sociais, atendendo crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos e oferecendo alimentação, reforço escolar, formação profissional e atividades artísticas e recreativas.

atitudes grupais de solidariedade e cooperação que contribuem para a convivência social dos grupos entre si e na comunidade em que vivem.

Pereira investigou as trajetórias de jovens entre 15 e 24 anos, após o desligamento do Centro de Juventude da Bela Vista, na cidade de São Paulo, a fim de buscar subsídios para avaliar o programa. O primeiro encontro com os ex-participantes reuniu 45 jovens, mas, com o tempo, as reuniões se esvaziaram, e a autora procurou entrar em contato com os sujeitos de outras formas. A conclusão aponta para a importância do CJ para os jovens pobres, pois o programa consegue estabelecer um laço positivo com a clientela, embora seu atendimento seja limitado à idade máxima de 14 anos, seguido por um período indesejável de ociosidade.

Vecchiato apresenta um panorama do atendimento à infância e adolescência em níveis estadual e municipal e realiza estudo de dois casos de CJs: um localizado no centro de São Paulo (SP) e outro na periferia da cidade. Foram realizadas entrevistas com o coordenador, dois professores, dois alunos e dois pais de cada CJ, além do coordenador pedagógico da escola mais próxima de cada Centro, com o objetivo de analisar a relação entre o CJ e a escola. A autora observa que os dois centros investigados possuem condições materiais e humanas para atender crianças e adolescentes excluídos, mas, segundo os sujeitos envolvidos, seus serviços poderiam ser qualitativamente superiores se o trabalho estivesse integrado às atividades da escola formal.

A dissertação de Amazonas (1991) focaliza o sítio do menor trabalhador, em Itabuna (BA). O projeto é criticado pela autora por incorporar as concepções ideológicas ligadas às políticas do município, por difundir valores tradicionais ligados à imagem do bom trabalhador e priorizar a atividade profissional em relação à escola.

O mestrado de Nascimento (1994) investiga uma Oficina de Mosaicos mantida pela prefeitura da cidade de São Paulo. Através de entrevistas com os responsáveis pelo programa e com os meninos, cuja idade variava entre 10 e 17 anos, o autor avaliou positivamente a oficina de mosaicos, como uma experiência fundamentada no cotidiano dos jovens e em suas necessidades de sobrevivência, ingredientes que, segundo ele, tornam a educação pelo trabalho uma estratégia eficaz para a oferta de novas oportunidades aos jovens pobres. O envolvimento do autor na coordenação do projeto parece ter influenciado sensivelmente a elaboração da pesquisa e, sobretudo, a apresentação otimista dos resultados, já que sua avaliação foi baseada mais em suas convicções pessoais e menos nos resultados empíricos.

A dissertação de Bomfim (1987), sobre egressos da Funabem, mostra a incapacidade da instituição em promover a integração social dos internos, já que a saída da instituição aumenta os riscos de marginalização, ao invés de diminuí-los. Ao alcançar a maioridade, os meninos são novamente abandonados, num momento em que as pressões sociais se tornam mais críticas. Este resultado está baseado em entrevistas semi-estruturadas feitas com 18 adolescentes ligados à Associação dos Ex-Alunos da Funabem (Asseaf), além de observações e conversas informais. A pesquisa traz uma contribuição importante ao apontar os limites de um atendimento público que termina com a maioridade, como se o jovem, de repente, se tornasse auto-suficiente e capaz de se integrar socialmente, quando, na verdade, a maioridade traz novas demandas, diferentes daquelas experimentadas como criança abandonada, mas possivelmente ainda mais dramáticas.

Astigarraga (1997), em seu mestrado, estuda o processo que ocorre entre o ingresso em uma instituição pública de atendimento e o retorno dos meninos à rua.

A dissertação de Avelino (1996) investiga as características de jovens institucionalizados, sobretudo no que se refere aos vínculos e à aprendizagem. Conclui que há um desencontro entre os jovens e a instituição, sendo que esta precisa conhecer as opiniões de seu público se quiser promover ações realmente eficazes.

PROBLEMÁTICA 2 – ADEQUAÇÃO DAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS ÀS METAS FORMALIZADAS

A preocupação central dos estudos subordinados a esta problemática (no total de quatro) é avaliar a coerência entre as práticas concretas das instituições e seus discursos.

A dissertação de Cabral (1982) investiga o Centro de Reeducação Feminino (CRF) pertencente ao sistema Funabem. Foram analisados os prontuários e realizadas entrevistas com 26 menores, com idades entre 13 e 18 anos, e com os agentes institucionais, além de observações das atividades. A autora conclui que o CRF não incorpora os princípios formalizados pela Funabem e que as práticas de institucionalização não são capazes de resolver os problemas das menores, que são de natureza social.

Em seu mestrado, Oliveira Júnior (1996) busca apreender a defasagem entre o discurso e a prática de políticas assistenciais dirigidas aos meninos(as) de rua. Focalizando o Centro Educacional para Crianças e Adolescentes sob Proteção Especial (Cecasp) em Ponta Grossa (PR), o autor observa que os discursos preconizam o preparo dos jovens pobres para uma inserção efetiva no mercado de trabalho, mas, na prática, a instituição acaba se limitando a assistir os jovens quanto as suas necessidades básicas. Para o autor, não obstante esteja descompassada com as novas formas de acumulação de capital, a vertente assistencialista ainda prevalece, defendendo a profissionalização numa sociedade onde a ocupação profissional se tornou escassa.

A dissertação de Couto (1997) investigou o Projeto Vem pra Casa Criança, mantido pela prefeitura do Rio de Janeiro. A autora faz uma análise histórica do atendimento à infância e adolescência no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro. Foram realizadas entrevistas com os coordenadores dos vários programas e observações do seu cotidiano, concluindo que, embora incorpore novas diretrizes trazidas pelo ECA, os programas ainda reproduzem antigas práticas herdadas dos sistemas de internação, o que aponta a dificuldade deles se reestruturarem efetivamente sobre as novas bases estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A dissertação de Rosali Amaral (1997) analisou a política municipal de assistência à infância em Belém (PA) e observou que os discursos sobre a criança de rua são contraditórios e podem ser divididos em quatro modalidades: discurso da lei, discurso da indignação e da denúncia, discurso da tipificação da criança e de sua família e discurso de salvação, cuja diversidade aponta incoerências que incidem diretamente sobre as práticas implementadas.

PROBLEMÁTICA 3 – INFLUÊNCIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO NO DESTINO DE MENORES

A dissertação de Silveira (1989) mostra a dramaticidade vivida pela menor abandonada, interna da Febem no Ceará. Além da exclusão social, as meninas enfrentam dificuldades de inserção profissional, sendo limitadas às tarefas domésticas. A instituição, longe de transformar as condições de vida das meninas, acaba reproduzindo as distorções sociais e contribuindo para a manutenção de sua condição subalterna.

O mestrado de Roberto da Silva (1996) chama a atenção pelo nível aprofundado da análise empreendida e pelas novas questões que levanta. Analisando 370 prontuários da primeira geração de menores abandonados internados no sistema Febem-SP, o autor mostra que o processo de institucionalização redundou em verdadeiro processo de socialização da criminalidade, que transformou crianças órfãs em criminosos, clientes preferenciais do sistema penitenciário a partir da maioria. O autor utiliza seu trabalho como mais um instrumento de responsabilização legal do Estado em relação à entrada dos ex-internos no mundo do crime. O estudo inova quando vai além da idéia de que as instituições reproduzem as desigualdades sociais, afirmando que elas produzem os criminosos que posteriormente serão punidos, denunciando o Estado como o agente diretamente responsável pela exclusão social, econômica e familiar de crianças abandonadas. A qualidade da pesquisa empírica e a adequação entre os dados e a análise teórica constituem um traço característico do estudo.

Relação com a Escola e Trabalho

Este subtema reúne um grupo de 14 trabalhos que concentram atenção nas questões que envolvem a escolarização de crianças e adolescentes excluídos, institucionalizados ou não.

Como em outros subtemas, as designações dos sujeitos variam. São descritas, a seguir, as principais problemáticas identificadas.

PROBLEMÁTICA 1 – TRABALHO INFANTIL E ESCOLA

Há seis trabalhos identificados nesta problemática. A dissertação de D'Uniam (1993) compara cinco grandes cidades de países latino-americanos, utilizando dados secundários, quanto à relação entre trabalho infantil e escolarização. Conclui que a inserção na atividade de trabalho se dá a partir dos dez anos de idade e envolve sobretudo os meninos. A maioria das crianças expressa satisfação em trabalhar e, muitas vezes, a remuneração obtida é o elemento que permite a continuidade dos estudos escolares. Nesse estudo não se observou influência direta do trabalho infantil sobre o fracasso escolar.

Em sua dissertação, Fonseca (1995) investigou as representações sociais de meninos das Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (Ceasa-RS) sobre o trabalho. Foram analisadas 12 entrevistas com meninos de idades entre 11 e 17 anos, e a autora concluiu que o trabalho, embora precoce, ocupa centralidade na vida dos sujeitos, sendo a face positiva de sua sociabilidade.

A dissertação de Munhoz (1996) estudou a dimensão da escola, do trabalho e da família a partir de um único sujeito jovem, guardador de carros em Sorocaba (SP).

A pesquisa de Reginaldo Silva (1997), utilizando-se de indicadores da situação mundial da infância, discute o contexto da realidade da criança e do adolescente no Brasil e reúne algumas reflexões sobre a problemática do trabalho infantil. A partir de relatos de crianças trabalhadoras na rua, de mães, de um pai e de componentes de uma escola estadual de primeiro grau em São Carlos (SP), o autor buscou compreender como se dá o processo educativo nas ruas. Observou que, apesar do ECA, o Estado e a escola não viabilizam novas alternativas educacionais que incorporem as crianças e jovens em processo de exclusão.

A dissertação de Betty Silva (1995) discute a categoria trabalho e a inserção de crianças e adolescentes nessa atividade, numa perspectiva histórica. Realiza um estudo de caso do Patrulheirismo em Niterói (RJ), investigando as relações dos meninos trabalhadores com duas empresas estatais conveniadas. A autora tece críticas ao trabalho infanto-juvenil em geral e denuncia a precariedade das condições de trabalho dos menores patrulheiros nas empresas, mas, em suas conclusões, apresenta propostas com a finalidade de melhorar a situação desses adolescentes, como, por exemplo, a fixação de uma carga horária de 20 horas semanais. Assim, pode-se entender que, apesar das críticas, a autora reconhece a necessidade do trabalho para os adolescentes pobres.

A dissertação de Jorge (1997) analisou os sentidos que as crianças pobres atribuem à escola e ao trabalho, a partir de entrevistas e observações de duas meninas de 7 e 10 anos e de um menino de 13 anos, no espaço escolar, familiar e de trabalho. A autora concluiu que a inserção no trabalho faz com que as crianças conquistem autonomia e independência no ambiente familiar, fatores responsáveis pela reorganização das relações de autoridade no interior da família. No entanto, essa atividade é ocultada pelas crianças na escola, em razão dos preconceitos atribuídos, e, ao contrário do que se pensa, elas não chegam à escola cansadas, mas ansiosas para brincar, já que não podem fazê-lo no trabalho. Por sua vez, a escola desconhece o fato de que, em parte, seus alunos são também trabalhadores, desconsiderando as experiências advindas desse outro espaço socializador. O estudo aponta uma dimensão muito pouco visível da escola, que é sua importância como espaço de ludicidade e diversão para as crianças inseridas precocemente no mundo do trabalho. Além disso, a tese da desorganização familiar foi refutada, pois as famílias das crianças e do adolescente investigado são estruturadas, manifestam afeto e elaboram projetos de futuro para eles.

PROBLEMÁTICA 2 – VISÃO DO(A) MENINO(A) DE RUA SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO

Sob esta problemática estão agrupadas quatro investigações. A questão acerca das representações e sentidos atribuídos à escola pelos meninos de rua ou adolescentes pobres é marcada

por uma preocupação dos pesquisadores em perceber os descompassos dessa instituição em relação às expectativas de uma clientela que a instituição escolar não está preparada para receber.

Em sua dissertação, realizada a partir de entrevistas com dois meninos participantes da Associação dos Meninos de Curitiba (Assoma), Walger (1995) observou que eles questionam a qualidade do ensino dirigido aos meninos carentes pela ênfase concedida ao trabalho em detrimento do estudo, avaliando mais positivamente a escola pública do que a instituição que frequentam. O autor sugere que tal opinião se deve ao engajamento do diretor dessa escola pública com os meninos, o qual se empenhava na realização de passeios e atividades fora da escola. Outro fator residiria no maior nível de dificuldade da escola pública em relação à do Assoma.⁷

Barros (1981), em sua dissertação, estudou comparativamente as expectativas de internos de duas unidades de triagem da Funabem no Rio de Janeiro – uma que atendia meninos abandonados (unidade A) e outra que atendia infratores (unidade B) – em relação à escola e ao trabalho. Foram entrevistados 20 adolescentes da unidade A e 23 da unidade B, todos com idade entre 14 e 18 anos, e os resultados mostraram que os jovens possuem uma trajetória escolar descontínua, recordando-se dos professores em termos afetivos e esperando fazer novas relações de amizade caso retornem à escola. Os meninos, na maioria, já exerceram atividade remunerada e privilegiam o trabalho em relação ao estudo. Um aspecto interessante da pesquisa foi a constatação da importância, para os meninos, das relações afetivas na escola, o que, no entanto, não foi explorado e aprofundado pela autora.

Gustsack (1997), em sua dissertação, investigou os sentidos atribuídos à educação por quatro jovens em situação de risco que haviam frequentado o programa socioeducativo Girassol, mantido pelo Centro Comunidade de Vila Floresta, em Porto Alegre (RS), e, também, a escola formal. Através da análise de discurso, o autor destacou as regularidades presentes nas falas dos sujeitos, concluindo que suas noções de educação trazem uma tensão entre rejeição e aceitação, certezas e incertezas, lugar de expressividade e de silenciamentos. O autor salienta que outras organizações, como os grupos de RAP, de capoeira, de futebol, as escolas de samba, etc., são mais significativas para os sujeitos, pois nelas podem criar e recriar sua própria educação, resistindo à prática social dominante representada pela escola.

A quarta dissertação subordinada a esta problemática – Almeida (1996) – analisou as representações de um grupo de 25 meninos de rua de Salvador (BA) sobre a escola e o trabalho. Não se dispõe de maiores informações sobre esse estudo, pois não foi possível recuperar seu exemplar.

PROBLEMÁTICA 3 – INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE INSTITUCIONALIZADA(O) À(AO) ESCOLA/SABER FORMALIZADO

Quatro pesquisas focalizam a questão da integração do adolescente à escola e ao processo de aprendizagem escolar.

A dissertação de Arantes (1980), a partir de um teste padronizado de inteligência, buscou investigar a relação entre dificuldades de aprendizagem e processo de institucionalização. Foram investigados dois grupos: um de 56 meninos institucionalizados da Associação Lar de Menores, entidade mantida pelo Consórcio Araraquarense para Assistência aos Menores, em São José do Rio Preto (SP), e outro de 66 meninos não-institucionalizados. Em ambos os grupos, os meninos eram estudantes de 1º grau da mesma escola e sala de aula e tinham idades entre 7 e 15 anos. O autor identificou maiores dificuldades de aprendizagem no grupo dos meninos institucionalizados, concluindo que o ambiente exerce uma influência importante no processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes, já que a precariedade vivida na instituição em que residem dificulta seu crescimento intelectual. O autor salienta que essa conclusão não pode ser generalizada, tendo em vista o pequeno número de sujeitos investigados.

A tese de Craidy (1996) avalia uma experiência de alfabetização com meninos de rua, realizada por ela mesma no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foram feitas mais de

⁷ As conclusões do autor são muito confusas e não exprimem coerência com os dados empíricos (escassos) obtidos em sua pesquisa. Um exemplo disso é sua constatação de que o ensino oferecido na escola pública é melhor do que o ensino do Assoma, quando, na verdade, se trata de uma opinião dos sujeitos entrevistados, que, segundo o próprio autor, é muito influenciada pela figura positiva do diretor.

30 entrevistas com educadores de várias cidades e com meninos de rua presentes nos seminários do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), em instituições de atendimento e na própria rua. A autora detectou como elementos mediadores do analfabetismo a ruptura com as instituições e com a ordem social dominante, a instabilidade, a violência e a privação da infância. A rua é vista por ela como um espaço de confinamento e não de liberdade, onde não há projeto, mas somente o eterno presente da luta pela sobrevivência. A interlocução nas ruas reserva pouco lugar para a escrita e a leitura, privilegiando gestos e expressões mímicas. Os meninos de rua não conseguem se colocar como sujeitos do discurso letrado, já que vêem a si mesmos numa posição cultural subalterna e, assim, têm a palavra cassada. A tese traz reflexões importantes sobre uma das situações que constitui a experiência de exclusão dos meninos de rua, a do analfabetismo, mostrando como a alfabetização implica a aprendizagem das convenções lingüísticas, que se inserem numa ordem sociocultural específica; por isto, não ser alfabetizado representa romper com a ordem social mediante a ruptura com algumas de suas bases culturais, no caso, a escrita e a leitura. A análise é rica em referências teóricas, que são adequadamente cotejadas com o material empírico.

A dissertação de Gonçalves (1994) analisa uma escola alternativa dirigida a meninos de rua, mantida pela Secretaria Estadual de Educação de Campo Grande (MS), buscando perceber a relação entre a proposta oficial e a prática efetiva. Foram coletados depoimentos de ex-alunos e educadores. O autor observou que, entre a proposta de uma educação considerada verdadeiramente alternativa e a sua concretização havia muitas lacunas. Primeiramente, a proposta da escola partia de uma visão idealizada dos meninos de rua, já que, de vítimas, eles passavam a heróis, de excluídos, a protagonistas de uma nova história e de privados do saber formal, a portadores de uma nova cultura. Mesmo criticando as práticas escolares formais, a escola alternativa acabou se aproximando mais de práticas protecionistas e paternalistas do que de uma educação crítica visando a construção da autonomia. Ainda assim, o autor entendeu que a iniciativa constituiu um importante avanço na política de assistência à infância, pela crítica feita aos métodos tradicionais de atendimento.

É importante salientar que, mesmo tendo participado da escola investigada como educador, o autor conseguiu distanciar-se criticamente da experiência analisada, a ponto de problematizar um discurso e uma prática com as quais até então estava comprometido. Além disso, o estudo de Gonçalves aponta um traço na proposta pedagógica da escola alternativa que também é muito característico das teses e dissertações sobre os meninos de rua, que é justamente a romantização dos sujeitos.

Marca (1992), em sua dissertação, investiga o tipo de relação que os professores e a equipe técnica de uma escola municipal do Rio de Janeiro mantêm com alunos oriundos de uma instituição assistencial. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com sete professores e três membros da equipe técnico-pedagógica, além de observações. A base empírica do estudo é bastante precária, e as conclusões da autora não contemplam adequadamente os dados das entrevistas, sendo muito influenciadas pelas observações do cotidiano da escola. A autora conclui que há uma rejeição e um pré-julgamento do potencial dos meninos institucionalizados pela escola, o que contribui para que, efetivamente, esses meninos tenham maiores problemas de integração do que os não-institucionalizados.

Perfil e Sociabilidade

Este grupo de dez trabalhos concentra-se na análise das vivências processadas pelas crianças e adolescentes pobres, concedendo especial atenção aos aspectos estruturantes do seu cotidiano que permitem perceber a face construtiva e substantiva da vida nas ruas.

PROBLEMÁTICA 1 – CARACTERÍSTICAS DE INFRADORES E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO

Os oito trabalhos identificados com esta problemática concentram-se no perfil socioeconômico, familiar e psicológico de adolescentes pobres.

A dissertação de Maria Elisabeth Cardoso (1981) coletou dados secundários de 358 menores infratores, em liberdade assistida pela Equipe de Orientação Judiciária do Juizado de Menores de Porto Alegre (RS), a fim de verificar a existência de relações entre algumas características dos sujeitos e os tipos e número de infrações penais. Observou-se a predominância de homens infratores e a existência de relação entre renda familiar e modo e número de infrações, o que fez com que a autora afirmasse que “estes dados podem provar ser o fator econômico um dos fortes indicadores e causadores da marginalidade social” (Cardoso, 1981, p. 98). Tal conclusão é, no entanto, precária, em vista do material empírico que sustentou a análise.

A dissertação de Oliveira (1991) teve como objetivo desvelar o ser menor abandonado, a partir de uma análise teórico-metodológica baseada na fenomenologia. A autora acompanhou de perto o trabalho de duas instituições de atendimento de Campo Grande (MS): a Casa Dom Bosco, dirigida pela Congregação dos Salesianos, e o Centro de Promoção Humana (Ceaph), vinculado à Secretaria de Educação do Estado. Os dados relativos ao menor abandonado foram coletados mediante a observação dos programas e do discurso de 15 sujeitos. Foram elaboradas quatro categorias, com o objetivo de desvelar o percurso existencial dos menores: dinâmica social, que consiste nos aspectos externos e contextuais da vida dos sujeitos, como a desestruturação e o abandono familiar; aspectos emocionais, marcados pelo sentimento de dor e perda profunda; perspectivas, que consiste na disposição dos sujeitos para superar sua situação atual através da profissionalização e na pouca sensibilização em relação à escola; senso crítico, expresso pelos sujeitos através dos questionamentos que dirigiram à autoridade policial, à escola e seus procedimentos inadequados, às omissões dos pais e à sociedade. As conclusões não avançam muito na compreensão do menor abandonado e tendem a ser reiterativas no que diz respeito, por exemplo, às características emocionais dos sujeitos, marcados pela dor e sofrimento.

A dissertação de Panuncio (1995) investiga prontuários de 50 meninos e meninas de rua, com idades entre 7 e 18 anos, que foram alvos do atendimento de dois programas municipais e de um programa da Pastoral do Menor, em Ribeirão Preto (SP). Além das variáveis idade, sexo, situação escolar e condições econômicas dos pais, foram identificadas variáveis outras ligadas ao perfil psicológico, como distúrbios de conduta, eventos de vida potencialmente estressantes e distúrbios de conduta dos pais. Observou-se que a trajetória dos sujeitos é permeada de fatores de estresse, como a morte e a separação dos pais, a violência física, a evasão escolar, os conflitos familiares constantes, a privação física severa, entre outros. O conteúdo dessas situações facilita o aparecimento de distúrbios de conduta, como o alcoolismo e o comportamento delinqüente. Não foram verificadas diferenças na ocorrência de comportamentos anti-sociais por faixas etárias.

A relação com o gênero aparece na dissertação de Prates (1998), que investiga a história de vida de dez meninas em situação de rua, no município de São Leopoldo (RS). A autora busca refletir sobre a construção do feminino na situação de exclusão social. Observa que a saída de casa e a ida para rua resultam de um processo lento e gradual, que se dá a partir do rompimento dos laços familiares, em razão da violência familiar. Embora a rua represente a busca de um espaço de vida, lá a menina continua a ter uma relação de violência e exploração com o sexo masculino, através da prostituição. Enquanto os meninos conseguem construir na rua um grupo mais ou menos permanente de proteção e sobrevivência, as meninas demonstram mais dificuldade, pois sempre estão querendo voltar para casa e sair da situação de rua sem conseguir estruturar um grupo e, por isso, ficam mais fragilizadas nas situações e relações experimentadas nas ruas. A pesquisa traz uma reflexão importante sobre a menina de rua: de um lado, rompendo o silêncio em torno das vivências da exclusão por parte das mulheres e, de outro, avançando na compreensão da sociabilidade feminina nas ruas.

Sob perspectiva diversa, a dissertação de Spengler (1996) focaliza a transição de um menino de rua para a condição de cidadão socialmente integrado, a partir de uma abordagem biográfica.

A dissertação de Alberto Souza (1998) investiga o perfil, a trajetória, as dificuldades e os sonhos de um grupo de dez meninos e duas meninas que moram nas ruas de São Bernardo do Campo (SP). O autor se aproximava dos sujeitos nos vários lugares que freqüentavam e estabelecia conversas informais. Observou-se que uma das maiores motivações que conduzem as crianças às ruas é a entrada

no trabalho precoce. Outros fatores também se mostraram relevantes, como a situação de violência e abandono no ambiente familiar. Os meninos e meninas sentem-se atraídos pela liberdade, pelas diferentes hierarquias e novidades trazidas pelo espaço da rua, mas acabam travando uma luta árdua para se firmar nesse ambiente, tornando-se crianças e adolescentes endurecidos. Já a dissertação de Figueiredo (1996) pesquisa o cotidiano de meninos e meninas de rua de João Pessoa (PB) para melhor identificar seu modo de vida.

A dissertação de Peres (1997) examina a vida e o relacionamento das famílias de crianças e adolescentes em situação de rua. A autora observa que as condições materiais precárias dos pais são responsáveis pela entrada precoce das crianças no mercado de trabalho, nas atividades de mendicância e em sua ida para a rua. Há microvariáveis que também assumem relevância na explicação, tais como os conflitos conjugais entre pais, a presença ou não do pai na educação das crianças e o tipo de interação processada no seio da família. A autora também destaca a ausência de estudos sobre a família de crianças de rua.

PROBLEMÁTICA 2 – EXPERIÊNCIAS DE SOCIABILIDADE NAS RUAS/ANÁLISE DO COTIDIANO

Os dois estudos relativos à sociabilidade dos jovens em processo de exclusão social privilegiam a experiência dos sujeitos salientando a complexidade das vivências, que não podem ser reduzidas a uma lógica única e devem ser compreendidas a partir do universo da cultura juvenil, como apontam as dissertações de Tedrus (1996) e Acioli (1995).

Tedrus (1996) realizou observações de jovens que trabalham nas ruas de São Bernardo do Campo (SP), suas interações e conversas informais, visitas às suas residências e entrevistas. Foram acompanhados 48 jovens olhadores de carros, vendedores de pastilhas, engraxates e carreteiros, cujas idades variavam entre 11 e 19 anos. Utilizou como grupo comparativo e de apoio um grupo de jovens trabalhadores de rua, na década de 80. Tedrus conclui que a experiência de trabalho nas ruas não pode ser reduzida a uma lógica única, mas diz respeito a lógicas combinadas a vários acontecimentos, momentos e interlocutores. Se há dimensões de conflito e violência na experiência da rua, ela também oferece outros mecanismos de agregação que propiciam melhores condições de suportar o cotidiano do trabalho.

Acioli (1995) busca examinar os princípios utilizados na estruturação da vida nas ruas por meninos e meninas que perambulam na rodoviária de Brasília (DF). A autora acompanhou cerca de 20 sujeitos com idades entre 8 e 19 anos em suas incursões pelos espaços da cidade. A rodoviária foi o local de encontro dos meninos e meninas que buscaram uma forma de organização coletiva, espaço que passou a dar suporte às suas vidas. A autora observou que as drogas (cola, esmalte, tiner, maconha) desempenham um papel importante no cotidiano das meninas e meninos, ao permitir sensações de delírios que os deslocam para um mundo de fantasia e emoção. As tentativas de retorno à família são delicadas, pois implicam o retorno a uma situação desgastada e à sujeição aos adultos. Além disso, as crianças e jovens que moram nas ruas nelas constroem seu conjunto de referências e a organização dos papéis; e, quando deslocadas desse espaço, sofrem um processo difícil, tendo em vista a possibilidade de novas adaptações.

A perspectiva analítica das autoras é inovadora, já que examinam a experiência de adolescentes excluídos como universo organizado e não somente como uma situação de desestruturação. No caso de Acioli, a rua é vista como espaço normativo para as crianças e jovens investigados, visão que rompe com os parâmetros comumente utilizados para a análise dos jovens excluídos, que representam a situação de exclusão como ausência de referências, como se o sujeito vivesse uma espécie de suspensão de sua condição social.

Personalidade e Comportamento

O subtema Personalidade e Comportamento reúne sete trabalhos, nos quais predominam as análises apoiadas na Psicologia, tanto em termos teóricos quanto metodológicos. Do ponto de vista

teórico, as análises concentram-se, em geral, no menino de rua como indivíduo e não como grupo social. Assim, há uma tendência, ainda que não muito explícita em alguns trabalhos, de essencializar as características levantadas, como se pudessem ser naturalmente atribuídas às crianças e adolescentes pobres. Nota-se neles, também, o emprego significativo de testes psicológicos padronizados.

PROBLEMÁTICA 1 – DESENVOLVIMENTO MORAL, AUTOCONCEITO, VALORES, SEXUALIDADE E CARACTERÍSTICAS FAMILIARES DE JOVENS EM PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL

Há sete estudos nesta problemática, sendo que a tese de Barreto (1989) e a dissertação de Lustosa (1998) abordam o desenvolvimento moral de meninos de rua a partir da aplicação de testes padronizados.

Barreto aplicou o Questionário de Reflexão Social de Gibbs, que permite classificar os sujeitos em estágios de Kohlberg, para 40 meninos, com idades entre 9 e 17 anos, sendo 20 atendidos pelo Albergue João Paulo II, em Porto Alegre (RS), e 20 fora de qualquer atendimento. A autora concluiu que os meninos apresentaram maior culpa interiorizada do que exteriorizada e situam-se no primeiro estágio do nível convencional de desenvolvimento moral, próximos às crianças brasileiras de classe média e média baixa.

O estudo de Lustosa investigou o julgamento moral, a empatia e o maquiavelismo em crianças e adolescentes em situação de rua, comparando-os a crianças e adolescentes de escola pública e particular. A amostra foi constituída por 10 meninos de rua, 20 meninos trabalhadores de rua, 20 alunos de uma escola pública e 20 alunos de uma escola particular, com idades entre 11 e 17 anos. Foi aplicado um instrumento padronizado de julgamento moral, e os resultados indicaram que os sujeitos como um todo raciocinam moralmente no nível convencional, com ênfase na afetividade. As crianças e adolescentes em situação de rua mostraram-se tão empáticos quanto aqueles da escola pública e da particular, e os meninos de rua e trabalhadores, segundo a pesquisa, se constituem um grupo menos maquiavélico do que o grupo da escola particular.

A dissertação de Pinel (1989) investiga prontuários de 87 menores infratores denominados de alto risco, atendidos pela Comissão Psicopedagógica do Juizado de Menores de Vitória (ES), todos do sexo masculino e com idades entre 12 e 17 anos. Foi escolhido um menor com características representativas dos demais, para a realização de estudo de caso que pudesse subsidiar a elaboração de um programa psicoeducacional a ser oferecido pela Comissão do Juizado de Menores. As conclusões apontam que há relação entre o uso de drogas, a fuga de casa, espancamento familiar e de policiais, com a incidência de autoconceito negativo nos menores. A deterioração familiar, provocada pelo alcoolismo e pela violência dos pais, incentiva os adolescentes a fugir de casa e a se tornar drogados e reincidentes.

Elaine Souza (1989), em sua dissertação, focaliza os valores de meninos de rua mediante observações e entrevistas semi-estruturadas com 20 sujeitos, de idades entre 13 e 18 anos, do sexo masculino, frequentadores do Centro Infante-Juvenil Plínio Gilberto Kroeff, ligado à Febem de Porto Alegre (RS). A autora observou que a família é um dos valores mais importantes para os sujeitos investigados, mesmo que suas trajetórias pessoais sejam marcadas pela fragilidade dos laços familiares; em seus discursos, o trabalho aparece como um valor oposto à delinquência.

A tese de Moysés (1982)⁸ teve como objetivo verificar se o tratamento de valorização pessoal, baseado na Psicologia Humanística, e de clarificação de valores permitem elevar a auto-estima de crianças e adolescentes. Além dessa hipótese, buscou-se comprovar se o tratamento de valorização pessoal provoca maiores mudanças do que o de clarificação de valores. Os tratamentos, baseados em atividades grupais, foram aplicados a 90 menores institucionalizados, com idades entre 7 e 14 anos, sendo 45 do sexo feminino e 45 do sexo masculino. Houve ainda um terceiro tratamento controle, realizado a partir de jogos. A auto-estima – considerada como o julgamento que o indivíduo faz

⁸ Embora o universo estudado tivesse como limite superior a idade de 14 anos, optou-se por considerar a tese no universo dos estudos sobre Adolescentes em Processo de Exclusão Social, devido à impossibilidade da rígida demarcação etária nesses estudos.

do seu próprio valor –, antes e depois dos tratamentos, foi medida através do Questionário de Auto-Satisfação de Miller. A hipótese foi confirmada, já que o tratamento de valorização pessoal elevou mais a auto-estima do que o de clarificação de valores. Observou-se que os tratamentos não produzem alterações diferenciadas de auto-estima nos dois sexos, mas as meninas possuem auto-estima mais baixa do que os meninos. A autora salienta que os menores institucionalizados mostram-se abertos a experiências que busquem melhorar sua auto-estima, reagindo de forma muito positiva.

A dissertação de Eva Pereira (1995) consiste em pesquisa integrada a um projeto maior sobre prostituição infantil, ligado ao Centro Latino-Americano da Violência e Saúde (Claves), da Escola de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz e Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Foram realizadas entrevistas com sete meninas que participam de programas públicos e civis de atendimento dedicados ao gênero feminino, com idades entre 14 e 17 anos (grupo 1), e com 13 meninas que vivem ou trabalham nas ruas e não participam de nenhuma instituição, com idades entre 14 e 19 anos (grupo 2). O objetivo foi apreender o significado da prostituição infantil e da sexualidade para as meninas. A saída de casa relaciona-se, para ambos os grupos, à violência física familiar, ao abuso sexual por parte do padrasto e ao alcoolismo do pai ou da mãe. As meninas demonstram timidez para falar sobre sexo e tendem a reproduzir a moralidade dominante. A maior parte das meninas nega o envolvimento na prostituição, o que, segundo a autora, é parcialmente verdadeiro, pois elas contam com a ajuda de organizações não-governamentais que oferecem alimento e assistência psicológica, médica e jurídica. Percebe-se que a autora consegue obter apenas opiniões das meninas sobre a prostituição, o que encaminha seu trabalho numa outra perspectiva que não aquela explicitada por ela, já que as meninas não são prostitutas de fato. Nesse sentido, os objetivos e até mesmo as conclusões mostram-se descoladas do material empírico obtido.

A dissertação de Tibúrcio (1998) investigou o papel do corpo para meninas em situação de risco e para a prática educativa a elas dirigida. Foram entrevistadas nove frequentadoras da Casa Renascer, em Natal (RN), com idades entre 12 e 17 anos. A instituição oferece oficinas de dança e teatro, o que, segundo a autora, possibilita o contato com linguagens expressivas omitidas pelo sistema educacional formal. As meninas externaram uma visão dicotômica entre corpo e mente, que retrata uma concepção social centrada em certo dualismo. O conteúdo das entrevistas, além de escasso, parece superficial. A autora expressa, de início, uma visão crítica em relação à falta de espaço do corpo no mundo atual, o que permeia todo o seu texto, desde a análise do material empírico até as conclusões. No entanto, o leitor fica sem saber os embasamentos teóricos que norteiam a postura da autora em defesa daquilo que chama de corporeidade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de recente, é inegável que o interesse pelo tema da infância e adolescência excluída tem crescido progressivamente entre os pesquisadores.

Em levantamento bibliográfico feito por Alvim e Valladares (1988), foram localizados 22 trabalhos de pós-graduação sobre o tema da infância e juventude pobre, no período que compreende as décadas de 60, 70 e 80 até 1987, reunindo diversas áreas do conhecimento. Restritos à produção discente da pós-graduação em educação, pôde-se verificar o seu expressivo crescimento, sobretudo a partir de 1995.

Assim como Rosemberg (1993) aponta o problema da imprecisão conceitual em relação à elaboração das contagens e estimativas sobre o número de jovens excluídos, percebe-se que a produção discente é eivada de imprecisões tanto na designação do sujeito (menor, menino de rua, adolescentes em situação de risco, etc.) e na sua qualificação (pobre, excluído, marginalizado) como na ausência de distinção das fases de vida (infância e adolescência). Essa imprecisão também dificulta sensivelmente a elaboração de reflexões mais aprofundadas pelos pesquisadores.

Os pesquisadores imprimem um tom fortemente político aos seus trabalhos e, em geral, não conseguem desconstruir criticamente a imagem estereotipada das crianças pobres, tampouco o discurso de indignação ante à questão da infância.

No subtema Projetos Não-Estatais de Atendimento há uma questão de fundo presente na grande maioria dos trabalhos, que diz respeito às dificuldades e potencialidades de algumas ações que visam recuperar meninos de rua ou impedir que jovens pobres se envolvam com a criminalidade. A partir dessa interrogação, muitos pesquisadores se movimentam entre os vários programas sem conseguir se distanciar das intenções e motivações políticas que permeiam suas descrições e conclusões, sobretudo quando são atores dessas experiências.

Não se trata, aqui, de defender a neutralidade do pesquisador, mas de chamar a atenção para as conseqüências negativas de uma inserção política/profissional que não deixe espaço para a construção de abordagens teóricas adequadas à natureza do trabalho acadêmico. O tom político das pesquisas influencia diretamente o seu conteúdo, criando uma espécie de amarra que impede os trabalhos de avançarem na construção e explicação de problemáticas; o resultado é a repetição de perguntas, afirmações e relações em várias pesquisas, quando deveria ser observado um maior adensamento das problemáticas e um avanço das explicações.

Essa característica marcante das pesquisas no tema *Adolescentes em Processo de Exclusão Social* é conseqüência de um traço muito peculiar, que é o envolvimento pessoal dos autores com os programas investigados, seja como idealizadores, funcionários, coordenadores, seja como voluntários e militantes.⁹ A sobreposição dos papéis de pesquisador e funcionário/militante tem como saldo um tipo diferenciado de envolvimento dos autores com a realidade investigada e com a forma de analisá-la teoricamente. Parte substantiva das conclusões que avaliam esses projetos – sejam elas positivas, sejam negativas – derivam, em primeiro lugar, dessa perspectiva militante e, secundariamente, da análise do material empírico investigado. Há casos em que se nota um esforço do pesquisador para empreender uma análise que esteja distanciada, o máximo possível, dos seus envoltimentos emocionais.

A abordagem teórica utilizada pela produção discente nem sempre fica muito clara, mas há uma visível predominância das análises de cunho marxista. Algumas pesquisas conciliam escritos variados de Karl Marx e Friederick Engels com os de Michel Foucault, sobretudo do livro *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, e de Erving Goffman, do livro *Manicômios, prisões e conventos*; outras concentram-se exclusivamente em Goffman e Foucault, apoiando-se em suas críticas às instituições de internação. Em muitas delas, a discussão teórica remete a textos pertinentes ao tema abordado, mas não explicita uma única inspiração teórica; ao contrário, parece haver uma ampla utilização de trabalhos pertencentes a várias áreas do conhecimento e de orientações teórico-metodológicas também diversas, o que converge com uma tendência observada também em outras áreas que não a de Educação, que consiste na orientação predominantemente pluralista dos trabalhos acadêmicos e a pouca freqüência de trabalhos inspirados numa única tradição teórica. Essa característica exigiria do autor a capacidade de articular tais tradições, o que nem sempre ocorre, principalmente no momento correspondente ao mestrado.

No entanto, a enorme variedade de textos citados demonstra que o tema *Adolescentes em Processo de Exclusão Social*, no interior do qual haveria um núcleo denso de leituras básicas e indispensáveis à aproximação teórica com o objeto de estudo, ainda não está suficientemente consolidado como campo de pesquisa. Assim, alguns pesquisadores acham mais importante concentrarem-se na discussão do espaço da rua,¹⁰ enquanto outros buscam precisar teoricamente a categoria juventude¹¹ e outros, ainda, acham mais importante utilizar textos que abordem a questão da pobreza.¹²

A metodologia e os instrumentos de coleta de dados utilizados pelos pesquisadores não variam muito; em geral são estudos de caso de um programa de atendimento ou instituição, onde são

⁹ Das 46 teses e dissertações em que foi possível identificar a natureza da relação dos pesquisadores com os programas e instituições investigadas, notou-se que, em 22 delas (47,8%), os autores afirmaram manter relações profissionais e de militância especificamente com o projeto investigado. A porcentagem de trabalhos nessas condições é altíssima, considerando-se que não foram computados os casos em que o pesquisador assume ser militante e não explicita o local de atuação. Não foram somadas também as dissertações de Roberto da Silva, em que o pesquisador investiga prontuários de toda uma geração de ex-menores da qual ele próprio fez parte, e de Liliane Jorge, em que a autora trabalha com apenas três sujeitos que são seus alunos na escola pública.

¹⁰ Este é o caso da dissertação de Alberto Souza (1998), que se utiliza amplamente dos textos de Da Matta (1979, 1985 e 1991) e de Magnani (1984).

¹¹ Isso ocorre na dissertação de Tedrus (1996), que utiliza os escritos de Dubet (1987 e 1994), e em outras pesquisas que recorrem a Erikson (1976) e Ariès (1981).

¹² Nesse caso, recorre-se a diversos autores, destacando-se Kowarick (1975).

selecionados alguns sujeitos para serem submetidos a entrevista semi-estruturada. Identifica-se, também, a presença de trabalhos de cunho etnográfico, caracterizados pela ênfase nas observações e descrições do cotidiano investigado. Poucos são os estudos quantitativos envolvendo a análise de fichas/prontuários¹³ ou a aplicação de questionários estruturados.

Os pesquisadores, muitas vezes, declaram seu interesse em conhecer melhor o sujeito “menino de rua”, mas não empregam metodologias e instrumentos de coleta adequados para cumprir esse objetivo e muitos deles terminam reiterando características conhecidas, parte delas produto do senso comum, como a rebeldia e a desobediência. As características diferenciadas dos jovens excluídos aparecem em muitos trabalhos como a contrapartida da situação pobreza a que estão submetidos, sem que fiquem claros os mecanismos e processos que conduzem à construção daquilo que aparece como uma personalidade rebelde, independente ou violenta. O tipo de inserção desses sujeitos no universo juvenil mais amplo, caracterizado por formas peculiares de interagir com o mundo e com as outras gerações, não é abordado pelas pesquisas. Algumas apontam a importância dos grupos de pares para os meninos de rua, mas não chegam a discutir as razões que levam esses sujeitos a se aproximar social e afetivamente de outros jovens. Em suas explicações, os pesquisadores, em geral, remetem essa identificação com os pares à desestruturação do grupo familiar, como se o adolescente estivesse definitivamente desiludido com o mundo adulto e só lhe restasse o apoio dos jovens que compartilham com ele as mesmas experiências nas ruas ou nas instituições.

O campo temático como um todo é fortemente marcado por interesses e convicções políticas dos pesquisadores, que dizem respeito ora ao seu engajamento pessoal na questão da adolescência excluída, através da participação em projetos e programas de atendimento, ora por valores pessoais de indignação diante do abandono dessa parcela da juventude brasileira. Os trabalhos menos marcados politicamente são aqueles relativos ao subtema Personalidade e Comportamento, onde se encontra maior distanciamento dos pesquisadores e uma preocupação em validar cientificamente as opções teórico-metodológicas e os resultados obtidos. No entanto, deve-se salientar que os caminhos percorridos por estes trabalhos são atualmente bastante questionados, sobretudo em relação às metodologias empregadas. O uso indiscriminado de testes padronizados, por exemplo, muito em voga na década de 70 no Brasil, aparece condenado por boa parte dos psicólogos nas décadas posteriores.

No que tange às pesquisas vinculadas à temática do trabalho, seja em sua importância como princípio educativo em programas de atendimento, seja em seu papel como atividade precoce, nota-se que o ECA parece ter influenciado o interesse dos pesquisadores, já que as pesquisas se concentram na década de 90. No entanto, a complexidade de situações envolvidas na questão do trabalho infanto-juvenil (adequação, formas, relação com o universo familiar, sobretudo na sociedade agrária) derivadas, de um lado, da nova legislação e, de outro, das condições culturais, econômicas e familiares que o propiciam, foi pouco examinada pelos pesquisadores. Em boa parte, eles defendem ou justificam a atividade do trabalho em suas pesquisas (como princípio educativo, atividade de sobrevivência ou alternativa para desviar os jovens da criminalidade) e outros, ancorados na legislação atual e nas concepções de infância nela presentes, a condenam. No entanto, ainda há uma enorme carência de estudos sobre as ocupações efetivamente realizadas por adolescentes e sua importância para o grupo familiar e para o próprio sujeito, indicando, de fato, os caminhos possíveis para a erradicação da inserção precoce no mundo do trabalho.

A questão de gênero entre os adolescentes em processo de exclusão aparece somente em duas pesquisas (Silveira, 1989; Prates, 1998), o que corresponde a apenas 3,1% de toda a produção dedicada ao tema. O estudo de Cabral (1982), embora focalize meninas institucionalizadas, não aborda a questão de gênero, mas os problemas da institucionalização da infância e adolescência mediante o estudo de um centro feminino.

No conjunto de pesquisas analisadas, há uma questão teórica bastante presente que diz respeito à relação entre pobreza e criminalidade. A discussão sobre os jovens pobres urbanos remete

¹³ Entre eles, destaca-se o estudo de Roberto da Silva (1996), que realiza um trabalho empírico extenso e muito bem fundamentado.

diretamente, tanto nos noticiários da mídia quanto nas pesquisas acadêmicas, aos caminhos da marginalidade. Há um pressuposto de que a situação de carência econômica e afetivo-familiar conduza a juventude pobre às atividades delinquentes. Tal relação não é recente e tampouco diz respeito somente à realidade brasileira; ao contrário, a infância pobre tem sido objeto de preocupação como universo desestruturado e potencialmente desviante desde que o País deu início ao seu processo de industrialização e urbanização. Como destacam Alvim e Valladares (1988), em fins do século 19 já havia uma crescente preocupação de médicos, políticos e juristas com a infância abandonada ou desvalida, para citar um termo da época. Ao abordar as pesquisas, ressen-te-se da falta de uma problematização mais aprofundada dessa relação entre pobreza e criminalidade, que, se central na temática dos jovens excluídos, é também uma das questões mais importantes no pensamento sociológico brasileiro.

As lacunas apontadas não diminuem a importância do conjunto da produção discente em educação aqui analisado, pois, como já foi dito, trata-se de um campo temático em construção. Os estudos, em boa parte, especialmente aqueles que focalizam programas públicos de atendimento, cumprem um papel importante quando denunciam a ineficiência das instituições, um deles chegando a demonstrar que o Estado, através da Febem, é o responsável pela transformação de crianças órfãs em criminosos, futuros usuários do sistema penitenciário. As denúncias quanto à precariedade do atendimento público dirigido aos jovens excluídos acaba reforçando a importância, cada vez mais apontada nas pesquisas, da sociedade civil organizada, por meio de suas ONGs, universidades e instituições beneficentes, na busca de soluções e na oferta de melhores condições de vida a essa parcela da juventude brasileira. No entanto, ao localizar no Estado apenas as suas deficiências, sem investigar caminhos e políticas públicas mais adequadas, a produção de conhecimento na pós-graduação poderá alimentar indevidamente uma excessiva valorização das iniciativas não-públicas, em detrimento da necessária reformulação das concepções e práticas que orientam os serviços públicos destinados a esse segmento marginalizado dos jovens brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Teses

- BARRETO, Márcia Simão Linhares. *O desenvolvimento moral de meninos de rua*. Porto Alegre, 1989. 143 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte. *Meninos institucionalizados: a construção de um caminho*. Marília, 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- CRAIDY, Carmem Maria. *O analfabetismo do menino de rua como produção simbólica da exclusão social*. Porto Alegre, 1996. 169 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GRACIANI, Maria Stela Santos. *Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- MOYSÉS, Lucia Maria Moraes. *Efeitos dos tratamentos de valorização pessoal e clarificação de valores sobre a auto-estima de menores institucionalizados*. Rio de Janeiro, 1982. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- QUEIROZ, Amélia Maria Noronha Pessoa de. *Semear: a construção da identidade e a conquista da cidadania*. Rio de Janeiro, 1996. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. *Palavras certas: passaporte para o trabalho*. Rio de Janeiro, 1997. 286 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Dissertações

ACIOLI, Márcia Hora. *Da casa invisível à escola inevitável: um estudo sobre movimentos simbólicos dos meninos e meninas de rua da rodoviária de Brasília*. Brasília, 1995. 211 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

ALMEIDA, Maria do Socorro da Costa e. *Meninos de rua: um estudo sobre suas representações em relação a escola e ao trabalho*. Salvador, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

AMARAL, Rosali Maria Correa do. *Infância e Estado: a canção de ninar para a criança não dormir na rua*. Belém, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Pará.

AMAZONAS, Uilma Rodrigues de Matos. *O significado de uma alternativa educacional envolvendo educação e trabalho: um estudo do Sítio do Menor Trabalhador, em Itabuna*. Salvador, 1991. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

ARAGÃO, José Euzébio de Oliveira Souza. *O trabalho como elemento (re)educativo de adolescentes da classe trabalhadora: o caso de uma instituição de São Carlos*. São Carlos, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.

ARANTES, Valério José. *Dificuldades de aprendizagem em menores institucionalizados*. Campinas, 1980. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

ASTIGARRAGA, Andréa Abreu. *Processos diferenciados de institucionalização da infância de rua em Fortaleza: projetos “Atleta do Ano 2000” e integração da criança a sociedade*. Fortaleza, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará.

AVELINO, Rosário Afonso Ribeiro. *O vínculo e a aprendizagem em adolescentes institucionalizados*. Uberlândia, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia.

BARROS, Salvina Pereira. *Meninos fora da escola*. Niterói, 1981. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.

BOMFIM, Marisa Santos. *Egressos da Funabem: sua reintegração na sociedade*. Rio de Janeiro, 1987. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.

CABRAL, Maria Angela Varella. *Estudo do “menor carente” na perspectiva da política da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem)*. Rio de Janeiro, 1982. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.

CARDOSO, Maria Elisabeth de Oliveira. *Estudo de algumas características de infratores em regime de liberdade assistida no Juizado de Menores de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1981. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

- CARDOSO, Norma Aparecida. *Educação e cidadania: as representações sociais de cidadania de jovens e participação em contexto comunitário de educação*. Goiânia, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás.
- CARVALHO, Isolda Paiva. *Centro da Juventude do Jardim do Éden: um estudo socioantropológico*. São Paulo, 1997. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- CORDEIRO, Ana Paula. *Os meninos da rua da descida: uma proposta de arte e vida através do teatro*. Marília, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- CORREA, Maria Lucia. *Meninos e meninas de rua: um olhar sobre suas vivências e as repercussões destas em um programa de atendimento*. Belo Horizonte, 1998. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- COUTO, Inalda Alice Pimentel. *Cama de gato: o emaranhado entre o Estado e a sociedade civil na internação da infância pobre brasileira*. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- DANZIATO, Octavia de Carvalho Martin. *ONGs no Ceará: a prática social com adolescentes – demarcações históricas e discursivas*. Fortaleza, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará.
- DOCKORN, Elis Jacqueline. *Vivências adolescentes em um ateliê de arte-educação*. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- D'UNIAM, Clara Jéssica Vargas de. *O trabalho infantil e sua relação com a escola em países da América Latina*. Niterói, 1993. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense.
- FERREIRA, Monica Silva. *Da formação e inserção do adolescente no mundo do trabalho: um enfoque sobre os cursos de aprendizagem profissional e a educação – em pauta a Associação Cristã de Moços*. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- FIGUEIREDO, Maria do Amparo Caetano de. *Cotidiano e resistência: a vida de meninos e meninas de rua em João Pessoa-PB*. João Pessoa, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba.
- FONSECA, Laura Souza. *Um olhar sobre um grupo de adolescentes que fazem de sua atividade na Ceasa/RS uma estratégia de sobrevivência, através das suas representações de trabalho, conhecimento e fome*. Porto Alegre, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GONÇALVES, Pedro César Kemp. *Escola alternativa: experiência de uma proposta pedagógica para crianças e adolescentes de rua*. Campo Grande, 1994. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
- GUSTSACK, Felipe. *Sentidos da educação no discurso de jovens em situação de risco*. Porto Alegre, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- JORGE, Liliane dos Santos. *Crianças trabalhadoras: as articulações entre o trabalho na rua, a família e a escola*. Belo Horizonte, 1997. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- LUSTOSA, Ana Valeria Marques Fortes. *Julgamento moral, empatia e maquiavelismo em crianças e adolescentes em situação de rua*. Teresina, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Piauí.
- MAES, Alice Morales. *Meninos de rua e educação artística: um projeto de integração universidade-comunidade*. Curitiba, 1984. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná.
- MARANHÃO, Helder de Sousa. *Qualificação para o trabalho: uma proposta para o atendimento à criança e ao adolescente carentes no município de São José dos Campos, SP*. Campinas, 1989. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- MARCA, Joyce Vieira da Fonseca de. *O aluno institucionalizado e sua integração numa escola municipal*. Rio de Janeiro, 1992. 49 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MASCARENHAS, Monica Tereza Machado. *Meninos/as de rua: dos princípios gerais do Unicef a uma visão de atendimento local*. Rio de Janeiro, 1996. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MONTEIRO, Elaine. *Lendo com a boca e o pensamento: a oficina de literatura como diálogo com crianças de rua*. Rio de Janeiro, 1995. 360 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- MORENO, Rosângela da Silva. *Semeando a competência para o trabalho em meninos de rua*. Rio de Janeiro, 1991. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MUNHOZ, Airtton Tadeu Barros. *A criança e o trabalho: entre a rua e a escola*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- NASCIMENTO, Aurélio Eduardo. *Oficina de criação de mosaicos: uma experiência de educação pelo trabalho*. São Paulo, 1994. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Constantino Ribeiro de. *Menino de rua ou de um beco sem saída*. Piracicaba, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.
- OLIVEIRA, Juracy Galvão. *O menor abandonado: quem é esse?* São Paulo, 1991. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- PANUNCIO, Maria Paula. *Crianças e adolescentes em situação de risco: entendendo a opção pela vida de rua*. Campinas, 1995. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

- PEREIRA, Eva da Cunha Pinheiro. *Prostituição e sexualidade: uma questão que envolve as meninas de rua*. Rio de Janeiro, 1995. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- PEREIRA, Rosângela Fátima Fernandes. *Jovens de baixa renda: realidade de um grupo excluído – estudo de caso sobre os jovens da região central de São Paulo*. São Paulo, 1997. 198p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- PERES, Vannuzia Leal Andrade. *Famílias de crianças em situação de rua: modos de vida, relacionamento*. Goiânia, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás.
- PINEL, Hiran. *Adolescentes infratores: sobre a vida, o autoconceito e a psicoeducação*. Vitória, 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo.
- PRATES, Alda Beatriz. *Gênero e sexualidade na exclusão social da menina de rua*. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SERA, Janete Cristina. *Educação social de rua: elementos para a formação de uma cidadania crítico-criativa*. Cuiabá, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso.
- SILVA, Alexandre Magno Tavares da. *Educação pelo trabalho: uma aventura pedagógica na “Comunidade de Menores” de rua – Caruaru-PE*. João Pessoa, 1995. 357 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba.
- SILVA, Betty Dantas. *As marcas precoces da exclusão: um olhar sobre o trabalho infanto-juvenil no Brasil*. Niterói, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.
- SILVA, Reginaldo de Souza. *O processo educativo de crianças trabalhadoras na rua*. São Carlos, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.
- SILVA, Roberto da. *A trajetória de institucionalização de uma geração de ex-menores: o processo de constituição da identidade delinqüente em crianças órfãs e abandonadas*. São Paulo, 1996. 253 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- SILVEIRA, Regina Lucia Barros Leal da. *A menor-mulher: a dupla opressão*. Fortaleza, 1989. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará.
- SOUZA, Alberto Cláudio Cirino de. *Meninos de rua ou rua de meninos*. Piracicaba, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.
- SOUZA, Elaine Mary Moura de. *Valores de menores marginalizados em Porto Alegre*. Porto Alegre, 1989. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- SPENGLER, Marialva. *De menino de rua a cidadão no mundo: uma trajetória de vida*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- TEDRUS, Maria Aparecida Lealdini. *Jovens: trabalho nas ruas e experiências de sociabilidade*. São Paulo, 1996. 1.184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- TIBÚRCIO, Larissa Kelly de Oliveira Marques. *As meninas da Casa Renascer: que corpo é esse?* Piracicaba, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.
- VECHIATTO, Elisabete Gomes Rodrigues. *A formação socioeducativa dos programas de educação complementar: os centros de juventude*. São Paulo, 1998. 106p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- WALGER, Américo Agostinho Rodrigues. *Dá licença, dona, podemos falar dessa coisa? A escola e suas implicações na visão de meninos de rua*. São Paulo, 1995. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- WESTPHAL, Regene Brito. *Projeto Se Essa Rua Fosse Minha: alternativa pedagógica para meninos de rua*. Niterói, 1995. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.

Livros e Artigos

- ALVIM, Maria Rosilene B.; VALLADARES, Lícia do Prado. *Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura*. *BIB – Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 26, 1988.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 1979.
- DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- _____. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *O que faz o Brasil, Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- DUBET, François. *La galère: jeunes en survie*. Paris: Fayard, 1987.
- _____. *Sociologie de l'expérience*. Paris: Seuil, 1994.
- ERIKSON, Erik. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MAGNANI, José Guilherme. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ROSEMBERG, Fúlvia. *O discurso sobre criança de rua na década de 80*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 87, nov. 1993.

Jovens e participação política

Paulo Cesar Rodrigues Carrano*

Estão reunidas neste texto as teses e dissertações que traduzem um interesse clássico dos estudos sobre Juventude, ou seja, a participação política dos jovens, sobretudo aquela nascida da condição estudantil.

No amplo espectro das questões envolvidas nessa temática, duas devem ser inicialmente consideradas: a primeira diz respeito à ênfase das pesquisas que compreenderam, de modo predominante, a participação estudantil a partir dos moldes observados nos anos 60 e 70, privilegiando o exame das entidades estudantis ou das práticas, representações, orientações e valores envolvidos na adesão a essa forma de socialização política; a segunda diz respeito a um conjunto de investigações que não incidem sobre as formas relacionadas ao movimento estudantil, mas buscam a discussão sobre a participação política no interior de outros agenciamentos sociais educativos.

No período em estudo, foram localizados 23 trabalhos (8 teses e 15 dissertações),¹ observando-se o aparecimento do tema somente a partir de meados dos anos 80, mantendo, a partir daí, certa estabilidade quanto ao conjunto da produção (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição do tema Jovens e Participação Política em relação à produção total em Juventude, de acordo com o subperíodo

SUBPERÍODOS	JUVENTUDE	JOVENS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	
		Nº	%
1980-1984	56	0	0,00
1985-1989	73	5	6,84
1990-1994	76	4	5,26
1995-1998	182	14	7,06
TOTAL	387	23	5,94

Na esteira das características mais amplas da produção sobre Juventude, observa-se também intensa dispersão, tanto institucional como em relação aos orientadores, pois apenas três professores orientaram mais de um trabalho na área.²

* Professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹ Do total de 23 trabalhos analisados, quatro foram acessados somente através dos resumos.

² Os professores Evaldo Amaro Vieira, José Wellington Germano e Letícia Bicalho Canedo orientaram dois trabalhos cada, sobre a temática. Do conjunto da produção nesse tema, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) concentrou o maior número, com seis trabalhos, seguida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com quatro.

O tema *Jovens e Participação Política* é o sexto mais numeroso no conjunto dos trabalhos analisados sobre Juventude (5,94% da produção total).³ Não há ocorrência de trabalhos neste tema no período compreendido entre 1980 e 1984, o que evidencia o silêncio sobre a questão da participação política nos primeiros anos da redemocratização da vida nacional após duas décadas de sufocante presença da ditadura militar sobre a sociedade brasileira. A partir de 1985 começam a ser defendidos trabalhos de natureza histórica que buscam recuperar as mobilizações estudantis durante a ditadura militar; outro tipo de produção surge, ao tratar das novas formas de manifestação da organização política estudantil, evidenciando, então, outras dimensões da participação de jovens e alunos exercitadas no novo contexto político de afirmação da cidadania, principalmente referidas aos anos 90.

Para efeitos de análise, as teses e dissertações foram agrupadas em dois subtemas: Participação Política do Jovem Estudante e Socialização Política e Cidadania. Observa-se que o primeiro, relacionado ao movimento estudantil e aos estudos sobre as formas de ação coletiva dos anos 60 e 70, continua a ocupar o interesse, mesmo nas pesquisas mais recentes. Embora algumas delas tragam abordagens inovadoras, o mérito da maioria reside na reconstrução histórica de período importante nas lutas sociais no Brasil; ainda neste eixo encontram-se pesquisas que buscaram examinar a participação estudantil e suas vicissitudes nas escolas públicas. O segundo subtema – Socialização Política e Cidadania – recobre as formas menos institucionalizadas da participação e aparece, sobretudo, no último subperíodo, configurando produção ainda bastante incipiente.

Tabela 2 – Distribuição do tema Jovens e Participação Política, por subtema e subperíodo

SUBTEMAS	SUBPERÍODOS				TOTAL
	1980-1984	1985-1989	1990-1994	1995-1998	
Participação Política do Jovem Estudante	-	4	4	9	17
Socialização Política e Cidadania	-	1	-	5	6
TOTAL	-	5	4	14	23

ANÁLISE DOS SUBTEMAS

Participação Política do Jovem Estudante

O conjunto de dissertações e teses deste subtema abrange dois tipos de interesse, definidos aqui, para efeitos de análise, como problemáticas. A primeira se define pela predominância de estudos de natureza histórica, resgatando, sobretudo, as décadas de 60 e 70; a segunda examina o tema da participação estudantil tanto na escola como na universidade, a partir das práticas cotidianas dos estudantes.

PROBLEMÁTICA 1 – MEMÓRIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ESTUDANTIL

Há diferenciações nos tipos de abordagem sobre aquilo que estamos chamando de “recuperação da memória estudantil”: um conjunto de trabalhos compõe um eixo que trata das lutas políticas das vanguardas estudantis, representadas principalmente pela ação da União Nacional dos Estudantes (UNE), de enfrentamento à ditadura militar; outro conjunto, embora também busque recuperar a história

³ Vide o texto introdutório deste trabalho “Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação”.

da participação estudantil, não se detém na análise das ações das entidades, ainda que a perspectiva predominante seja a da investigação das práticas daqueles que se encontravam na vanguarda da mobilização dos estudantes.

Os trabalhos agrupados no primeiro eixo desta problemática investigam questões de programa e orientação política do Movimento Estudantil em suas lutas com os governos militares durante o período da ditadura. A partir dos objetivos expressos pelos autores, podem ser identificados dois grandes blocos de investigação. O primeiro bloco, constituído pelas dissertações de Hayashi (1986), Andrade (1994), Cavalari (1987) e Justina Silva (1987) relaciona-se com a discussão sobre as propostas das entidades e as tendências presentes no Movimento Estudantil (ME), suas lutas específicas em torno da questão universitária e seus vínculos mais gerais em torno das postulações programáticas dos partidos políticos de esquerda. O segundo bloco, representado pelos trabalhos de Sanfelice (1985) e Valle (1997), possui a sua especificidade no estudo dos antagonismos existentes entre as propostas consideradas revolucionárias da vanguarda estudantil (representada pela UNE) e a ditadura militar.

Naquilo que se refere à periodização desses estudos históricos, três trabalhos circunscreveram a investigação à década de 60: Sanfelice (1985) investigou o ME ao longo de toda a década; Justina Silva (1987) recuperou a história do ME universitário no Rio Grande do Norte entre 1961 e 1969; e Valle (1997) concentrou sua investigação no explosivo ano de 1968. As décadas de 60 e 70 foram objeto de investigação de Hayashi (1986), no período entre 1964 e 1979, e Cavalari (1987), durante os dois decênios. Somente Andrade (1994) dedicou-se à trajetória do movimento estudantil entre as décadas de 70 e 80; seu estudo procurou compreender as movimentações entre 1974 e 1984, período considerado como de reconstrução da atuação política dos estudantes norte-rio-grandenses após a dispersão provocada pelos governos da ditadura militar pós-64.

A dissertação de Hayashi (1986) teve como objetivo refletir sobre as propostas das tendências e entidades presentes no Movimento Estudantil no período de 1964 a 1979. Merece destaque a documentação utilizada para a análise, pois a autora trabalha com parte do acervo do Movimento Estudantil existente no Arquivo de História Contemporânea da Universidade Federal de São Carlos (AHC/UFSCar), composto de cartas-programa, jornais, boletins e outros documentos do período em questão. Foram elaborados quadros analíticos dos programas das organizações estudantis e partidos políticos, evidenciando o seu conteúdo, as táticas e as estratégias anunciadas, as principais palavras de ordem, a análise da conjuntura, entre outros elementos significativos do caráter da atuação das organizações. A pesquisa preocupou-se especialmente em correlacionar as propostas dos estudantes com as dos partidos e organizações de esquerda, naquilo que se refere à transformação da realidade brasileira. Para a autora, o golpe militar de 64 condiciona a atuação política do Movimento Estudantil, tornando-o opositor ao regime e ao Estado opressor. O ME passa a polarizar, então, as tensões que se desencadeiam na sociedade, assumindo seu papel de vanguarda revolucionária, ao não se limitar à busca da democratização da Universidade. A intensificação da repressão no período de 1969 a 1973 fez com que a maioria dos quadros estudantis fosse convocada pelos partidos políticos de esquerda para a luta armada; esse processo é apontado como uma possível causa do refluxo do Movimento Estudantil.

Como em outros trabalhos, as análises de Marialice Foracchi (1977) são recuperadas, para mostrar como a origem de classe média dos estudantes universitários teria sido um dos limites da perspectiva revolucionária do movimento, pois, mesmo com todo o seu comprometimento, os estudantes não teriam conseguido ultrapassar sua dimensão de classe. Hayashi (1986) radicaliza a análise, afirmando que, mesmo sem ter uma clara intencionalidade, a opção do ME em travar as lutas específicas pela universidade redundou na defesa de um projeto liberal de instituição.

A dissertação de Carlos Alberto Andrade (1994) analisa a participação política dos estudantes universitários norte-rio-grandenses. O período entre 1974 e 1984 foi considerado pelo autor como o da reconstrução do ME, após o esfacelamento das organizações estudantis promovido pela repressão ao movimento e da promulgação das leis ditatoriais que cercearam a participação estudantil. A pesquisa baseou-se principalmente em fontes primárias: literatura sobre a conjuntura política nacional e local e documentos referentes ao Movimento Estudantil no período estudado; matérias sobre o ME

publicadas em revistas e jornais de época, plataformas e palavras de ordem elaboradas a partir de cartas-programa, resoluções e informes de agremiações partidárias. O trabalho contou, ainda, com entrevistas de militantes estudantis que atuaram na época escolhida para a pesquisa. Entretanto, os depoimentos foram tratados como complementos às fontes documentais, privilegiadas pela percepção de que essas teriam a capacidade de preservar a autenticidade daquilo que foi produzido no período histórico analisado. O autor justifica que deu um caráter secundário às opiniões dos sujeitos por considerar que essas tendem a mudar com o tempo. O estudo enfocou as propostas e tendências para o ME universitário da cidade de Natal (RN), evidenciando que os pressupostos políticos que nortearam as ações das tendências estudantis estavam relacionados com os programas e as análises de conjuntura dos partidos políticos a elas vinculados. O ME de Natal teria se polarizado entre duas posições políticas divergentes: a primeira formada pelo “bloco operário e popular” e a segunda, pelo “bloco nacional-democrático”. O trabalho enfoca os principais eventos estudantis do período, destacando dois eixos fundamentais: as eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e as principais lutas de caráter reivindicativo e de protesto.

É importante ressaltar um contraponto nos trabalhos de Hayashi (1986) e Carlos Alberto Andrade (1994): enquanto a primeira considera o estreitamento das relações do ME com as organizações partidárias de esquerda como um refluxo do reformismo e um avanço da discussão sobre a transformação do Estado, o segundo critica o mesmo fenômeno, considerando-o uma subordinação do ME às tendências partidárias.

A dissertação de Cavalari (1987) analisa a esquerda do Movimento Estudantil universitário nas décadas de 60 e 70. A autora utilizou declarações de época constantes de jornais, revistas e documentos estudantis. Para a reconstrução da trajetória do movimento estudantil, recorreu a fontes secundárias. O trabalho procura apontar os limites de classe dos estudantes universitários em relação a uma possível transformação social. Cavalari refuta os estudos de Bresser Pereira e de Martins Filho, apontando problemas no entendimento sobre o verdadeiro caráter de classe do Movimento Estudantil.⁴ A orientação de Foracchi (1977)⁵ teria se mostrado mais adequada por investigar a práxis estudantil reconhecendo-a como um movimento dos setores médios em ascensão social. Durante o período investigado, os estudantes teriam assumido posições que, além de refletirem a ambigüidade e indefinição características de sua situação de classe, evidenciavam a limitação de seu radicalismo. Tanto a luta pela reforma universitária, na década de 60, quanto a defesa do ensino público e gratuito colocaram-se como necessidades das camadas médias em ampliar suas oportunidades educacionais com vista à ascensão social. Nem em seus momentos de maior expressão o Movimento Estudantil teria ameaçado a ordem estabelecida. Assim, o traço principal desse movimento teria sido uma aspiração da pequena burguesia, interessada em ampliar seus interesses de classe.

Justina Silva (1987) investiga, em sua dissertação, a história do ME universitário no Rio Grande do Norte, no período compreendido entre 1961 e 1969. A análise se dedica à compreensão do significado das lutas específicas do Movimento Estudantil, seus vínculos com as políticas mais gerais presentes na sociedade brasileira, seus limites e possibilidades. O estudo reporta-se inicialmente ao

⁴ Para Cavalari, Bresser Pereira (1979) e Martins Filho (1987) não dariam conta dos reais significados das movimentações estudantis da década de 60. O equívoco de Bresser Pereira ocorreria por este não ter visto os estudantes em suas limitações de classe, considerando-os como um grupo revolucionário, os “revolucionários de hoje”; a análise de Martins Filho também não seria satisfatória, pelo seu relativismo, que busca “examinar concretamente a atuação estudantil em cada período da história”. Cavalari considera que esses estudos demonstraram limitações na compreensão do verdadeiro caráter de classe do Movimento Estudantil, uma vez que teriam desprezado as “leis gerais da sociedade” em suas análises de conjuntura.

⁵ Os trabalhos de Foracchi (1972 e 1977) aparecem como referências de crítica ao papel do jovem estudante na transformação da sociedade. Foracchi, analisando as condições da juventude em face da realidade nacional, enxergou os jovens vivendo na polaridade entre o engajamento político revolucionário ou a passiva omissão que confirmava o caráter burguês da sociedade capitalista. Aos estudantes era atribuída maior responsabilidade social com a rebelião contra a ideologia pequeno-burguesa, uma vez que esses eram vistos como constituindo a “parcela mais esclarecida da população”. A “apatia social da juventude” foi entendida como um projeto intencional das gerações adultas interessadas na manutenção do sistema social. Neste sentido, a alternativa à passividade não poderia ser a “rebelião sem causa” do *playboy* ou do *jovem transviado*. Esse tipo de ação social da juventude estaria representando uma *rebelião abstrata*, uma vez que não caminharia para uma direção transformadora das estruturas globais da sociedade. *O jovem esperança* – colocado no centro das atenções do mito da educação pelos adultos – e *o jovem rebelde* seriam *ficções criadas pelo sistema e sancionadas pela ciência*. O jovem real dos movimentos revolucionários da juventude se denunciaria dessas ilusões de conformação da sociedade burguesa. A rebelião da juventude que não se projetou de forma revolucionária foi vista por setores da esquerda revolucionária como *uma válvula de escape que mistificaria as tensões do sistema, marginalizando-as*.

processo de formação do movimento secundarista norte-rio-grandense, no qual se formaram muitas das lideranças universitárias que assumiram a direção política do Movimento Estudantil até março de 1964. Existe uma forte preocupação em apresentar os antecedentes sociais e políticos ao golpe militar, através da discussão da significativa participação dos estudantes nas campanhas de educação popular que caracterizaram o período das denominadas reformas de base. São apresentados registros sobre o envolvimento dos estudantes no Movimento de Educação de Base (MEB), a campanha de “De pé no chão também se aprende a ler”, coordenada pelo então Secretário de Educação de Natal, professor Moacyr de Góes, a experiência alfabetizadora do professor Paulo Freire, em Angicos, e o Centro Popular de Cultura da UNE. A autora aborda as formas de repressão utilizadas por vários atores institucionais do Estado, antes e depois de 1964, que inibiram a participação política dos estudantes norte-rio-grandenses. Por fim, avalia os caminhos seguidos por expressivas lideranças estudantis após a decretação do AI-5, em dezembro de 1968, discutindo, também, as idéias que estimularam a opção pela luta armada e suas conseqüências para sociedade brasileira.

Justina Silva realizou a investigação em fontes primárias, recuperando atas de reuniões, jornais, ofícios dos órgãos da repressão, entre outros documentos que conseguiram ser salvos tanto da estratégia de apagar pistas empreendida pela repressão como, também, pela necessária e cautelosa prática de destruição voluntária de provas que tiveram os estudantes, seus amigos e familiares. Foram entrevistados 16 importantes militantes estudantis da época selecionada para a investigação. Destacase no trabalho a detalhada apresentação dos dados contidos nos documentos pesquisados, assim como o cuidadoso tratamento dado ao conteúdo das entrevistas. O estudo conclui reconhecendo que o ME assumiu, no período de 1960 a 1964, um importante papel nas lutas sociais, tanto nas atividades políticas quanto culturais. No campo político, destacaram-se os comitês de denúncia contra o imperialismo norte-americano e a burguesia nacional; no campo cultural, as campanhas de educação popular e a fundação dos centros populares de cultura, onde se apresentavam trabalhos de grupos organizados, como sindicatos e associações. Apesar da efervescência política e cultural do período, os estudantes não teriam conseguido avançar suficientemente em suas discussões teóricas e políticas, fazendo com que os discursos continuassem marcados pelo reformismo social. O golpe militar de 1964 colocou o DCE e a União Estadual dos Estudantes (UEE) nas mãos de interventores e lideranças conservadoras ou liberais durante dois anos. Somente com a reorganização da esquerda no interior do ME é que as entidades voltaram a defender os interesses estudantis. Na dissertação, é possível perceber os papéis desempenhados pelos diferentes grupos estudantis e tendências partidárias na disputa pela hegemonia da direção política entre as entidades.

Um eixo importante nas investigações sobre a UNE diz respeito ao questionamento sobre o possível caráter revolucionário da luta estudantil no período da ditadura militar. Sanfelice (1985) entra diretamente nesse debate afirmando não considerar os estudantes como uma classe social específica; neste sentido, descarta a possibilidade de que esses tenham a primazia no contexto do que considera a “verdadeira” luta de classes entre o proletariado e aqueles que possuem a propriedade e o controle dos meios de produção. Entretanto, o ME não teria sido irrelevante no contexto da luta de classes, uma vez que ele também se expressaria em função do antagonismo principal referido. O autor reconhece o esforço da UNE em ampliar a sua agenda de lutas para além dos objetivos mais imediatos da questão educacional e universitária, entretanto, constata as dificuldades geradas tanto pelo endurecimento da repressão quanto pelas divergências políticas no interior do próprio ME.

A tese de Sanfelice investigou o ME na década de 60 examinando a produção teórica da UNE, que orientou suas posições políticas e expressou, também, a visão da entidade sobre a sociedade brasileira. A referência fundamental diz respeito ao papel que a UNE exerceu nos embates com os governos da ditadura militar. O autor recorreu a fontes primárias – documentos de época e entrevistas com ex-militantes – e, também, a fontes secundárias apropriadas – artigos e livros sobre o tema. A perspectiva central do estudo foi a da elaboração de dados sistematizados e análises sobre as ações do ME naquele importante momento histórico da sociedade brasileira. O estudo conclui que a UNE constituiu a sua identidade ao apresentar teses contra o governo militar e o imperialismo norte-americano.

Esse discurso teve um papel político e intelectual importante, buscando desfazer a imagem propagada pelo governo militar de uma unanimidade de interesses políticos, econômicos e sociais da população que ele julgava representar. As análises políticas da UNE teriam representado um avanço teórico, uma vez que estabeleciam relações entre as questões educacionais e aspectos mais gerais do processo econômico e político brasileiro. Porém, esse avanço não produziu desdobramentos práticos. A quebra da unidade interna da UNE teria sido a principal causa da desestruturação da entidade, inviabilizando medidas práticas de transformação mais eficazes. O trabalho de Sanfelice, pelo pioneirismo e pelos aportes que proporcionou ao tema, constituiu-se referência obrigatória para os estudos subsequentes.

A dissertação de Valle (1997) teve como objetivo acompanhar a relação entre o movimento estudantil e a ditadura militar no Brasil, no ano de 1968. A autora procurou perceber como se deu a divulgação, na grande imprensa, dos acontecimentos relacionados com a denominada explosão da revolta estudantil em fins da década de 60. O estudo discute a questão da dinâmica da violência presente nos embates entre a ditadura militar e as propostas revolucionárias da esquerda, levadas para as manifestações de rua. O Ato Institucional nº 5 (AI-5) é considerado o instrumento que destrói “definitivamente” o sonho revolucionário do Movimento Estudantil.

Existe uma tensão latente entre os trabalhos antes referidos no que diz respeito à polaridade entre o envolvimento dos estudantes com lutas específicas relacionadas à universidade e outras mais amplas, dirigidas à transformação revolucionária da sociedade – as dissertações de Sanfelice (1985) e Hayashi (1986) expressam significativamente esse debate. Enquanto Sanfelice reconhece que a UNE ampliou o caráter da luta estudantil para o contexto social mais amplo, mesmo que não tenha conseguido conquistas sociais significativas, Hayashi denuncia que, ao travar lutas específicas, o ME não teria se dado conta de que lutava por um projeto liberal de universidade que não provocaria mudanças estruturais na instituição nem, tampouco, na sociedade. Esta última análise indica que o Estado capitalista teria criado a oposição estudantil que lhe interessou e as políticas educacional e universitária que lhe foram convenientes.

Há um outro grupo de trabalhos que se encontra relacionado ao eixo dos estudos históricos sobre a participação estudantil; entretanto, como já foi dito, as análises não estão diretamente referidas aos embates com a ditadura militar e às formulações programáticas das entidades estudantis e partidos políticos de esquerda nos anos da repressão. Os problemas de pesquisa relacionam-se com a atuação do movimento secundarista no Rio de Janeiro entre 1976 e 1990 (Pereira, 1991), com a memória da atuação de um centro acadêmico e a construção de fontes de pesquisa em Educação (Hayashi, 1995), com a participação de jovens universitárias na década de 60 (Faria, 1996), com a representação e a participação estudantil na Faculdade Nacional de Filosofia – FNF (Fernandes, 1996) e com a influência da participação em movimentos políticos, religiosos e estéticos na década de 60 para o desenvolvimento pessoal na adolescência, segundo depoimento biográfico de pessoas adultas (Silva, 1998). Merece destaque o trabalho de Faria (1996), por sua forma de tratar o tema da participação estudantil ao tentar investigar e captar a ótica particular das mulheres durante as mobilizações estudantis da década de 60.

Pereira (1991) investiga, em sua dissertação, o movimento estudantil secundarista no Rio de Janeiro no período entre 1976 e 1990. Dois eixos articularam o trabalho: o resgate histórico do movimento secundarista e as suas demandas orientadas para questão educacional. A pesquisa empírica foi realizada mediante a análise de fontes diversas: jornais, panfletos de entidades estudantis e outros impressos, além de depoimentos orais e escritos de 21 militantes estudantis da época estudada. Existem dois eixos que articulam o trabalho: a influência de organizações e partidos políticos no movimento secundarista e as demandas estudantis em relação à escola e à educação. Conclui que o ME foi crítico em relação aos rituais escolares instituídos, vistos como “normais” ou “naturais”, demonstrando outros desejos e projetos educacionais e sociais para além daqueles expressos pela instituição. Suas análises reiteram outros estudos, ao afirmar que, em muitos momentos, o ME expressa-se como um eco das posições de partidos e organizações políticas não-estudantis.

Hayashi (1995) retoma em sua tese de doutorado o tema do ME, tendo como objeto de investigação a construção de fontes de pesquisa em Educação, mediante a reconstituição da memória

do Centro Acadêmico Armando Salles de Oliveira (Caaso), da Universidade de São Carlos, no período compreendido entre 1953 e 1990. Em sua revisão bibliográfica sobre o ME, retoma os principais autores que trataram do papel histórico dos estudantes nas lutas políticas ocorridas a partir de 1960, destacando a sua relação com a questão das classes sociais. Hayashi, como outros o fizeram, analisa a condição de pertencimento de classe dos estudantes universitários.⁶ Ao inventariar os arquivos do Caaso, discute os princípios científicos estabelecidos pela arquivística, orientando-se para a construção de fontes de pesquisa em Educação. A recuperação da memória do movimento estudantil foi assumida como uma recuperação de práticas sociais de grupos e coletividades pouco valorizados na história. Segundo a autora, a construção dessa fonte documental de uma parte da história da educação brasileira permitiu também a investigação de realidades pouco exploradas; sujeitos ignorados ou ocultados também emergiram nesse trabalho de documentação, deixando suas marcas de identidade na cena histórica. A documentação da experiência histórica do ME não foi apresentada apenas como a constituição de um acervo, mas como uma estratégia de ampliação do conceito de informação e, até mesmo, de criação de novas formas de comunicação com o movimento estudantil.⁷

A tese de doutorado de Faria (1996) investiga o olhar feminino universitário no Grande Rio de Janeiro na década de 60, apontando o que chamou de os sentidos de “ser mulher” e “ser educadora”. O material empírico foi constituído de jornais, músicas e revistas de época e por entrevistas com universitárias, que sinalizam a emergência de um discurso fundador apontando para uma “nova mulher” e uma “nova escola”, o que justificaria o recorte-abordagem que privilegiou as categorias de gênero e cotidiano. Foram entrevistadas 10 mulheres socialmente representativas de valores/indicadores sociopolíticos daquela geração. Utilizou-se das idéias de Orlandi (1987) sobre a existência de um “discurso fundador” de nossa brasilidade, para buscar pistas do imaginário social feminino. O estudo parte da constatação de que o protagonismo juvenil da década de 60, vivido também pela pesquisadora, contou com uma destacada participação feminina. O imaginário feminino na década de 60 foi marcado pela efervescência política da época, apontando para mudanças sociais, econômicas e culturais; foi marcado, também, pelo fato de que as mulheres da classe dominante, na sua maioria brancas, foram as que mais rapidamente se apropriaram da informação, exatamente por terem ascendido à universidade. Faria sugere que a invasão dos *mass media* a partir da década de 60 teria prejudicado a tomada de consciência política por parte das mulheres universitárias. Ao pesquisar o “imaginário” feminino, considerou dois pressupostos que teriam se confirmado com a pesquisa: os anos 60 como época de mudanças sociais, econômicas e culturais e o acesso das mulheres brancas da classe dominante ao nível superior de escolaridade. Os espaços da participação política na década de 60 permitiram que um novo tipo de mulher pudesse emergir. O perfil da nova mulher que a autora assinala é o daquela que é sujeito de sua própria história – profissional competente e, também, militante política.

A dissertação de Fernandes (1996) realiza um estudo histórico sobre a representação e a participação estudantil na FNFi – 1939-1968 – da antiga Universidade do Brasil, sediada na cidade do Rio de Janeiro. A atuação política dos estudantes do Diretório Acadêmico (DA) foi considerada como um traço fundamental para caracterizar o perfil da instituição nos anos 60. Os estudantes da FNFi tiveram uma atuação constante e sistemática durante o final dos anos 50 e início dos anos 60, desempenhando um papel decisivo na trajetória da instituição. A autora contou com uma base de dados de quatro mil documentos do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes) da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; foram realizadas, também, entrevistas com ex-alunos e participantes de gestões do DA. Três questões nortearam o estudo, que teve como delimitação a investigação de ações do DA: a) como era estabelecida a representação; b) de que maneira ela era exercida nos diversos níveis da organização estrutural da Faculdade; e c) como se efetivava a participação dos estudantes nos eventos e movimentos culturais e políticos no interior da instituição.

⁶ O fato de esses estudantes pertencerem às classes médias teria se constituído fator decisivo para os limites revolucionários da ação estudantil. Nesse sentido, essa formação de presença política não teria a primazia no confronto da luta de classes; o principal antagonismo social ocorreria entre as duas classes historicamente situadas na divisão do trabalho: a burguesia e o proletariado.

⁷ A tese é composta também de um extenso anexo (285 páginas), com a listagem e a localização de documentos referentes ao Caaso.

A tese de Silva (1998) investiga o desenvolvimento pessoal na adolescência de indivíduos que receberam as influências de movimentos políticos, religiosos ou estético-culturais de grupos organizados de contestação social, principalmente a partir da década de 60. Segundo o autor, a elaboração dessas lembranças desenvolvida pelo ego acaba sendo norteadora para a busca da sua autonomia e do desenvolvimento da sua maturidade. O método de investigação utilizado foi o psicobiográfico de base fenomenológica, que teria permitido o resgate de tais vivências a partir do olhar do adulto retrospectivo. A ênfase no aspecto longitudinal do estudo foi justificada pela preocupação em apreender a trajetória individual como processo, focalizando a importância da participação social na fase da adolescência para o desenvolvimento da autonomia e da maturidade dos sujeitos adultos. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com cinco homens e três mulheres, todos professores com formação superior. As análises basearam-se, principalmente, nos estudos da Psicologia Social desenvolvidos por Lane e Codo (1984) e Lane (1995). A identidade adolescente e suas relações com a instituição escolar e familiar são abordadas do ponto de vista psicossocial. Na síntese conclusiva do trabalho, observa-se que os adultos investigados construíram uma parte importante de sua autonomia através da participação social na adolescência. O desenvolvimento da maturidade na adolescência teria sido buscado a partir do rompimento crítico com alguns aspectos da realidade, momento em que o ego teria efetuado um salto qualitativo rumo à conquista da autonomia.

PROBLEMÁTICA 2 – A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA ESCOLA E NA UNIVERSIDADE

Os trabalhos a seguir (Guilherme Pereira, 1986; Pescuma, 1990; Leite, 1990; Sampaio, 1995; Anjos, 1996; Pachane, 1998; Ramirez, 1998) preocuparam-se em investigar a participação estudantil a partir das práticas cotidianas de escolas e universidades; nesses estudos, as instituições foram consideradas como locais privilegiados para a socialização política e a formação da cidadania ativa. As dissertações de Pescuma (1990), sobre a organização dos grêmios estudantis em escolas públicas, e Anjos (1996), que trata de uma passeata de estudantes em defesa de uma escola pública, podem ser consideradas como um emergente esforço da investigação educacional, buscando perceber novas formas de mobilização estudantil.

A dissertação de Guilherme Pereira (1986) realiza pesquisa de campo com uma amostra estratificada de 197 jovens estudantes de escolas públicas e particulares da cidade de Maceió (AL). O autor estuda o processo de socialização política considerando a escola, a família e as atividades grupais como elementos centrais de análise. A investigação foi feita através de um levantamento descritivo – *survey* – que buscou informações sobre os seguintes aspectos: a) as opiniões sobre a realidade brasileira; b) as concepções e representações sobre o papel dos partidos políticos; c) opiniões, motivações e expectativas quanto à eleição e sua importância, a situação atual e a participação do jovem como futuro eleitor. A hipótese central da dissertação é a de que interessa àqueles que estão dominando o sistema que a aprendizagem sobre a política não ameace a ordem vigente e que a sua ideologia permaneça dominante. É por esse motivo que as classes dominantes tentariam influenciar a socialização política através das agências formais de educação, tais como a família e a escola. O estudo conclui que os jovens evidenciam uma razoável percepção crítica não favorável à ordem vigente. Entretanto, quando se trata de eleições, foi observada uma forte tendência ao consenso e uma certa preferência dos estudantes aos candidatos ligados ao sistema. O tipo de escola influenciaria o comportamento político, uma vez que os estudantes das escolas públicas apresentaram-se mais favoráveis aos partidos de oposição do que aqueles das escolas particulares. A diferenciação socioeconômica dos grupos não influenciou significativamente a percepção sobre a realidade brasileira. A participação em atividades grupais também foi apontada como fator determinante nas representações políticas dos jovens estudantes. A pesquisa revelou, ainda, que existe um desejo de mudança política por parte dos jovens. O autor ratifica as pesquisas que têm afirmado que a família e a escola são as instituições que exercem a maior carga de influência sobre a socialização dos jovens.

Ainda no âmbito das pesquisas sobre os estudantes do ensino fundamental e médio, a dissertação de Ramirez (1998) discute a democratização da gestão da escola pública. Seu foco é a

participação de alunos no Conselho de Escola da rede pública de 1º grau do município de São Paulo. O objetivo principal do trabalho foi demonstrar a possibilidade do caráter pedagógico da participação do aluno no Conselho de Escola como forma de exercício prático da cidadania.

No interior dessa problemática, a produção a seguir descrita privilegiou o ensino superior. Pachane (1998) investigou em sua dissertação aquilo que denominou a “universidade vivida”, considerando a contribuição da experiência universitária para o desenvolvimento pessoal. O estudo foi caracterizado como descritivo-exploratório e analisou as continuidades e rupturas experimentadas pelos estudantes universitários durante a realização do curso. Os resultados apontam para a importância dos relacionamentos pessoais (aluno-aluno e professor-aluno), das atividades de pesquisa e da participação ativa do aluno no contexto universitário.

A dissertação de Sampaio (1995) buscou compreender o processo de participação estudantil na vida acadêmica e os seus laços com a futura vida profissional do enfermeiro. Foram entrevistados 128 estudantes do Curso de Enfermagem da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; todos responderam a um questionário fechado, exceto um representante estudantil, que participou de uma entrevista. A autora analisou também documentos da secretaria da universidade e do Diretório Acadêmico. O estudo é apontado como de natureza qualitativa, entretanto, a principal fonte de material empírico foi coletada através de um questionário estruturado que gerou frequências estatísticas. A participação na vida acadêmica da universidade é apontada como uma chave para a inserção consciente do futuro enfermeiro na vida profissional. Aponta-se como resultado da pesquisa a constatação de que a participação está permeada de valores ideológicos, que ora remetem à viabilidade de transformações e ora inibem os processos de mudança. A dissertação também apresenta sugestões para melhorar a participação dos estudantes na vida universitária.

A tese de Leite (1990) investiga as relações entre aprendizagem e consciência social na universidade. O estudo visa compreender os significados individuais e sociais das aprendizagens (*planos da metacognição e da consciência intencionada*) dos estudantes na universidade, as dimensões de sua politização observadas no processo e os mecanismos de produção e/ou reprodução de sua consciência política e social, mediante a utilização de instrumental de investigação padrão adaptado.⁸ No *plano da metacognição* pode-se perceber como os estudantes abordam as situações de aprendizagem propostas pelos currículos formais do ensino superior. No *plano da consciência intencionada* ocorreria a definição da identidade pessoal e social dos estudantes, como se reconhecem e se apropriam do conhecimento. No *plano da politização e da produção da consciência política e social*, buscou-se compreender essas dimensões no entrelaçamento da vida material do estudante com os demais planos, com seus limites de consciência produzidos e superados por sua classe social e com sua inserção nos movimentos de transformação da sociedade. A autora realiza uma ampla e criteriosa revisão bibliográfica sobre os estudantes e a vida universitária, contemplando o ingresso desses na universidade, a reforma universitária, as opiniões e dificuldades dos estudantes no ensino superior, sua caracterização socioeconômica e os estudos críticos, com fundamento sociopolítico e histórico. As conclusões indicam que a vinculação/desvinculação de classe social e as aprendizagens significativas, que desmascaram as representações ideologizadas e reabastecem a cadeia de construção de conhecimento via assunção de uma ação política com a realidade, parecem ser os fatores que melhor explicam a produção da consciência política e social do estudante.

As novas formas da mobilização estudantil foram examinadas em uma tese (Anjos, 1996) e uma dissertação (Pescuma, 1990). O objeto central da investigação de Anjos (1996) foi a passeata em defesa da preservação da Escola Municipal Júlia Kubitschek, no Rio de Janeiro, realizada, em 1993, por alunos, responsáveis e professores; a autora buscou perceber aquilo que denominou “comunicação ritual nas ruas da cidade”. O trabalho de investigação consistiu na análise do material produzido para a participação na passeata (desenhos e cartazes), além da observação das ações dos sujeitos envolvidos. O quadro teórico é baseado, segundo a autora, em contribuições teóricas socioantropológicas.

⁸ Inventário de Abordagem de Estudos de Enstwistle.

Anjos buscou analisar, no material empírico gerado pela passeata, o que denominou “formas simbólicas expressas em representações espaciais e iconográficas”. O estudo é assumido, então, como etnográfico e preocupado com o entendimento sobre a comunicação ritual (Leach, 1978) e o seu simbolismo (Cassirer, 1972a e 1972b). Os ritos evidenciariam diferentes fases de interiorização da realidade (Berger e Luckmann, 1973) e possuiriam uma ordem extra-empírica, para além dos fatos visíveis (Cazeneuve, 1971), caracterizando-se também pela condensação de idéias, pela multiplicidade de sentidos e pela ambigüidade (Kertzer, 1988), além de produzir e promover a manutenção da solidariedade (Durkheim, 1974). Para Anjos, os rituais transcenderiam o mundo físico do aqui e agora para atingir o “mundo das crenças e valores”; neste sentido, os ritos espiritualizariam a prática questionando o “mistério da condição humana”. O texto é marcado por um forte traço espiritualista, que associa a materialidade dos rituais com a “transcendência do divino”. Torna-se evidente na leitura do trabalho o entusiasmo com as possibilidades educativas e as esperanças de transformação social que a presença dos estudantes nas ruas da cidade suscitou. Como a pesquisa foi efetuada no início dos anos 90, é de se supor que os efeitos da conjuntura de realização do Movimento pela Ética na Política e a presença dos caras-pintadas afetaram algumas das interpretações presentes no texto.

A dissertação de Pescuma (1990) investigou os grêmios estudantis em escolas públicas estaduais de 1º e 2º graus em São Paulo, procurando perceber seus significados educacionais. A pesquisa de campo foi realizada inicialmente através de um estudo abrangente de observações e entrevistas com alunos, pessoas envolvidas com o movimento estudantil e educadores. Num segundo momento, foi selecionado, numa das escolas investigadas, um grêmio estudantil considerado atuante, com vista à realização de um estudo de caso. No quadro teórico, buscou-se discutir as relações entre educação e participação. É possível notar que o aprofundamento teórico foi preterido em face da utilização da própria vivência da pesquisadora na escola pública como recurso de análise. A autora constatou a existência de poucos grêmios estudantis ativos, apesar do apoio legal; os raros existentes não contavam com a participação intensiva e significativa dos alunos. Os motivos apontados para o pouco envolvimento relacionam-se ao fato de uma grande parte desses alunos estudarem no período da noite e trabalharem durante o dia, o que diminui drasticamente as possibilidades de participação. A incipiente participação dos alunos seria resultante, ainda, da não-consolidação do processo de democratização da sociedade e da escola pública. Fatores extra-escolares e problemas estruturais relacionados com a organização das escolas são causas que se associam e geram as principais dificuldades para a organização dos grêmios estudantis; em verdade, o jovem não encontraria na escola o clima propício para uma verdadeira participação. O autoritarismo docente e administrativo nas relações com os alunos, os currículos muito fechados e a hierarquização das estruturas administrativas foram apontados como os fatores que fizeram malograr as iniciativas governamentais de normatização e incentivo da participação estudantil nas escolas da rede pública estadual de São Paulo durante o governo Franco Montoro, no início da década de 80.

Socialização Política e Cidadania

A questão orientadora dos trabalhos deste subtema é a investigação dos vários momentos da socialização política e do desenvolvimento da cidadania, ou seja, do indivíduo participativo. Os motivos pelos quais os sujeitos participam ou deixam de se envolver em questões de organização social e política são indagações que marcam o conjunto da produção aqui agrupada.

Os trabalhos de Moraes (1995), Guimarães (1998) e Márcia Regina Andrade (1998) caracterizam-se pelo fato de não se referirem ao jovem apenas em sua condição de estudante; o destaque desse agrupamento é a busca de outros espaços de investigação que expliquem o processo de educação política da juventude. Em alguns poucos estudos, percebe-se o reconhecimento da importância de outros espaços e movimentos sociais que também contribuam significativamente para o processo de formação política – é esse o caso específico de trabalhos que tratam da questão do voto do jovem eleitor (Guimarães, 1998) e da participação política dos jovens integrantes do Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem-Terra – MST (Andrade, 1998). A mudança e a maior complexidade do quadro político contemporâneo forçaram a porta dos programas de pós-graduação, propondo aos pesquisadores novos olhares para o exame da participação e da socialização política.

Dois trabalhos, o de Guilherme Pereira (1986) e o de Takahashi (1995), preocupam-se em investigar a consciência política de estudantes de escolas públicas e particulares, suas opiniões, atitudes e processos de socialização.⁹ A dissertação de Takahashi (1995) investigou as opiniões e as atitudes políticas de alunos do 3º ano do 2º grau de duas escolas públicas e duas particulares de Presidente Prudente, interior de São Paulo. A autora utiliza pistas deixadas pelos estudos de Brockmann Machado (1975 e 1980) que, em 1973, analisou as orientações políticas de estudantes em face do regime militar. Se a questão que inspirou Brockmann foi saber o que pensam os “filhos do autoritarismo”, o central para Takahashi foi saber se a geração que compunha o 2º grau à época da pesquisa expressava opiniões congruentes com o regime democrático em vigor. A investigação das atitudes políticas dos jovens é justificada pela sua importância para a compreensão da formação da consciência política dos adultos.¹⁰ A pesquisa aponta que, em termos gerais, os alunos apresentaram muitas contradições em suas atitudes referentes à democracia como um valor. Foram observados resultados semelhantes nas quatro escolas estudadas, com uma proporção de diferenças que pode ser explicada a partir da correlação com a heterogeneidade de origens sociais dos alunos e, também, com a qualidade do ensino oferecido pelas escolas. A baixa frequência de participação política entre os sujeitos, a descrença, o desinteresse político e, mesmo, os traços de cinismo encontrados são assinalados como dados não-permanentes, uma vez que o grupo etário juvenil seria o mais ambíguo em relação aos seus sentimentos e atitudes. Tais comportamentos podem ser interpretados como uma identificação com as incertezas políticas e econômicas características da realidade brasileira.

A dissertação de Moraes (1995) analisa práticas e representações dos jovens estudantes que saíram às ruas em 1992 nas mobilizações pela ética na política, naquilo que ficou conhecido como o movimento dos “caras-pintadas”, que reivindicava o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. A investigação tentou apreender os mecanismos de diferenciação e afirmação do processo de formação/construção da cidadania dos estudantes. Inicialmente, foi feita uma pesquisa documental de matérias publicadas pelos veículos de comunicação sobre as manifestações *pró-impeachment*, no eixo Rio-São Paulo. A partir da leitura, elaborou-se uma lista com as escolas mais mencionadas pelos jornais e, com essa lista, foram selecionados, aleatoriamente, os estudantes que participariam de entrevistas semi-estruturadas. Os jovens que participaram do movimento ajudaram a desenhar o “campo social” onde os caras-pintadas se moviam e os atores e grupos se constituíam e se diferenciavam na disputa pela hegemonia do campo político. Foram formuladas as categorias analíticas “participantes” e “não participantes”, no sentido de identificar as práticas, as motivações e as condições de lutas internas daquele movimento estudantil. A comparação entre os caras-pintadas e as mobilizações estudantis da década de 60 não foi objetivo expresso da dissertação, entretanto Moraes preocupou-se em estabelecer paralelos que se mostraram bastante elucidativos sobre as novas dimensões dos conteúdos e dinâmicas das manifestações estudantis do início dos anos 90. No quadro teórico, são discutidas as relações entre educação e cidadania. São recuperados trabalhos de autores que se preocuparam em discutir os sentidos sociais e políticos dos movimentos sociais em geral (Ammann, 1991; Gohn, 1992) e do ME em particular, ao longo da história recente do País (Albuquerque, 1977; Sanfelice, 1985; Hollanda, Gonçalves, 1990; Lima, Abrantes, 1984). Uma pista para a diferenciação das manifestações estudantis na história estaria no fato de os estudantes terem sido movidos, em 1968, por ideologias e projetos coletivistas na luta pelas liberdades democráticas; nos anos 90, os caras-pintadas teriam se caracterizado por algo mais pontual – a defesa da ética na política. Os estudantes da década de 60 também se preocuparam com questões culturais e, para efetivarem suas idéias, planejavam e racionalizavam suas ações. Já nos anos 90, com ampla cobertura da mídia, os caras-pintadas fizeram suas passeatas de modo alegre e com uma linguagem criativa e espetacular;

⁹ A dissertação de Barboza (1995) trata da participação de secundaristas em movimentos sociais, buscando os nexos entre a educação formal e a não-formal. O resumo ao qual tivemos acesso foi insuficiente para a realização da análise do trabalho.

¹⁰ Foi aplicado um questionário contendo 88 questões fechadas, referentes à condição social dos sujeitos, em duas escalas: a de *atitudes democráticas e antidemocráticas*, de McClosky, e a do *índice de participação política*, de Woodward e Roper; a investigação alcançou um total de 168 sujeitos.

eles rebelaram-se, mas não se apresentaram como revolucionários. O estudo indica que a denominada onda jovem da cidadania agiu de forma diferenciada: enquanto o processo de construção da cidadania de alguns estudantes encontrava-se sedimentado, outros apenas vislumbravam um caminho a seguir. O texto é marcado pelo entusiasmo com a retomada das ruas pelos estudantes, depois das grandes manifestações estudantis de 1968. A descrição dos acontecimentos demonstra, entretanto, o caráter específico desse novo movimento de estudantes, não motivado por questões partidárias ou ideologias projetadas para um novo futuro de organização social. O alvo das reivindicações foi preciso – a derrubada do presidente da República corrupto –, e o motor principal dessa história não foi a revolução, mas a indignação com o maltrato presente da coisa pública. Os caras-pintadas, em sua maioria, rejeitaram a orientação das organizações políticas partidárias, por considerá-las marcadas com o peso da “política”, material desgastado pela história.

O objeto de estudo da tese de Guimarães (1998) é a participação eleitoral do jovem, que foi entendida não apenas em seu sentido político, mas também ritualístico e simbólico. Buscou-se apreender a especificidade da participação eleitoral juvenil, focalizando a relação entre o voto concreto, praticado nos dias da eleição, e o voto genérico, idealizado como símbolo da sociedade democrática. O universo investigado foi o de eleitores jovens, entre 16 e 22 anos, moradores da periferia da cidade de Uberlândia (MG). Foram entrevistados 86 eleitores durante os dois turnos das eleições gerais de 1994 e, num momento posterior, 99 eleitores contatados no período escolar, além de 36 alunos eleitores que foram abordados antes desse pleito. À pesquisa de campo é acrescentado registro fotográfico acerca de situações e objetos típicos da sociabilidade de uma seção eleitoral. A autora analisa o momento do voto como um objeto de significados distintos e ainda pouco explorados pela literatura brasileira. Se, por um lado, o jovem associa diretamente o ato material de votar como uma prática cidadã, por outro, o momento do voto é capaz de interromper a rotina, transformando o espaço tradicional da escola num espaço de festa e de expressão da opinião individual. Guimarães apóia-se nas aulas e escritos de Michel Offerlé (1985, 1993a, 1993b, 1993c, 1994 e 1995), especialista em questões eleitorais que preconiza um novo enfoque para o ato de votar. Essa perspectiva superaria os limites das análises estritamente políticas, fazendo avançar a compreensão do voto como uma expressão subjetiva. Conclui que a ansiedade observada nos jovens nos dias da eleição diz respeito à participação em uma comemoração desconhecida, capaz de materializar a esperança que depositam num mundo melhor. O momento do voto rompe com a rotina e faz com que espaços tradicionalmente conhecidos como a escola assumam configurações inteiramente novas. A prática do voto teria a capacidade de fazer com que o jovem fosse reconhecido como brasileiro, inscrevendo-se como sujeito na construção da cidadania e mobilizando a diversidade de emoções e sentidos que o exercício do voto anuncia.

A tese de Andrade (1998) trata da formação da consciência política entre jovens de um assentamento do MST, procurando mostrar a relação entre o processo de conscientização e a inserção dos jovens no contexto da modernização dos territórios rurais. Uma das questões centrais investigadas refere-se à presença nos espaços de participação política e a permanência dos jovens no campo. A pesquisa consistiu num estudo longitudinal de quatro anos com um grupo de jovens do assentamento rural Sumaré I, localizado no interior de São Paulo. Para o acompanhamento dos processos de formação da consciência dos jovens assentados, foram utilizadas duas fontes de dados empíricos: o material fotográfico produzido pelos jovens sobre suas representações da história da luta pela terra e os relatos orais, obtidos através de entrevistas ao longo da pesquisa no assentamento. Numa perspectiva dialógica, a pesquisadora convidou os jovens a se posicionarem sobre a própria produção fotográfica. De um grupo inicial de 20 participantes, somente sete produziram fotografias. Numa segunda fase da pesquisa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 11 daqueles que haviam desistido de participar dos registros fotográficos (quatro mulheres e sete homens entre 17 e 24 anos). O conteúdo dessas entrevistas foi analisado a partir dos “núcleos de sentido” propostos por Bardin.¹¹ Em suas conclusões,

¹¹ Sobre a questão da consciência política, Andrade busca apoio em autores que possam contribuir para a análise teórica dos sentidos da formação das identidades individual e coletiva, tais como Vygotsky (1979, 1993 e 1994); Leontiev (1978); Moscovici (1985); Moscovici, Doise (1991); Doise, Palmonari (1986); Berger, Luckmann (1973); Touraine (1996); Heller (1987 e 1992); Jodelet (1985 e 1991); Sandoval (1994, 1997a e 1997b); Ciampa; Lane (1996) e Sawaia (1987). Sposito (1992, 1993 e 1997) aparece como referência no relacionamento entre juventude e educação.

a autora observa que a consciência política entre os jovens é revestida de diferentes modalidades: a consciência fragmentada, típica de jovens provenientes de famílias não engajadas politicamente, mas orientadas pelos objetivos pessoais da posse da terra, e que se mobilizam pelas questões imediatas do cotidiano, sendo pouco sensíveis ao plano político-ideológico; e a consciência transformadora, localizada em jovens cujo processo de socialização se deu para além dos núcleos familiares, em atividades políticas externas, que percebem os conflitos de interesses com indignação e defendem mudanças na ordem social. Alguns jovens seriam caracterizados por uma presença mais tímida e ainda apresentariam possibilidades de desenvolver a consciência política transformadora. O estudo aponta para a necessidade de uma pedagogia específica – distinta daquela que é efetivada pelo MST – que seja capaz de mobilizar os jovens assentados. Para Andrade, esses jovens se encontram num processo de construção e reconstrução de um modo de vida e de uma identidade, diferentemente dos jovens sem-terra que ainda não estão assentados; nessa distinção estaria a importância de um tratamento específico para o primeiro grupo. A heterogeneidade do grupo de jovens investigado mostra que a condição de assentado e membro do MST não garante o desenvolvimento da consciência política, pois os processos de conscientização estão relacionados não só às condições objetivas, mas também às subjetivas. A originalidade do estudo de Andrade está em tratar a questão da juventude radicada na área rural. A presença do imaginário da cidade na consciência dos jovens assentados é um elemento que evidencia a complexidade da questão do ser jovem no contexto da luta pela reforma agrária e na modernização capitalista do campo.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Como é freqüente nos estudos em Educação, determinados autores oscilam entre a investigação e análise e a proposição política de superação de problemas em processos e sistemas educacionais. Em muitos casos, essa indefinição transforma o trabalho num produto que fica no meio do caminho entre a produção de conhecimento ou de documentos que expressam tão-somente declarações de princípios. No campo específico da participação política, o problema parece ser agravado pela tendência antecipadora das análises, que parece provocada pela ideologização da pesquisa científica. Não se trata, aqui, de defender o mito da neutralidade axiológica, mas apenas indicar a necessidade de se investigar a pluralidade do real, que, muitas vezes, parece esbarrar em filtros políticos de diferentes cores e matizes. Foi possível perceber, também, aquilo que poderíamos chamar de uma prepotência intelectualista do praticismo, que se expressa na abdicação do rigor em teorizar o próprio objeto de pesquisa e redundando em escassa articulação entre o quadro teórico e a investigação empírica.

No entanto, os trabalhos produziram um quadro bastante importante das formas de participação do jovem estudante, ao resgatar, sobretudo, as mobilizações observadas em décadas anteriores. No momento em que não há impedimentos formais para a organização estudantil – pelo contrário, existe legislação específica que garante esse direito –, vive-se um quadro de desmobilização e de desinteresse diante desse tipo de participação política. Esse é um problema que precisa ser aprofundado, pois existe uma crise real de representação das entidades estudantis, que cobra a dedicação de investigações do campo educacional. O tradicional modelo de organização estudantil, desde muito tempo, deu sinais de esgotamento, e as novas formas de mobilização estudantil ainda são esporádicas e pouco orgânicas, carecendo de estudos que desvendem suas principais orientações e práticas.

Alguns dos autores analisados vão buscar no caráter de classe média da maioria dos estudantes universitários os limites para a consciência revolucionária. As lideranças estudantis avançariam em direção a um projeto revolucionário, quanto mais se afastassem de seus interesses originais de classe. Uma nítida perspectiva ideológica orientou trabalhos que consideraram como insuficientes ou mesmo inúteis as mobilizações estudantis que não se aproximavam da utopia de transformação revolucionária da sociedade. Esse viés ideológico pode ser apontado como uma limitação da perspectiva analítica, uma vez que desqualificou ou deixou de considerar, por antecipação, processos sociais que

não se encaixavam com perfeição na intencionalidade política de alguns pesquisadores. É interessante notar que o inconformismo dos jovens estudantes não orientado para as transformações globais da sociedade foi considerado, via de regra, politicamente irrelevante ou visto como ação marginalmente suportada por um sistema capitalista que, aparentemente, controla todas as relações poder. Tratava-se, assim, de um quadro de análise muito marcado pela conjuntura política, estando em jogo, sob o ponto de vista do paradigma de análise, a capacidade ou incapacidade de os grupos organizados produzirem ações de natureza revolucionária, entre eles os estudantes.^{1 2}

Os estudos mais recentes reconhecem a possibilidade de que manifestações estudantis, mesmo que não orientadas para a transformação revolucionária da sociedade, podem contribuir para o aprimoramento das relações e instituições democráticas na sociedade brasileira. Esse nos parece um expressivo caminho a percorrer e aprofundar nos estudos sobre a participação política da juventude. Por outro lado, os processos menos institucionalizados que recobrem outros segmentos sociais e situações, ainda que no campo da juventude, ainda merecem um conjunto de estudos de modo a compreender os vários formatos em que a presença pública e política dos jovens deixa de ocorrer ou aparece de modo bastante tímido na sociedade brasileira no final dos anos 90.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Teses

ANDRADE, Márcia Regina de Oliveira. *A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Campinas, 1998. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

ANJOS, Maria Cecília Tinoco dos. *Um ritual estudantil na cidade do Rio de Janeiro: a Escola Municipal Júlia Kubitschek sai às ruas*. Rio de Janeiro, 1996. 140 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FARIA, Lia Ciomar Macedo de. *Olhar feminino sobre ideologias e utopias dos anos 60: discurso fundador de uma geração*. Rio de Janeiro, 1996. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, Elizabeth da Fonseca. *Voto do eleitor jovem: do ideal democrático à experiência cidadã*. Campinas, 1998. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. *Movimento estudantil e memória: contribuição à construção de fontes de pesquisa em Educação*. São Carlos, 1995. 488 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.

LEITE, Denise Balarine Cavalheiro. *Aprendizagem e consciência social na universidade*. Porto Alegre, 1990. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹² A leitura de certos textos influenciou algumas análises, como o de Ianni (1968), com a sua consideração de que os adultos tutelam a juventude para perpetuar os sistemas de valores da sociedade burguesa. Os conflitos de gerações no interior da família seriam apenas o *choque inicial* que poderia mudar, de forma revolucionária, a sociedade. Diferentes “áreas de fricção” se apresentam para o jovem nos contatos que ele estabelece em seus diversos relacionamentos sociais. O radicalismo do jovem seria distinto da simples rebeldia do inconformado; a ação radical da juventude se fundaria numa *consciência adequada e sintetizadora*. A atuação política do jovem radical se daria, então, como uma relação de seriedade, rigor e *negatividade com o presente*.

SANFELICE, José Luis. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo, 1985. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SILVA, Paulo Sérgio da. *Imagens, lembranças, reflexos e reflexões da adolescência: a busca da autonomia e do desenvolvimento da maturidade*. São Paulo, 1998. 191 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

Dissertações

ANDRADE, Carlos Alberto Nascimento de. *A organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)*. Natal, 1994. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BARBOZA, Pedro Lúcio. *Educação formal e não-formal: um diálogo necessário*. João Pessoa, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Os limites do movimento estudantil (1964-1980)*. Campinas, 1987. 289 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. *A representação e a participação estudantil na Faculdade Nacional de Filosofia na década de 60*. Rio de Janeiro, 1996. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. *Política e universidade: a consciência estudantil – 1964-1979*. São Carlos, 1986. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.

MORAES, Marco Antônio de. *Alegria, alegria, a onda jovem da cidadania: a construção do sujeito social*. Rio de Janeiro, 1995. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PACHANE, Graziela Giusti. *A universidade vivida: a experiência universitária e sua contribuição ao desenvolvimento pessoal a partir da participação do aluno*. Campinas, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

PEREIRA, Guilherme Antônio Rodrigues. *As representações políticas do jovem estudante numa cidade média do Nordeste: investigação realizada com estudantes do segundo grau da cidade de Maceió, AL*. Rio de Janeiro, 1986. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

PEREIRA, Isabel Brasil. *Rompendo a reprodução: educação e movimento estudantil secundarista no Rio de Janeiro (1976-1990)*. Rio de Janeiro, 1991. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

PESCUMA, Derna. *O grêmio estudantil: uma realidade a ser conquistada*. São Paulo, 1990. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RAMIREZ, Jussara Martins Silveira. *A participação do aluno no conselho de escola na rede municipal de ensino em São Paulo e a formação da cidadania*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

SAMPAIO, Sueli Fátima. *Participação do estudante na vida universitária: uma reflexão acerca de suas determinações*. Campinas, 1995. 78 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

SILVA, Justina Iva de Araújo. *Estudantes e política no Rio Grande do Norte*. Natal, 1987. 355 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

TAKAHASHI, Emilia Emi. *Adolescentes e política no Brasil: um estudo entre estudantes do segundo grau do interior de São Paulo*. Campinas, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

VALLE, Maria Ribeiro do. *O diálogo e a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968*. Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

Livros e Artigos

ALBUQUERQUE, José A. G. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

AMMANN, Safira Bezerra. *Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991.

BERGER, Peter I.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BRESSER PEREIRA, L. C. *As revoluções utópicas: a revolução política na Igreja, a revolução estudantil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

BROCKMANN MACHADO, M. Ideologia, socialização política e dominação. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 1980.

_____. *Political socialization in authoritarianism systems: the case of Brazil*. Illinois, University of Chicago, 1975.

CASSIRER, Ernst. *Antropologia filosófica*. São Paulo: Mestre Jou, 1972a.

_____. *Linguagem e mito*. São Paulo: Perspectiva, 1972b.

CAZENEUVE, Jean. *Sociología del rito*. Buenos Aires: Amorrortu, 1971.

DOISE, W.; PALMONARI, A. *L'étude des représentations sociales*. Paris: Nauchâtel, 1986.

DURKHEIM, Émile. *The elementary form of religious life*. Glencor: Free Press, 1974.

FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

_____. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

GOHN, Maria da G. M. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

- HELLER, Agner. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Ed. Península, 1987.
- HOLLANDA, Heloisa B. de; GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- IANNI, Octávio. O jovem radical. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, n. 3, p. 121-142, 1968.
- JODELET, Denise. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S. (Org.). *Psicología Social*. Barcelona: Paidós, 1985.
- JODELET, Denise (Org.). *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1991. (Sociologie d'Aujourd'hui).
- KERTZER, David. *Ritual, politics and power*. New York: Vail Ballou Press, 1988.
- LANE, Silvia T. M. Estudo sobre a consciência. *Psicologia & Sociedade*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 95-105, 1996.
- _____. *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Org.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LEACH, Edmund. *Cultura e comunicação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- LEONTIEV, A. N. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- LIMA, Haroldo; ABRANTES, Aldo. *História da ação Popular da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- MARTINS FILHO, J. R. *Movimento estudantil e ditadura militar – 1964-1984*. Campinas: Papyrus, 1987.
- MOSCOVICI, Serge. *Pensamiento y vida social*. Barcelona. Paidós, 1985. (Psicologia social, 2).
- MOSCOVICI, Serge; DOISE, Willem. *Dissensões e consenso*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.
- OFFERLÉ, Michel. Éclats de voix: l'élection comme objet de science politique. *Regards Sociologiques*, Paris, n. 7, 1994.
- _____. *La nationalisation de la citoyenneté civique en France*. [S. l.], 1995. Colloque International How did they become voters? The history of franchise in modern European representation systems. Florence, avr. 1995.
- _____. *Le nombre de voix: électeurs, partis et électorats socialistes à la fin du 19 siècle en France*. Paris: RFSP, 1993a.
- _____. *Le vote comme évidence et comme énigme*. Paris: Genèses, 1993b.
- _____. Mobilisation électorale et invention du citoyen: l'exemple du milieu urbain français à la fin du XIX siècle. In: GAXIE, Daniel. *Explication du vote*. Paris: FNSP, 1985.

- OFFERLÉ, Michel. *Un homme, une voix? Histoire du suffrage universel*. Paris: Découvertes: Gallimard, 1993c.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e o seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.
- SANDOVAL, Salvador A. M. Algumas reflexões sobre a cidadania e formação da consciência política no Brasil. In: SPINK, Mary J. P. (Org.). *A cidadania em construção*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 59-74.
- _____. *Social movements and democracy in Brazil: patterns of popular contention and their impact on the process of re-democratization, 1977-1989*. New York: CSSC, 1997a. (Working paper, n. 234).
- SANDOVAL, Salvador A. M. (Org.). *Estudos em comportamento político*. Porto Alegre: Cia. Liberdade, 1997b. p. 13-23.
- SAWAIA, Bader B. *A consciência em construção no trabalho de construção da existência*. São Paulo: 1987. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*, São Paulo, v. 5, n. 1/2, p. 161-178, 1993.
- _____. Estudos sobre juventude e educação. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 21, 1997, São Paulo. *Anais*. São Paulo: USP, 1997.
- _____. Indagações sobre a educação de jovens filhos de migrantes. *Travessia*, São Paulo, n. 12, v. 5, p. 25-29, 1992.
- _____. *O povo vai à escola*. São Paulo: Loyola, 1984.
- TOURAINE, Alain. *La conscience ouvrière*. Paris: Seuil, 1996.
- VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- _____. Concrete human psychology. *Soviet Psychology: a Journal of Translations*, Arlington, v. 17, n. 4, Feb. 1979.
- _____. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

A pesquisa sobre juventude e os temas emergentes

Ana Paula de Oliveira Corti*
Marília Pontes Sposito**

Tratando-se de um campo em constituição, sobretudo se considerarmos os estudos de orientação sociológica, importa registrar no primeiro estado do conhecimento sobre Juventude os temas ainda pouco investigados. Esse conjunto, composto de 39 trabalhos, abriga quatro categorias temáticas emergentes que ainda não gozam de tradição de pesquisa entre os vários assuntos investigados, tendo assumido importância cada vez maior durante a década de 90.¹ São elas:

- Mídia e Juventude (13 trabalhos)
- Jovens e Violência (11 trabalhos)
- Grupos Juvenis (8 trabalhos)
- Jovens e Adolescentes Negros (4 trabalhos)

A Tabela 1, a seguir, apresenta a distribuição dessa produção durante o período abrangido pela pesquisa.

Tabela 1 – Distribuição da Produção Discente em Juventude e nos Temas Emergentes, por subperíodo

SUBPERÍODOS	JUVENTUDE	TEMAS EMERGENTES	
		Nº	%
1980-1984	56	2	3,5
1985-1989	73	7	9,6
1990-1994	76	6	7,9
1995-1998	182	24	13,1
TOTAL	387	39	10,0

Observando a tabela, podemos notar que há uma distribuição desigual das teses e dissertações sobre temas emergentes ao longo do tempo, com uma concentração significativa (mais da metade dos trabalhos) no subperíodo 1995-1998. Nesse quadriênio, embora a produção total tenha aumentado em termos absolutos, é possível verificar, também em termos relativos, uma presença mais concentrada da produção discente nesses novos campos de interesse.

* Aluna do Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

** Professora livre-docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

¹ Não foi possível recuperar oito exemplares deste conjunto de teses e dissertações. Esse conjunto inclui, sob o título Outros, duas dissertações que analisam práticas esportivas e uma cujo tema é o jovem e a educação ambiental.

Na Tabela 2, podemos observar a distribuição de cada tema por subperíodo, evidenciando a maior concentração das pesquisas nos últimos quatro anos (1995 a 1998).

Tabela 2 – Distribuição dos Temas Emergentes, por subperíodo

TEMAS	SUBPERÍODOS				TOTAL
	1980-1984	1985-1989	1990-1994	1995-1998	
Mídia e Juventude	1	3	2	7	13
Jovens e Violência	1	1	3	6	11
Grupos Juvenis	0	1	1	6	8
Jovens e Adolescentes Negros	0	0	0	4	4
Outros	0	2	0	1	3
TOTAL	2	7	6	24	39

Na esteira dos estudos sobre Juventude, e retratando as características da área educacional, observa-se um grau razoável de dispersão da produção pelos programas de pós-graduação, sendo a Universidade de São Paulo (USP) a responsável pelo número mais elevado, cinco trabalhos, seguida pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com quatro. Foram identificados dois orientadores responsáveis por duas pesquisas cada um,² e o restante, como é freqüente em outros temas, aparece orientando somente uma pesquisa. A dispersão nas instituições, somada à dispersão de orientadores, aponta também, ainda, a inexistência de grupos de pesquisa mais consolidados em torno de alguns dos eixos objeto de investigação, como grupos juvenis, violência e meios de comunicação.

No interior de cada um desses recortes, percebemos o aparecimento de novas problemáticas relacionadas ao surgimento de questões sociais que produziram impacto sobre a escola. A escalada da violência urbana, a expansão dos meios de comunicação de massa e a maior visibilidade dos grupos juvenis nas cidades foram fenômenos que propuseram novas questões para a instituição escolar.

Assim, no interior do tema *Jovens e Violência* emerge a preocupação com a violência escolar; no tema *Mídia e Juventude*, notamos um interesse especial sobre a influência da mídia escrita e televisiva sobre os adolescentes, partindo do pressuposto de que os meios de comunicação são meios de (des)sociação/(des)educação concorrentes com a escola; o tema *Grupos Juvenis* aborda especialmente a dimensão cultural dos grupos, quase sempre salientando a importância de seu caráter mobilizador e educativo.

No entanto, surpreende o fato de que, apesar de estar relacionado à condição de população negra, ao preconceito e ao racismo, o tema *Jovens e Adolescentes Negros* se constitui questão nova para a escola brasileira, sob o ponto de vista dos estudos sobre Juventude: sua inserção como objeto de pesquisa só ocorre após os anos 90.

Na verdade, esse conjunto revela, em grande parte, o reconhecimento de problemas centrais na ação socializadora da instituição escolar. Ocorre, assim, uma compreensão nova de velhas questões – como é o caso dos estudos voltados para os jovens ou adolescentes negros – ou o reconhecimento de novos modos de socialização que constituem a experiência juvenil na sociedade contemporânea, como afirma Dubet. Esse caminho poderá ser eventualmente promissor se, de fato, procurar construir referências analíticas densas ao lado de uma evidente necessidade de estudos empíricos rigorosos.

Uma característica especialmente interessante dos temas “emergentes” é sua forma diferenciada e pouco tradicional de indagar a instituição escolar. Assim, mesmo elegendo a escola como *locus* do estudo, muitos trabalhos reconhecem e investigam a existência de contextos alternativos de

² São eles: Tânia Dauster, que orientou um mestrado e um doutorado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) no tema *Jovem e Violência*, mais especificamente em violência escolar; Sérgio Coelho Borges Farias, que orientou dois mestrados na Universidade Federal da Bahia (UFBA) no tema *Grupos Juvenis*, especialmente sobre grupos musicais.

socialização e educação, como os grupos juvenis e os meios de comunicação de massa, e manifestações culturais cuja influência sobre a educação escolar tem se mostrado cada vez maior. Por esse motivo, os temas “emergentes” acenam novos caminhos para a pesquisa sobre Juventude que permitem contemplar dimensões da escola pouco visíveis aos enfoques teórico-metodológicos tradicionais da área.

A maioria dos trabalhos redimensiona o foco das investigações, produzindo uma maior amplitude no tratamento do sujeito. Não se trata apenas do aluno, mas de desvelar o jovem, contribuindo, assim, para que o conhecimento avance no sentido de produzir informações sobre as várias faces que envolvem sua condição além da experiência discente, embora esta última constitua um núcleo central desse momento do percurso de vida.

Nesse sentido, os estudos tendem a adotar uma perspectiva mais próxima do jovem do que da instituição, focalizando os novos padrões culturais juvenis responsáveis por importantes determinações dos limites da ação socializadora, como é o caso da violência escolar e da influência crescente dos meios de comunicação e de outras formas de manifestação cultural.

ANÁLISE DOS TEMAS

Será feita aqui de uma breve apresentação dos temas, pois, ainda que não exaustiva do ponto de vista do tratamento teórico-metodológico, é possível realizar um balanço que certamente apontará para o desenvolvimento de novas pesquisas.

Mídia e Juventude

As teses e dissertações reunidas nesse grupo versam sobre o papel da mídia na formação de valores e padrões culturais pelo público adolescente. A televisão é o veículo que desperta maior interesse dos pesquisadores, aparecendo em sete trabalhos, seguida das revistas, com três.³

Observa-se, em todas, um interesse geral de se investigar a influência dos meios de comunicação sobre o comportamento adolescente. Algumas mantêm a escola como interlocutor constante, buscando sempre enunciar, de forma propositiva, algumas premissas que melhor redefinem a ação escolar diante de outros agenciamentos educativos.

Observa-se nesse conjunto um bloco de estudos que traduz orientações próximas. Três deles enfatizam o papel da mídia na inculcação de valores culturais, estéticos e políticos condizentes com o desenvolvimento capitalista e com sua tendência de transformar tudo em mercadoria. A dissertação de Mello (1985) investiga a veiculação televisiva de valores que despertam maior inquietação e curiosidade dos adolescentes e pré-adolescentes. A autora parte de uma análise da literatura que, segundo ela, indicaria a família, o sexo, a mobilidade social e a liberdade como valores mais comumente questionados pelos pré-adolescentes. A partir desse reconhecimento inicial, foi realizado estudo exploratório em três escolas do município do Rio de Janeiro, através da aplicação de questionários a 718 alunos de 5ª e 6ª séries, compreendendo uma faixa etária concentrada dos 12 aos 14 anos, com o objetivo principal de identificar seus programas de TV preferidos. Posteriormente, os três programas mais assistidos por esse público foram examinados a partir da veiculação que fazem dos valores acima citados, mediante a análise de conteúdo proposta por Bardin (1979). Os resultados obtidos revelaram uma maior veiculação do valor liberdade, seguido de sexo, família e, por último, mobilidade social. Na verdade, a pesquisa junto aos alunos limitou-se a identificar apenas os programas mais assistidos, não avançando na compreensão do sujeito na sua interação com a mídia televisiva. As observações de Mello vão no sentido de identificar, no interior do conteúdo dos programas, questões que possam

³ O trabalho de Perrota (1988) analisa a preferência juvenil pela estória de terror. A autora observa que as narrativas, fílmicas ou literárias, do gênero permitem extravasar os medos, comuns na fase da adolescência. Embora o trabalho não focalize os meios de comunicação, investiga um gênero artístico como item da indústria cultural e, por isto, considerou-se adequado inseri-lo nesse grupo de trabalhos, embora se destaque do restante da produção.

interessar aos pré-adolescentes e formas de abordar os valores que possam influenciá-los, algumas positiva e outras negativamente. Para a autora, a escola estaria na condição de responsável pela promoção de uma leitura crítica das mensagens por parte dos alunos e, dessa forma, ela poderia canalizar positivamente a influência televisiva.

A dissertação de Santana (1996) investiga a influência da escola e da TV sobre a educação de filhos de pescadores, observando que a debilidade econômica e pedagógica da escola pública contribui para o fortalecimento da TV, que veicula valores tipicamente urbanos e consumistas, conflitantes com as necessidades e com o cotidiano dos jovens investigados.

Aguiar (1998), em sua dissertação, analisa 107 exemplares da revista *Capricho* relativos ao período de 1987 a 1997, com o objetivo de perceber se o imaginário criado pelas revistas contribui para a constituição do adolescente como sujeito. A autora conclui que as mensagens pressupõem uma visão idealizada da adolescência como um período sem conflitos, onde a busca pelo prazer e felicidade imediatos é legítima, sendo o consumo uma de suas bases principais. Somente quando a leitora é capaz de vivenciar uma tensão diante dos padrões culturais veiculados é que tem a chance de se tornar sujeito do processo de comunicação. Salienta, ainda, que a escola teria o importante papel de desmistificar certos valores modernos veiculados pelos meios de comunicação de massa, a fim de permitir uma entrada mais crítica e não-integrada dos jovens no mundo do adulto.

Como se vê, esses estudos questionam os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação, sobretudo em razão da dominação e massificação cultural que promovem. Vale a pena destacar, no entanto, que o de Aguiar abre uma possibilidade de reversão da posição de receptor passivo à posição de sujeito do processo de comunicação.

Há oito trabalhos que salientam a ambigüidade dos veículos de comunicação de massa, que, se por um lado contribuem para a difusão de padrões de consumo e para a incorporação não-crítica das informações e mensagens, por outro, cumprem o importante papel de aguçar as emoções e as fantasias, parte essencial das necessidades humanas e que assume importância crucial na fase da adolescência.

Em sua dissertação, Largura (1986) realizou estudo em duas escolas particulares de Curitiba (PR), aplicando formulários a 173 alunos de 2º grau, com o objetivo de verificar diferentes reações que os jovens podem manifestar assistindo à programação televisiva, a forma como as mensagens são recebidas e a existência ou não de influência do nível socioeconômico na percepção das mensagens. Não foram observadas diferenças nas preferências dos alunos de acordo com seu nível socioeconômico. As meninas preferem as novelas, e os meninos, os filmes. A autora aponta a TV como responsável por transformações nas vivências familiares e, também, escolares, já que o ritmo da sala de aula é contrastante e menos atrativo que o da televisão. Quanto ao papel da escola, a autora afirma que ela deve promover atividades de mediação crítica entre os alunos e as mensagens recebidas, fazendo com que eles sejam capazes de desmistificar os meios de comunicação de massa.

Na mesma linha, a dissertação de Schaefer (1996) investiga o conceito de mediação e sua importância para a construção de um diálogo crítico com as novas textualidades. Foi elaborado um vídeo a partir das atividades de mediação desenvolvidas com alunos de 8ª série em Florianópolis (RS), a respeito da AIDS e a televisão.

A dissertação de Toledo (1981) buscou analisar os aspectos que recobrem as práticas de leitura de fotonovelas pelo público adolescente. Foi examinada a influência de algumas variáveis, como sexo, nível socioeconômico e nível de escolaridade, no gosto por esse tipo de leitura e as motivações dessa preferência. A autora aplicou questionários a 775 estudantes de 8ª série do 1º grau e de 3ª série do 2º grau de escolas públicas de Araraquara (SP), delimitando, respectivamente, as faixas etárias de 13 a 15 e de 16 a 18 anos. A autora observou que o público leitor de fotonovelas é quase que exclusivamente composto por meninas, concentrando-se mais na 8ª do que na 3ª série do 2º grau. Para todos os alunos investigados, os assuntos amorosos, sentimentais e ligados à sexualidade são os que despertam maior interesse. Mais da metade das meninas consome as revistas de fotonovela, buscando nelas a

fantasia e a participação em um mundo imaginário. A autora recomenda que os professores conheçam as revistas de fotonovela como uma forma de compreender o imaginário de suas alunas.⁴

A dissertação de Hora (1990) investiga a percepção de jovens a respeito da influência dos meios de comunicação de massa sobre a formação de seus conceitos políticos. Foi aplicado questionário com questões abertas e fechadas a 377 alunos de 16 e 17 anos de 10 escolas públicas no município do Rio de Janeiro. A autora concluiu que, embora tenham um papel importante, os meios de comunicação de massa não atuam isolados de outras agências de socialização e não podem ser considerados os maiores responsáveis pela construção de conceitos políticos pelos jovens, já que difundem padrões políticos de senso comum que perpassam todos os outros agentes que atuam na educação do jovem (família, escola, etc.).

Fischer (1982), em sua dissertação, analisa as mensagens televisivas como narrativas mitológicas, apontando a importância crucial que elas assumem ao permitir a vivência, por identificação ou projeção, de situações diversas. A mesma autora dá continuidade ao estudo da mídia, ao analisar também, em sua tese de doutorado (Fischer, 1996), os discursos que os meios de comunicação produzem acerca do adolescente. Foram estudados diferentes veículos de comunicação, como programas de TV, uma revista e um suplemento de jornal dirigido ao público jovem. Concluiu que a mídia constrói um sujeito adolescente a partir da proposição de normas e práticas, o que mostra a centralidade contemporânea das redes de poder relativas ao campo das práticas culturais.

Barros Neta (1995) analisou seis estudos da década de 80 a respeito da influência da TV sobre os adolescentes. Concluiu que todos eles compartilham a idéia de que a TV exerce uma efetiva influência sobre o jovem, mas discordam quanto aos efeitos produzidos, em razão da perspectiva teórica adotada, ora behaviorista, ora funcionalista. Os estudos simplificam demasiadamente a relação dos adolescentes com a TV, sem reconhecer a mediação ativa que se processa a partir do emaranhado de influências que o jovem também recebe da família, da escola e das relações de amizade.

A tese de Magno Luiz Silva (1997) consiste em pesquisa sobre a recepção de imagens violentas da TV pelos adolescentes. Foram realizadas entrevistas com grupos de 10 e de 20 alunos de três escolas estaduais, duas em Guarulhos (SP) e uma no município de São Paulo. Ao todo, foram consultados 92 adolescentes, sem que fossem utilizadas imagens, privilegiando-se a memória dos sujeitos quanto às imagens violentas. Para o autor, há dois recortes envolvidos na recepção de imagens violentas pela TV: o iconofílico, que consiste na violência *na* TV, sendo o conjunto de imagens que despertam os desejos, os medos e as frustrações do receptor, desencadeando processos de simbolização positivos que contribuem para o equilíbrio psicossocial; e o tecnorracionalista, que consiste na violência *da* TV, a qual aniquila a capacidade imaginativa do receptor, suas crenças e convicções pessoais a partir da irradiação de uma hiper-realidade, diluidora das potencialidades coletivas. Há, portanto, segundo o autor, uma ambigüidade central nas imagens violentas da televisão.

À questão clássica sobre a influência das imagens televisivas violentas na construção de comportamentos violentos, o autor considera que “a resposta poderá ser ‘não’, no caso da violência iconofílica, e poderá ser ‘sim’, no caso da violência tecnorracionalista” (Silva, 1997, p. 267). Trata-se de uma pesquisa interessante, sobretudo quanto ao tratamento teórico dado aos problemas investigados. O potencial construtivo da TV é reconhecido em sua capacidade de desencadear processos de simbolização importantes para o sujeito e para a manutenção do equilíbrio social, sem, necessariamente, incorporar uma perspectiva homogênea sobre seus efeitos.

O tema da violência e TV tem sido objeto de inúmeros estudos, que se voltaram sobretudo para a criança, com menos força sobre os adolescentes, estando a temática praticamente ausente dos jovens propriamente ditos. No entanto, imbricados no debate político, se encontram, em maior número, os estudos que se revestem do tom de denúncia, apontando o “mal” que a audiência provoca no desenvolvimento infanto-juvenil e, em menor número, aqueles que minimizam os seus efeitos. Pesquisas recentes (Carlsson, Feilitzen, 1999) apresentam elementos mais complexos, ao reconhecer que a ação

⁴ A pesquisa é dispersa quanto aos objetivos e à apresentação dos resultados, descritos em termos percentuais mas pouco analisados teoricamente.

da mídia televisiva não ocorre de forma isolada, mas soma-se a outras práticas socializadoras. Assim, somente por meio da análise dos modos de interação das agências educativas (escola, família e mídia) seria possível inferir seus efeitos sobre crianças e jovens.

Por fim, Moraes (1998) analisa o Projeto Radioteca Jovem, mantido pelo Ministério da Educação, a fim de saber quais suas contribuições e desdobramentos nas escolas de 1º e 2º graus. Foram aplicados questionários a 217 alunos, 27 agentes educacionais e à equipe da rádio, além das observações realizadas no auditório e em várias escolas para as quais o programa se dirigia, promovendo debates. A autora conclui que o Radioteca Jovem possibilita a identificação de diferenças entre os vários jovens, diferentemente da maioria dos programas direcionados a essa parcela da população, mas que trabalham com um modelo de juventude homogêneo. Além disso, a programação não parte de um conjunto pré-construído de assuntos supostamente interessantes aos jovens, mas busca a participação ativa deles na definição dos assuntos a serem abordados. A rádio educativa promove novas práticas pedagógicas e a construção de espaços de expressão juvenil, sendo um instrumento alternativo entre o saber formal da escola e os programas de comunicação de massa.

Há proposições nos trabalhos, de forma mais explícita em alguns que em outros, que dizem respeito à importância da escola na promoção da capacidade crítica de leitura dos meios de comunicação pelo adolescente e à necessidade de incorporar as novas linguagens informacionais. A maioria dos estudos está preocupada com as mudanças acarretadas pelas novas linguagens e textualidades na formação dos jovens, partindo da idéia de que a expansão de novos meios comunicacionais é irreversível, cabendo às instituições tradicionais, como a escola, realizar uma mediação crítica em relação às mensagens transmitidas.

As teses e dissertações não se dedicam muito à discussão sobre Juventude, e quando o fazem apoiam-se em Erik Erikson (1976), sobretudo no livro *Identidade juventude e crise*, e nos escritos de Philippe Ariès (1981). O autor mais comumente utilizado nas análises sobre os meios de comunicação de massa é Edgar Morin (1967), além de Marshall McLuhan (1977 e 1978). Apesar de várias pesquisas citarem os teóricos críticos da escola de Frankfurt, sobretudo Adorno e Horkheimer (1986), somente uma delas defende essa abordagem, radicalmente pessimista quanto à indústria cultural.

Jovens e Violência

Nesses últimos 20 anos, a pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais vem incorporando o tema da violência e seus vários desdobramentos, tornando-se este um campo promissor de interesse dos investigadores. No entanto, na área da Educação, essa temática muito tardiamente começa a ser objeto de preocupação na pós-graduação, refletindo-se, assim, na produção discente. Se considerarmos que a produção total da área de Educação, em 18 anos, atinge 8.667 trabalhos entre teses e dissertações, os estudos sobre violência são minguados, pois constituem um núcleo de apenas 12 trabalhos.⁵ Desse conjunto, 11 estão incorporados no campo dos estudos sobre Juventude e serão aqui apresentados.

Os estudos que trabalharam o tema dos adolescentes ou jovens no âmbito da questão da violência privilegiaram a escola, quer sob o ponto de vista do exame das representações dos alunos, quer da investigação, de modo mais intenso, da própria violência observada na instituição. Somente dois trabalhos recentes, concluídos em 1997, se dedicaram ao tema da família como *locus* de violência contra crianças e adolescentes.

O tema da violência, na sociedade brasileira, é parceiro do processo de democratização, uma vez que, desde o início dos anos 80, essa questão eclode com força no debate público. Tratava-se, de um lado, de maior abertura para as questões que afetavam a vida da população das periferias das grandes cidades, onde a segurança se constitui, sem dúvida, um problema importante; mas de outro,

⁵ Há uma dissertação que trata da violência no futebol, que não foi incorporada por não se voltar para o estudo dos jovens. O autor construiu seu trabalho a partir de noticiário de imprensa: SANTOS, Roberto Ferreira dos. *Educação, desportos e violência no futebol*. Niterói, 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense.

tratava-se também de lutar por uma maior democratização das instituições públicas, sobretudo o aparelho de segurança, resistentes aos novos rumos trilhados pelo País.

A violência escolar transforma-se em questão pública nos primeiros anos da redemocratização, aparecendo, inicialmente, como demanda de segurança para os estabelecimentos de ensino, sobretudo aqueles localizados em bairros periféricos das grandes cidades. Essa demanda aglutina professores, corpo técnico, pais e alunos, que empreendem, em algumas situações, além da denúncia, reivindicações dirigidas aos primeiros governos eleitos pelo voto popular, como foi o caso do Estado de São Paulo. No decorrer da década de 80, não obstante a adoção de medidas pontuais, o problema da violência nas escolas persistiu, quer sob a forma de depredações contra os prédios, invasões e ameaças a alunos e professores, quer como expressão de situações de medo e insegurança diante da ação do crime organizado e do tráfico de drogas, atingindo unidades escolares situadas na área de influência de quadrilhas. Essas questões tornaram-se mais visíveis em cidades como o Rio de Janeiro, mas se disseminaram, também, em outros centros urbanos.

Já nos anos 90, a violência escolar passa a ser observada nas interações dos grupos de alunos, caracterizando um tipo de sociabilidade entre os pares ou de jovens com o mundo adulto, ampliando e tornando mais complexa a própria análise do fenômeno, que se espalha para várias regiões do País, como atesta a pesquisa coordenada por Codo (1999).

Desse conjunto de 11 trabalhos (três teses e oito dissertações) que investigaram a violência, oito trataram da violência escolar, remetendo a processos diferenciados, alguns enfatizando a violência *da* escola e outros, a violência *na* escola. No entanto, é preciso ressaltar que o conjunto da produção discente opera ainda com uma definição bastante ampla da violência, que abrange, principalmente, um esforço de compreensão da construção social, como afirmam Debarbieux e Montoya (1998).

No primeiro caso – violência *da* escola –, destacam-se os mecanismos intra-escolares de produção da violência, como os dispositivos disciplinares, os procedimentos de avaliação e práticas geradoras do fracasso escolar, e a violência simbólica, entendida, na acepção de Bourdieu e Passeron (1975), como a imposição de um arbitrário cultural por parte da instituição considerado legítimo e natural, que operaria no plano da universalidade. Esses mecanismos foram entendidos pelos pesquisadores como aspectos autoritários e fatores de exclusão ou de imposição de juízos psicológicos capazes de gerar uma contrapartida violenta por parte dos alunos (Áurea Guimarães, 1984 e 1990; Moura, 1988).

No segundo caso – violência *na* escola –, são privilegiados os processos extra-escolares de produção da violência que atinge a escola, como a escalada da criminalidade urbana, os novos padrões culturais juvenis e a formação de grupos violentos (Costa, 1993; Rodrigues, 1994; Oliveira, 1995; Maria Eloísa Guimarães, 1995; Paim, 1997).

A produção discente sobre violência escolar oferece estudos em torno da cidade do Rio de Janeiro, Campinas (SP) e Porto Alegre (RS), revelando, ainda, que a área está muito longe de alcançar um estado do conhecimento mais abrangente sobre o tema.⁶

Áurea Guimarães (1984 e 1990) foi uma pioneira no estudo das relações entre violência e escola. Em sua dissertação de mestrado (1984) investigou a depredação escolar realizada pelos alunos em 15 escolas públicas de 1º e 2º graus na cidade de Campinas (SP). A autora pediu aos alunos de menor idade que desenhassem a escola, e com os mais velhos realizou 30 entrevistas coletivas. A partir de Foucault (1987), formulou a hipótese de que haveria relação entre a punição e a vigilância exercida pela escola com a depredação efetivada pelos alunos, de tal forma que, quanto maior o controle ou a força do dispositivo disciplinar, maiores seriam os índices de violência praticados pelos alunos. Sua conclusão reitera a idéia de que a escola e seus dispositivos de controle, vigilância e punição buscam homogeneizar e disciplinar os alunos, impedindo a expressão dos conflitos. Mas – e este é o fato mais relevante – percebeu a inexistência de relação significativa entre vigilância/punição e a depredação escolar. O trabalho de campo havia evidenciado que esse fenômeno estava presente tanto em escolas

⁶ Observa-se o crescimento do interesse sobre o tema, pois somente no primeiro semestre de 2000, duas dissertações e uma tese foram concluídas (Camacho, 2000; Márcia Costa, 2000; Giseli Costa, 2000; Araújo, 2000).

altamente rígidas sob o aspecto disciplinar quanto em escolas permissivas e desorganizadas. Seu estudo retrata um honesto trabalho de pesquisa que lhe permite, de certa forma, questionar e relativizar as premissas iniciais, permitindo não reduzir a violência a um único elemento explicativo, como afirma Wieviorka (1997).

Em seu doutorado, Áurea Guimarães (1990) dá continuidade às preocupações anteriores, realizando uma pesquisa sobre a depredação escolar e a violência interativa entre alunos. Realizou dois estudos de caso em escolas de Campinas (SP), uma considerada a mais depredada da região e outra a mais central. Por meio de entrevistas com alunos, professores, diretores, funcionários e policiais militares, buscou investigar as representações sobre a violência dentro e fora da escola. Utilizou-se, também, da técnica de observação, que permitiu maior proximidade dos alunos na vida escolar e no bairro. Apoiando-se amplamente nos escritos de Michel Maffesoli (1987), Áurea Guimarães, no doutorado, passa a compreender a violência como uma estrutura invariante que apresenta manifestações diversas, algumas importantes para expressar o querer-viver social. Reconhece, em determinado momento da pesquisa, a diminuição da depredação escolar em razão da intensificação do policiamento, mas verifica, ao mesmo tempo, o aumento das brigas físicas entre alunos. Diz a autora: “A minha hipótese era que o controle da depredação realizado no âmbito de um monopólio administrativo poderia provocar uma violência não-ritualizada, exatamente porque desvinculada de um enraizamento coletivo” (Guimarães, 1990, p. 233). Conclui considerando que as depredações e as brigas observadas entre os alunos são elementos de resistência, que exprimem alternativas de expressão discente diante das imposições escolares.

Percebe-se que, em ambas as pesquisas, Guimarães privilegia a violência *da* escola, atribuindo à instituição escolar um caráter violento contra o qual os alunos se rebelam, ainda que não de forma organizada. A violência discente seria uma contrapartida da violência *da* escola e das autoridades escolares. Assim, para a autora, a violência dos alunos apareceria como uma espécie de prática libertadora, mas, fundamentalmente, expressiva.

A dissertação de Moura (1988) analisa a violência exercida pela escola através dos mecanismos de controle e punição que têm como objetivo criar indivíduos normalizados. A linguagem oficial também é vista como uma forma de violência que não respeita a experiência do aluno trazida de seu meio.

Em sua dissertação, Rodrigues (1994) investigou a violência vista a partir do aumento da criminalidade e seus impactos na escola. Baseou-se em observações do cotidiano de uma escola pública do Rio de Janeiro, localizada entre duas favelas, e em entrevistas com 20 alunos de 1ª a 4ª série, cuja faixa etária variava entre 8 e 16 anos, e com professores e funcionários. As séries a serem pesquisadas foram escolhidas em razão das observações da pesquisadora quanto à dinâmica escolar, em que foi percebida uma clara tensão entre alunos e professores das séries iniciais e entre os próprios estudantes. A autora conclui que a violência na escola diz respeito à expansão do crime organizado e à crise de valores e da autoridade escolar.

Oliveira (1995) elaborou, no mestrado, estudo comparativo entre uma escola pública e outra particular, ambas localizadas em Porto Alegre (RS). Foram aplicados questionários a 148 alunos de 7ª e 8ª série da escola particular e a 88 alunos das mesmas séries da escola pública. Concluiu que a violência na escola particular é latente e, portanto, mais difícil de ser reconhecida, enquanto na escola pública ela é explícita, sendo um fenômeno diretamente relacionado às questões econômicas e sociais. A autora dedica todo um capítulo ao que chama de “busca de soluções para a violência na escola”, demonstrando uma evidente preocupação em traçar elementos de proposta para a superação do problema.

A dissertação de Costa (1993) buscou desvendar os processos constitutivos da violência na escola, bem como os elementos de produção e reprodução desse fenômeno. Para tanto, realizou estudo de caso envolvendo observação participante e entrevistas semi-estruturadas com alunos de 1ª a 4ª série, professores, pais e funcionários de uma escola estadual de Duque de Caxias (RJ). A autora identificou alguns aspectos que envolvem a questão da violência: o alto grau de subjetividade envolvido na definição do fenômeno, a tendência em reduzi-lo ao aspecto físico e a visão ideológica da escola como espaço seguro e protegido, o que contribui para a ocultação da violência em seu interior. Um traço destacado pela autora foi a naturalidade com que a violência era tratada por alunos e professores,

apontando uma banalização do fenômeno no cotidiano dos sujeitos. Ainda no grupo de estudos que verificou a violência na escola, Paim (1997) discute, em sua dissertação, a expansão da violência, salientando a influência do narcotráfico e de suas relações de disputa no ambiente escolar.

Maria Eloísa Guimarães (1995) investiga, em sua tese, a ação das galeras, do narcotráfico e dos movimentos juvenis nas escolas públicas. A partir do estudo de uma escola pública de 1º grau no Rio de Janeiro, a autora apresenta um relato etnográfico, observando que a instituição escolar tem se tornado cada vez mais refém do crime organizado, ao mesmo tempo em que seu espaço também é disputado por grupos de galeras rivais. A lógica do tráfico, que busca a ampliação do seu domínio territorial, e a lógica das galeras, que busca expandir o raio de suas ações a fim de se consolidar como grupo, invadem a escola, desvirtuando seus objetivos e sua natureza para torná-la um espaço de expressão da rivalidade entre grupos. Esse processo faz com que a escola seja manipulada por interesses isolados, frustrando as expectativas das classes populares, que ainda acreditam nela como instrumento de democratização social.

A pesquisa inova no tipo de abordagem que faz acerca da violência escolar, já que privilegia as experiências dos alunos processadas no interior da instituição para explicar o fenômeno. O sujeito alvo da ação educativa é focalizado a partir de sua condição juvenil e de sua atuação efetiva dentro e fora da escola. Maria Eloísa Guimarães também distingue o fenômeno do narcotráfico do fenômeno das galeras, uma vez que, apesar de algumas conexões, estes não podem ser considerados os desdobramentos juvenis da ação criminosa, sendo, principalmente, uma forma de prática coletiva marcada pela sociabilidade de moradores jovens de favelas no Rio de Janeiro.⁷

A dissertação de Rocha (1997) e a tese de Stroka (1997) abordam a violência cometida contra crianças no ambiente familiar, ambas salientando a faceta violenta da instituição e contrariando certas imagens idealizadas do grupo familiar, considerado espaço seguro e protegido. Stroka observa que a situação de desemprego, as dificuldades conjugais e o histórico de violência doméstica na infância do agressor constituem fatores de risco, mas não chega a delinear uma relação causal entre a violência e a condição econômica, podendo esse fenômeno estar presente em todas as classes sociais. Stroka realizou levantamento dos casos de violência contra a criança e o adolescente junto aos quatro Conselhos Tutelares de Goiânia. No período de 1º de março a 31 de outubro de 1994, foram identificadas 277 vítimas e 180 violadores, 95,5% deles provenientes de camadas pobres. Em 82,2% dos casos, os agressores são os pais e as mães, sendo o espancamento praticado mais pelos pais, e o abandono e a negligência, pelas mães, o que demonstra que a família não é sempre um espaço de proteção. O tema da família é muito pouco investigado na área da Educação, não obstante sua relevância como instância socializadora de crianças e jovens. Permanece, no entanto, o desafio de constituir um campo de investigação, no que se refere aos adolescentes e jovens, capaz de elucidar as práticas destes em relação à dinâmica familiar, evitando quer a idealização do grupo familiar, quer a atribuição de estigma (o que é mais freqüente). Nesse caso, a idéia de uma prevalente “desestruturação familiar” no âmbito do universo dos pobres seria a causa das precárias condições de vida e do comportamento de sua prole. Essas designações pouco têm contribuído para o avanço do conhecimento, e os poucos trabalhos já desenvolvidos têm procurado, de alguma forma, não se enredar nessas armadilhas.

Maria Regina Castro (1998) discute, em seu mestrado, as representações de crianças e adolescentes a respeito da violência. O grupo de sujeitos investigado foi composto por 14 alunos de uma escola pública e 10 de uma escola particular do município do Rio de Janeiro, com idades entre 10 e 19 anos. A partir da análise de conteúdo inspirada por Lawrence Bardin (1979), observou-se que, na escola particular, o eixo articulador das representações é o crime, e os alunos se percebem como vítimas da violência; como estão mais distantes dessas práticas em seu cotidiano, são capazes de fazer projetos de futuro e mantêm uma auto-estima positiva. Na escola pública, o eixo é a morte, e os alunos

⁷ O tráfico de drogas e a disputa pelos territórios nos morros são apontados como as grandes causas da invasão da violência nas escolas públicas do Rio de Janeiro pelos estudos de Rodrigues (1994), Paim (1997) e Guimarães (1995). Dois dos trabalhos descritos (Costa, 1993; Rodrigues, 1994) se surpreendem ao perceber que a escola nega a existência de violência em seu interior, fazendo com que o assunto se torne um verdadeiro *tabu* na instituição. Essa situação diz respeito ao medo de falar sobre uma realidade diretamente relacionada à violência: a guerra do tráfico, incrustada nas comunidades em que as unidades escolares se localizam.

não se percebem nem como vítimas nem como agressores; seu cotidiano é marcado pela violência e pela proximidade da morte, o que dificulta a elaboração de projetos de futuro.

A produção discente sobre violência percorre bibliografia diversificada, sendo recorrente o recurso ao estudo clássico de Yves Michaud (1989) e aos dos autores brasileiros Jurandir Freire Costa (1986) e Alba Zaluar (1985 e 1992).⁸ As referências a outros autores são variadas, sendo freqüentemente utilizados Maffesoli (1987) e Foucault (1987), evidenciando ainda a necessidade de ampliação do quadro teórico, absorvendo estudos desenvolvidos em outros países.

Esse conjunto temático da produção discente é revelador de um quadro precário da ação socializadora da escola, apenas esboçado, pois há uma demanda importante de estudos que acrescentem novos elementos, seja pela extensão do fenômeno para outras cidades brasileiras, seja, também, pelo seu crescimento no âmbito de escolas particulares ou públicas que atendem segmentos de classes médias ou da elite.⁹ Análises mais densas que recortem no interior da violência escolar a temática do gênero e das etnias são também necessárias, aliadas à investigação da crescente interação violenta entre os grupos de pares.

Por outro lado, já existe um acúmulo suficiente de experiências propostas pelo Poder Público visando diminuir os índices de violência escolar. Não se trata de investigar iniciativas estritamente voltadas para a segurança, mas, sobretudo, de conhecer e avaliar os projetos e programas que têm sido implantados em alguns estados e municípios. Não há, de fato, ainda, qualquer estudo recente que analise o modo como o Estado vem, na área das políticas públicas em Educação, agindo contra a violência e verificando, de modo sistemático, os possíveis impactos dessas ações sobre os alunos adolescentes e jovens.

Grupos Juvenis

Esta linha de pesquisa constitui um eixo bastante inovador, observando-se pouca tradição teórica no Brasil, inclusive no âmbito das Ciências Sociais. Foram localizados nove trabalhos que investigaram os grupos juvenis,¹⁰ mas a maioria pesquisou a sua dimensão cultural, como é o caso dos grupos musicais e dos grafiteiros.

Duas dissertações preocuparam-se em compreender a prática do grafite por parte de adolescentes e jovens. Alves (1985) a investiga nas cidades de Niterói e do Rio de Janeiro, buscando entender os aspectos psicossociais que motivam esse tipo de comportamento. Foram submetidos a entrevista semi-estruturada 15 jovens com idades entre 11 e 23 anos, sendo dez grafiteiros e cinco ex-grafiteiros. Utilizando-se de recurso comparativo, foi entrevistado também um segundo grupo de 13 jovens que não adotavam essa prática, com idades entre 13 e 21 anos. A autora conclui afirmando que “o ato de grafitar é para uns um jogo simbólico que também fornece condições compensatórias liberadoras de energias e de conflitos emocionais” (Alves, 1985, p. 98). Trata-se, assim, de uma forma de expressão juvenil que permite a vivência de diferentes identidades e situações grupais, importantes nesse período de vida.

Retomando o tema alguns anos mais tarde, Goldgrub (1998) concentra seu interesse no grafite como veículo de comunicação no ambiente urbano, analisando a revista *Fiz Graffiti Attack*, veículo de expressão do movimento *hip hop* paulista. A autora questiona as análises que abordam as manifestações juvenis das décadas de 80 e 90, baseando-se num modelo idealizado de atuação jovem das décadas de 60 e 70. Conclui que os grafiteiros buscam atingir todo tipo de público com suas mensagens e, como outras imagens artísticas, o grafite estimula respostas diversas pelos receptores. O foco

⁸ Alguns estudos buscam suas referências no texto introdutório de *O que é violência?*, de Nilo Odália (1985).

⁹ Embora não esteja abrangida por este estado do conhecimento, pois se trata de tese defendida após o período por ele abarcado, é oportuno citar o trabalho desenvolvido por Luiza Ishiguro Camacho (2000), sobre a violência em escola confessional de elites e em escola pública de classes médias na cidade de Vitória (ES).

¹⁰ O trabalho de Maria Eloísa Guimaraes (1995), descrito no tema *Jovem e Violência*, pode ser considerado também um estudo de grupos juvenis, pela análise dispensada à ação das galerias, dos grupos de narcotráfico e dos movimentos juvenis numa escola do Rio de Janeiro. Prevalece, no entanto, o enfoque da violência no ambiente escolar, processo construído por tais grupos juvenis.

da análise recai sobre o significado do grafite no contexto urbano, como uma obra de arte pública e instrumento de comunicação. Os possíveis sentidos atribuídos pelos jovens a essa prática não são investigados, menos ainda é reconhecido o fato de o grafite ser apenas uma das linguagens que constituem o *hip hop* como manifestação cultural que associa duas outras formas de expressão: a dança (o *break*) e a música (o *rap*).

Três estudos analisam grupos juvenis de maioria negra, estruturados em torno de práticas musicais. Assim, esse conjunto de dissertações, ao investigar as formas culturais de expressão coletivas dos jovens, incide também sobre a temática da identidade étnica, somando-se aos poucos trabalhos nos estudos sobre os jovens de origem negra. A dissertação de Elias Guimarães (1995) investigou o bloco Afro Araketu, localizado em Periperi (BA), com o objetivo de perceber se a educação informal e assistemática difundida pelo bloco contribui para a construção de um conhecimento a partir do qual os jovens negros percebem e explicam o mundo. Focalizou a percussão mirim, que agregava 40 crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, dos quais 14 foram entrevistados. Observou que o bloco atende uma maioria de sujeitos negros marginalizados e concluiu que eles organizam, reconstróem e transformam seus saberes através do processo educativo desencadeado pelas atividades de percussão. Saliencia-se que a escola não é a única alternativa para a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual, já que o bloco é responsável pela promoção de uma releitura do mundo, em que os jovens negros fortalecem sua identidade étnica e se situam de forma não-subordinada.

Rafael dos Santos (1996), em seu mestrado, investigou o grupo Afro-Reggae concentrando sua atenção na questão do racismo. A dissertação de Andrade (1996) tratou do movimento *hip hop* traçando um breve histórico dessa prática cultural e acompanhou as atividades de uma “posse” (reunião de vários grupos de *rap*) de São Bernardo do Campo (SP). A autora identificou um duplo processo educativo presente na ação dos grupos de *rap*: a educação política decorrente da articulação coletiva em torno da “posse” e a educação alternativa envolvida na produção dos meios reivindicatórios do grupo.

Em sua dissertação, Macedo (1995) estudou comparativamente a participação juvenil numa banda musical tradicional – Filarmônica – e noutra popular – Banda Mirim do Olodum –, na Bahia. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com membros dos grupos e observação das apresentações dos dois grupos, em que se focalizava o comportamento dos jovens e suas reações quanto à interação com o público e com a mídia. A autora aponta a maior eficácia da educação pela cultura e pela arte do que a educação para ou pelo trabalho, esta última sempre colocada como a melhor alternativa para os adolescentes pobres. As práticas culturais desenvolvem a criatividade e a imaginação, além de proporcionar uma interação mais plena com o mundo, a partir do refinamento da sensibilidade.

Notamos que, embora com poucos trabalhos, o tema *Grupos Juvenis* concede uma ênfase especial à expressão artístico-musical como elemento de mobilização juvenil, o que converge com alguns estudos que apontam as práticas culturais como aquelas que apresentam maior atrativo para os jovens e, conseqüentemente, as mais promissoras na construção de novos sujeitos coletivos, diante da crise das formas institucionalizadas da participação política.

Dois trabalhos tratam dos grupos juvenis de forma diferenciada sem examinar as expressões artísticas. A dissertação de Lima (1994) discute o grupo juvenil na sua dimensão violenta, investigando as gangues que atuam nas escolas públicas de Campo Grande (MS). Seu interesse, além de investigar a representação que delas fazem a escola, a imprensa e a polícia, residia também no próprio conhecimento dos adolescentes membros desses grupos. Para tanto, estabeleceu contatos com oito grupos, embora tenha havido maior aproximação com dois deles. Conseguiu entrevistar, informalmente, 23 integrantes e ex-integrantes de diversas gangues. Segundo a definição adotada pelo autor, as gangues podem exercer práticas delituosas ou promover ações de lazer e/ou de arruaça, mas todas elas têm na violência sua principal forma de expressão. Os sujeitos abordados não se auto-referem como participantes de gangues, em razão dos significados socialmente pejorativos, mas utilizam os termos “turma”, “galera” ou “moçada”. Lima observa que grande parte dos membros das gangues haviam sido expulsos da escola e voltaram a ela através da ameaça e da violência. Há uma análise muito rápida e superficial sobre a visão da polícia, da escola e da imprensa sobre as gangues, o que limitou significativamente as conclusões.

Embora questione a relação entre gangue e violência, a qual reforçaria o estigma da marginalidade, o próprio autor apresenta uma definição de gangue associada às práticas violentas. O autor conclui que as gangues são

grupos de jovens e adolescentes que, cada vez mais, têm dificuldades em ocupar um espaço na sociedade, enquanto seres produtivos e de importância social, e que expressam, principalmente pela rebeldia, a falência de um sistema que, quanto mais se desenvolve, menos respostas consegue dar para os problemas que cria (Lima, 1994, p. 91).

Nakano (1995), em sua dissertação, aborda as formas de associativismo juvenil em favela da região da Grande São Paulo, marcada pela coexistência de dois universos de práticas fortemente estruturados: de um lado, um movimento popular em torno da questão da moradia e, de outro, o mundo do crime organizado. Distantes dos movimentos populares e não totalmente alheios à esfera da ação das quadrilhas, os jovens são investigados neste cenário de contrastes. A autora mostra como a organização dos jovens em torno de grupos (religiosos, de lazer, de esporte e cultura) lhes permite estruturar experiências importantes através das relações de amizade e solidariedade, distanciando-se das faces mais visíveis da favela – a dos movimentos sociais e da violência. Assim, os interesses associativos dos jovens giram em torno das formas grupais que permitem a expressão da subjetividade, afastando-se da racionalidade política. O mundo do crime lhes oferecia atrativos na medida em que apoiava algumas de suas práticas, como a escola de samba, propondo sempre uma possibilidade de adesão temida pelos adultos. A face organizativa da favela, representada pelo movimento de urbanização, não consegue incorporar as demandas juvenis de natureza expressiva, restringindo-se a um conceito de direitos ligado exclusivamente à esfera política, razão pela qual os jovens não se interessam em participar do movimento social.

Sem uma sólida tradição no Brasil, o tema dos grupos juvenis, clássico na sociologia norte-americana, sobretudo pela contribuição pioneira da Escola de Chicago nos estudos sobre gangues, motivou a produção discente na área de Educação que mostrou alguma ousadia temática. Esse esforço inicial pode indicar um novo campo de pesquisa, mas exige daqueles que pretendem se debruçar sobre o tema um longo percurso teórico que os habilite a dominar literatura tão vasta e diversificada. Os poucos estudos trouxeram contribuições importantes, mas alguns, preocupados em valorizar as manifestações juvenis de modo a sensibilizar educadores e demais profissionais da educação pública, podem ver fragilizadas suas descobertas, ao simplificarem e padecerem de certa ingenuidade na busca de novas alternativas pedagógicas para a instituição escolar.

Almeida (1996), em seu mestrado, realiza um estudo importante sobre *Grupos Juvenis* reconstituindo a sua interação com o Poder Público municipal de Diadema (SP). Além de descrever e analisar a diversidade de interesses que compõem os segmentos juvenis, investigando os *rappers* e um grupo de jovens astrônomos amadores, o autor realiza incursões sobre um tema ainda não investigado nos estudos sobre Juventude, que é o tema das políticas públicas. Ao eleger o município como foco de estudo, privilegiando a área da cultura, Almeida abre um amplo leque de questões que merecem o desenvolvimento de novas pesquisas, pois se trata da incipiente constituição de alguns grupos juvenis como atores capazes de marcar sua presença na esfera pública, tendo em vista a conquista de direitos mediante o exercício de práticas democráticas.

Jovens e Adolescentes Negros

Além dos poucos estudos dos grupos constituídos por jovens negros, examinados no item anterior, há apenas quatro dissertações que tratam de modo privilegiado da questão étnica, mas com perspectivas diversas. Produzidos a partir de 1995, esses estudos tratam, na verdade, de problemas históricos da sociedade brasileira, aguçados nos últimos anos pelo aumento da violência, que atinge sobretudo os jovens, e, entre eles, os de origem negra moradores dos centros urbanos. Esses trabalhos,

de modo diverso, buscam compreender melhor como a escola vem lidando com a questão, tendo como alvo principal o aluno, adolescente ou jovem.

A dissertação de Duarte (1997) pretendeu verificar como alunos e professores têm lidado com a questão étnica, particularmente do negro. Investigou-se uma escola municipal na cidade do Rio de Janeiro, onde foi solicitado aos alunos, de 5ª a 8ª série (12 a 18 anos), que fizessem uma redação ou desenho sobre o “negro” e a “raça” na sociedade brasileira; com os professores foram realizadas entrevistas abertas. A referência principal de estudantes brancos e negros e professores foi o racismo, embora representado de maneiras diferentes. Os alunos brancos relacionavam as discriminações raciais aos atributos físicos e psicológicos (mostrados de forma preconceituosa), às agressões sofridas e às desvantagens no mercado de trabalho, enquanto os alunos negros referiam-se sobretudo à história da escravidão. A autora recomenda ações visando a abordagem da questão do negro em sala de aula, salientando, ainda, a ação incipiente dos movimentos negros em termos de sensibilização da faixa etária investigada.

Já a dissertação de Leunice Oliveira (1997) teve como objetivo analisar as experiências de estudantes negros dentro e fora da sala de aula e sua relação com o currículo escolar. A autora acompanhou o cotidiano de Restinga, um bairro de maioria pobre e negra de Porto Alegre (RS), coletando dados em locais variados, como sindicato, associação de bairro e, sobretudo, escolas. A autora destacou a prática do *rap* e da capoeira pelos jovens negros nas escolas como uma dimensão cultural importante para a afirmação étnica, silenciada pelo currículo formal. A discussão sobre currículo, aparentemente central, mostrou-se bastante dispersa, mas traz uma contribuição no sentido de salientar a importância das práticas culturais não-escolares na estruturação de experiências significativas para os jovens.

Uma vertente importante das investigações diz respeito à integração do tema da etnia ao da identidade, questionando a unicidade do processo de socialização e o próprio conceito de sociedade como unidade homogênea. Assim, o trabalho de Mary Guimarães (1996) procura levantar algumas hipóteses sobre a maneira pela qual alunos pertencentes a minorias étnicas posicionam-se em relação ao preconceito contra a população negra. O estudo conclui que a ideologia da “democracia racial” e o ideal de “branqueamento da raça” prevalecem nesses alunos, levando-os a se posicionarem todos, inclusive os negros, ante um ideal fixo de referência branco. Construindo escalas de proximidade a esse ideal branco, os alunos incorporaram as “inferioridades” relacionadas a si próprios, mas referem-se aos negros como os “mais inferiores” do que todos os “inferiores”. Entre os estudantes negros, o preconceito e a discriminação racial são percebidos, mas os jovens preferem “ignorar o preconceito”, sem reagir, numa posição de impotência e silêncio. Contraditoriamente, a percepção do preconceito é evidenciada e coibida nesses alunos:

Porque somos todos iguais, determina-se que não se deve polemizar; por isso está instituído o silêncio como resposta. Pelo silêncio é que a sociedade brasileira se protege do chamado ódio racial... mas as falas dos alunos dessa pesquisa demonstram que não há mais vendas sobre os olhos; como pôde ser constatado, todos os alunos o sabem (Guimarães, 1996, p. 125).

Já a dissertação de Erisvaldo Santos (1997), na busca afirmativa de uma identidade negra, destaca-se por não ter como referência a escola, mostrando que a identidade cultural dos negros ou não é reconhecida ou é folclorizada. Ao contrário, na comunidade negra dos Arturos, em Minas Gerais, a identidade é examinada como efeito de sentido da religiosidade, dos rituais e das tradições afro-brasileiras. O autor desvenda conflitos existentes na passagem dessas tradições dos velhos para os jovens e nas pressões que esses últimos sofrem no sentido de integração à sociedade de consumo, onde a identidade comunitária perde sentido.

Outros

Foram registrados neste grupo apenas três trabalhos: as dissertações de Francisco Silva (1987), Focchi (1988) e Kowalski (1995), que abordam temáticas de incipiente interesse por parte dos discentes da pós-graduação.

A dissertação de Silva (1987) investiga as aspirações de jovens jogadores de futebol de um clube desportivo – a Associação Atlética Portuguesa de Cruz das Almas –, a fim de perceber o papel desse esporte no projeto existencial dos atores envolvidos. Foram realizadas observação participante e entrevista semi-estruturada com dez jogadores e três diretores do clube. O autor concluiu que o futebol representa a possibilidade de ascensão social, e que, para atingi-la, os jovens submetem-se totalmente às regras e normas adotadas pelo clube, estabelecendo uma relação mistificada com o esporte e deixando de vivenciar suas trajetórias profissionais como protagonistas.

A dissertação de Kowalski (1995) analisa o abandono e a especialização precoce entre jovens praticantes de atletismo.

Por fim, a dissertação de Focchi (1988) testou uma experiência participativa que permitisse, posteriormente, promover programas de educação ambiental. A intervenção foi negociada com a prefeitura de Palmares do Sul (RS) e realizada numa localidade denominada Granja Vargas. Foram várias as etapas do programa de educação ambiental envolvendo jovens e adultos de ambos os sexos, com idades entre 18 e 35 anos, ligados a atividades agropecuárias. A autora observou que as pessoas da localidade citada não se viam como uma comunidade, e a pouca identificação coletiva tinha como consequência a precária identificação com o meio ambiente. Vários depoimentos demonstraram que os jovens rurais possuem uma consciência ambiental fragmentada que reflete um sistema de valores alicerçado no paternalismo e no assistencialismo. Aos jovens não interessam as ações que buscam mudanças em sua comunidade – seus projetos são individuais e consistem em migrar para as cidades. Essa dissertação, a única que trata da educação ambiental em relação ao jovem, talvez aponte o início do interesse sobre um tema que, nos últimos anos, parece constituir um novo objeto de estudos na área da Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia qualitativa predomina nas pesquisas relativas aos quatro blocos temáticos apresentados, sendo muito comum o estudo de caso, sobretudo em escolas. Várias pesquisas utilizam a análise de conteúdo formulada por Lawrence Bardin na interpretação das entrevistas.

Esses temas introduzem novas problemáticas no campo de investigação dedicado à juventude, na área de Educação. No entanto, ao estabelecer os vínculos entre os temas estudados e a educação escolar, as pesquisas correm o risco de banalizar seu objeto de estudo.

Os assuntos investigados são, em geral, subsumidos ao tema da educação escolar, como se os esforços de investigação não se justificassem se não fossem apresentados em função de uma preocupação eminentemente propositiva. Isso tem um efeito negativo, pois, ao deixar de aprofundar teoricamente o tema específico, as pesquisas chegam a conclusões superficiais que, ao invés de contribuir efetivamente para a reflexão em torno da escola, acabam somente repetindo proposições e apontando soluções ingênuas para a educação.

É muito comum que as pesquisas terminem salientando a necessidade de a escola elaborar práticas de mediação crítica com a mídia (no tema *Mídia e Juventude*), reconhecer as dimensões educativas dos grupos juvenis e incorporar a arte e a cultura como linguagens formativas (nos temas *Grupos Juvenis* e *Jovens e Adolescentes Negros*) e tornar-se mais democrática, estreitando laços com a comunidade e incorporando a diversidade cultural dos alunos (no tema *Jovens e Violência*). Se, na verdade, não há como negar esse tipo de proposição, sobretudo pelo seu caráter bastante geral e muitas vezes abstrato, não é desprezível, muitas vezes, o risco da ingenuidade ou da simplificação, que pode resultar no empobrecimento do próprio estudo realizado.

Quando falamos em temas emergentes, nos referimos, como o próprio nome diz, a um conjunto recente de preocupações acadêmicas e, portanto, em processo de constituição. Percebemos que as dificuldades teóricas enfrentadas pelos pesquisadores remontam justamente ao entrecruzamento de seus temas com a Educação, já que essa área não dispõe, ainda, de um corpo de conhecimentos consolidados em torno de problemáticas novas, como, por exemplo, a dos grupos culturais juvenis. O

encaminhamento da maioria dos pesquisadores nesse sentido é incorporar a literatura específica do tema investigado – por exemplo, violência – e “enxertar” literatura da área de Educação, o que, por vezes, faz com que o autor se distancie de seus objetivos iniciais.

No entanto, de modo geral, esse conjunto revela capacidade de abertura da área para novas possibilidades na produção do conhecimento, com a vantagem de nascer em um momento que a própria comunidade de pesquisadores busca melhorar seus recursos teóricos e adensar seus instrumentos de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Teses e Dissertações, por Tema

MÍDIA E JUVENTUDE

Teses

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade*. Porto Alegre, 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SILVA, Magno Luiz Medeiros da. *Vidrados em violência: o processo de percepção de imagens violentas da televisão entre os adolescentes*. São Paulo, 1997. 296 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

Dissertações

AGUIAR, Elaine Puntel Ribas de. *O imaginário cultural moderno e a constituição do sujeito adolescente: contribuição ao estudo da adolescência através da análise de uma revista feminina*. São Paulo, 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

BARROS NETA, Maria da Anunciação Pinheiro. *A influência da TV na formação do adolescente: análise de alguns estudos produzidos na década de 80*. São Paulo, 1995. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *O mito na sala de jantar: leitura interpretativa do discurso infanto-juvenil sobre televisão*. Rio de Janeiro, 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.

HORA, Dayse Martins. *Comunicação de massa e política na percepção dos jovens de 16 e 17 anos*. Rio de Janeiro, 1990. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

LARGURA, Edde Izabel. *A utilização da televisão de massa pela escola como meio auxiliar para o desenvolvimento do pensamento crítico do aluno*. Curitiba, 1986. 68 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

MELLO, Miriam Coeli Dutra e. *A veiculação pela televisão dos valores mais comumente questionados pelos pré-adolescentes: proposta de uma leitura crítico-reflexiva da mensagem*. Rio de Janeiro,

1985. 241 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MORAES, Mônica Cristina de. *A Radioteca Jovem em questão: rompendo os muros da escola*. Rio de Janeiro, 1998. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PERROTA, Mari-Pepa Vicente. *Terroros e mistérios da adolescência e juventude: uma análise da preferência dos jovens pela história de terror*. Rio de Janeiro, 1988. 278 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.

SANTANA, Neuza Maria. *TV, a rica escola dos pobres: ações da escola e da televisão sobre os filhos dos pescadores artesanais da Colônia Z-1, Corumbá-MS*. Campo Grande, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

SCHAEFER, Maria Isabel Orofino. *A mediação escolar na recepção televisiva: um estudo das apresentações sobre a AIDS construídas por adolescentes de Florianópolis, a partir das campanhas de TV*. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina.

TOLEDO, Maria Helena Acayaba de. *Revista de fotonovela e estudantes de oitava série do primeiro grau e terceira série do segundo grau de escolas públicas da cidade de Araraquara, SP*. São Paulo, 1981. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

JOVENS E VIOLÊNCIA

Teses

GUIMARÃES, Áurea Maria. *A depredação escolar e a dinâmica da violência*. Campinas, 1990. 471 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

GUIMARÃES, Maria Eloísa. *Escola, galeras e narcotráfico*. Rio de Janeiro, 1995. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

STROKA, Maria Cristina Monteiro. *Eventos associados à violência física contra crianças no ambiente familiar*. Campinas, 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

Dissertações

CASTRO, Maria Regina Bortolini de. *A vida e a morte nas representações de violência de crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro, 1998. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

COSTA, Eloísa Helena de Campos. *A trama da violência na escola*. Rio de Janeiro, 1993. 253 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.

GUIMARÃES, Áurea Maria. *Escola e violência: relações entre vigilância, punição e depredação escolar*. Campinas, 1984. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

MOURA, Eliana Ribeiro de. *Violência da escola*. Piracicaba, 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.

OLIVEIRA, Claudia Regina de. *O fenômeno da violência em duas escolas: estudo de caso*. Porto Alegre, 1995. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PAIM, Iracema de Macedo. *As representações e a prática da violência no espaço escolar*. Niterói, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.

ROCHA, Luíza Pereira Monteiro. *Violência doméstica contra crianças e adolescentes em Goiânia*. Goiânia, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás.

RODRIGUES, Anita Schumann. *Aqui não há violência: a escola silenciada (um estudo etnográfico)*. Rio de Janeiro, 1994. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

GRUPOS JUVENIS

Dissertações

ALMEIDA, Elmir. *Subúrbio, política cultural e identidades coletivas juvenis*. São Paulo, 1996. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

ALVES, Magda Anachoreta. *Inscrições murais: um novo grafismo*. Niterói, 1985. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.

ANDRADE, Elaine Nunes de. *Movimento negro juvenil: um estudo de caso sobre jovens rappers de São Bernardo do Campo*. São Paulo, 1996. 317 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

GOLDGRUB, Rosa Glacy Uchôa Jardim. *Papéis do mundo: escritas do silêncio*. São Paulo, 1998. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GUIMARÃES, Elias Lins. *Os saberes de uma festa: conhecimento e vivência de jovens negros no Bloco Afro Araketu*. Salvador, 1995. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

LIMA, Hélio de. *A invasão das "ganges"*. Campo Grande, 1994. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

MACEDO, Marle de Oliveira. *Visibilidade social e educação de jovens componentes de bandas musicais na sociedade de massa: um estudo comparativo*. Salvador, 1995. 301 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

NAKANO, Marilena. *Jovens: vida associativa e subjetividade – um estudo dos jovens do Jardim Oratório*. São Paulo, 1995. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

SANTOS, Rafael dos. *Movimentos sociais, educação e questões do cotidiano dentro das relações raciais na sociedade brasileira: estudo de caso – o trabalho do Grupo Afro-Reggae*. Niterói, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.

JOVENS E ADOLESCENTES NEGROS

Dissertações

DUARTE, Maria Betânia Pereira Gomes Guerra. *Negro e educação: um estudo na escola pública de primeiro grau*. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, Mary Francisca. *Preconceito racial em questão*. Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

OLIVEIRA, Leunice Martins de. *Currículo e cultura negra na Restinga: um estudo de escolas e agências socioeducativas – rompendo o silêncio, criando identidade*. Porto Alegre, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. *Religiosidade, identidade negra e educação: o processo de construção da subjetividade de adolescentes dos Arturos*. Belo Horizonte, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

OUTROS

Dissertações

FOCCHI, Eunice. *Educação ambiental com jovens rurais: potencialidades e limitações de uma estratégia participativa*. Porto Alegre, 1988. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

KOWALSKI, Marizabel. *Especialização precoce e o contexto social no abandono do esporte por jovens campeões de atletismo*. Piracicaba, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.

SILVA, Francisco Martins da. *Aspirações do futebol: prática desportiva dos atletas da Portuguesa de Cruz das Almas*. João Pessoa, 1987. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba.

Livros e Artigos, em Geral

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (Org.). São Paulo: Ática, 1986.

ARAÚJO, Maria Carla de Ávila. *Vivências escolares de jovens de um bairro da periferia de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 1979.

- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- CAMACHO, Luiza Ishiguro. *Violência e indisciplina nas práticas escolares de adolescentes*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- CARLSSON, C.; FEILITZEN, C. *A criança e a violência na mídia*. São Paulo: Cortez: Unesco, 1999.
- CODO, Wanderley (Coord.). *Educação: carinho e trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- COSTA, Giseli Paim. *A repercussão da violência social no cotidiano escolar*. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- COSTA, Jurandir Freire. *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- COSTA, Márcia Rosa. *Eu também quero falar: um estudo sobre infância, violência e educação*. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- DEBARBIEUX, Eric; MONTOYA, Yves. La violence à l'école en France: 30 ans de construction social de l'objet (1967-1997). *Revue Française de Pédagogie*, Paris, n. 123, 1998.
- ERIKSON, Erik. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- _____. Visão, som e fúria. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MAFFESOLI, Michel. *Dinâmica da violência*. São Paulo: Vértice, 1987.
- MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*. Rio de Janeiro: Forense, 1967.
- ODÁLIA, Nilo. *O que é violência?* São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros passos).
- WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 1, 1997.
- ZALUAR, Alba (Org.). *Violência e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

